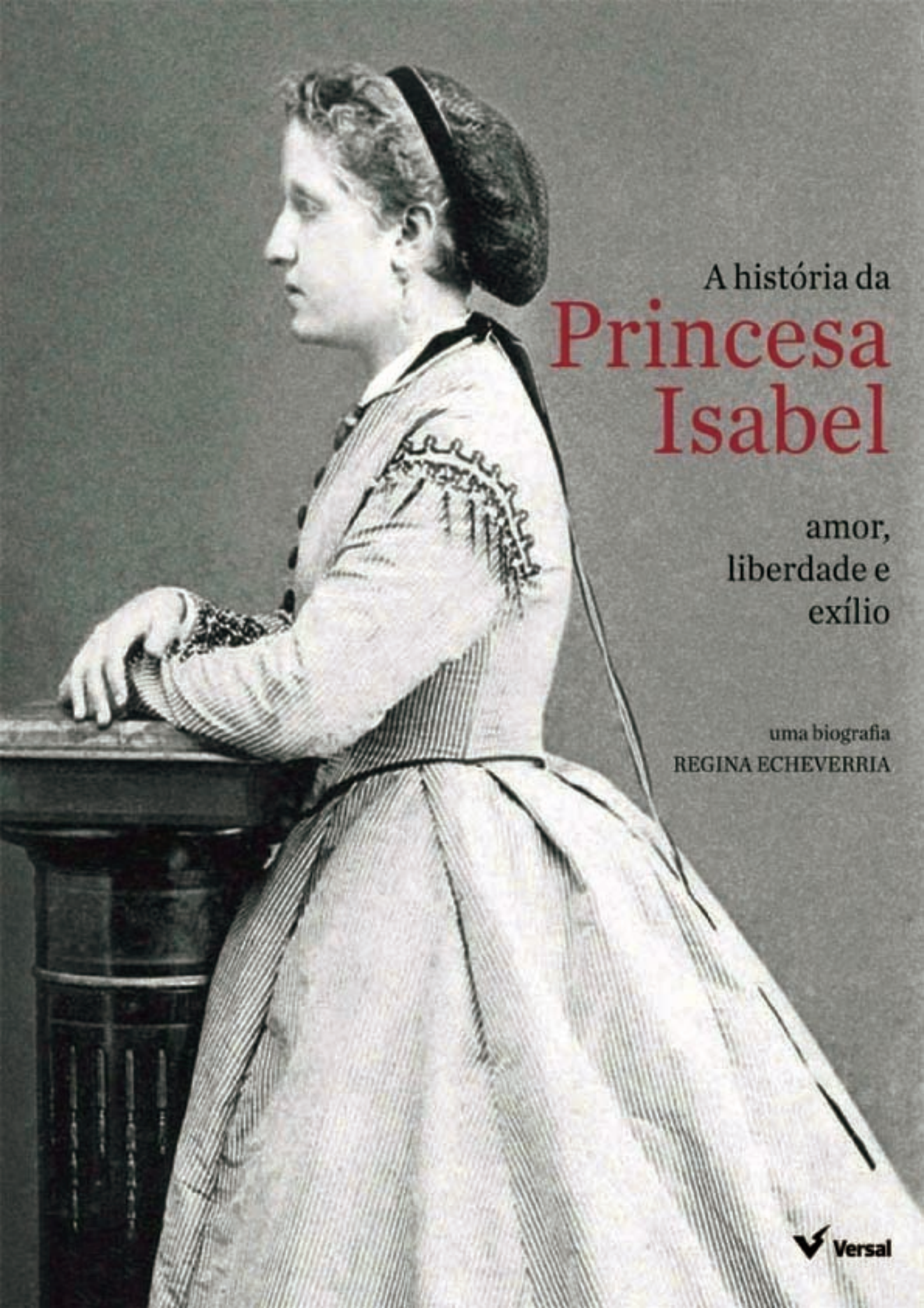


A história da Princesa Isabel

amor, liberdade e exílio

uma biografia

REGINA ECHEVERRIA

Versal

Durante dois anos de pesquisas em arquivos raros sobre a Família Imperial, a jornalista e biógrafa, Regina Echeverria teve acesso a uma série de documentos pessoais da Princesa Isabel. O material inclui centenas de cartas escritas por ela, endereçadas aos pais, o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz D. Tereza Cristina, ao marido, o Conde D'Eu, e à sua preceptora, a Condessa de Barral – cobrindo um período que vai de sua adolescência até o exílio.

Combinando essas cartas a outros registros e análises históricas, a autora nos apresenta um vasto panorama do período imperial, enriquecido com detalhes dos bastidores da corte.

O livro também reconstitui com riqueza de detalhes o dia 13 de maio de 1888, domingo em que a Princesa Isabel desceu da residência de verão da família real, na cidade serrana de Petrópolis, para a assinatura da Lei Áurea no Paço Imperial, e as festas comemorativas que se seguiram no Rio de Janeiro e em todo o Brasil.

Regina Echeverria resgata a história de Isabel desde o seu nascimento, no Palácio de São Cristóvão, em 1850, até sua morte, em 1921, exilada no castelo da família na região da Normandia. Nesse percurso, é destacado ainda o relacionamento com seus professores; o encontro e o casamento com o Conde D´Eu; o nascimento dos filhos; suas ideias, nem sempre coincidentes com as de seu pai e seu marido; as Regências; sua participação no Abolicionismo; seu exílio, ordenado pelos republicanos, e os últimos tempos em Paris.

[capítulo I]

Fevereiro | 1888

O bárbaro crime da Penha do Rio do Peixe: um mártir para a Abolição

Eram três horas da madrugada do dia 11 de fevereiro de 1888, na peque Penha do Rio do Peixe, cidade da região leste do estado de São Paulo, distante 166 quilômetros da capital. Abrigava, então, perto de 10 mil habitantes,[1] a maior parte da população dedicada à cultura do café. Entre eles, cerca de 2 mil eram escravos. O delegado de polícia local, Joaquim Firmino de Araújo Cunha, dormia tranquilamente em casa com a família quando acordou assustado com o barulho que vinha do lado de fora. Era de gente gritando, agressiva e, de repente, outros sons o alertaram para o súbito e inesperado ataque — pedras quebrando vidros das janelas, tiros para o alto e gritos, muitos gritos.

Na rua aglomeravam-se pelo menos duzentas pessoas armadas, prontas para invadir o sobrado de Joaquim Firmino. Estavam alteradas. E furiosas. O motivo? A constante recusa do delegado em perseguir e prender escravos fugidos das fazendas e, mais grave ainda, o fato de esconder alguns deles debaixo de seu próprio teto. O bando barulhento era formado por fazendeiros da região com seus capangas – quase todos velhos conhecidos de Firmino, nascido em Mogi Mirim, cidade vizinha. Carregavam espingardas, garruchas, facas, cacetes e "cabos de relho" (no vocabulário da época). Muitos eram impulsionados por generosas doses de aguardente. Em segundos, entraram pela casa, em atitude bélica, arrebentando tudo o que encontraram pela frente e gritando o nome do delegado. Obviamente, a família de Firmino tentou fugir. A mulher, Valeriana, escondeu-se no grande forno de tijolos e uma das filhas, de 9 anos, não sabendo como se defender, segundo depoimentos, chegou a pedir de joelhos pela integridade física do pai. O próprio Joaquim Firmino correu até os fundos da casa e, da janela do quarto, tentou pular para a casa vizinha, sem sucesso. Caiu em seu próprio quintal, já tomado pela gente em fúria que, sem dó nem piedade, ali mesmo o atacou a golpes e pauladas. Firmino foi espancado até a morte. Tinha 33 anos.

O fato foi amplamente divulgado pela imprensa nacional em tons de barbárie e a tragédia causou mais do que alarde em todo o país, principalmente na Corte, no Rio de Janeiro. Houve revolta indignada. Era a primeira vez que brancos matavam outro branco por causa de negros. Joaquim Firmino em pouco tempo transformou-se no "mártir da abolição" e, certamente, seu assassinato foi um elemento a mais de que se valeram a princesa Isabel, o ministro João Alfredo e os abolicionistas para convencer o congresso a apressar a assinatura da Lei Áurea, o que aconteceu apenas três meses depois.

Este episódio da história, que tanto repercutiu nos jornais da Corte, só se salvou do esquecimento graças ao trabalho persistente de um pesquisador local, Jácomo Mandato, falecido em 2009. Ele registrou toda a história em livro,[2] em que revela detalhes do caso, iluminando a passagem trágica que muitos fizeram questão de apagar. Joaquim Firmino e seus assassinos viraram assunto tabu em Penha do Rio do Peixe. Diante da repercussão negativa, dois anos depois, em 1890, mudou-se o nome da cidade para Itapira, em mais uma tentativa de esconder o crime cruel.

Em seu precioso trabalho de pesquisa, Jácomo Mandato detalhou o episódio com informações curiosas. Revelou, por exemplo, que o linchamento de Firmino foi comandado por um médico casado numa das grandes famílias da região (os Cintra). Chamava-se James Warne, mais conhecido como *Boi*. Chegara ao Brasil em 1865, aos 23 anos, depois da derrota dos estados do Sul na Guerra Civil americana.

Ficaríamos por aí nas informações sobre o assassino, não fosse a revista britânica *The Economist* ter publicado uma reportagem sobre Warne, revelando que o médico havia nascido em Somersetshire, sudoeste da Inglaterra, quando por aqui todos achavam que ele fosse norte-americano. A reportagem traz a visão inglesa do crime da Penha do Rio do Peixe, mostra a trajetória dos Warne e traça um interessante relato sobre o comércio de escravos no Brasil:

> O crime foi grande demais para uma cidade tão pequena. Para começar de novo, Rio do Peixe mudou seu nome para Itapira. Localiza-se em uma área agrícola quente, úmida e verde — onde o solo fértil permite o cultivo de cana-de-açúcar, laranja, café e a criação de gado — do estado de São Paulo, mas longe da maior cidade do hemisfério sul, o equivalente municipal de um primo distante de um astro de Hollywood. Itapira é conhecida, quando muito, por seus três hospitais psiquiátricos, um número grande para uma população de 70 mil pessoas e base para seu apelido de "cidade dos loucos".
>
> O assassinato era inusitado, não tanto pela violência, mas pelas pessoas envolvidas. Um delegado de polícia, cidadão de certa posição que havia se oferecido voluntariamente para o cargo, era uma vítima incomum. O suspeito era ainda mais esquisito. De acordo com os jornais da época, era um médico americano chamado James Warne. Como o Dr. Warne apareceu nessa cidade pequena, no meio da noite, com as mãos na garganta do delegado?
>
> A jornada de Warne até a cena do crime começou no sudoeste da Inglaterra, levou-o aos campos de batalha da guerra civil americana e de lá para o Rio de Janeiro. Sua história mostra como os Estados Unidos da América e o Brasil foram unidos pela escravidão e como o fim desta instituição em um país ajudou, de forma indireta, a acabar com a escravidão no outro país […]

Segundo a *The Economist*, Warne era de uma família moderadamente abastada, que chegou à América na década de 1850 assumindo uma companhia de mineração de estanho no Tennessee. Com a corrida do ouro,

os Warne seguiram para a Carolina do Norte – que já havia possuído as minas mais ricas da América – mas perderam tudo o que tinham apostando numa mina vazia. James H. Warne estudou na Filadélfia e cursou Medicina em Nashville. Recém-formado, alistou-se no 39º regimento da Carolina do Norte em abril de 1862, como cirurgião. Lutou durante um ano e foi dispensado. Com o fim da guerra civil americana, veio para o Brasil, assim como muitos dos sulistas derrotados.

> Ainda que os Estados Unidos tenham proibido a importação de escravos africanos em 1808, seus navios continuavam indo para África com o objetivo de participar desse tipo de comércio. Empresas americanas, como a Maxwell e a Wright and Co., ajudaram a financiar a escravidão brasileira. Barcos americanos saíam da Costa Leste — frequentemente disfarçados de baleeiros para não chamar atenção —, viajavam até o sul da África para pegar os escravos que venderiam no Rio de Janeiro. Às vezes, os navios negreiros viajavam para a África com uma bandeira brasileira e voltavam com a bandeira americana, para enganar os esquadrões antiescravistas que tinham medo de abordar um navio americano. Valia o risco: na década de 1850, um escravo podia ser comprado no Congo por 25 dólares e vendido por 500 dólares ou mais. O apetite brasileiro por escravos fez com que o comércio transatlântico só chegasse ao auge em meados do século XIX, três décadas depois de ingleses e americanos supostamente o terem proibido. O resultado é que o Brasil recebeu dez vezes mais escravos africanos do que os Estados Unidos.
>
> A demanda por escravos tornava o Brasil a solução óbvia para a questão que havia atrasado a abolição na América —, ou seja, como compensar os agricultores sulistas pela perda de sua propriedade? Vendendo seus escravos para fazendeiros brasileiros. “Assim como o vale do Mississippi foi a válvula de escape para os escravos agora livres do Norte,” pensou Matthew Maury, um proeminente homem da Virgínia, “a Amazônia vai ser a mesma coisa para o Mississippi.” Ele organizou uma expedição para explorar a Amazônia e testar a praticidade da ideia. Isso não foi tão esquisito quanto parece. Lincoln apoiou vários esquemas de deportação em massa dos negros livres para o Caribe (ele gostava particularmente de mandá-los para Belize e Guiana).
>
> Depois da guerra civil, o Brasil passou a atrair os sulistas que buscavam novas oportunidades, mas que também desejavam que a vida continuasse como antes. Em 1866, o reverendo Ballard Dunn publicou *Brazil, a home for southerners* [Brasil, um lar para os sulistas]. Dunn, um pastor episcopal de Nova Orleans, fundou uma colônia no estado de São Paulo e a batizou de Lizzieland, em homenagem à sua falecida esposa. No ano seguinte, James McFadden Gaston, um médico da Carolina do Sul, publicou *Hunting a home in Brazil* [Caçando um lar no Brasil], uma mistura de diário de viagem e panfleto imobiliário.
>
> Cerca de 10 mil sulistas se mudaram para o Brasil nas décadas de 1860 e 1870, segundo Gerald Horne, da Universidade de Houston, e essa foi uma das maiores imigrações da história americana. Entre eles — segundo os registros dos passageiros de navios que atracaram no Rio de Janeiro — estava James H. Warne.
>
> (…) O Brasil era muito diferente dos Estados Unidos da América. Lá, só o Mississippi e a Carolina do Sul tiveram maioria negra. No Brasil, os brancos eram minoria. A elite basicamente branca se preocupava em controlar um número tão grande de negros. Ao mesmo tempo, o Brasil urbano começava a se envergonhar da fama que o país tinha de capital escravista do mundo.
>
> (…) Na década que se seguiu à chegada de Warne, o Brasil viveu problemas similares àqueles que levaram o Sul a se separar dos Estados Unidos. A partir de 1850, o sucesso das plantações de café no Sudeste havia sugado mais de 100 mil escravos do Nordeste. Os

cafeeiros não queriam abrir mão deles. Mais uma vez, a questão de como compensar os proprietários de escravos pela perda de sua propriedade impedia a abolição. O Brasil encontrou uma solução engenhosa. Em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que garantia que os filhos de escravas não seriam escravizados. Com a proibição de novas importações de escravos, isto dava um prazo para a abolição.

Em 1885, dois anos antes do assassinato, uma lei libertou os escravos entre 60 e 65 anos em troca de mais três anos de serviço. Poucos escravos viviam tanto, mas o princípio contido nesse dispositivo legal era mais importante que seus efeitos práticos: o governo podia libertar os escravos contra a vontade de seus donos. No início do ano seguinte, os escravos não estavam mais esperando que a lei os libertasse. Eles fugiam em grande número, desafiando a polícia a persegui-los e aplicar uma lei que grande parte do país agora considerava inválida.

São Paulo, terra dos grandes cafezais, estava no coração desse conflito. Alguns delegados do estado haviam perseguido escravos foragidos, que — segundo Karl Monsma, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — eram espancados e às vezes torturados quando devolvidos a seus donos. Outros delegados escolhiam ignorar a lei. Entre eles estava Araújo Cunha, de Rio do Peixe.

E, assim, quando a multidão derrubou a porta de sua casa, Araújo Cunha devia saber o que ela queria. Os líderes do grupo, segundo o relatório da polícia, eram os agricultores locais. Eles queriam sua propriedade de volta. "Traz os negros pra fora", eles gritaram na casa de Araújo Cunha. De acordo com um jornal, quando o delegado escorregou e caiu na rua, seus algozes gritaram que ele tinha sangue de barata.

Para alguns dos que lamentavam o fim do Sul de antes da Guerra da Secessão, ver um homem com traços mulatos como Araújo Cunha em uma posição de poder era enlouquecedor. Raivoso, alimentado talvez pelas decepções acumuladas nos últimos trinta anos — a mina vazia, as batalhas perdidas, os fracassos neste novo país —, Warne bateu em sua vítima até a morte. Uma reportagem particularmente teatral escrita duas semanas depois do crime menciona que o médico estrangulou Araújo Cunha "com uma ferocidade sinistra".

Para quem defendia a abolição, o crime forneceu um arquétipo útil do escravista malvado. A *Revista Illustrada* de 25 de fevereiro de 1888 relata que, ainda que os suspeitos tivessem fugido, "o mundo não tem uma caverna escura e profunda o bastante para escondê-los". O jornalista estava errado. A polícia relutou em ir atrás dos donos de terra e deu à multidão bastante tempo para fugir. Um julgamento subsequente não resultou em condenações. Segundo o consulado americano em Santos, no início do século XX, Dr. Warne e a esposa ainda viviam na cidade cujo nome seu crime mudara.

A ideia de um assassino viver uma aposentadoria tranquila cercado pela família é perturbadora. Mas o crime não ficou totalmente impune. Warne viajou metade do mundo em busca de um modo de vida que muitos de seus contemporâneos consideravam desumano. Às três e meia da madrugada, em uma pequena cidade de um país estrangeiro, ele matou um homem que interferia com seus direitos de propriedade, um policial que não aplicava a lei. Mas ao fazê-lo, ajudou a matar o que ele amava. Três meses depois daquela noite em Rio do Peixe, o Brasil aboliu definitivamente a escravidão. Foi o último país do Ocidente a fazê-lo.[3]

Em consequência do crime, o movimento abolicionista, que já estava em ebulição, ferveu ainda mais. Os detalhes da invasão da residência de Joaquim Firmino, em plena madrugada, as agressões sofridas pela mulher e os quatro filhos do casal, a selvageria do assassinato chocaram profundamente os abolicionistas e a opinião pública.

Mas por que os fazendeiros resolveram pessoalmente se encarregar da fatal lição a ser dada no delegado? Por que fazer justiça com as próprias mãos?

Com certeza, porque estavam cansados da atitude de Joaquim Firmino de não apenas não prender como não "caçar" escravos fugidos. Ele se negava terminantemente a obedecer as ordens recebidas. Fora isso, agravava a situação o fato de o delegado esconder em sua própria casa escravos de figuras importantes da cidade, como era o caso do major David Pereira, neto do cofundador de Penha do Rio do Peixe, Manoel Pereira da Silva. Mais ainda: desde o ano anterior, ou seja, desde 1887, Joaquim Firmino e Joaquim Ulisses Sarmento, seu conterrâneo de Mogi Mirim, participavam de movimentos abolicionistas nas duas cidades. Tanto que, nos dias 10 e 17 de julho de 1887, sócios do Clube Euterpe Comercial, de Mogi Mirim, convidados por Firmino e Sarmento, promoveram um *meeting* em pleno largo da Matriz da Penha, a favor da abolição. Tudo às claras, para quem quisesse testemunhar. A implicância dos fazendeiros com seu delegado já vinha ocorrendo havia meses.

O caso chegou à princesa Isabel, que o mencionou em carta à condessa de Barral, na ocasião sua ex-preceptora:

> Querida queridíssima
> Queria ter-lhe escrito no dia 17, mas não me foi possível, apesar do quanto me lembrei de vocês nesse dia. Muitos e muitos parabéns, e que Deus lhe dê todas as venturas! Gaston lhe tem escrito e lhe tem mandado os jornaizinhos dos meninos onde você verá tudo o que se fez pela emancipação dos cativos de Petrópolis. Como já lhe disse, atualmente é quase tolice empregar dinheiro em libertar escravos, mas vimos que podíamos libertar já os que ficarão livres daqui a ano e meio (é convicção minha e da maioria). É sempre uma caridade grande, e de além disso o que mais nos influenciou foi a ideia de dar um empurrão ao pensamento da abolição com pequeno prazo que parece estar no ânimo de todos, exceto no dos empurrados, que é necessário acordar. Ou acordam ou a onda os levará. Que Deus nos proteja, e que mais essa revolução ou evolução nossa se faça o mais pacificamente possível.
>
> Você terá lido o horrível assassinato do delegado da Penha do Rio do Peixe. Parece que os instigadores do crime tão horroroso foram dois sul-americanos (sic) escravagistas. Antes isso!
> Mil saudades! De ambos para vocês todos.
> Sua muito e muito de coração
>
> Isabel Condessa d'Eu[4]

Depois da morte de Firmino, segundo a descrição de Jácomo Mandato, o grupo de linchadores ainda seguiu para a casa de outra figura da cidade, Pedro Cândido de Almeida, onde se ouviu novamente o estampido de tiros e os gritos revoltados. Foram arrombadas as portas e a horda invadiu a

casa, que foi encontrada deserta, porque os moradores fugiram a tempo.

Vários jornais dedicaram espaço extra ao episódio da Penha do Rio do Peixe: em São Paulo, o *Correio Paulistano* e o *Diário Popular*; no Rio de Janeiro, a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Commercio* e a *Cidade do Rio* (este de José do Patrocínio). O assuntou rendeu até quando o advogado paulista Brasílio Machado aceitou defender os réus, o que provocou enorme repercussão negativa entre os que desejavam a emancipação dos negros.

O baiano Rui Barbosa justificava a decisão do colega paulista, afirmando que a um advogado "não era lícito negar defesa ao perseguido da justiça que, em qualquer circunstância, lhe vinha bater à porta". Reconhecido não só como advogado, mas também como professor, Brasílio Machado havia ocupado vários cargos públicos sendo, inclusive, presidente da província do Paraná, entre agosto de 1884 e agosto de 1885.

A imprensa abolicionista foi implacável em seus ataques ao advogado por aceitar a defesa dos réus incriminados na morte de Joaquim Firmino. Não escapou Brasílio às pilhérias, às galhofas, à gozação. A *Revista Illustrada*, de Ângelo Agostini, por exemplo, publicou em seu nº 488, de 10 de março: "A bolada de 100 contos, que os indigitados assassinos do delegado Joaquim Firmino ofereceram pelo patrocinato dessa causa perdida, acaba de encontrar quem lhe sorria e lhe faça: gró-gó-tó!"

Brasílio empenhou-se na defesa dos réus e conseguiu absolvê-los. Primeiro, desqualificando a vítima, ao apresentar cartas em que o delegado Firmino deixa dúvidas quanto às suas convicções abolicionistas. E, depois, ao sustentar que, com tantos autores, não se conseguiu produzir um só e único culpado – assim absolveu todos, mesmo diante da revolta da opinião pública.

Um texto intitulado "O Processo da Penha" foi impresso pela tipografia do *Diário Popular*, de São Paulo, em junho de 1888, e reuniu oito artigos, em que o advogado Brasílio Machado reúne as provas para sua defesa. A partir de então, os cidadãos de Penha do Rio do Peixe se dedicaram a esconder a história, que começou e terminou mal, sem direito a orgulho e festejos para ninguém.

Em 1901, José do Patrocínio ainda lembrava-se do episódio:

> [...] e a bandeira republicana, que sempre tremulava na mão de Glicério sobre os cativos, desfraldava-se sobre o cadáver de Joaquim Firmino, o mártir da Penha do Rio do Peixe, pedindo vingança contra o escravismo que linchara esse herói abolicionista.[5]

Em 1967, Jácomo Mandato trabalhava na prefeitura e propôs ao prefeito

que se desse o nome de Firmino a uma rua da cidade. A sugestão foi elegantemente rejeitada, para evitar problemas com as famílias Cintra e Pereira da Silva, descendentes dos fazendeiros. Só em 1978, noventa anos depois de seu assassinato, Firmino conseguiu ser nome de rua na cidade em que morreu.

Três meses depois da trágica morte de Joaquim Firmino, a princesa Isabel decretaria a libertação de todos os escravos do país. Junto às fugas dos negros em massa, à ação dos quilombos, à compra de cartas de alforria e às tramas políticas dos abolicionistas, o crime da Penha do Rio do Peixe foi também um fator que contribuiu para a assinatura da lei. E esse foi, certamente, o ato mais importante da curta carreira política de Isabel, que governaria o país por três breves períodos. Com a lei Áurea, Isabel desenhou seu destino para longe do país onde nasceu e para o qual seria preparada para governar.

---

1. Recenseamento de 1890.
2. MANDATO, Jácomo. *Joaquim Firmino, o Mártir da Abolição*. Edição do autor, 2001.
3. *The Economist*, dezembro de 2013, Edição Especial de Natal.
4. Arquivo do Grão-Pará. Pasta: XLI – 5 – 15 (1888).
5. Jornal *Cidade do Rio*, 13 de maio de 1901.

[capítulo II]

1846 | 1850

Nasce a princesinha carioca



Foi o segundo parto da imperatriz Teresa Cristina. Às seis horas da manhã havia soado o alarme para que se dirigissem ao Palácio de São Cristóvão os personagens mais importantes daquele ano de 1846, na capital do Império do Brasil. Estava para nascer a segunda descendente da família imperial – 18 meses antes, em 23 de fevereiro de 1845, havia chegado o primogênito, Afonso Pedro, herdeiro presuntivo da Coroa do monárquico e gigantesco país ao sul do Equador.

Dom Pedro II, o pai, era muito jovem ainda, nos seus 21 anos, mas com experiência no trono desde os 15, quando foi decretada sua maioridade.

“Eu quero!”, ele teria dito com rara convicção ao ser perguntado se gostaria de governar o país. O casamento com a italiana Teresa Cristina, princesa das Duas Sicílias,[1] havia acontecido apenas três anos antes e, no primeiro momento, pareceu ao jovem imperador o final dos tempos – a decepção com a noiva que lhe arrumaram foi visível aos mais próximos, já que ele manifestou-a na chegada da jovem ao cais do porto do Rio de Janeiro. Fora o fato de ter se recusado durante uma semana a entrar nos aposentos da mulher, como – segundo relatos de historiadores – era comentado, com deliciosa indiscrição, pelos empregados do palácio responsáveis pela arrumação do quarto do casal.

Àquela altura, D. Pedro parecia enfim conformado com o destino que lhe impuseram, ao lado da imperatriz. Ela era bastante diferente da que aparecia na pintura recebida antes do matrimônio: ao vivo e a cores Teresa Cristina era gordinha, feinha e, ainda por cima, tinha um defeito na perna. Mancava ao caminhar. D. Pedro manifestou sua apreensão a Mariana, condessa de Belmonte, sua aia querida: “Enganaram-me, Dadama!”[2]

Teresa Cristina, no entanto, parece ter se enamorado do noivo assim que o viu. O casamento havia sido realizado por procuração, em Nápoles, a 30 de maio de 1843. Foi necessário obter licença de Roma, porque os noivos eram primos. Ela era filha de Maria Isabel de Bourbon de Espanha, irmã de Carlota Joaquina, que, por sua vez, era esposa de D. João VI e avó do imperador. Seu pai era Francisco I, príncipe herdeiro do Reino das Duas Sicílias, do qual se tornara rei em 1825.

Teresa Cristina enfrentou a longa viagem, de cerca de oitenta dias, rumo ao Brasil. Aportou no Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1843. Ao chegar, percebeu nos olhos do marido a decepção que lhe causara.

Muitos anos depois, em 1920, a princesa Isabel, em entrevista ao jornalista Tobias Monteiro, confirmou a versão.[3] Disse ter ouvido de D. Elisa Carneiro Leão, viscondessa de São Salvador de Campos, e testemunha do primeiro encontro entre os jovens esposos a bordo da fragata *Constituição*, que a nova imperatriz, entre lágrimas, se lamentara, dizendo: “Elisa, o imperador não gostou de mim!” Ainda segundo a viscondessa, o retrato de D. Teresa Cristina, que o secretário José Ribeiro tinha trazido de Nápoles, estava “muito favorecido”. Era uma tela atribuída ao pintor José Correia de Lima, onde ela aparecia em meio-corpo, vendo-se ao fundo a paisagem da baía de Nápoles com o Vesúvio fumegando. A obra está hoje no Museu Imperial de Petrópolis.

Dadama praticamente criou o imperador, desde que o pai, D. Pedro I, e a

madrasta Maria Amélia partiram para Portugal, em abril de 1831, deixando-o – junto com as três irmãs, Januária, Paula e Francisca – aos cuidados de preceptores, professores e criados. [4]

O fato é que, fiel ao protocolo, naquele 29 de julho de 1846, enquanto a imperatriz lutava com as dores do parto, no quarto ao lado, D. Pedro II recebia as autoridades e membros da realeza que ali estavam para testemunhar o nascimento de um possível herdeiro do trono brasileiro.

A princesa que estava para nascer, no entanto, deu um baile em todos, principalmente na mãe. Foi uma longa espera que durou o dia inteirinho e a noite também, porque a criança só nasceu às seis horas e vinte e cinco minutos pelas mãos do Dr. Candido Borges Monteiro, médico da Corte e, assim que foi enrolada em panos, seguiu no colo do pai para o quarto ao lado para ser exibida aos presentes. Além do nascimento, uma estreia.

O brasilianista Roderick Barman imagina que, ao nascer, Isabel foi lavada e enfaixada, enquanto a mãe ficou de cama, prostrada, em prática médica da época. Teresa Cristina não teria amamentado a filha, como também era o costume. Logo foi providenciada uma ama de leite para a menina, entre as saudáveis habitantes de Petrópolis. O historiador Lourenço Luiz Lacombe nos informa que a escolhida foi Sofia Eppelsheimer, descendente de alemães.[5]

Em 15 de novembro de 1846, o bispo do Rio e capelão imperial, D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, batizou Isabel com água importada diretamente do rio Jordão, na Palestina. Os padrinhos – na cerimônia representados por procuradores – foram a avó Maria Isabel, rainha viúva de Nápoles, e o cunhado de seu pai, o rei Fernando de Portugal.

A princesa recebeu oficialmente oito nomes: Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga (os últimos quatro eram dados por tradição na família Bragança). Na infância e adolescência assinava suas cartas como Isabel Cristina, IC.

Um mês depois do batismo, D. Pedro II informou por carta à sua irmã mais velha, a rainha Maria II de Portugal: “De cá nenhuma nova lhe tenho a comunicar senão a da boa saúde minha, da imperatriz e dos pequenos que se tornam cada vez mais bonitos, principalmente Afonsinho, que já anda e diz algumas palavras, o que ainda mais graça tem.”

O imperador não poderia imaginar a desgraça que estava por vir: em 11 de julho do ano seguinte, seu primogênito e herdeiro da Coroa brasileira morreria depois de seguidos ataques de convulsões.

Um mês depois da perda do filho, D. Pedro II escreveria à madrasta

Maria Amélia:[6] “Com a mais pungente dor, participo-lhe que meu caro Afonsinho, seu afilhado, morreu desgraçadamente de convulsões que lhe duraram 5 horas sem interrupção e que há poucos dias se achou Isabelinha no perigo de um forte ataque de convulsões, o que muito me assustou!”

Dizia a lenda que os Bourbon de Bragança pagariam pela maldade de um antepassado – no caso D. João IV, fundador da dinastia de Bragança. A morte prematura havia ocorrido na geração de D. João VI, com seu irmão mais velho, D. José. Na geração seguinte, D. Antônio, filho de D. João VI, faleceu em 1801, aos 6 anos de idade, deixando a herança para o irmão mais novo, Pedro I. E, ainda, Pedro II herdou os direitos de dois irmãos que cedo se foram.

O médico e historiador, Alexandre José de Mello Moraes conta, em *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*, que a fatalidade era uma tradição e que nenhum dos primogênitos ou dos filhos varões vingaria naquela família, marcada desde quando D. João IV era rei de Portugal[7]:

> Ainda sendo o oitavo duque de Bragança, em dia em que se achava de mau humor, indo um leigo franciscano pedir-lhe esmola, ele, impacientado, despediu-o dando-lhe um pontapé na canela, que o molestou, levantando-lhe a epidemia em forma de peixe. Ressentido o frade da sem-razão com que fora molestado, lhe rogou a praga de que a sua descendência nunca passaria pelo primogênito – o que se realizou sem exceção alguma.[8]

Teresa Cristina não demorou a engravidar novamente. E o parto da segunda princesinha carioca ocorreu normalmente. Era o terceiro filho do casal. Leopoldina nasceu em 13 de julho daquele ano de 1847.

Depois da morte do irmãozinho Afonso, Isabel foi considerada, durante breve período, a herdeira do trono, mais exatamente até 19 de julho de 1848, quando nasceu Pedro Afonso, último filho de Pedro e Teresa Cristina.

Bem pequena ainda, Isabel também correu sério perigo ao enfrentar as consequências do tifo, epidemia constante no Rio. Uma febre que não abaixava a deixou prostrada e seus pais bastante apreensivos. Em 1849, o imperador havia concordado em voltar a passar o verão na fazenda de Santa Cruz,[9] como de costume. Para lá se deslocou a família real e lá ocorreu uma nova e terrível desgraça. Atacado de febre, o príncipe imperial D. Pedro Afonso morreu de convulsão em 9 de janeiro de 1850. O imperador ficou arrasado com a perda de seu segundo filho homem. Ele deixou uma carta ao cortesão responsável por Santa Cruz em que tentou explicar o que lhe ia pela alma:

> Senhor Macedo. Dê as ordens necessárias para que, com toda a comodidade, venham para S. Cristóvão esses filhos que me restam e estimo mais que a vida […] Foi o golpe mais fatal

> que poderia receber e, decerto, a ele não resistiria se não me ficassem ainda a mulher e duas crianças, que tenho a educar para que possam fazer a felicidade do país que as viu nascer, e é [sic] também uma de minhas consolações."[10]

E, como parecia estar escrito, Isabel, aos 4 anos, tornou-se herdeira presuntiva da Coroa brasileira com a morte de seus dois irmãos homens.

Em 15 de julho de 1850, através do decreto 674, foi declarado de Grande Gala o 29 de julho,[11] dia do aniversário de Isabel, um simbolismo com que eram agraciadas as pessoas "diferenciadas" naqueles tempos.

O reconhecimento oficial como sucessora de seu pai aconteceu em 10 de agosto do mesmo ano, quando a Assembleia Geral, reunida no Paço do Senado, às 11 horas da manhã, proclamou-a Herdeira do Trono na forma dos Artigos 116 e 117 da Constituição do Império.[12]

Não seria fácil o seu caminho. Naquele mesmo ano de 1850, registrou-se que a princesa havia sofrido "no decurso da noite, febre que se desvaneceu de manhã cedo. O acesso diurno veio às 11 da manhã até às 5 da tarde. Dr. Sigaud. Paço da Boa Vista".[13]

Isabel e seus irmãos nasceram em São Cristóvão, nos arredores do Rio, numa leve elevação, no centro de um imenso parque. O terreno e o palacete eram de propriedade do comerciante Elias Antônio Lopes e foram por ele cedidos a D. João VI, como um "presente", em março de 1808. A partir de 1817, transformou-se em propriedade do Estado e moradia da família real.

O local foi denominado Real Quinta da Boa Vista, por causa de sua localização privilegiada: na direção do Caju, via-se o mar; de outro ângulo, a floresta da Tijuca e ainda o Corcovado. Foi lá que o imperador D. Pedro I sempre morou; foi lá que nasceu D. Pedro II e os filhos. O Paço da Boa Vista, ou de São Cristóvão, foi residência oficial dos monarcas até o fim do Império.[14]

Com Pedro II, o Paço da Cidade, primeira moradia de D. João VI ao chegar ao Brasil em 1808, continuou sendo a sede oficial da Corte, local de despachos, recepções oficiais, acontecimentos solenes. Dali saía o soberano para os atos públicos, como a abertura do Parlamento, revistas de tropas, inaugurações pomposas. O Paço da Cidade significava poder e prestígio, na visão da historiadora Lilia Schwarcz.

O historiador Hermes Vieira nos conta que a família imperial costumava veranear na fazenda de Santa Cruz, onde D. João VI se refugiava nos fins de semana. Mas D. Pedro II não simpatizava muito com a fazenda, que lhe parecia malcuidada, com um aspecto grotesco. O casarão, construído em quadrilátero, de grandes proporções, era decorado com poucos móveis. A

única atração era a excelente situação geográfica: bem no topo de uma montanha alta de onde era possível enxergar uma planície de quatro léguas (17 quilômetros). O grande problema, no entanto, foi que D. Pedro II tomara horror pela fazenda Santa Cruz, desde que ali morreu o príncipe D. Afonso.

D. Pedro registrou sua dor em versos:

> Coube-me o mais funesto dos destinos
> Vi-me sem pai, sem mãe na infância linda
> E morrem-me os meus filhos pequeninos![15]

Na Fazenda de Santa Cruz, uma grave doença também atacou a princesa Isabel, deixando-a bastante debilitada, a ponto de temerem por sua vida. D. Pedro não queria mais ouvir falar em Santa Cruz. Levou a filha para convalescer na Tijuca, na propriedade de um amigo. Imaginou-se que D. Pedro poderia ter voltado para São Cristóvão. Mas ele não quis. Preferiu recolher toda a família naquela casa, principalmente para fugir da febre amarela que então havia se espalhado pelo Rio inteiro, causando muitas mortes.

A melhora da princesa de fato aconteceu. Porém, algum tempo depois, ela voltou a passar mal. Quando a noite caía, suava pela febre alta. Foi, então que o imperador, diante da precariedade da saúde da filha, decidiu abandonar de repente a cidade e partiu para a antiga fazenda do Córrego Seco, que herdara do pai, no alto da Serra da Estrela, onde se ergueu a cidade de Petrópolis.[16]

Segundo Hermes Vieira, inúmeras foram as opiniões contrárias a que o imperador fosse passar as férias na serra. Os críticos alegavam que as despesas eram exorbitantes. “Mas, aflito, o monarca não deu, dessa feita, ouvidos aos inimigos de Petrópolis. Abalou para lá com a família, e, graças à amenidade do clima, a princesa restabeleceu-se prontamente.”[17]

Para o historiador, Isabel transformou-se, pela doença, na causa indireta do esplendor que Petrópolis atingiu, pois, não fosse o imperador tê-la levado para lá – contrariando quase a opinião geral –, talvez nunca mais a realeza fosse repousar naquelas terras altas. Porém, possivelmente para não desagradar os que eram contrários às suas férias em Petrópolis, o soberano voltou a fazer, de quando em quando, estações de verão no Andaraí. Quando aí veraneavam, as princesinhas passavam suas horas de lazer com Alfredo de Taunay, futuro visconde de Taunay, e sua irmã Adelaide. A família Taunay vivia há duas gerações no Andaraí Pequeno

(futuro bairro da Tijuca) e, na floresta que ganhou o mesmo nome, é que costumavam brincar.

Hermes Vieira acredita também que uma das circunstâncias que levavam o soberano a preferir, de vez em quando, o Andaraí era a do sacrifício que era preciso fazer para se chegar a Petrópolis. Realmente, a viagem era longa e estafante. Para realizá-la, a família imperial precisava parar na Fábrica de Pólvora, antiga Fazenda da Mandioca, que ficava na Raiz da Serra. Seu dono era o conselheiro George Heinrich von Langsdorff, de nacionalidade alemã, muito embora fosse o cônsul-geral da Rússia. Dormiam ali para, na manhã seguinte, voltarem à estrada pela Serra dos Órgãos acima, indo hospedar-se em casa do intendente da pequena colônia alemã ali instalada, sob a jurisdição de Júlio Frederico Koeler, engenheiro responsável pela construção de Petrópolis, ao lado do mordomo-real Paulo Barbosa e do próprio imperador. A princesa Isabel relembraria, anos mais tarde, já no exílio, como eram cansativas aquelas viagens.

> Nasci no Palácio de S. Cristóvão, no Rio de Janeiro, a 29 de julho de 1846. Minha infância passei-a junto de meus queridos pais e de minha irmã mais moça. Não saía do Rio no inverno, nem de Petrópolis no verão. O palácio de S. Cristóvão fica situado num arrabalde do Rio, numa pequena elevação, ao centro de grande e belo parque, que durante minha infância se destacava pelas alamedas ensombradas de mangueiras, tamarineiros e outras árvores. Numa dessas maravilhosas aleias de bambus, cujos cimos se cruzavam tão alto que pareciam verdadeiras ogivas de catedral, brincávamos, minha irmã e eu, com algumas companheiras. Mais tarde, por inspiração de meu pai, traçou Glaziou a grande avenida em linha reta, margeada de árvores, conduzindo ao pátio fronteiro à bela fachada do Palácio. Dos andares superiores desse paço avista-se um trecho de mar do lado do Caju: de dois outros lados, descobre-se o esplêndido panorama que tem por fundo a Tijuca e o Corcovado. (A vista do alto desta montanha é uma das mais belas que conheço.)
>
> Passávamos o verão em Petrópolis. Embarcávamos no Arsenal de Marinha, na galeota a vapor de meu pai, e navegávamos durante uma hora entre ilhas verdejantes e pitorescas até Mauá, deixando atrás de nós o Pão de Açúcar e a Fortaleza de Santa Cruz, que guardam a entrada do Rio. Tínhamos diante dos olhos as belas montanhas, cujos picos, em forma de tubo de órgãos, deram-lhe o nome de Serra dos Órgãos. Em Mauá tomávamos a estrada de ferro e, em duas horas, achavam-nos em Petrópolis, deliciosa residência de verão: jardins floridos, canais cortando a cidade, belas casas, colinas verdejantes, montanhas ao longe – algumas de granito, que ruboresciam ao pôr do sol.
>
> Antigamente não se ia assim tão facilmente a Petrópolis. Tempo houve, na minha meninice, em que dormíamos em meio do caminho, na Fábrica de Pólvora. Servíamo-nos então de cavalos ou jumentos e também de liteiras. Mais tarde veio a estrada de ferro na planície e as diligências ou os carros do Palácio levavam-nos a 800 metros acima do nível do mar, que avistávamos, por minutos, a nossos pés, antes de chegar à cidade. Daí podíamos gozar o espetáculo de um mar de nuvens formado embaixo.[18]

No ano em que nasceu Isabel, D. Pedro II caminhava para transformar o segundo império no mais pacífico da história. Em 1845, havia terminado a Revolução Farroupilha (crise separatista acontecida no Rio Grande entre

1835 e 1845) e dois anos depois viria a Revolução Praieira (último movimento rebelde que marcou a construção do II Império). A relativa paz favorecia os interesses dos grandes proprietários rurais, acordados em manter a escravidão e evitar a participação política popular, sobretudo através de eleições. Havia somente dois partidos – o Liberal e o Conservador –, que disputavam o poder em eleições legislativas para a Câmara dos Deputados.

No entanto, como não é de se estranhar, o processo eleitoral, já naquele tempo, não era honesto e muito menos organizado. Fraude e violência eram quase sinônimos. Os dois partidos se alternaram no poder ao longo do governo de D. Pedro II. Em 1847, foi instituído o parlamentarismo, com a eleição de um presidente do Conselho de Ministros, que servia de ligação com o poder moderador. Não caberia mais ao imperador a função de nomear todos os ministros – apenas um, que, então, seria encarregado de montar seu gabinete.

Ainda bem longe desses assuntos políticos, Isabel e Leopoldina, na infância, frequentavam uma turminha da qual faziam parte Maria José Velho de Avelar, futura baronesa de Muritiba, e Maria Amanda de Paranaguá. Amandinha, como costumavam chamá-la, era filha de João Lustosa da Cunha Paranaguá, político em ascensão, cuja família tinha enormes propriedades na província do Piauí. A baronesa de Muritiba, por sua vez, foi quem emprestou a casa de Petrópolis para a lua de mel da princesa e também viajou com ela para o exílio em 1889. Também fazia parte do grupo, Adelaide Taunay, filha de Félix Émile Taunay, pintor nascido na França que ensinou desenho e francês ao jovem D. Pedro II. Todas foram amigas de D. Isabel pela vida afora.

É Hermes Vieira quem relata um episódio marcante da infância de Isabel envolvendo agressão física, embora involuntária. Um acidente. Aconteceu numa noite de São João: no meio da festa, em volta da fogueira, ao soltar um de seus fogos multicores, Isabel apontou o jorro para o lado de uma das meninas que participavam da brincadeira junina. E, assim, feriu um dos olhos da garotinha. O corre-corre foi grande. E o imperador criou uma pensão vitalícia para a criança prejudicada.

Na Quinta improvisavam-se também jogos florais, que é como se chamavam as competições de poesias. O carnaval era festejado – com máscaras e entrudo.

> Nas noites frias de São João e de São Pedro armam-se grandes fogueiras no parque. O imperador vem fazer companhia às filhas e suas amiguinhas e entra com elas nos

> folguedos. A criançada do bairro e os filhos dos criados do Paço juntam-se à família imperial, e todos saltam as fogueiras, numa algazarra de gritos e gargalhadas.[19]

No Parque da Quinta da Boa Vista as meninas podiam correr e brincar. Quando chovia, ou quando o calor era insuportável, iam para dentro do Palácio, onde passavam os dias. Numa das salas havia um pequeno teatro, construído pelo monarca – ali interpretavam peças ligeiras, junto a outras crianças. Também recriavam peças de grandes autores. O historiador Max Fleiuss nos informa que, notadamente, na comédia em três atos *Les Plaideurs*, de Jean Racine, Isabel exibia-se corretamente recitando com talento os versos do autor de *Atália* e de *Fedra*.

Para herdar o trono fundado por D. Pedro I, quando proclamou a independência, restava enfim esta frágil princesinha de 4 anos que passaria a ser, então, uma Princesa Imperial.

A fim de prepará-la para o papel que lhe estava reservado, começou D. Pedro II a preocupar-se com a formação da futura imperatriz. Ele mesmo havia dito, referindo-se às filhas: "Tenho a educar, para que possam fazer a felicidade do país que as viu nascer." Foi ele o mais severo e o mais atento professor das princesas.

---

1. Nome escolhido pelo rei Fernando I de Bourbon em 1816, depois que o Congresso de Viena acabou com o Reino de Nápoles e o Reino da Sicília transformando-os num só país. O Reino das Duas Sicílias existiu até 1861, quando nasceu o Reino da Itália.
2. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 35.
3. *Jornal do Commercio*, 06 de outubro de 1967, artigo de Helio Vianna sobre a entrevista da princesa no Castelo d'Eu.
4. Dom Pedro I teve 18 filhos: sete com a imperatriz Leopoldina; um com D. Amélia, sua segunda mulher; cinco com a marquesa de Santos, sua amante; dois com uma francesa chamada Noemy Thierry; um com a baronesa de Sorocaba, irmã da marquesa de Santos; um com a uruguaia Maria del Carmen; um com outra amante francesa, chamada Clémence Saisset; e ainda um com a monja portuguesa Ana Augusta. Este último filho chamou-se igualmente Pedro, como o pai.
5. LACOMBE, Lourenço Luiz. *Isabel, a Princesa Redentora.* Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989, p. 16.
6. BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil, gênero* e *poder no século XIX.* São Paulo: Unesp, 2005, p. 43.
7. D. João IV (1604-1656) foi o vigésimo primeiro fundador da dinastia de Bragança.
8. VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel – uma vida de luzes e sombras*. São Paulo; Edições GDR, 1990.
9. A Fazenda Imperial de Santa Cruz foi fundada pelos jesuítas. Com o banimento da congregação, passou a ser propriedade da Coroa.
10. BARMAN, 2005, p. 45.
11. VIEIRA, 1990, p. 21.

12. *Jornal do Commercio*, 11 de agosto de 1850.
13. *Jornal do Commercio*, 15 de novembro de 1850.
14. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 210. Ali, no começo do século XVII, existiu uma capela em homenagem a São Cristóvão, daí o nome da região.
15. CALMON, Pedro. *A vida de D. Pedro II, o rei filósofo.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975, p. 104.
16. Petrópolis foi criada por decreto do imperador em 16 de março de 1843.
17. VIEIRA, 1990, p. 26.
18. *Alegrias e Tristezas*. Princesa Isabel, notas autobiográficas reunidas sob este título, 1905 ou 1908.
19. VIEIRA, Hermes. *A princesa Isabel no cenário abolicionista do Brasil*. São Paulo: Editora Limitada, 1941, p. 59

[capítulo III]

1854 | 1855

As primeiras letras e o Brasil em meados do século XIX



Conformado com o destino que lhe impôs a perda de seus dois filhos homens, D. Pedro II agarrou-se com visível intensidade à tarefa de educar Isabel e Leopoldina. Sua ideia era a de que elas estudassem da mesma maneira que os meninos de sua época, pois Isabel estava destinada a, um dia, governar o Brasil. Ele mesmo ensinou as primeiras letras às duas meninas. O criterioso historiador Lourenço Luiz Lacombe observa que D. Pedro foi o mais severo e atento professor que elas tiveram. Depois, passou a chamar profissionais para ajudá-lo na missão, como Joaquim Manuel de Macedo, autor do romance *A Moreninha*, que lhes deu aulas de história, e

também o marquês de Sapucaí, Cândido José de Araújo Viana, para as primeiras lições de inglês e alemão.

Quando D. Pedro II precisava ficar longe das meninas, para cumprir seus deveres de imperador, quem cuidava delas – além da mãe Teresa Cristina, claro – era a D. Rosa de Santana Lopes, que em 1874 seria baronesa de Santana. Certamente, a princesa de Joinville, irmã de D. Pedro II influenciou na escolha. Ela escreveu ao imperador: "Torno-te de novo a importunar para pedir-lhe que faça Dama para o quarto de algum dos teus filhos a D. Rosa, por quem eu já te pedi o mesmo na minha partida."[1]

Isabel adorava D. Rosa e passou a se referir a ela como "Minha Rosa".

D. Pedro II foi um pai presente e devotado. Gostava de ler para as duas, e também de lhes dar lições de matemática e latim. Com a maior paciência explicava-lhes os princípios da física. Escolheu com rigor os professores, mas precisava de alguém que lhes ensinasse a viver como damas em sociedade. E confessava: "Não sou dos mais habilitados para lidar com senhoras." Quando Isabel completou 10 anos, o imperador contratou um republicano convicto, Francisco Crispiniano Valdetaro, para dirigir os estudos das irmãs.[2]

As princesas mal saíam de casa, onde recebiam as amigas para as poucas horas livres que teriam no rígido esquema de estudos programado pelo pai. Mas não viviam totalmente reclusas. Os jornais do Rio noticiaram que, na Semana Santa, em 1854, quando tinham, respectivamente, 7 e 6 anos de idade, queriam assistir à procissão do Enterro do Senhor, organizada pela Ordem Terceira de S. Francisco de Paula. A procissão foi obrigada a sair às sete horas em ponto, de maneira que passasse pelo largo do Paço às oito horas, e, assim, pudesse ser vista pelas princesas. Na corte, quem com elas trabalhava obedecia a regras rígidas. Eram pessoas recrutadas em famílias com tradição de serviço e conscientes do status superior da corte, de seus privilégios e obrigações. A equipe incluía cortesãos de linhagem aristocrática – como D. Manuel de Assis Mascarenhas – e estrangeiros naturalizados, como o Dr. José Francisco Sigaud. Fora os escravos domésticos.[3]

Em 28 de dezembro de 1854, aos 8 anos, Isabel deu início à vasta correspondência que manteria por toda a vida com seus pais, marido, amigos e colaboradores. Suas cartas, em torno de 3 mil, hoje em solo brasileiro, estão guardadas, muito bem-conservadas e catalogadas no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Podem ser lidas e copiadas à mão, mas não reproduzidas em qualquer tecnologia existente

sem o consentimento da família. São papeizinhos delicados, finos, com a letra singela de Isabel na infância e mais apressada da idade adulta.

Na leitura das cartas depara-se com uma criança de personalidade, que revela seus desejos com segurança, nada tímida, bem-humorada e com reconhecível espírito de liderança. Parecia bem feliz com o que a vida lhe havia destinado, abrindo seu espaço no mundo superprotegido em que seria criada, com um bem desenvolvido espírito de sedução. Desde cedo, também, aprenderia a mandar e fazer com que tudo acontecesse a seu modo. Muitos e muitos anos depois, em 1876, tentaria explicar seu jeito de ser: "Eu nunca me inclinei a ver as coisas totalmente pretas. Pode ser um hábito bom ou mau, no entanto, é uma sorte para mim que ainda o conservo."[4]

As primeiras cartas foram escritas a partir de 1854.

A Teresa Cristina:

> 28 de dezembro de 1854
> "Mamãe, eu mando este amor-perfeito repenicado. A Mana e Eu mandamos muitas saudades. Isabel Cristina."[5]

A D. Pedro II:

> Petrópolis, 9 de fevereiro de 1855
> "Meu caro Papai
> Eu estimo que chegasse bem e que o tempo desse lugar fosse o que desejava. Eu dei bem minhas lições e ainda vou ler esta tarde com o mestre.
> Adeus, Papai, aceite um abraço e deite sua Bênção a Sua filha do coração, Isabel Cristina."[6]

Carta que endereçou a ambos em 5 de março de 1857:

> "Papai, diga-me se o barômetro tem subido ou descido lá por São Cristóvão e a quantas anda a cubazinha. Não se esqueça do livro que lhe pedi, e se puder trazer um barômetro melhor perceberei as suas explicações, mesmo que seja um barômetro de quadrante. Mamãe, faça o favor de comprar as bonecas nuas para eu as vestir ao meu gosto."[7]

Também era dever de pai, pensava o imperador, conseguir uma boa preceptora para as filhas. Teve a ideia de convidar a própria D. Amélia (sua madrasta, viúva de D. Pedro I) para a importante missão. A imperatriz respondeu dizendo-se extremamente comovida com o convite, mas alegando que, diante de seu estado emocional e saúde precária, "seu melhor desejo falharia perante a dor do seu coração". E concluía: "Vejo-me obrigada a dizer-te, com toda a franqueza, não poder aceitar a prova de confiança que me queres dar."[8] Apesar da recusa, D. Pedro insistiu em nova carta de 14 de novembro de 1853:

> […] Sempre julguei que seria dificílimo encontrar uma senhora digna de dirigir a educação de minhas filhas e, por isso, foi minha primeira ideia rogar-lhe que dela se encarregasse. […] ainda não me convenci da inutilidade de semelhante medida, atendendo a que as Senhoras dos seus respectivos quartos, ainda que muito cuidadosas (honra lhes seja feita) não possuem o grau de educação que mesmo na sociedade ordinária requer. […]
>
> O meu desejo seria tomar sobre mim este encargo, mas bem pode prever minha Mãe que o tempo que me resta de minhas obrigações não me permitiria e, além disso, não sou dos mais habilitados para lidar com Senhoras, principalmente como as desta casa que, afora as ocasiões de serviço, vivem na mais completa ociosidade. Eis a pura verdade; e diga-me se não tenho razão de desejar ter junto às minhas filhas uma Senhora em que possa confiar também pelo lado da inteligência e polidez.[9]

De qualquer maneira, a pedido do imperador, sua irmã Francisca – a Mana Chica, princesa de Joinville – já estava cuidando do assunto e, em dezembro de 1855, indicou uma brasileira, baiana, D. Luísa Margarida Portugal de Barros, filha do diplomata Domingos Borges de Barros, visconde de Pedra Branca, casada com o fidalgo francês visconde de Barral. D. Pedro II já a conhecia.

D. Amélia não gostou. Preferia uma dama alemã, mas D. Pedro confiou na indicação feita pela irmã e encarregou o mordomo Paulo Barbosa de enviar a ela o convite imperial. A resposta demorou, só chegando em abril de 1856:[10]

> Exmo. Sr.
> Minha curiosidade tão vivamente despertada pelo empenho que V. Exa. tinha em haver uma resposta minha, tanto à carta vinda pelo Sr. Aguiar, como por outra sua, ao Cel. Bezerra, ficou satisfeita ontem somente, pondo-me na mais cruel perplexidade não sabendo como responder a tão bonitas expressões, a tantas coisas honrosas e lisonjeiras a meu amor-próprio. Confesso-lhe de todo o meu coração que foi a coisa mais inesperada possível, e se não fosse a humilde opinião que de mim tenho, me teria tornado de repente a pessoa mais vaidosa do mundo.
>
> Agora, diga-me V.Exa., como meu velho amigo, como poderia eu aceitar semelhante cargo! Sou casada com um francês, e só morei na Bahia enquanto ele, por sua bondade, me permitiu de fazer companhia ao meu velho Pai, nos seus últimos anos de vida. Deus, depois de me pôr velha, quis dar-me uma grande consolação, mandando-me do céu um anjinho por filho. Dele, com amor de mãe e cegueira quase de avó, vivo ocupada de dia e de noite.
>
> Devemos infalivelmente voltar para a França […]. Nossas propriedades, nossa fortuna estão na Bahia e em França. Como poderíamos, de repente, largar tudo para começar vida nova no Rio? Que peso faz V. Exa. cair sobre meu coração, dizendo que não aceitando eu esse cargo, caber-me-ia parte da responsabilidade dos males que podem vir ao Brasil!… Essa única consideração me faz hesitar, se a consciência do meu pequeno mérito não afogasse os fogachos que V. Exa. quis acender. Meu marido, hoje quase brasileiro, se se capacitasse de verdade do seu dito, não recusaria diante dos grandes sacrifícios mas, entretanto, para não incorrer na pecha de precipitada, não respondo ainda hoje oficialmente a V. Exa., e para fazê-lo devo pedir-lhe todos os esclarecimentos possíveis para não haver engano: Qual meu lugar na corte, diariamente e em dias de gala? Ao que me engajaria eu? Quem escolheria a *institutrice* que, em minha ausência, deveria acompanhar as Princesas e lhes dar sempre as lições? De quem dependeria essa senhora, em tudo e por

> tudo? Onde moraria eu? Sendo casada, não seria possível morar no Paço. Explique-me qual é o cerimonial e etiqueta da corte no Brasil. Com quem jantaria eu e a custa de quem? Qual o meu *traitement*? Etc. etc. Isto conversando não é nada. Por carta é uma grande dificuldade. Mas fazendo-lhes estas perguntas obedeço à minha Princesa, que em carta também recebida ontem, me aconselha a saber tudo, bem exatamente, antes de me decidir [...].

Aquela altura, segundo a historiadora Mary Del Priore, biógrafa de Barral, a condessa se viu diante de duas escolhas: voltar à França como esposa de um pajem, que recebia meio soldo de salário, ou brilhar na Corte do Rio de Janeiro. Primeiro, ela precisava saber quanto iria ganhar pelo serviço e que privilégios a beneficiariam. Foi informada pela princesa de Joinville que a Corte de D. Pedro não era das mais animadas. Ao contrário. O imperador nunca dava festas e vivia com a família à base de horários rígidos. Enfim, a Barral receberia 12 contos por ano, mais carruagem e residência e teria total autonomia para fazer o que quisesse na educação das princesas. Pediu ainda uma professora para ajudá-la.

Tudo acertado, D. Pedro recebeu nova carta da irmã Francisca:

> Estou encantada sabendo que a Barral aceitou o lugar de aia. Não podias ter acertado melhor. Ela parece somente muito inquieta da responsabilidade que vai ter, sendo aia de tuas filhas e tendo já tido outras pessoas que lhe vão provavelmente fazer guerra. Eu escrevo como me pediste a todos do Paço para recomendar-lhes a Barral como sendo uma pessoa muito minha amiga, é brasileira, e merece toda a confiança que lhe deves dar para que ela possa empreender o seu lugar, lugar que não é fácil em nenhuma parte... senão tenho medo que as outras se ponham todas à guerra.[11]

Depois do negócio fechado, a condessa, o marido e o filho se mudaram para a capital. Uma corveta de guerra foi buscar na Bahia a nova dama do palácio, transportando-a com grandes honras ao Rio de Janeiro. A contratação foi publicada no *Jornal do Commercio:* "Por decreto de 31 de agosto de 1856 foi nomeada dama de S.M. a Imperatriz a Sra. Condessa de Barral."[12]

Como bem observou Mary Del Priore:

> O único homem que daria ordens a Luísa, de hora em diante, seria um moço bonito, apesar da gordura que começava a se espalhar pelo seu corpo. Alto, de feições severas e modos lentos, tinha um par de olhos azuis como contas, afundados num rosto muito branco. Mais ouvia do que falava e dele emanava um sentimento de desconfiança em relação ao interlocutor. Raramente as pessoas ficavam à vontade na companhia do imperador. Podia-se resumi-lo numa única palavra: reservado. Às vezes era visto na bela baía de Botafogo tomando banho de mar com a família. Quando o cólera chegou à capital, mostrou-se incansável. Em vez de se refugiar em Petrópolis — como fez a elite —, "parava seu carro à porta dos hospitais, penetrava nesses focos de epidemia, aproximava-se dos leitos dos coléricos, falava a todos eles, robustecendo a coragem dos fortes, inspirando valor e ânimo aos fracos e enchendo de esperança, de fé e de gratidão os corações dos míseros doentes".

A doença acabou matando 5 mil pessoas.[13]

E a condessa de Barral chegou para cuidar de Isabel e Leopoldina no Rio de Janeiro em 1856. Que país era esse? O Brasil visto pelo jornalista e historiador Delso Renault, em sua exaustiva pesquisa sobre o Rio de Janeiro pelos jornais, ano a ano, praticamente dia a dia, nos revela que, em 1854, o governo lutava ainda para dar execução à lei que proibia o tráfico de escravos. O desembarque de cerca de trezentos africanos em Bracuhy (Angra dos Reis) deu origem à abertura de inquérito e processo criminal.

As contínuas revoltas dos escravos, o emprego da máquina a vapor nos engenhos, a decadência da economia açucareira e a ascensão da cultura do café já eram indícios de que seria preciso encontrar solução para o problema dos cativos.

Ao mesmo tempo, em 1853, instalou-se o serviço de iluminação a gás no centro da cidade e também correu, pela primeira vez, a máquina que ligou Porto da Estrela à raiz da serra de Petrópolis. O telégrafo elétrico foi inaugurado no mês de maio, ligando a princípio o Paço de São Cristóvão ao Ministério da Guerra e às localidades mais próximas. Muita gente, mesmo entre grupos esclarecidos, não confiou nas vantagens da nova iluminação. Mais que isso: a população se intimidou com a notícia da instalação, temendo que algo explodisse.[14]

Bicas e chafarizes abasteciam a população, já que não existia serviço de esgotos e água encanada. As ruas do Rio eram feias, tristes. Todas as praças da cidade, o Rocio, o Campo, o Paço, a Carioca, a Lapa, não tinham a menor condição para que se caminhasse por ali. Andaraí, Flamengo, Botafogo, Catete – aos olhos do estrangeiro não apresentavam mais do que ruínas e lama.[15]

Mas, por outro lado, a condessa de Barral não podia se queixar: em total contraste, a sociedade importava o que havia de melhor no comércio da moda. Buquês e camélias nos cabelos das mulheres não se usavam mais. As damas em seus camarotes procuravam mostrar os lindos lenços de cambraia rendados nas bordas. Já os cavalheiros exibiam cigarreiras de prata, botões e abotoaduras de coral.

A evidente paixão da Corte era o teatro. Em atividade, o Teatro São Pedro de Alcântara, o Provisório e o de Santa Tereza. João Caetano, como empresário e ator, era o mais ativo e conhecido. A arte lírica era, sem dúvida, a preferida.

Em 1855 acentuou-se a luta entre latifundiários e industrialistas. Os

donos de terras e de escravos sustentavam a necessidade do regime escravista e repeliam a ideia da industrialização. Não acreditavam que o Brasil seria capaz de concorrer com a indústria estrangeira. Os idealistas da industrialização combatiam a escravidão e reclamavam a defesa de nossos interesses comerciais. Diante da pressão inglesa já estava praticamente extinto o tráfico na costa brasileira. Mas o comércio interprovincial de escravos continuava. Anúncios dos jornais da Corte revelam a continuidade do mercado do escravo: "Crioulinhos. Compra-se um ou dois recém-nascidos, até a idade de 10 meses, na rua da Misericórdia."[16]

Estava à venda também – como pode ser visto nos anúncios dos jornais da época – mercadoria mais valorizada: o escravo ladino, aquele que tinha prática de algum ofício.

Na cidade do Rio de Janeiro, em meados da década de 1850, havia 44 mil escravos. Muitas famílias viviam às custas do braço escravo e sustentavam-se com o aluguel de seu trabalho, com o lucro de pequenas indústrias ou com as esmolas recolhidas na via pública. Não eram raros os anúncios de escravos cegos, doentes, aleijados, adquiridos com o objetivo de explorar a caridade pública em proveito dos senhores. À medida que se tornava preparado para algum ofício, o negro passava a ser fonte de lucro e especulação.

O Rio de Janeiro era ainda, naquela fase, o paraíso dos que pediam esmolas. E, por toda parte, só se falava no cólera. A febre amarela atacou a cidade novamente. Os jornais publicavam relação diária das mortes registradas. De fato, eram as condições sanitárias da cidade que agravavam o quadro das doenças. Lixo, águas servidas, detritos eram despejados nas praias e terrenos baldios. Não existiam banheiros públicos. A consequência "é o deplorável estado dos cantos das ruas, portas de igrejas, paredes dos teatros".[17]

Pedro II comparecia ao exame das escolas e prestigiava as exposições de arte. Seu mecenatismo ajudava, de alguma forma, o interesse pelo livro, pela cultura. Vivia-se a era nacional ou época do romantismo, que foi de 1808 a 1868. Entre Gonçalves Dias e Castro Alves – cuja poesia se fez conhecida em 1870 – apareceram outros nomes da lírica romântica. O comércio livreiro apontava a predominante influência dos românticos e clássicos franceses: Alexandre Dumas, Victor Hugo, Lamartine, Molière, Racine, Boileau, Pascal, La Bruyère, Descartes, Bossuet, Corneille estavam à venda nas livrarias, onde também eram encontradas obras de Camões, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Filinto Elísio, Camilo Castelo

Branco.

No país que começava a dar seus primeiros passos como uma única nação é que Isabel e Leopoldina iriam conhecer o mundo através dos olhos da condessa de Barral.

---

1. LACOMBE, 1989. Carta de St. Cloud, 22-IX-1846, p. 22.
2. Pouco mais tarde, Isabel e Leopoldina tiveram outros mestres, a saber: Isidoro Bevilacqua (música), substituído por Pizzarrone; padre Marcos Neville (inglês); Guilherme Schulze (alemão); frei José de Santa Maria AmaraI (filosofia); Luís Aleixo Boulanger (caligrafia); Marciano José de Almeida (desenho) e Julio Toussaint (dança).
3. BARMAN, 2005, p. 52.
4. BARMAN, 2005, p. 56.
5. BARMAN, 2005, p. 55.
6. BARMAN, 2005, p. 55.
7. Arquivo do Grão-Pará, Pasta XLI-3-03 (1857).
8. LACOMBE, 1989, p. 23.
9. LACOMBE, 1989, p. 23.
10. LACOMBE, Lourenço Luiz. *Anuário do Museu Imperial*, 1944, v. 5, p. 10 a 17.
11. DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral, A paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 134.
12. DEL PRIORE, 2008, p. 136.
13. DEL PRIORE, 2008, p. 136.
14. *Correio Mercantil*, 25 de março de 1854.
15. *Jornal do Commercio*, 24 de maio de 1854.
16. *Jornal do Commercio*, 25 de dezembro de 1854.
17. *Correio da Tarde*, 18 de setembro de 1855.

[capítulo IV]

1856 | 1860

Aos 14 anos, o primeiro juramento de manter a coroa



Tudo acertadíssimo, a baiana Luísa Margarida Portugal de Barros, condessa de Barral, e sua família desembarcaram no Rio de Janeiro no final de agosto de 1856. Uma semana depois, em 9 de setembro, ela assumiu a responsabilidade pela educação de Isabel, de 10 anos, e Leopoldina, de 9. Instalou-se com o marido e o filho Dominique num casarão em São Cristóvão, próximo ao palácio. Àquela altura, a Barral já passara dos 40 anos, embora continuasse a caminhar pela vida com o charme sedutor com que costumava conquistar todas as pessoas. D. Pedro II ficou bastante impactado assim que a condessa passou a fazer parte de

sua vida. Fez de tudo para ajudá-la, inclusive com o texto "Obrigações da Aia", no qual lhe dava o controle total sobre a educação das filhas. O imperador escreveu:

> Sua Majestade o Imperador espera que a dama e a açafata do quarto de Suas Altezas Imperiais não continuarão a contrariar por seus atos e palavras a influência que deve a condessa de Barral ter sobre a educação de Suas Altezas Imperiais que por Sua Majestade o Imperador lhe foi cometida, evitando assim que o mesmo Augusto Senhor se veja obrigado a tomar alguma medida severa.[1]

Dessa maneira, pensava ele, estaria tirando de cena o ciúme das outras damas do Paço e colocando a Barral no lugar onde merecia estar. Já havia sido nomeada dama da imperatriz, o mais alto cargo entre os serviçais. D. Pedro esqueceu-se talvez de que as meninas tinham mãe. Desde logo, a imperatriz Teresa Cristina se estranhou com a condessa de Barral. Discretíssima, a mãe das princesas suportou as atenções exageradas de seu marido à aia das meninas.

Mas nada foi capaz de refrear o entusiasmo do imperador. De fato, havia motivo para o coração de D. Pedro bater mais forte diante da condessa de Barral. Ela era uma mulher do mundo – educada, sabia conversar e exibir cultura. Inteligente e boa companhia. Como bem observou a historiadora Mary Del Priore, ele não conhecia mulheres assim e, embora fosse um leitor voraz e de cultura invejável, jamais havia saído do Brasil. Com o tempo, foram ficando mais próximos.

Apesar de ela morar fora do palácio de São Cristóvão, seu contato com o imperador era intenso, pois para ela o dia começava às nove da manhã e se estendia até às oito da noite. Quando chegava, Luísa já encontrava as meninas prontas – já haviam assistido a missa diária e tomado o café. A rotina das princesas era, enfim, bastante rigorosa: acordar às seis, assistir à missa, almoçar às oito, ler e estudar, jantar às duas, preparar lições, passear às cinco e meia, ler e estudar, cear às nove, dormir às nove e meia.[2]

O programa de estudos incluía aulas de francês, inglês, alemão, latim, história, química, geometria, botânica, desenho e geografia. Muitas vezes, D. Pedro chegava para assistir a alguma aula. Outras vezes, ele mesmo tomava o lugar do professor. .

No palacete de São Cristóvão, a condessa de Barral ficou com o filho, Dominique, enquanto o marido, Eugênio, mudou-se para a Europa. Pôde, então, dedicar-se às princesas e também ao imperador. Criaram, juntos, um programa de educação para as meninas. Isabel registrou em seu diário a 9 de setembro de 1856, para marcar a data que ela não poderia jamais

esquecer: “Veio hoje, pela primeira vez, minha Aia, a Condessa de Barral, e dei com ela princípio ao estudo da língua francesa. Dei lição de piano.”[3]

A condessa manifestou-se, também, em seu diário: “Foi uma das maiores emoções de minha vida. É bem verdade que, no dia seguinte, quando foi a vez do imperador de dar a sua lição, ele estava mais emocionado e mais intimidado do que eu mesma. Isto deu-me, para o futuro, toda a minha naturalidade.”[4]

A Barral logo percebeu que Isabel parecia ser uma menina comportada, ao contrário de Leopoldina, “uma pimenta”. Era preciso aprender a lidar com as duas. E não foi difícil para a condessa atingir seus objetivos, embora a Corte que ela encontrou no Brasil nada tivesse de charmoso e em nada fosse comparável à que ela própria havia frequentado na França. Ainda se respeitava aqui a cerimônia do beija-mão, uma prática fora de moda, como escreve Mary Del Priore. As carruagens da Corte do imperador eram de dar dó, caindo aos pedaços de tão velhas. Comer em palácio, então, nem se fala – era um suplício. Muitos historiadores e visitantes do São Cristóvão batem sempre nesta mesma tecla – comia-se muito mal ali. D. Pedro II parecia um ditador à mesa – era muito rápido e quem o acompanhava nas refeições precisava engolir a comida depressinha. Levantava-se após terminar e todos eram obrigados a parar de comer para segui-lo. A maioria se queixava de fome ao final das refeições no palácio do imperador do Brasil.

D. Pedro era, de fato, um intelectual, preferia sentar-se com um livro no colo do que dedicar-se a qualquer outra atividade – odiava caçar, matar animais e acreditava mesmo que o importante na vida eram as questões do espírito. O retrato que dele traçou o historiador Hermes Vieira revela um homem de índole reservada, sereno, brando, cordato, pacífico e simples. Dirigia-se a todos – ricos e pobres, brancos e negros – com as mesmas palavras gentis. Meditativo, amigo dos livros e do silêncio, era tímido até certo ponto, além de modesto e despretensioso. Evitava ao máximo entrar numa discussão. Maneiroso, ponderado, preocupado em não magoar, quase nunca ordenava: solicitava, sugeria, consultava. Segundo Hermes Vieira, era raríssimo vê-lo inflexível com qualquer questão. Brigas? Jamais.

Diante desse pai de personalidade peculiar, como convencer as duas meninas, já na pré-adolescência, a achar aquela vida, sem qualquer divertimento, uma maravilha? Com a Barral, elas tiveram a chance de abrir os olhos e a cabeça simplesmente por conviver com uma mulher bastante diferente da mãe e das outras que costumavam frequentar o Palácio. A Barral se vestia bem, usava perfumes, era sedutora, graciosa. Quando ela e

D. Pedro se juntavam para dar aulas às meninas, a integração entre os dois parecia perfeita. Tanto que certo dia – conta o historiador José Murilo de Carvalho –, a princesa Leopoldina, de forma indiscreta e constrangedora, perguntou à imperatriz por que o pai pisava nos pés da condessa durante as aulas. Para o professor José Murilo, o episódio ficou registrado como uma deliciosa anedota.[5]

Todos os sábados as princesas e sua aia iam à missa na Glória. Deve-se ainda à Barral o fervor religioso de Isabel. A condessa contribuía com algumas pequenas atitudes, como ajudar a princesa a fazer uma coleção de imagens religiosas ou programar visitas a orfanatos, institutos de meninos cegos, casas de irmãs de caridade.

No começo de junho de 1857, a condessa de Barral ganhou uma assistente: Mlle. Victorine Templier, recomendada pela rainha Maria Amélia, a viúva de Luís Filipe, para, sob a autoridade da condessa, atuar como *institutrice* (preceptora) das princesas. Solteira, de aparência simples e maneiras despretensiosas, Mlle. Templier trabalhava com dedicação. D. Isabel apegou-se profundamente a ela. As duas meninas começaram a passar quase o dia inteiro na sala de aula.

Três anos depois de a condessa de Barral ter assumido a educação de Isabel e Leopoldina, a *Revista Popular* publicou reportagem bastante elogiosa à aia: "Como outrora Felipe de Alexandria, que se felicitava que lhe nascesse um filho em tempo de ser discípulo de Aristóteles, folgou o imperador em encontrar na senhora condessa de Barral uma hábil preceptora, que com raro talento forma o coração das jovens princesas."[6]

Em 1860, as princesas já se sentiam bastante à vontade para conviver em sociedade. Tanto que, quando chegou ao Brasil o arquiduque Maximiliano de Habsburgo – irmão de Francisco José, imperador da Áustria, e primo distante – elas o receberam com educação e entusiasmo. Maximiliano não encontrou o imperador e a mulher, que estavam em viagem ao Nordeste, então foi a Petrópolis visitar as meninas. Foram três encontros, como informou em carta aos imperadores a condessa de Barral: "[…] dizem uns que ele veio ver nossas princesas para o irmão, o arquiduque Luís José Antônio Vitor, que tem 18 anos; outros para o cunhado, o conde de Flandres, que tem 23 anos, e isso logo me pôs de orelhas em pé".[7]

Para o primeiro encontro com o primo, a Barral escolheu para as princesas "vestidinhos de cassa cor-de-rosa que rivalizam com as faces d'elas em frescura".[8] A condessa classificou o comportamento das duas

como “encantador”. Tocaram piano para o primo, dançaram com ele e lhe deram presentes. O arquiduque gostou do que viu e disse ao irmão, o imperador Francisco José, que as duas “seriam a felicidade de qualquer príncipe europeu”. [9]

Em carta à imperatriz, a condessa de Barral descreveu o encontro:

> Vossas Altezas contarão a Vossa Majestade a visita do Sr. Arquiduque, Fernando Maximiliano, mas é natural que não digam quanto elas se portaram bem. Eu não esperava nem tanta boa graça, nem tanto desembaraço sem demasiada familiaridade, em suma, fiquei muito contente e todos encantados com nossas Princesas. [...] a Princesa Isabel ofereceu ao primo um beija-flor empalhado, e deu-lhe para levar à Sra. Arquiduquesa um pequenino enfeite de asas de besouro que ela tinha [...] os vestidinhos de cassa cor-de-rosa rivalizavam com as faces delas em frescura, decotadas, sem nenhum enfeite de ouro. Tocaram piano, valsaram com o príncipe e uma com a outra, mostraram as vistas da Bahia e de Pernambuco e o tempo foi agradavelmente empregado.[10]

Na flor da adolescência, Isabel tinha no coração outro primo, Pedro, filho do príncipe de Joinville. Apaixonou-se por ele por causa de uma fotografia. Se tivesse que se casar deveria ser com ele, “e nenhum outro!”. Três anos depois ainda mantinha a predileção pelo primo, na ocasião servindo na marinha norte-americana. “A Isabel muitas vezes me tem dito que não quer casar senão com teu filho Pedro”, contou o imperador ao príncipe de Joinville em setembro de 1863, “mas só lhe respondo que há de casar com quem eu escolher, no que ela concorda por ser muito boa filha.”[11]

Claro, podia-se dizer de Isabel que tentava ser uma boa filha, porém, muitas vezes seu temperamento forte a levava a reagir com ênfase. O boletim semanal de Isabel, em abril de 1860, marca quatro notas baixas por mau comportamento. Dois anos depois, em março de 1862, quando já completara 15 anos, cometeu 14 transgressões. Uma carta sem data aos pais, provavelmente escrita por volta de 1860, começa assim: “Mil perdões lhes peço de lhes ter ofendido tantas vezes. Hoje a minha confissão durou uma hora.”[12]

Em 29 de julho de 1860, data do 14° aniversário de Isabel, aconteceu um dos mais importantes episódios de sua curta vida de princesa herdeira. Seguindo o que previa a Constituição, ela prestou juramento diante da Assembleia Geral da República, como herdeira presuntiva da Coroa imperial brasileira. Entre batedores, piquetes de cavalaria, moços das cavalariças e da estribeira, desfilaram seis carruagens da Casa Imperial, na última das quais veio a princesa Isabel, acompanhada dos moços da Imperial Câmara. Na entrada do Campo de Sant’Ana, junto ao antigo Palácio do Conde dos Arcos, esperava o cortejo a Guarda de Archeiros. Na sala de

sessões a princesa foi introduzida pela comissão de senadores e deputados e recebida pelo presidente do Senado, Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda, que seria barão com honras de grandeza de Pirapama no ano seguinte. De joelhos e com a mão direita sobre os Evangelhos, pronunciou o juramento constitucional como herdeira do trono brasileiro. Jurou manter a monarquia e defender o país. O pintor Tirone registrou a cena para a posteridade.[13]

Dois anos depois, já com 16 anos, a princesa Isabel viveria outro episódio dramático que, por coincidência, envolveu uma amiga e um de seus olhos, como já havia acontecido anteriormente em festa junina no Palácio.

Desta vez, quem narra é outro historiador, Pedro Calmon, em seu estilo melodramático mas eficaz:

> Brincavam uma vez – foi em 1862 – Isabel, Leopoldina e as amigas inseparáveis, Amandinha Paranaguá, Mariquinhas (Maria José Velho de Avelar), Eugeninha (a filha do visconde da Penha), Maria Candida (filha do caro Sapucaí), Maria Antonia (sobrinha de Caxias)… Armara-se cada qual com o seu ferro agrícola. Nas mãos macias da princesa imperial um pequeno alvião, feito para ela, reluzia o aço novo. De repente, sem ver a companheira que se pusera por detrás dela, suspendeu a picareta… Um grito de dor ecoou no jardim. A ferramenta caiu-lhe aos pés; voltou-se, aterrorizada; e agarrou-se, cheia de aflição, à querida Amandinha, que cobria um dos olhos com a mão nervosa. Uma gota de sangue rolava-lhe pela face, como uma lágrima. Foi uma rápida cena de desespero que nunca mais esqueceriam – naquela doce manhã de sol, quando o palácio, em silêncio, parecia mergulhado num sono pacífico, bebendo, pelas janelas abertas, a quente respiração da terra cheirosa, e lá fora aves e crianças chilreavam… Acorreram as açafatas, os criados, os médicos. Levaram em braços uma e outra: Amandinha, a morder os lábios para não chorar; Isabel, inconsolável, a desfazer-se em pranto. Tudo fizeram para salvar a vista vazada aquela heroica menina.[14]

O incidente, entretanto, como bem observou D. Isabel de Oliveira Paranaguá,[15] ratificando o que já havia informado madame Flôres[16] a Hermes Vieira, foi por assim dizer o elo que mais uniu, daí por diante, o destino de ambas.

> Em verdade, viveram de tal sorte irmanadas pela infância afora, amaram-se tanto, tinha Isabel pela baronesa tanta ternura, tanto carinho, e a baronesa por ela tanta dedicação, que ao ser a princesa exilada, em 1889, a admirável baronesa de Loreto decidiu-se a acompanhá-la, solícita e fraterna.[17]

Superado o episódio, o fato é que Amandinha seria uma amiga do coração, companheira de Isabel por longos anos, testemunha de tudo o que se passou com a princesa, inclusive do ambiente que se vivia em São Cristóvão, com o embate pelo carinho e atenção das filhas de D. Teresa

Cristina com a condessa de Barral.

A pessoa que mais sofreu com o sucesso da Barral certamente foi a imperatriz, como nos conta Roderick Barman. Para ele, as duas mulheres eram até parecidas na estatura e na cor da pele, mas as semelhanças terminavam aí.

> A condessa era elegante e sofisticada. A imperatriz não. A condessa era bem-educada e sabia agradar. A imperatriz não. A condessa tinha autoconfiança e abundantes recursos. A imperatriz não. Em suma, a condessa ostentava todas as qualidades que D. Pedro II achava atraentes numa mulher. E ela o encantou desde o momento em que chegou. Não incentivava as atenções do soberano, mas tampouco as rejeitava. Sabia exatamente como lidar com ele. Com uma habilidade admirável, tratou de mantê-lo fascinado, mas sem lhe permitir nenhum ato que viesse a comprometer sua reputação de esposa, mãe e boa católica."[18]

Por isso, não há como não concordar que a presença de Barral ofuscou a imperatriz. A convivência durou nove anos. Casadas as meninas em 1864, a condessa, já então também de Pedra Branca, por concessão do imperador, voltou para a Europa no ano seguinte. Deixou marcas profundas em todos. Despertou a paixão de D. Pedro, a amizade das princesas e o ódio da imperatriz. A correspondência entre a Barral e D. Pedro II foi intensa. Cerca de trezentas delas contam 26 anos de relacionamento, de 1865 a 1890.

Com a imperatriz, a Barral também mostrou-se sempre cordial e elegante, informando-a de praticamente tudo o que acontecia com as duas princesas.

A historiadora Mary Del Priore acredita que Teresa Cristina nada podia contra sua adversária. Compreendia a poesia e a literatura, mas não conseguia memorizar coisa alguma. Ouvia comentários nas rodas sociais, mas não fazia qualquer contribuição. Suas ideias religiosas e preconceitos de infância eram um entrave para sua inteligência. Quando perguntada sobre qualquer coisa, mandava falar com D. Pedro. Seu temperamento introspectivo a impedia de externar a inveja que lhe provocava Luísa. Chorava por dentro, compreendendo que havia uniões desiguais de espírito. E que a sua com D. Pedro era uma delas.

Opinião diferente tem a historiadora Eugênia Zerbini. No artigo "A imperatriz invisível", ela revela que, por meio de cartas, a imperatriz estabeleceu, a partir de 1856, com seu irmão Fernando II (1810-1859), um intercâmbio de peças de artesanato indígena por antiguidades pertencentes ao Real Museu Bourbônico, em Nápoles.

> Entre os achados enviados por Fernando II destacam-se dois afrescos, verdadeiras preciosidades, que mostram figuras marinhas pintadas sobre fundo escuro, provenientes

> do templo de Ísis, em Pompeia. Graças ao interesse da imperatriz, segundo Zerbini, o Brasil conta com uma coleção de arqueologia clássica de aproximadamente setecentas peças, a maior do gênero na América Latina.[19]
> […]
> Curiosamente, em seu diário – escrito entre 1854 e 1887 – Teresa Cristina não faz qualquer menção ao seu amor pelos achados da Antiguidade. O que há é o relato de uma mãe de família: doenças das filhas, visitas feitas e recebidas, comentários sobre o tempo, notícias dos parentes deixados na Europa, casamentos das princesas, vinda dos netos e mal-estares do imperador. Ao lado das poucas referências a questões políticas da época, há uma listagem minuciosa de óperas, balés e peças de teatro a que ela assistiu, no Brasil e no exterior.
>
> Fora das páginas de seu diário, Teresa Cristina também expressou seu gosto e talento pelas artes, especialmente pelo canto. Traço comum entre os napolitanos, a voz bonita e educada da imperatriz seria mencionada por um diplomata francês, citado por Afonso de Taunay no livro *No Brasil de 1840:* "Em fevereiro de 1844, um diplomata em trânsito, Jules Itier, visitando a Quinta da Boa Vista, parou, espantado, junto às janelas do Paço. 'Era uma voz feminina, admiravelmente bem timbrada, que emitia as notas de uma famosa ária de Rossini. Um bom piano acompanhava a cantora. Quis aplaudir e conteve-se. Porque surgiu, no balcão, a própria imperatriz."

Em seu diário, Teresa Cristina revelou detalhes de sua relação com a condessa de Barral:

> 1864, 31 de janeiro. Hoje a condessa de Barral disse que não tinha plenos poderes para educar minhas filhas; assim, não as educava, apenas lhes dava lições. Além de outras coisas que seria muito demorado escrevê-las, disse ainda que minha filha Leopoldina repetia a ela [a Barral] tudo o que eu como mãe lhe dizia. A condessa disse que aproveitava para externar o juízo que fazia sobre mim, e disse que eu era muito falsa. Paciência! Deve-se neste mundo suportar tudo. Mas é bem triste para um coração materno saber que não pode ter confiança numa filha. A condessa queria por força que se dissesse que eu não gostava dela, mas eu não disse nem sim, nem não.[20]

Já o historiador italiano Aniello Angelo Avella, que lançou em 2014, no Brasil, sua biografia de Teresa Cristina,[21] acredita que a suposta rivalidade amorosa entre as duas mulheres só serve para alimentar o clichê "que tem obscurecido a figura da imperatriz". Examinando criteriosamente o diário deixado por Teresa Cristina e ao estudar sua vida, Avella concluiu que ela não era uma pessoa que gostava sinceramente de viver nas sombras.[22] Outro historiador italiano, Franco Cenni, concluiu em livro sobre italianos no Brasil, que a imperatriz era uma mulher vivaz, loquaz, curiosa e amante da arte, capaz de se fazer ouvir, de proteger seus conterrâneos que vivem no Brasil e de influenciar escolhas do imperador no campo da cultura, orientando-as para a Itália. Uma espécie de oposição ao francesismo imperante nas elites intelectuais da época.[23]

Teresa Cristina criou as duas filhas à moda antiga. Acompanhou de perto seus problemas. Do ponto de vista da saúde física, Isabel, depois do

tifo que a pegou quando criança, sempre reclamava de dor nos “beiços”, de “beiços inchados”, talvez herpes, e mais vezes ainda de defluxo (nariz entupido, escorrendo, gripe). Doenças certamente causadas pela falta de higiene com que se vivia naqueles tempos.

1857 | 1859

Petrópolis, 5 de abril de 1857[24]

Meus caros pais

Estimo que tenham chegado bem, que Mamãe esteja melhor da tosse.
Eu estou boa e dei meu Evangelho TB.[25]
Ainda não recebi carta de minha mãe.
Cara Mamãe, espero as minhas bonecas. Mamãe faça o favor de me mandar umas castanholas, e se houver de marfim, mande-me de marfim e de pau.
Recebi a sua cartinha e me deu muito prazer de saber que meus caros pais tenham chegado muito bem. Eu também tenho tido muita saudade.
Não vieram as bonecas.
[...]

Petrópolis, 15 de março de 1858[26]

Meus caros pais

Estimo que estejam bons.
Ontem me diverti muito e também dancei muito.
Vou lhes contar o que fiz: primeiro toquei de quatro mãos com a mana e dancei a favorita, a polca, a valsa lisa e a valsa pulada, a schottisch, duas contradanças, as lanceiras, a galope, tomei um sorvete, bebi meia xícara de chá com pão de ló, toquei a "Beatrice di Tendsa".[27] Quando vim para cima faltava um quarto para as

dez. Ontem dei muitos beijinhos no retrato da mamãe.
Deitei-me, dormi como uma pedra na praça até às 7 e meia da manhã.
Tenho tido muita saudade dos meus caros pais.
Eu estou boa.
Papai, não se esqueça do carro.
Acabo de receber a sua cartinha que muito prazer me causou por ver que passam bem.
Adeus, meus caros pais.

Petrópolis, 17 de março de 1858[28]

Meus caros pais

Estimo muito que estejam bons. Eu estou boa.
O Valdetaro propôs que como o seu filhinho está sempre doente e que ele assim não pode vir a Petrópolis com o espírito sossegado e que os médicos dizem que lhe fará bem mudar de ares, ele pede que os 26$000 que lhe dão todas as semanas para sua condução, multiplicado por 4 fazem 104$000 e lhe paguem com isso por mês, uma casinha para ele vir com sua família durante nossa estada em Petrópolis.
Estou suspirando pelo domingo.
Adeus, meus caros pais.
Mme. Rosa, a Domitila, a Condessa, a Mlle. Templier, a Totonha, o Luiz Cablas, a Chica, a Eulalinha e a Maria José beijam as mãos de meus caros pais.

Petrópolis, 24 de março de 1858[29]

Meus caros pais

Mamãe mande-me um alfinete de peito da moda para madame Rosa e outro para Domitila. Mas elas não me pediram. [...]

Petrópolis, 25 de março de 1858[30]

Meus caros pais

Hoje de manhã fui passear a cavalo, já choveu, mas a tarde esteve boa e nós brincamos no jardim. Tenho muita saudade de meus caros pais.

Mamãe, eu ontem quando lhe escrevi não tinha falado com a Madame Rosa sobre o que mamãe me disse, perguntando quando me deitei ela me respondeu: o presente que eu mais desejo é que eu seja dócil e boa porque assim dou prazer aos meus caros pais e faço felicidade de todos que me rodeiam.
Contudo, faça o favor de mandar o que ontem lhe pedi na minha carta.

[...]

Petrópolis, 26 de março de 1858.

[...]

Mamãe, faz favor de me comprar um relógio que se chama despertador.
Papai, muito obrigada de sua linda carta que eu pensava que era um papel de astronomia.
[...]

Petrópolis, 27 de março de 1858.

[...]

Hoje depois do almoço até depois da dança tive uma dorzinha de barriga. Já me lavei e tomei um pouco de canja. Agora são 8 e meia e não sinto nada.
Saí hoje a cavalo, e de tarde estivemos no jardim com a Condessa

e o Freire estudando a Botânica.
De tarde bordei com a Madame Décimer. Os meus beiços ainda estão feridos.
[...]

Petrópolis, 20 de abril de 1859

Meus caros pais

Recebi a sua cartinha, muito obrigada por tudo que me mandou.
A caixa e os doces, e as pulseiras, a caneta e a pena, os brincos, tudo está muito bonito. Não fomos ao ofício de trevas porque o Luis Carlos disse que é imprudente de sair com o meu defluxo, que continua e não é pouco.
De noite me acordei mais de uma vez e Madame Rosa diz que eu tossi um pouco. Nós lhe mandamos estas *framboises*, que são muito boas.
Elas vieram da casa do Binet.
Adeus, meus caros pais.

Carta-diário que começa em 8 de outubro

[trecho do dia 13 de outubro de 1859]

Meu querido papai, passei bem o dia.

Papai, eu li num livro muito sábio que o Primeiro Bispo Sardinha tendo sido comido pelos catetés e os pedaços que ficaram tendo sido lançados no Rio São Francisco, se converteram em sardinhas que vão e vem pelo rio, desde a cascata de Paulo Afonso até o mar. Papai, repare bem e me diga se são bonitas ou feias.
Papai aquilo que papai não quis crer que a pedra voltava para trás é verdade. Eu lhe peço, experimente.

[trecho do dia 18 de outubro de 1859]

Meu querido papai

Papai, eu lhe peço que nas suas cartas faça as letrinhas mais benfeitas porque algumas palavras eu não compreendo.
Eu sei que papai não tem tempo.

1859[31]

1859, outubro

[…]

A história dos frios foi a repetição das tontices do ano passado, quando saía do quarto da Princesa D. Isabel. S.A. confessa que sentia uma ligeira indisposição e que para fugir de estudar aumentava-a muito e às vezes mesmo de todo, e que o medo era o que a fazia esfriar. Seja lá o que for, desde que não quis mais estar doente, está boa, e dou a Vossa Majestade os sinceros parabéns que já dei a mim mesma.
[…]

22 de outubro de 1859

[…]

Sua Alteza tem continuado a dizer que sente pequenitos incômodos, mas, se lhe não dão atenção, passam rapidamente, mas é um mau costume que vai tomando, de querer ser nervosa, e bom será que V. M. lhe dê seus conselhos. Só principia o banho frio amanhã por demora do arranjo da estrada do trapicheiro. Vamos hoje visitar as órfãs de S. Cristóvão às 5h da tarde.
[…]

Ao lado do rio dos Trapicheiros, na Tijuca. Nas imediações havia termas onde eram aplicados “banhos”, “duchas” etc.

6 de novembro de 1859

[…]

Tudo tem andado em paz e harmonia, e sem o incômodo dos lábios da Princesa D. Isabel, eu poderia dar o gosto a Vossa Majestade de Lhe dizer que Suas Altezas estão perfeitamente boas. A Princesa D. Isabel já tomou 11 banhos frios e Sua Maninha 9 por tê-los interrompido 2 dias enquanto a cisura do dente cicatrizava. Ela está mais gordinha, com linda cor, e já que Ela não lê minha carta, posso dizer, sem despertar vaidades, que está ficando muito bonitinha. A Princesa D. Isabel está muito gorda, e sua inalterável bondade e angélica candura cada vez mais a metem dentro do meu coração.

Petrópolis, 5 de dezembro 1859

[…]

Minha casa está muito bonita. A obra foi bem adiantada, e o Lisboa arranjou lindamente o banheiro de Suas Altezas e a casinha das bonecas que está forrada de papel e pintada, com cadeiras e um consolozinho muito engraçado.
Suas Altezas ficaram encantadas, e já ontem fizeram ovos fritos e nos condenaram a provar desse enfumaçado cozinhado!…
[…]

Superintendente do Palácio, tenente-coronel Vicente Marques Lisboa. O mestre de obras era José Francisco Dias.

1. DEL PRIORE, 2008, p. 146.
2. DEL PRIORE, 2008, p. 146.
3. LACOMBE, 1989, p. 30.
4. DEL PRIORE, 2008, p. 145.
5. CARVALHO, 2011, p. 66.
6. DEL PRIORE, 2008, p. 158.

7. DEL PRIORE, 2008, p. 54.
8. DEL PRIORE, 2008, p. 54.
9. BARMAN, 2005, p. 80.
10. DEL PRIORE, 2008, p. 159
11. LACOMBE, 1989, p. 61.
12. BARMAN, 2005, p. 72.
13. Tela conservada no Museu Histórico Nacional.
14. CALMON, Pedro. *A princesa Isabel, a Redentora*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 27.
15. Viúva do Dr. Joaquim Pinheiro Paranaguá, advogado, irmão mais moço da baronesa de Loreto.
16. Neta do major Benedito de Almeida Torres e bisneta do visconde de Macaé.
17. VIEIRA, 1941, p. 62.
18. BARMAN, 2005, p. 62.
19. ZERBINI, Eugênia. "A imperatriz invisível". Revista de História da Biblioteca Nacional, fevereiro de 2007.
20. DEL PRIORE, 2008, p. 172.
21. AVELLA, Aniello Angelo. *Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2014.
22. AVELLA, 2014.
23. CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 82.
24. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI 3-03 (1857).
25. TB: TRÈS BIEN (muito bom, em francês).
26. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI 3-03 (1858).
27. Composição de Vincenzo Bellini.
28. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI 3-03 (1858).
29. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI 3-03 (1858).
30. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI 3-03 (1858).
31. Condessa de Barral. *Cartas a suas majestades – 1859/ 1890*. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1977. Pp. 28; 30; 31 e 38.



STAHL & WAHNSCHAFFE
Photographos
de S.M.o IMPERADOR.
Rua do Ouvidor. 117.
RIO DE JANEIRO

[capítulo V]

1864

Noivado e casamento



Em 1860, depois que Isabel prestou juramento à Constituição Política do Império diante das Câmaras, o problema de D. Pedro II já era de outra natureza, além da educação de suas meninas – arranjar um pretendente, casar a princesa herdeira e, de quebra, a irmã Leopoldina. Muito distante das cortes europeias e totalmente desconhecido, o Brasil não oferecia qualquer atrativo para um jovem herdeiro naqueles tempos. Na verdade, poucos sabiam o que poderiam encontrar no imenso país ainda pouco povoado por europeus e que, ao não conseguir escravizar os índios nativos, explorava o trabalho escravo do negro africano havia mais de três

séculos.

O que fazer? D. Pedro II recorreu à irmã, a princesa D. Francisca de Bragança, casada com Francisco Fernando de Orléans, o príncipe de Joinville (filho de Luís Filipe I, rei dos franceses). O mordomo Paulo Barbosa também se encarregou das negociações, como também o general de brigada reformado conde Christiano Dumas, filho do antigo amigo e companheiro do conselheiro Lafayette[1] na América, e intendente em chefe dos exércitos de Napoleão. Além, claro, da imperatriz Maria Amélia, madrasta de D. Pedro II e, obviamente, da condessa de Barral. Começaram trocando cartas e procurando, entre os jovens herdeiros europeus, dois pretendentes a entrar para a história do Brasil. O fato é que D. Pedro II tinha pressa em resolver a questão, talvez já pensando em sua própria sucessão.

Em 1863 a condessa de Barral entrou em ação e começaram as negociações. Os primeiros candidatos podiam estar na própria família, segundo a historiadora Mary Del Priore. Por que não Luís de Bourbon-Duas Sicílias, o filho mais velho da princesa Januária e do conde de Áquila? Ela pergunta. Ou, quem sabe, outro primo, Pedro de Orléans, duque de Penthièvre e filho da mana Chica? Nenhuma das tias queria virar sogra e o assunto morreu por ali. Depois, pensou-se no belo e louro D. Luís de Bragança, duque do Porto. Também deu errado.[2]

Segundo Roderick Barman, o duque de Penthièvre, que, além de totalmente surdo e socialmente intratável, não tinha o menor interesse pelo sexo oposto, recusou-se terminantemente a sequer pensar em se unir a Isabel. Tampouco o conde de Flandres se mostrou disposto a casar-se com D. Leopoldina. No lugar deles, o príncipe de Joinville sugeriu outros dois parentes:

Pense no meu jovem sobrinho August [de Saxe-Coburgo-Gota, filho de sua irmã Clementine]. Não lhe faltam vantagens e garantias. Ele para a sua filha mais velha e um dos filhos de Némours [irmão do príncipe de Joinville] para a mais nova. Eis o arranjo que me parece ideal. Vou lhe mandar algumas fotografias que lhe darão uma ideia dos indivíduos.[3]

Em fevereiro de 1864, o príncipe voltou a sugerir:

> Envio-lhe a fotografia mais recente que pude obter do conde d'Eu, o filho mais velho de meu irmão Némours. Se for possível tomá-lo para uma de suas filhas, será a perfeição. Ele é alto, forte, bonito, bom, gentil e muito simpático, muito instruído, amante do estudo e, ademais, já tem certo renome militar. 21 anos. É um pouco surdo, é verdade, mas não tanto que chegue a ser uma enfermidade.

E acrescentou:

> August de Saxe-Coburg é mais moço [18 anos]. Eu o acho bom e muito inteligente. Foi bem educado, mas não tem o talento do conde d'Eu para o estudo. É um belo rapaz e bem-constituído. É muito animado e talvez um pouco leviano. Creio que a passagem pela marinha austríaca lhe fará bem.[4]

Mas quem queria abrir mão de um trono europeu para vir morar nos trópicos? Segundo a biógrafa Mary Del Priore e outros historiadores, Barral acompanhou com a maior proximidade possível as negociações para o casamento das princesas. Em particular o de Isabel, a herdeira do trono. Ela torcia por Gastão. Porém, D. Isabel e a irmã só souberam da identidade dos homens escolhidos pelo imperador vinte dias antes de os conhecerem.

Em meados de agosto, quando o vapor que trazia os primos já se encontrava a meio caminho no Atlântico, D. Pedro II finalmente notificou as filhas sobre a iminente chegada dos pretendentes: "Transmiti-lhes a informação recebida sobre os dois jovens, sem omitir, porém, a surdez do conde d'Eu, a fim de evitar qualquer surpresa."[5]

Então, quem eram esses dois jovens que deveriam entrar para a história do Brasil? Talvez jamais tivessem sequer ouvido falar do país distante e, muito menos, sobre princesas em idade de se casar.

> Luís Augusto Maria Eudes de Saxe-Coburgo-Gota era príncipe alemão, da Casa de Saxe-Coburgo-Gota. Foi oficial da marinha austro-húngara e, depois, almirante da Armada Brasileira. Passou a infância entre França, Bélgica, Alemanha e Império Austro-Húngaro, onde entrou para a marinha, aos 16 anos e participou da Guerra dos Ducados, em 1864. Poucos meses após o conflito, a vida do príncipe tomou um rumo diferente. Sua família, pretendendo casá-lo com a princesa Isabel, enviou-o em viagem para conhecer a jovem. Tinha um espírito mais leve do que seu primo Gastão.
>
> Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, o conde d'Eu, nasceu em Neuilly-sur-Seine, hoje bairro aristocrático de Paris, em 28 de abril de 1842. Filho do duque de Némours e neto do rei de França Luís Filipe, deposto pela revolução de 1848. A família se exilou na Inglaterra e só pôde regressar à pátria vinte anos depois. Gastão teve excelentes mestres e com seu irmão Ferdinand estudou a antiguidade greco-romana, gramática, prosa e poesia, história e geografia, além de diversas línguas. […]
>
> O duque de Némours era o mais pobre – ou o menos rico – dos filhos do rei de França e passou com a família uma vida severa e sem luxo, o que condicionou Gastão a não apreciar mais tarde a vida fútil das cortes carioca e parisiense. Os irmãos fizeram o *high school* em Edimburgo, Escócia, e receberam, depois, aprendizado militar no exército espanhol. Tiveram também rigorosa educação física, que seria útil a Gastão quando estudou na escola militar de Segóvia e, mais tarde, quando serviu no exército espanhol. Gastão serviu no Marrocos como oficial na patente de capitão e lá participou de diversas batalhas mais ou menos importantes, o que, de certo modo, foi uma preparação psicológica e tática para a sua participação na guerra do Paraguai poucos anos depois.[6]

A surdez do príncipe, naquela época, parecia agravar-se, pois ele não

conseguia distinguir os diferentes toques da corneta de ordenança. Também não foi capaz de ouvir nadinha de toda uma peça de teatro a que assistira, por ocasião das festas do casamento da tia, a princesa Clotilde, em Coburgo.

Saindo de Lisboa, na tarde de 13 de agosto de 1864, a bordo do vapor *Paraná*, viajaram o príncipe August de Saxe-Coburgo-Gota e o conde d'Eu. Acompanhava o duque de Saxe, Adam Seitz e, ao lado do conde d'Eu, o general de brigada reformado conde Christiano Dumas. Eram três horas e meia da tarde, de 27 de agosto, quando o *Paraná* avistou a ilha Fernando de Noronha e a penitenciária. Os dois príncipes tomaram contato com o Brasil desembarcando por algumas horas no Recife, cidade que pareceu horrível ao conde d´Eu, com as pontes em ruínas e as pequenas lojas, onde se penduravam réstias de cebolas e feixes de velas de sebo, como na Espanha.

Na manhã do dia 30 de agosto já estavam na Bahia. Desembarcaram no Rio de Janeiro a 2 de setembro de 1864. Lourenço Lacombe descreveu a chegada dos príncipes no Brasil, em especial do conde d'Eu da seguinte forma:

> […] Vieram da Inglaterra […] Os portos mosqueados de negros e mestiços, as ruas coloniais, o pacífico aspecto das sentinelas que lhes apresentavam as armas, o ar emoliente e humilde do Rio de Janeiro lhe doeram os nervos trepidantes. Gastão sorriu ao padre preto que lhe mostraram em Recife, e notou: estranha facilidade na ascensão dos homens de cor… Correspondeu na Bahia à continência de um soldado, e observou: poucas disposições militares deveria ter o constitucional governo de Sua Majestade… Dirigindo-se para São Cristóvão na mesma tarde da chegada, uma multidão lhe correu sobre a sege de Estado, curiosa: agradeceu de mau humor. E perguntou: por que não mandavam os desocupados para Goiás e Mato Grosso?[7]

E a família imperial? Em carta à irmã Margarida, Gastão informou: "O Imperador e a Imperatriz são extremamente amáveis e bons, embora ele tenha um olhar bastante sério e quase rebarbativo."[8]

E as princesas? "As princesas são feias", afirmava na mesma carta, "mas a segunda [exatamente a que lhe estava reservada] decididamente é pior que a outra – mais pequena [sic], mais cheia de corpo, em resumo, menos simpática."

O conde d'Eu era uma antítese dessas virtudes que a multidão gosta de ver nos príncipes. Caseiro, familiar, sem vestir fardas espetaculares, pouco amigo de cavalgadas ruidosas, de paradas imponentes, de arcos de triunfo e de chuva de rosas.[9]

Ao contrário do que foi previsto, em vez de a princesa Isabel se casar com o duque de Saxe e Leopoldina com o conde d'Eu, ocorreu justamente o

contrário. Em *Alegrias e tristezas*, Isabel comentou:

> A 2 de setembro de 1864 chegavam ao Rio o conde d'Eu e o duque de Saxe. Meu pai desejava essa viagem tendo em mira nossos casamentos. Pensava-se no conde d'Eu para minha irmã e no duque de Saxe para mim. Deus e nossos corações decidiram diferentemente e a 15 de outubro de 1864 tinha eu a felicidade de desposar o conde d'Eu. Nossa vida transcorreu doce e feliz durante muitos anos.

Quase 150 anos depois desses acontecimentos, D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, historiador, trineto de D. Pedro II, pelo segundo ramo da Casa Imperial, à qual pertence sendo cidadão brasileiro, lançou um livro chamado *A Intriga*, em que tenta provar que as palavras românticas da princesa ao explicar por que se casou com o conde d'Eu quando estava destinada ao duque de Saxe estavam bem longe da verdade.

Sua tese é a de que não foi "a vontade de Deus nem a dos corações" que justificou a troca de noivos promovida por D. Pedro II. D. Carlos aposta que havia muitos interesses por trás das escolhas, envolvendo potências europeias que desejavam aumentar sua influência no continente sul-americano. Segundo ele, a rainha Vitória, da Inglaterra, o rei Leopoldo I, da Bélgica, e o rei D. Fernando, de Portugal, tentaram pressionar para que o duque de Saxe se casasse com a herdeira do trono brasileiro. Do outro lado, o duque de Némours, filho do rei Luís Filipe I dos franceses, fazia propaganda negativa do duque de Saxe para convencer D. Pedro a casar Isabel com o conde d'Eu.

O imperador ficou confuso, hesitante, em meio às pressões. Mas acabou anunciando sua decisão – a favor do casamento de Isabel com Gastão – e aguardando a aceitação ou a recusa dos príncipes. Estes protelaram até o dia 18 de setembro a aprovação formal do casamento, para que Gusty pudesse mostrar aos pais que não tinha sido fácil demovê-lo da combinação de se casar com Isabel.[10] O adiamento também permitiu algumas barganhas de última hora na redação dos detalhes dos contratos nupciais. As princesas foram meras espectadoras das decisões que lhes definiram o destino.

Em 11 de outubro, foi assinado o contrato antenupcial da princesa Isabel com o conde d'Eu, contendo 22 artigos e mais um adicional. As principais obrigações resumiam-se nas seguintes:

Deviam Isabel e Gastão fixar domicílio definitivo no Brasil, embora podendo viajar para fora do Império com permissão do imperador, tendo sido essa cláusula imposta *sine qua non*. Entretanto, havendo filhos varões, nascidos no Brasil, tal condição poderia ser dispensada.

O conde d'Eu renunciaria a qualquer emprego ou posição fora do Brasil, que não fosse da atribuição do imperador. A dotação anual paga pelo Tesouro seria de cento e cinquenta contos de réis; a princesa imperial desistiria da soma que anteriormente recebia para a sua manutenção. Duzentos contos de réis seriam dados para o enxoval de D. Isabel e objetos de uso dos noivos.

Para serem aplicados na compra do prédio para a residência do casal, na Corte, receberia o conde d'Eu trezentos contos de réis. No caso de ficar resolvida a moradia do príncipe e da esposa fora do Brasil, ser-lhes-iam concedidos mil e duzentos contos de réis.

O duque de Némours concedia de dote ao filho cerca de 30 mil francos em diamantes, joias e outros objetos de guarda-roupa e uso particular, 32 mil florins austríacos e 43.700 francos em valores diversos, e bem assim a renda de 3.656 florins austríacos, essas duas últimas somas provenientes da sucessão da duquesa de Némours.

O regime adotado foi o da separação de bens, regulando os tribunais brasileiros tudo que não se achasse estipulado no contrato.

Havia ainda as cláusulas *post mortem*. Os príncipes nascidos do casal receberiam a pensão de alimentos na forma do artigo 109 da Constituição do Império. No caso da ascensão ao trono da princesa imperial, cessaria a dotação anterior, decretando-se outra que fosse designada pela Assembleia Geral.

Estava realizado o sonho de amor da princesa. Antes do casamento, ela fez um pedido ao pai, concedido:

> Papai. Para o dia do meu casamento peço a Papai que faça Joaninha retreta. Ela tem me servido muito bem [...] Peço-lhe também a carta de liberdade a estes escravos: Marta (negrinha do quarto); Ana Sousa (mãe); Francisco Cordeiro (preto do quarto); Maria d'Áustria (mulher), Minervina (lavadeira); Florinda e Maria d'Aleluia (engomadeira); José Luís (preto que tocou todo o tempo de nossa dança e que toca ainda nos dias de divertimento); Antônio Sant'Ana (preto que serviu algum tempo).
>
> P.S.: Não sei se Papai quer que a lavadeira e a engomadeira fiquem servindo até eu partir para a Europa, mas enfim se Papai quiser, pode lhes dar a carta [de alforria] no dia 15 para essa época.[11]

É a primeira referência à libertação de escravos que se encontra na correspondência da Princesa.

Em 1864, o Rio de Janeiro era "sede vacante", isto é, não tinha um bispo. Por isso, foi o vice-capelão-mor, D. Manoel Joaquim da Silveira, o arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, quem celebrou o casamento em 15 de outubro, quando, finalmente, Isabel e Gastão selaram seu futuro. Às nove e meia o

cortejo nupcial se pôs em movimento de São Cristóvão e procedeu em passo até a Capela Imperial.

Dez carruagens de grande gala, tiradas por quatro magníficos cavalos, compunham o séquito, que se movia sobre tapetes de flores, passando por arcos de triunfo. A carruagem com amplos vidros, na qual estavam os noivos, era recoberta de flores.

Alberto Rangel é um dos que relatam a cerimônia na linguagem da época:

> A pompa de ranço um tanto lusitano, puída, vetusta e pouco cuidada da Casa Imperial teve ocasião de sair mais uma vez às ruas do Rio de Janeiro, escovadas as velhas casacas e espanados e burnidos os coches, carunchosos alguns e deixados por conta de maior quantia por D. João VI e por D. Pedro I nos inventários do Almoxarifado dos Paços Reais e Imperiais.
>
> Abria o cortejo um piquete de cavalaria em grande gala, seguindo-se as carruagens com o Porteiro da Imperial Câmara, o Guarda-Roupa e o Médico de semana, os Veadores, os Camaristas, as Damas de Honra, as Aias, o general Dumas, representando o duque de Némours, o Estribeiro-Mor, Suas Majestades Imperiais e as Princesas, suas filhas. O conde d'Eu e o duque de Saxe vinham por último, ambos aboletados no mesmo carro, a portinhola e entre as rodas do qual o Comandante da guarda de Arqueiros e os Ajudantes de Campo cavalgavam.
>
> Desde o Príncipe Regente e Rei D. João VI e dos primeiros tempos de D. Pedro I, esse movimento de pompa um tanto arcaica não fazia estremecer a cidade cálida e sonolenta.[12]

Já Lacombe, em seu *Anuário do Museu Imperial*, relata o casamento, começando pelo vestido que ela escolheu: de filó branco com duas camadas de renda de Bruxelas, véu da mesma renda, grinalda de flores de laranjeira feita de penas e ramos das mesmas flores caindo do lado esquerdo do vestido. Como joia, usava apenas a pulseira de pérolas e brilhantes que lhe fora oferecida pelas senhoras sergipanas.

O conde d'Eu vestia a farda de marechal do Exército enfeitada: a grã-cruz do Cruzeiro, a comenda e o hábito da Ordem do Mérito Militar da Espanha, a comenda da Ordem da Casa de Saxe (a que pertencia pelo lado materno) e a medalha da campanha de Marrocos. Saíram do Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista pouco depois das nove horas da manhã. Por volta das dez horas chegaram ao Paço da Cidade, sendo a família imperial recebida pelo Sr. visconde de Sapucaí, introdutor diplomático.

Disse a noiva: "Eu, Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, princesa imperial do Brasil, recebo a vós, Luís Felipe Maria Fernando Gastão de Orléans, conde d'Eu, por meu legítimo esposo, assim como manda a Santa Madre Igreja Romana."

E, a seguir, Gastão: "Moi, Louis-Philippe-Marie-Ferdinand-Gaston d'Orléans, comte d'Eu; Je prends Dona Isabelle-Christine-Leopoldine-

Auguste-Michaèle-Gabrièle-Raphaèle-Gonzaga, princesse imperiale du Brésil, ici présente, pour ma légitime Epouse, suivant le Rit de Notre Sainte Mère, l'Eglise Romaine."

Terminada a cerimônia religiosa, todos regressaram ao Paço da Cidade, recebendo então, das janelas do palácio, as continências da tropa. Às duas horas da tarde foi servido o jantar, depois do qual embarcaram os noivos na galeota imperial com destino a Petrópolis, acompanhados pelo barão e pela baronesa de Lajes. Em Petrópolis, ficaram hospedados em casa da antiga rua dos Mineiros, pertencente a Joaquim Ribeiro de Avelar, barão de Ubá, em frente à qual deliberou a Câmara Municipal acender mais dois lampiões.

Feliz pelo casamento da filha, D. Pedro assinou decreto libertando os escravos que serviam na fazenda de Santa Cruz. Na mesma data, outro decreto imperial conferia ao conde d'Eu as honras de marechal do Exército, cuja efetividade, entretanto, só seria reconhecida pela Assembleia Geral a 27 de junho de 1865.

Os jornais registraram o acontecimento com grande alarde: estava assegurada a perpetuidade do trono do Brasil. Porém, a mais apaixonada descrição do casamento vem de um dos nossos maiores escritores de todos os tempos, Machado de Assis:

> O Rio de Janeiro está em festas – festas realizadas anteontem e festas adiadas para 24 e 25. O casamento da herdeira da coroa é o assunto do momento.
>
> Um céu puro e um sol esplêndido presidiram no dia 15 a este acontecimento nacional. A natureza dava a mão aos homens; o céu comungava com a terra.
>
> Não descreverei nem a festa oficial nem a festa pública. Quem não assistiu à primeira leu já a relação dela nos andares superiores dos jornais; na segunda todos tomaram parte – mais ou menos – todos viram o que se fez, em arcos, coretos, pavilhões, iluminações, espetáculos, aclamações e mil outras coisas. E sobretudo ninguém deixou de ver e sentir a melhor festa, que é a festa da alegria íntima, natural, espontânea, a festa do cordial respeito que o povo tributa à primeira família da nação.
>
> Uma das coisas que fez mais efeito nesta solenidade foi a extrema simplicidade com que trajava a noiva imperial. É impossível desconhecer o delicado pensamento que a este fato presidiu, na idade e na condição de Sua Alteza: as suas graças naturais, as virtudes do coração e o amor deste país, são o seu melhor diadema e as suas joias mais custosas."
>
> *Machado de Assis*[13]

Não choveram pedras no Rio de Janeiro no casamento da princesa, a festa também não foi um desastre ou um sinal de mau agouro. Isabel, naquele 15 de outubro, devia se sentir uma mulher feliz e vitoriosa, nos seus 18 anos. Quando muitos casamentos arranjados têm como destino o fracasso e a solidão, o dela, mesmo com um estrangeiro meio surdo, estava longe disso.

Ela se apaixonou de fato por Gastão. Ele aprendeu a se apaixonar por ela. E a respeitá-la. Segundo as pesquisas do historiador Delso Renault, o ano de 1864 foi crucial para o Império. Profunda crise comercial abalou a praça do Rio de Janeiro. A falência arruinou algumas casas bancárias e atingiu a economia de milhares de pessoas. A queda da exportação entre 1861 e 1865 foi consequência da crise de capital que varreu o ano de 1864, atingindo vários países. O café foi o produto diretamente atingido. O Ministério da Fazenda, atendendo à gravidade da crise no Rio de Janeiro, autorizou o Banco do Brasil a elevar sua emissão até o triplo do fundo disponível.

Os meses de outubro e dezembro – a despeito de todos os temores – foram de muita festa. A cidade se arrumou, se enfeitou para celebrar o casamento da princesa Isabel com o conde d'Eu.[14]

As notícias sobre o casamento da princesa Isabel com Gastão de Orléans, o conde d'Eu, estiveram em todos os jornais da época com riqueza de detalhes. Dias depois, a cidade continuava em festa. A monarquia era plenamente aprovada e a sua continuidade não estava em risco. Em novembro foi a vez de a princesa Leopoldina casar-se com o duque de Saxe. E novamente a população alegre acompanharia os festejos.

Uma das primeiras providências do conde d'Eu como marido foi tentar seguir os passos de D. Pedro II e ajudar Isabel com suas leituras. Tanto que, cinco dias depois de se casar, em 20 de outubro, ele escreveu ao sogro:

> Estou muito de acordo em que Isabel deve ter ideias exatas sobre as generalidades dos conhecimentos humanos; e para isso o que convém é, primeiro, que não se esqueça dos que adquiriu na sua educação, e, depois, cultive com especialidade a história contemporânea de seu país e de outros onde verá exemplos bons e maus do modo de praticar a sua futura situação. Espero que Vossa Majestade nos indique alguma obra sobre a história do Brasil já independente, e ao mesmo tempo quiçá poderemos ler partes da obra que me deu de Pimenta Bueno.[15]

Da maneira como D. Isabel foi criada, não parecia que ela pudesse ter compreensão nem interesse pelas questões públicas.[16] O programa de leitura estipulado pelo conde d'Eu procurou remediar pelo menos a primeira lacuna. Tais leituras se complementavam com visitas às repartições públicas da cidade do Rio a convite do imperador. E assim, Isabel e Gastão logo foram informados da séria decisão do imperador anunciada ao país em 6 de maio de 1865: o Brasil ia entrar na guerra, iniciada seis meses antes. Do trono, comunicou D. Pedro II:

> O presidente da República do Paraguai, contra todas as regras do direito internacional, mandou apresar o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, que à sombra da paz se dirigia para

Mato Grosso e levava o presidente nomeado para essa província, o qual, assim como outros brasileiros, ainda hoje se acha preso. As tropas paraguaias invadiram depois por um modo inaudito a mesma Província de Mato Grosso. O governo brasileiro, no firme empenho de vingar a soberania e a honra nacional ultrajada, tem empregado todos os meios ao seu alcance na organização do exército e da armada para a guerra a que fomos provocados por aquela república. Apelando para os sentimentos da nação, tem ele sido correspondido da maneira a mais nobre e a mais digna; de todos os ângulos do Império surgem voluntários para defender a honra da pátria. A justiça da causa, o patriotismo da nação e o valor dos nossos soldados afiançam-nos o mais completo triunfo. De vossas luzes e dedicação à causa pública espera o governo que vos ocupeis prontamente das medidas reclamadas pela gravidade da situação.[17]

---

1. Foi presidente do Conselho de Ministros entre 24 de maio de 1883 e 6 de junho de 1884, Partido Liberal.
2. DEL PRIORE, 2008, p. 159.
3. BARMAN, 2005, p. 84-85.
4. BARMAN, 2005, p. 84-85.
5. BARMAN, 2005, p. 87.
6. MARIZ, Vasco. "O conde d'Eu, o príncipe injustiçado". Disponível em: http://idisabel.wordpress.com/2011/12/30/artigo-o-conde-d%C2%B4eu-o-principe-injusticado-embaixador-vasco-mariz/
7. LACOMBE, 1989, p. 74.
8. LACOMBE, 1989, p. 75.
9. CASCUDO, Luís da Câmara. *O Conde D'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 116.
10. BARMAN, 2005, p. 90.
11. Arquivo Grão-Pará, Pasta XLI-3-37 (carta sem data).
12. RANGEL. Alberto. *Gastão de Orléans: O último Conde d'Eu.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 101.
13. *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de outubro de 1864.
14. RENAULT, Delso. *O dia a dia no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 231.
15. RANGEL, 1982, p. 105.
16. BARMAN, 2005, p. 99.
17. MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *O Império em chinelos.* Rio de Janeiro: Civil. Brasileira, 1957, p. 110.

CHAMBAY

GRAND HOTEL

Boul.d des Capucines.12

PARIS

[capítulo VI]

1865 | 1867

Vida de casada. A viagem à Europa e o Brasil em guerra



Virou o ano. A Guerra do Paraguai havia sido declarada, mas Isabel e Gastão já estavam de viagem marcada para a primeira ida à Europa ainda em lua de mel. A princesa jamais havia saído do Rio de Janeiro, quanto mais do país. Em janeiro de 1865, Gastão escreveu ao pai:

> Aqui tudo calmo, *sin novedad*. Os negócios da guerra estão estagnados; são sempre os rios que param tudo. Chove, eles engrossam, transbordam e inundam. Por terra, o exército não pode avançar. Não chove mais, eles baixam, secam, as esquadras não podem circular. Não se sabe a que santo rezar. No mais, toda a dificuldade é avançar. Estou convencido de que quando houver um único soldado no território paraguaio, todo o edifício irá cair como um castelo de cartas e López desaparecerá da cena de uma maneira ou de outra. Ele irá para a

Europa ou outro lugar.[1]

Mal sabia ele que a guerra evoluiria por outros longos e dolorosos tempos. Quando se preparava para a viagem, o casal já sabia que, por causa de Gastão, um Orléans, Isabel não poderia ir à Paris de Napoleão III. E que, em razão da Questão Christie,[2] a rainha Vitoria também não poderia recebê-la oficialmente na corte inglesa. Porém, como bem registrou Mary Del Priore, D. Pedro pouco se importava com a política do Velho Mundo. Sofria de "patriotismo selvagem" – ironizava o genro. Fossem onde quisessem e pudessem ser recebidos. Mas o imperador fazia questão de que agendassem visitas a museus e fábricas.

Em 10 de janeiro, a bordo do vapor inglês *Madalena*, o casal partiu para a Europa. Isabel, enfim, ia conhecer os sogros. Desceram em Lisboa, cidade que a princesa não achou assim tão espetacular como imaginava, mas onde foi conhecer a "Vovó Amélia", segunda mulher de seu avô D. Pedro I, madrasta de seu pai. A primeira visita do casal foi ao Palácio das Janelas Verdes, onde residia a Imperatriz D. Amélia. A viúva de D. Pedro I, então com 53 anos, recebeu-os na cama, meio adoentada.

"Tive a certeza de não ter podido receber-lhes a boa vista de pé, pois havia cinco dias que, estando doente, encontrava-me de cama", explicou Maria Amélia ao receber o casal. "Pareceu-me mais moça do que as fotografias mostram", escreveu D. Isabel. "Falei-lhe muito do Papai – disse-lhe que Papai se lembrava muito dela: dos brinquedinhos que lhe mostrava, do frade de capucho." "Vovó nos disse que é muito sensível à amizade que Papai sempre lhe mostra." [3]

Em seguida o casal rumou para a Inglaterra, mais exatamente para Claremont – era assim chamada a casa onde viveu o duque de Némours, pai de Gastão, durante os anos de exílio. Visitaram, ainda, a Bélgica, Alemanha, Áustria e Checoslováquia. Na manhã de 7 de fevereiro desembarcaram em Southampton, na Inglaterra, onde já os aguardavam o duque de Némours, os príncipes de Joinville e outros parentes, e também o pessoal da Legação do Brasil, inclusive o ministro, conselheiro Francisco Inácio de Carvalho Moreira, o barão do Penedo. Chegaram a Claremont de trem, onde já eram esperados pela rainha Maria Amélia. Imagina Lacombe que, no velho palácio inglês, reviu o príncipe – certamente com emoção – e mostrou à esposa "os recantos onde passara a infância e de onde saíra, havia tão pouco tempo, para o Brasil desconhecido".

Isabel foi apresentada a todos. O príncipe de Joinville contou suas sinceras impressões ao cunhado D. Pedro II:

> Ela não é bonita. Mas é boa, simples e *lady like*, como dizem os ingleses. Conversa muito bem e não faz alarde da educação que recebeu; enfim, ela agrada, não somente à nossa família, mas também ao pequeno grupo de pessoas que a viram.
>
> Já a tia Chica, também derramou-se em elogios a Isabel, em carta ao irmão: "Cada vez gosto mais da tua filha; ela é bem muitíssimo agradável. Para nós também eles são de muita atenção e estamos tanto à nossa vontade juntas, como se nos tivéssemos sempre conhecido. É lástima que ela – Princesa do Brasil – tenha vindo aqui nas circunstâncias atuais. Mas o que está feito está feito… Acho que um barco brasileiro de guerra seria mui bonito que viesse, depois dos arranjos feitos, buscar a Princesa Imperial e então sair ela, ao menos daqui, com todas as honras devidas à sua posição."[4]

A mesma opinião tinha o príncipe de Joinville. Porém, não pensava assim D. Pedro II. Na visita que Isabel e Gastão fizeram à rainha Vitória, a 21 de março, no Palácio de Windsor, tal foi a cordialidade com que foram recebidos, que o conde d'Eu imaginou terem partido da rainha os bons propósitos para o fim dos desentendimentos com o Brasil, motivados pela Questão Christie. Caíam assim por terra todos os receios da princesa de Joinville. O diabo, afinal, não era tão feio como ela pintava, observou Lacombe.

Certamente seguindo os conselhos do imperador, para que procurassem conhecer as indústrias daquele país, assim fez o casal. Em cartas a D. Pedro, Isabel descreveu em minúcias o que conseguiu ver por lá. Fábricas de aço, de fiação, de armas, de carruagens, em todas elas interessando-se pelo que poderia ser útil ao Brasil. Também foram à fábrica de aço de Mercey e aí viram as chapas para os navios brasileiros que estavam sendo construídos.[5]

Em abril deixaram a Inglaterra com destino à Bélgica. Lá, encontraram Mlle. Templier, antiga professora de Isabel e Leopoldina. Em Bruxelas foram recebidos pelo conde de Flandres – que fora um dos candidatos à mão de Isabel – e pela duquesa de Brabante. Visitaram várias cidades, porque o conde d'Eu gostava de examinar em detalhes as fortificações, lamentando não poderem ir à França, onde os Orléans só seriam recebidos depois da queda de Napoleão III. A visita à Alemanha começou por Aix-la-Chapelle.

"Enjoei terrivelmente", anotou a princesa, comentando a travessia. Na nova permanência em Londres acabou conhecendo a outra irmã do imperador, tia Januária, que nos anos iniciais do reinado a antecedera como princesa imperial. Retirada para a Europa com o marido, o conde de Áquila, em 1844, só agora conhecia a sobrinha, em quem reconheceu traços tanto do imperador, como da imperatriz. Mas uma grande surpresa lhe estava reservada nesta nova estada na Inglaterra: a presença de sua antiga

preceptora, a condessa de Barral, “morando em Claremont, num quarto perto do meu”, escreveu Isabel.[6]

Em seu primeiro contato com a Espanha pareceu decepcionada. “Que diferença em adiantamento aí achei com a Inglaterra!!!”[7] Quando estavam em Córdoba, ela também manifestou-se: “A Andaluzia é a mais bonita parte da Espanha.” Ao chegar a Madri, toda a decepção foi embora. Foram recebidos “com pompa”, jantaram com a rainha Isabel II e o rei consorte e seguiram no dia seguinte para visitar o Escorial.[8] Já no final da viagem deixaram Madri com destino a Portugal. Na fronteira – em Badajoz – receberam as despedidas das autoridades espanholas, e em Elvas, os cumprimentos das portuguesas.

Voltaram ao Palácio das Janelas Verdes, onde D. Amélia, a quem chamava “minha avó de Lisboa”, “gostou muito de ver-nos”, e foram a S. Vicente de Fora, reverenciar os antepassados, entre os quais D. Pedro I. Em Coimbra os estudantes brasileiros compareceram à Estação, sendo a princesa saudada por um deles, neto do barão de Taquari. Visitaram a velha Universidade, onde foram recebidos com solenidade, e a Igreja de Santa Clara, sendo aguardados pelas religiosas, que lhes mostraram o corpo mumificado da rainha Santa Isabel.

De volta a Lisboa, onde fizeram novas visitas à vovó Amélia e ao padrinho, assistiram a uma parada militar. Recebeu-os na Ajuda o rei D. Luís, com um concerto de violoncelo. Ainda estiveram em Mafra, onde foram em companhia do rei D. Fernando, visitar a rainha Maria Pia e o príncipe real (futuro rei D. Carlos).

As cartas que a princesa escreveu à família na ocasião registram suas diversas atividades durante a viagem – na Inglaterra incluíram não só almoço no Castelo de Windsor, mas também bailes e recepções oferecidas pela família Orléans e pelo futuro rei Eduardo VII. Isabel teve até mesmo aulas de pintura com o professor de Marguerite d’Orléans, sua nova cunhada, e fez incontáveis visitas a galerias de arte, museus, universidades – e, claro, a fábricas. Percorrendo a Europa, jantou em Bruxelas com a família real belga e em Viena com o imperador Francisco José e outros membros da família Habsburgo.[9]

Como a família de Orléans, à qual pertencia Gastão, fora deposta e expulsa da França, os governos europeus preferiram não dar recepções de Estado à princesa e ao marido. Os monarcas que chegaram a convidar o jovem casal em suas cortes receberam-no oficiosamente como parentes, não como princesa imperial e consorte. D. Isabel não gostou muito do

protocolo que encontrou nessas cortes. Pouco depois de sua estada na capital austríaca, em maio de 1865, comentou: "Viena é uma bonita cidade [...] porém Deus me livre de morar lá sempre com a imensidade de arquiduques e arquiduquesas etc. que é preciso aturar da manhã à noite; são jantares sobre jantares, visitas sobre visitas."[10]

Porém, Isabel pareceu ter se divertido muito em Londres, quando corajosa vestiu-se de preta baiana, num baile a fantasia promovido pela rainha Vitória:

> 6 de março de 1865, Claremont
>
> Meu querido e bom Papai
> Amanhã vai fazer já um mês que chegamos aqui, como o tempo corre! No dia 25 de fevereiro fomos ao museu de Bennington onde vimos muitos objetos, quadros, moedas de grandes monumentos, objetos da China, do Japão, modelos de navio, etc., etc.[11] No dia 27 nossa rainha deu um baile costume, eu vesti-me de preta baiana, Gaston um mouro, a titia Chica um senhor do tempo de Luiz XV, ia-lhe muito, muito bem, o tio Joinville um mestre de cerimônias da corte da Inglaterra com a cabeça e a cauda de peru, os outros em vários outros vestuários. Estava muito bonito.

Enquanto isso, no Brasil, em 1º. de maio de 1865 era assinado o tratado da Tríplice Aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai para combater o Paraguai, que havia capturado o navio brasileiro *Marquês de Olinda* e invadido a província de Mato Grosso.

Para dar ânimo às tropas e conferir *in loco* o cenário da guerra, D. Pedro II viajou em 10 de julho para o sul. Somente nove dias depois, Isabel e Gastão desembarcaram de volta da viagem, no Rio de Janeiro, a bordo do navio *Extremadura*. Desesperado em seguir atrás da comitiva do sogro (já que o duque de Saxe estava junto ao imperador), Gastão começou a se preparar para deixar Isabel sozinha pela primeira vez depois do casamento.

A princesa, resignada com a separação, escreveu ao imperador:

> O meu Gaston amanhã vai partir. Papai há de fazer bem ideia de quanto me custará essa separação! Não tenho necessidade de pedir-lhe que tenha cuidado de meu bom, excelente e carinhoso Gaston [...] Gaston partirá às 10. [...] Quem me dera que fosse hoje o dia da volta. Entretanto não quero ser egoísta. Desejarei que meu bom Gaston possa servir ao nosso bom país, porém que nada lhe aconteça de mal. Quem me dera que ele pudesse voltar para cá cheio de glória e sem nenhuma arranhadura. [...] O que eu quero e desejo, é que a guerra acabe-se bem depressa. Está aí o que pedirei mais a Deus. Não lhe peço que Papai me mande meu Gaston bem depressa, porque sei bem que o há de fazer logo que, sem desonra para ele, as circunstâncias o permitirem. [...] Eu gosto mais dele do que de mim. Papai entende bem isto...[12]

As princesas, recém-casadas, ausentes os maridos, viveram novamente

como no tempo de solteiras, indo morar com a mãe, também solitária em São Cristóvão. No dia em que Gastão se foi, D. Isabel recebeu dele uma longa lista de instruções sobre como deveria se comportar durante sua ausência:

> Procura recordar, na medida do possível, onde está cada um dos teus pertences pessoais e, para tanto, guarda-os sempre no lugar. Nunca saias da chácara sem eles [o barão e a baronesa de Lajes, mordomos do casal].
>
> Nunca recebas homens, a não ser na companhia de outra mulher.
>
> Não relaxes na postura: fica erguida e bem plantada nos dois pés. Estando sentada não os mostres. Não faças caretas e pensa em Banting [fazer dieta].
>
> Cuida do teu físico.
>
> Sê gentil, tem deferência pela tua mãe. Na minha ausência, é a tua primeira obrigação. É a tua obrigação com Deus, contigo mesma, comigo, com a humanidade.
>
> Todas as noites e na missa, reza pelo Brasil, por mim e por teu pai.
>
> Relê tudo isto algumas vezes.[13]

Em 1º de agosto, finalmente, Gastão conseguiu embarcar para o sul a fim de encontrar o sogro e o concunhado na frente de batalha. Ele escreveu, com muito cuidado e interesse, um precioso diário desta viagem, cujo texto Isabel colocou em bom português antes de ser publicado. Nos seus relatos, encontra-se uma ideia bastante precisa do que foi o início da guerra, que, afinal, duraria cinco anos:

> Achava-me na Europa com a Princesa Imperial, em viagem de núpcias, quando a guerra brutalmente provocada pelo ditador do Paraguai tomou feição mais séria, invadindo as forças paraguaias o território da República Argentina e, logo depois, a nossa província do Rio Grande do Sul. [...]
>
> Também observei que poucos oficiais moços se encontravam entre os brasileiros; têm quase todos a barba grisalha (no exército brasileiro o regulamento manda usar barba toda). O tenente-coronel comandante tem o cabelo todo branco. [...]
>
> Parece que a mortalidade tem sido por ora de nove por cento, lisonjeira proporção em tão desfavoráveis condições. Deve, porém, observar-se que os indivíduos atacados de doença mais perigosa, a varíola, se acham em outro estabelecimento fora da cidade. Aqui a maioria dos casos são de febre catarral, doença ordinariamente pouco grave e natural consequência da mudança de clima que experimentam os habitantes do Norte do Império, mesmo quando chegam do Rio de Janeiro no coração do inverno. [...]
>
> Consentiu-se, com efeito, que os voluntários levassem consigo a bordo e em campanha as suas mulheres, e mesmo os filhos, e vieram muitas, sobretudo do Norte, com os soldados de raça indígena, raça que, mais que nenhuma outra, liga importância aos laços de família. Quando eu tal soube pareceu-me isto um enorme abuso, muito prejudicial à disciplina e à mobilidade das tropas. Todavia os comandantes dos batalhões, longe de se queixarem desta concessão, asseguram que estas mulheres prestam muitos serviços, que andam muito bem a pé, com os filhos às costas, e que, sobretudo, quando os maridos estão no hospital, só elas sabem desempenhar com dedicação o serviço de enfermeiro. [...]
>
> Todo o cidadão brasileiro de que podem apoderar-se é imediatamente morto; porém os escravos são poupados. Procedem assim os paraguaios esperando poder ser ajudados na

invasão por uma revolta de escravos. Mas nesse ponto estão iludidos, pois que a proporção dos escravos para os homens livres é felizmente mínima nesta província. O homem que me deu estas informações dizia-se francês; mas, como saiu de França há 27 anos, fala agora português mais facilmente que o francês. […]

Gastei seis dias e quatro horas do Rio de Janeiro a Porto Alegre; seis dias e vinte e duas horas de Porto Alegre a Caçapava; e ao todo quatorze dias do Rio de Janeiro a Caçapava. De súbito aparecem no horizonte as casas de Caçapava e não tardam a vir cavaleiros ao nosso encontro. Primeiro vem o ministro da Guerra, depois vários grupos de oficiais ou de autoridades, finalmente o imperador e Augusto seguidos da sua escolta da Guarda Nacional ornada de lanças com bandeiras bipartidas de vermelho e branco. A não ser uma grande constipação que tem o imperador, estão de boa saúde, graças a Deus. Abraçamo-nos e entramos juntos em Caçapava; e passa-se o resto do dia a conversar da guerra, da viagem, de São Cristóvão e da Europa; é um nunca acabar. […] Tínhamos percorrido desde pela manhã 14 léguas brasileiras (mais de 84 quilômetros) e tínhamos andado 12 horas a cavalo. […]

É nesta flotilha que está embarcada a 1ª companhia dos Zuavos Baianos, a mais linda tropa, a meu ver, de todo o exército brasileiro. Compõe-se unicamente de negros; brancos, indígenas ou mulatos são dela excluídos. Os oficiais são também todos negros, negros retintos; e nem por isso são piores oficiais; pelo contrário […]

Afastados por um momento os cuidados militares, lembrou-se o imperador de que era domingo e quis ouvir missa. Temos no acampamento três padres: os párocos de São Borja e de Itaqui e o capelão que veio com o batalhão de linha ultimamente chegado do Sul. Mandou-se chamá-los, mas nenhum deles tinha pedra d'ara, nem paramentos! Quanto ao pároco de Uruguaiana, ninguém sabe o que é feito dele! O exército de Flores tem capelães; mandou-se saber se estavam mais bem providos; mas não estavam. […]

Efetivamente às sete horas o imperador monta a cavalo. Sabem todos que é este o dia em que à força nos vamos apossar de Uruguaiana. Por isso ninguém falta à chamada; até o general Beaurepaire, a quem a sua doença ordinariamente obriga a conservar-se na carretilha, faz o esforço de montar a cavalo, por ser hoje, diz ele, o dia solene. Vem também juntar-se ao estado-maior imperial o general Oliveira Ortiz, velho de 80 anos, que deixou a sua estância, nos arredores de Alegrete, para vir assistir à tomada de Uruguaiana. […]

Outra característica geral dos homens que estávamos vendo desfilar era a ternura infantil com que cada um parecia levar os objetos, muitas vezes incômodos e sem valor algum, que tinham roubado em Uruguaiana. Alguns, é verdade, iam carregados com sacos ou caixas, cujo conteúdo não podíamos ver; mas outros contentavam-se com uma cafeteira de folha ou com uma enorme panela; um tinha posto como chiripá[14] um xale de senhora; outro apertava nos braços um guarda-chuva; um terceiro levava uma sombrinha de seda branca, aberta; quase todos levavam ferros de ponta aguda, certamente arrancados das grades das janelas e destinados a assar o churrasco. Cada soldado de cavalaria levava cuidadosamente à cabeça todos os seus arreios, incluindo um lombilho, muito semelhante aos dos rio-grandenses; e assim iam passando, um a um, curvados, com passo curto e apressado. […]

Quando entramos em Uruguaiana não restava na cidade um único habitante: uns tinham fugido à invasão, os outros tinham sido expulsos no dia 11. Mas logo no dia seguinte à ocupação reapareceram muitos habitantes; e as mulheres rio-grandenses a cavalo, com os seus chapéus de plumas, vieram ainda acrescentar novas cores ao espetáculo de desordem. […]

Novembro de 1865
Gastão de Orléans[15]

André Rebouças, engenheiro baiano, filho de pai mulato e mãe branca, e, mais tarde abolicionista ativíssimo, havia se alistado como Voluntário da Pátria. Escreveu em seu famoso *Diário* informações para a história: "O duque de Saxe goza entre a comitiva de mais simpatia do que o conde d'Eu, pela sua afabilidade e inteira indiferença pelos negócios políticos. O duque só mostrava gosto e vocação para passar vida folgada e divertida, muito amante de caçadas de várias espécies, apreciador da Europa e dos muitos gozos que lá se podem desfrutar à farta. O conde d'Eu patenteava em todas as ocasiões grande interesse pelas coisas do Brasil, observando, indagando, tudo visitando e tratando de colher minuciosas e exatas informações. O duque de Saxe não mostrava senão desapego e indiferença."[16]

Em São Cristóvão ocupavam-se, imperatriz e princesas, da costura para os Voluntários da Pátria. Para Lacombe, a solidão fazia-a pensar: vendo cada vez mais quanto "Papai é bom e contribuiu para a nossa felicidade. [...] Tenho feito não o meu possível, mas quanto posso para agradar a ser boa para Mamãe. Ela também tem andado muito contente comigo."[17] Esta era também Isabel, que precisava da aprovação alheia para se sentir segura na vida.

São desse período cartas memoráveis de Isabel para Gastão. Numa delas, ela o informa que suas regras (menstruação) estão atrasadas e lamenta o fato de ele estar longe, por não ter com quem mais conversar sobre o assunto. Mas ainda não seria desta vez que Isabel engravidaria.

Em 15 de outubro de 1865, quando ainda se achava no remoto Sul, Gastão d'Orléans propôs a Isabel: "um baile para comemorar o nosso feliz regresso e a vitória de Uruguaiana, se te convém. Creio que a melhor data seria o 1° de dezembro".[18]

Porém, Gastão adoeceu logo depois de escrever esta carta e, por este motivo, o baile precisou ser cancelado. Aliás, consta que até o começo de 1867 não houve nenhum evento social formal no Paço Isabel – nem festa, nem baile.[19]

Construído pelo comerciante português José Machado Coelho, o Paço Isabel tinha sido totalmente reformado para abrigar o jovem casal de príncipes, que para lá se mudou em novembro de 1865. Passou, então, a se chamar Palácio Isabel, a segunda residência do Império. Hoje é chamado de Palácio Guanabara e funciona como sede oficial do governo do Rio. De arquitetura neoclássica, a casa era cor-de-rosa, com mobília portuguesa em estilo manuelino, e chão de pé de moleque, feito com pedras de rio.

A propriedade – quase um sítio rural (pois Laranjeiras era um bairro afastado) – foi comprada por 300 contos de réis e a reforma custou 36 contos. Possuía um canil, e também galinhas, patos, uma vaca com seu bezerro, pássaros, um porco-do-mato, uma corça, uma lontra.[20] Isabel não escondia sua paixão pelos animais. Esperava ainda algumas lhamas, um tapir e pacas. A escritura da compra da casa de Isabel e Gastão, em Laranjeiras, saiu em 26 de janeiro de 1865. Da "rica mobília", destacava-se a da Sala Nobre, toda dourada e forrada de excelente seda de Lion escarlate com matiz, e a da Sala de Refeição, feita de madeira exótica e também de alto preço.[21]

O prédio principal, na atual rua Pinheiro Machado, foi confiscado pelo governo da República, e sofreu uma série de modificações que o desfiguraram totalmente. Como Palácio Guanabara, serviu de residência aos presidentes Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Washington Luís, Getúlio Vargas, José Linhares e Eurico Gaspar Dutra. Este o destinou para sede da Prefeitura do Distrito Federal, mais tarde, do Estado da Guanabara e depois do Estado do Rio de Janeiro.

Na época de Isabel e Gastão já havia água quente nos quartos de banho e eram escravos fugidos e quilombolas de Laranjeiras que abasteciam os moradores do Palácio. Foi quando o casal resolveu abrir as portas para as recepções, ou "partidas", como eram conhecidas. Partidas de música e dança que, segundo palavras de Wanderley Pinho, o famoso cronista da sociedade imperial, eram "perfumadas de arte e de distinção". Isabel gostava da popularidade que seu pai tanto desprezava. Como descreveu Pinho, "no período que prolongou a sua lua de mel, a vida social era pouco desenvolvida, tal como notara o príncipe recém-casado, chegado há pouco da Europa. Naquela espécie de monotonia amorosa 'muito doce' e 'toda íntima', quando Gaston se afastava da esposa, apenas para algumas raras obrigações, logo voltava, a fim de lerem Tocqueville, Walter Scott e Feuillet e para que a princesa lhe corrigisse os erros de estilo de um português ainda hesitante. Nesses primeiros tempos, os dois gostavam de compartilhar o gosto pela música e pintura; e já então procuravam convidar para a sua casa, gente interessante da sociedade do Rio."[22]

Aquilo era tremenda novidade no Rio. "O que quer que façamos", escreveu o conde d'Eu, "para apreciar um pouco a vida social, ela continua absolutamente monótona e, por conseguinte, se não se alcança um certo grau de intimidade, ela é difícil de manter." Por fim, as resistências foram sendo vencidas e, no final de 1887, as reclamações do príncipe já eram

totalmente diferentes. Sentia-se cansado, com o tempo devorado pelos concertos, espetáculos e saraus de toda espécie que então pululavam na capital.[23]

Nas recepções, que tinham lugar das seis às oito, ou nas "partidas", das oito às onze, a música dominava. Isso não encantava tanto assim os convidados, que preferiam tagarelar ou dançar, e se consolavam admirando a beleza dos duetistas ou dos pianistas. Um dos que se lamentavam era o ministro argentino Vicente Quesada, que achava essas reuniões "excessivamente filarmônicas".

André Rebouças, no seu *Diário*, comentou os serões de que participou no Paço Isabel:

> Às oito estávamos no segundo salão do paço, onde houve uma partida musical [14 de janeiro de 1867]. Tocaram piano Bevilacqua, o filho do mestre da princesa, a filha de Taunay, o doutor Martins Pinheiro e uma filha do doutor Ferreira d'Abreu. O príncipe falou muito de música, do Palácio de Cristal, etc. [...]
>
> É preciso mencionar em trecho a quatro mãos tocado pela princesa imperial, acompanhada pela filha de Taunay, a partir de temas de *A muda de Portici*, de Auber, pela qual o príncipe é apaixonado: ele lembrou-se de que a revolução foi feita na Bélgica ao som daquela música. Na sala de estudos da princesa imperial, onde se toma o chá, pode-se notar, em meio aos retratos da família imperial, o célebre quadro que representa Rouget de Lisle improvisando a Marselhesa em Estrasburgo. O conde d'Eu declarou-se entusiasta da "Marselhesa", que preferia à fria canção da rainha Hortênsia: Partindo para a Síria. Disse ter encontrado a gravura no Palácio de São Cristóvão, e que não era responsável por ela. Seguiu-se a isso uma crítica à introdução na França, por Luís Napoleão, das corridas de touros. O sarau terminou precisamente as dez.[24]

Pouco tempo depois, sobre outro sarau, Rebouças escreveu:

> Às oito da noite, respondendo a um convite especial do conde d'Eu, eu me encontrava no Paço Isabel [4 de março de 1867]. A noite foi apenas dançante, com orquestra e cerca de cem convidados, inclusive a Comissão da Exposição e o Instituto Politécnico. O imperador e a imperatriz chagaram às oito. Ele falou-me das obras e prometeu fazer logo uma visita. O príncipe convidou-me para fuçar vis-à-vis com ele, na segunda quadrilha, a dos lanceiros.
>
> Dancei com a senhora Taunay, ao lado da princesa Isabel, que dançou com o conselheiro Pedreira.
>
> Dancei três outras quadrilhas com a filha do doutor Meirelles, viscondessa de Lajes, e uma das suas sobrinhas. A noitada terminou à uma da manhã. Até então, o príncipe e a princesa não pararam de dançar com juvenil entusiasmo.[25]

E, ainda, sobre a célebre ocasião em que ele, um negro, havia dançado com a princesa Isabel, o abolicionista registrou no *Diário* em 10 de junho de 1867: [26]

> Às 7 horas mandei o carro tomar em sua casa o colega da Alfândega engenheiro Galvão e às 8 horas e ¼ estávamos no Palácio Isabel. O príncipe convidou-me a dançar a 2ª quadrilha de Lanceiros com a princesa imperial; tomei para vis-à-vis o Dr. Andrada Pinto. O príncipe

> dançou na mesma quadrilha, sendo seu vis-à-vis o colega Galvão. O imperador retirou-se ás 11 ½. Foram convidados a esse baile o Corpo Diplomático estrangeiro e quase todas as nossas notabilidades.

O Paço Isabel era de muito bom gosto, sem luxos inúteis, e a etiqueta não era muito rígida. "A simplicidade é lei nos salões da sereníssima condessa d'Eu", teria dito um conviva, segundo Frédéric Mauro aponta no livro *O Brasil no Tempo de D. Pedro*. A descrição continuaria: "Aqui, a nossa coluna vertebral não é sujeita à tortura. Nas fisionomias cheias de franqueza do conde d'Eu e da sua augusta esposa, na maneira de se vestirem, modesta e sem pretensão, brilha a mais jovem e a mais cordial democracia. Encontra-se aqui o gosto que seria encontrado nos salões de um burguês fino e bem-educado."[27]

Como nos informa Roderick Barman, de 1865 em diante, o fator que passou a criar mais dificuldade para D. Isabel no relacionamento com D. Pedro II foi a tensão crescente entre o pai e o marido. Superficialmente, a relação dos dois era boa, até mesmo cordial. No fundo, porém, as emoções ferviam. O motivo era muito simples. O conde d'Eu queria retornar à frente de batalha e o imperador não queria deixar. Nunca explicou a razão dessa proibição. Provavelmente não queria perder Gastão de vista: temia os possíveis riscos (sobretudo o de morte em combate) de autorizá-lo a integrar as forças brasileiras e, basicamente, detestava dar autonomia de ação a quem quer que fosse.[28]

No dia 7 de janeiro de 1865, anunciou-se a criação do corpo dos Voluntários da Pátria para convocar soldados para lutar contra Solano López, com uma intensa campanha em todo o país. A ideia era a de que os patriotas se oferecessem para defender a pátria ofendida. Não foi fácil. A prova é a lei de 8 de julho do mesmo ano, em que ficou consagrado o vale-tudo do alistamento. O governo ficou autorizado a recrutar quando e como quisesse. Prisões foram esvaziadas. Vadios e crianças eram caçados nas ruas, para preencher vagas. Escravos iam para a guerra como substitutos dos seus senhores. Sobre isso, os jornais se enchiam de anúncios: "Quem precisar de uma pessoa para marchar para o Sul em seu lugar…"

Ainda em 1865, um projeto de lei de autoria do então visconde de São Vicente, buscava regularizar um dispositivo constitucional que inseria a princesa D. Isabel e o seu esposo, o conde d'Eu, no Conselho de Estado e no Senado. A proposta fez com que surgissem inúmeros debates na corte imperial sobre os níveis de participação de uma mulher e seu marido estrangeiro no jogo político nacional. Ainda em meio ao desconforto

causado pelo posicionamento do príncipe consorte aos modos de condução da guerra e o seu crescente desejo de participar do conflito, os liberais buscavam ampliar seus espaços de apoio junto ao conde d'Eu.

Nos debates no Senado, José de Alencar chamou a proposta de inserção da princesa imperial e de seu marido no corpo do Conselho como uma "imoralidade política". Dizia o senador: "A mulher não é responsável por seus atos, não pode ser chefe de sua família. Dessa forma, como inserir uma mulher dentro de um espaço em que conselheiros são responsáveis por suas posições e no Senado onde os príncipes da Casa Imperial podem responder por seus discursos?"

Mesmo tida como inconstitucional por alguns senadores, a proposta acabou sendo votada e aprovada no Senado e na Câmara dos Deputados. No entanto, a ideia de um estrangeiro aconselhar a imperatriz do Brasil nos assuntos políticos causava certo mal-estar e a presença do conde ao lado de Isabel no Conselho de Estado e no Senado reforçava essa perspectiva. As inserções de dois elementos estranhos ao jogo político abriram um leque de possibilidades e de debates sobre a formação do processo democrático do Brasil independente. [29]

Em 17 de novembro de 1865 começou a circular pelas ruas do Rio de Janeiro, de mão em mão, um panfleto de oito páginas intitulado *Cartas Políticas*. Era dirigido diretamente ao imperador e assinado com o enigmático pseudônimo *Erasmo*. No meio da série, José de Alencar assumiu publicamente a autoria dos textos. Em fevereiro de 1867 Alencar recusou a comenda da Ordem Imperial da Rosa, que havia sido criada por D. Pedro I em 1829 para homenagear sua segunda esposa, Maria Amélia.

O revide imperial às ofensas de Alencar veio na forma de um decreto, de número 222, datado de abril de 1868, assinado pelo ministro da Justiça, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que ordenava que fosse extinto o cargo de consultor jurídico da pasta. Alencar exonerou-se.

Em 1869 continuava manifestando-se contrário a entrada da princesa Isabel no Conselho de Estado. Foi quando escreveu: "A incapacidade política da mulher é um fato universal. Em alguns povos de remota antiguidade, nós encontramos a mulher exercendo funções públicas. Mas estes exemplos são devidos à superstição dos povos, que acreditavam ser a mulher inspirada pela divindade. A civilização moderna, porém, acabou com essas anomalias".[30]

[capítulo VII]

1868 | 1869

A família imperial sob interesses e ofensivas do Paraguai



Dos historiadores brasileiros que se debruçaram sobre a história da princesa Isabel, Hermes Vieira certamente foi o que mais pesquisou e escreveu sobre Solano López e, especificamente, sobre a pretensão do presidente do Paraguai de se unir por matrimônio a uma das princesas do Brasil e realizar o sonho delirante de implantar uma monarquia na América espanhola. É consenso que falta documentação a respeito do assunto no Museu Imperial, no Itamaraty e com os descendentes. Em seu primeiro livro – *Isabel no Cenário Abolicionista* – o historiador acreditava ser Isabel o alvo de Solano. Já no segundo – *Princesa Isabel, uma vida de*

luzes e sombras – mostra-se absolutamente convencido de que Leopoldina serviria melhor aos propósitos do ditador paraguaio. Em primeiro lugar porque quem se casasse com Isabel, herdeira da Coroa, deveria por lei morar em solo brasileiro.

O tema despertou mais interesse na historiografia estrangeira – de paraguaios a americanos e britânicos. Ao recontar a trajetória de Elisa Lynch, nascida na Irlanda, com quem Solano viveu maritalmente por 17 anos e com quem teve cinco filhos, o embaixador dos EUA no Paraguai, Charles Ames Washburn, diplomata, escritor e curiosamente citado como um dos primeiros inventores da máquina de escrever, afirma que foi tudo verdade. Em seu livro *History of Paraguay* confirma o desejo de Solano López de transformar o seu país, junto a todo o Brasil, num vasto império, se viesse a se casar com uma das princesas da casa de Bragança. Ele acredita que as ideias de Solano eram insufladas por Napoleão III, imperador da França, e inquestionavelmente influenciadas pela mulher (com quem nunca se casou oficialmente), a irlandesa Elisa Lynch. Washburn apresenta Elisa aos leitores na descrição que faz da missão oficial de Solano López em Paris, em 1853 e 1854:

> Entre os membros de sua comitiva havia um jovem chamado Brizuela, que, misturando-se à questionável sociedade que seu chefe frequentava, fez amizade com uma mulher de caráter totalmente livre, pertencente ao chamado mundo das mulheres de reputação duvidosa. Essa mulher, cujo nome de solteira era Lynch, nasceu em Cork, na Irlanda; ainda criança sua família mudou-se para a França, onde ela se casou com um cirurgião chamado Quatrefaghts [sic]. Seu caráter era tal, no entanto, que logo se separou do marido, e, quando da visita de López a Paris, ela pertencia àquela classe de mulheres de hábitos depravados, sempre à cata de estrangeiros com carteiras recheadas e hábitos mundanos.[31]

Essa versão dominou quase todas as biografias de Elisa Lynch em língua inglesa: "Elisa Lynch parece provocar em seus biógrafos de língua inglesa todo tipo de desdenhoso excesso", afirma a escritora irlandesa Anne Enright.[32] Alyn Brodsky, uma notável biógrafa de Warren G. Harding, presidente dos Estados Unidos entre 1921 e 1923, serviu na embaixada norte-americana em Assunção nos anos 1950 e usava seus momentos de lazer para compor uma biografia de Elisa, publicada em 1975 e intitulada *Madame Lynch and Friend: The True Account of an Irish Adventuress and the Dictator of Paraguay Who Destroyed that American Nation* (Madame Lynch e companheiro: a verdade sobre uma aventureira irlandesa e o ditador do Paraguai que destruiu essa nação americana). Ela alega que, aos 19 anos de idade, Elisa, de volta a Paris depois de abandonar seu marido francês na Argélia, era prostituta num bordel parisiense, onde conheceu López. Sua

situação e mesmo suas preferências musicais e sociais são descritas em detalhes, assim como o estilo com que se entregava a oportunidades profissionais. Nenhum fragmento de prova contemporânea digna de crédito é sequer mencionado para embasar qualquer uma dessas afirmações.[33]

Já William E. Barrett, escritor americano nascido em Nova York, relata a história de Solano e Elisa Lynch em tom de romance, no livro *Woman on Horseback*. Segundo Barrett, em seu plano de conquista, Solano preparou cartas confidenciais para D. Pedro e para Napoleão III. Essas cartas jamais foram encontradas. Certamente, se existiram, foram destruídas. Encostado ao território brasileiro e fechado ao norte pela Bolívia e ao sul e oeste pela Argentina, o Paraguai de Solano López em 1865 achou que podia abrir seu caminho para o mar à base de espadas e armas de fogo.

Ao mesmo tempo, tropas francesas estavam no comando da Cidade do México e Maximiliano da Áustria, o mesmo que visitara as princesas Isabel e Leopoldina em 1863, talvez interessado em casá-las com um dos seus, preparava-se para deixar a Europa e tornar-se imperador do México.

Nada nessa história de casamento entre Solano e Isabel soa bem. Em fins de 1851, por exemplo, a imprensa divulgou as honrarias que o Império brasileiro dispensava a alguns governantes. Com a grã-cruz da Ordem de Cristo, Pedro II condecorou Carlos Antonio López, presidente da República do Paraguai, D. Manuel Herrera y Obes, ministro e secretário de Estado da República do Uruguai, D. André Lamas, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da mesma república na corte brasileira e – por último – o general D. Francisco Solano López, comandante em chefe do exército paraguaio. Solano López era, no momento, ministro da Guerra e da Marinha do seu país.

A primeira vez que foi recebido por D. Pedro II em audiência era véspera de natal, 24 de dezembro de 1854, e o encontro foi registrado pelo *Jornal do Commercio*[34] no dia seguinte. E apenas isso. O que conversaram permaneceu em segredo. Isabel tinha então apenas 8 anos de idade, e Leopoldina, 7. Não creio que seu pai pensasse em casamento naquela ocasião. Afinal, Solano era apenas dois anos mais moço do que o imperador, então com 29 anos.

Já um tio de Solano, Manuel Pedro de Peña, em carta dirigida a seu sobrinho, em janeiro de 1865, escreveu:[35] “Corre a notícia de que a principal causa de sua guerra contra o império do Brasil é porque tentaste se casar com a princesa e ela nem soube e nem se lembrou de ti para nada e

se casou com quem quis e tu ficaste com teu desejo."

Uma crônica de Raimundo Magalhaes Jr.[36] publicada na revista *Vamos ler*, em 16 de março de 1939, não só reconta a história, como afirma o desejo de Solano de se tornar rei.

E também Hermes Vieira, no livro *A Princesa Isabel no cenário abolicionista*, assegura: "Fogoso de imaginação e de temperamento ambicioso e audaz, Solano López acariciara o projeto de um casamento com Isabel." Não se tratava, segundo Vieira, de uma nota oficial de chancelaria.

> Nada de um episódio diplomático e sim a ousadia pessoal de um ambicioso. O Imperador não lhe dera atenção. Encarregara o visconde do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores, de ir entretendo o temível caudilho, com evasivas, até o momento em que, concluídas as negociações matrimoniais das filhas, pudesse evitar diplomaticamente a recusa com a comunicação oficial do noivado das duas princesas. Assim efetivamente se deu.[37]

Foi pelos jornais que Solano López tomou conhecimento do casamento das duas princesas brasileiras, ocorridos em outubro de 1864. A guerra foi declarada em dezembro do mesmo ano.

Efraim Cardozo, político e historiador paraguaio, no livro *El império del Brasil e el rio de La Plata*, insiste em que o interesse de Solano nunca foi Isabel e, sim, Leopoldina, muito embora Solano já vivesse maritalmente com a irlandesa Elisa Lynch desde que ela havia chegado ao Paraguai, em 1855, grávida do primeiro filho de ambos.

O historiador Lacombe acredita que a história de Solano com as princesas do Brasil não passou de boato e que o agente americano Washburn teria dito ao secretário de Estado William Seward que D. Pedro II aprovaria a criação do Reino do Paraguai com o casamento de seu presidente com a princesa Isabel.[38]

Hermes Vieira comenta:

> É mais do que sabido que o Imperador tomou a agressão de López como um dos maiores, senão o maior desafio de sua vida de chefe de Estado; e por isso mesmo foi ele, em todo o Império, o homem que mais se empenhou para que a guerra não fosse dada por finda sem a captura ou a fuga audaz desafiante do território paraguaio. Queria-o vivo se possível. E por essa sua atitude inflexível, diz Heitor Lira que se teceram "toda a sorte de versões, não sendo das menos inverossímeis uma suposta desafronta imperial, ofendido que se sentia o monarca com a pretensão de López à mão de uma das princesas brasileiras.
>
> Esclareçamos antes, para que fique bem entendida, a razão por que López pretendeu desposar uma das princesas brasileiras. Ambicioso e impulsivo, logo que ele visitou Paris e assistiu às pomposas paradas de Napoleão III, foi assaltado por inusitado sonho de grandeza. Veio-lhe à cabeça o desejo de fundar um império ao sul da América Espanhola, semelhante ao que já havia no Brasil.[39]

Joaquim Nabuco, por sua vez, não duvidava da aspiração de López em fazer-se imperador. Até julgou ser provável, já que uma monarquia acabara de ser proclamada no México (1863), com a ajuda da França, ocasião em que o arquiduque Maximiliano aceitara a coroa imperial. Achava, pois, natural que López, segundo governante da sua dinastia, tivesse idêntico pensamento, e por isso mesmo estranhou o brusco rompimento dele com o Brasil, única monarquia da América, até a formação da mexicana. Nabuco deve ter percebido que algo mais do que se sabia havia motivado o rompimento. Disse ele: "A verdade sobre as intenções e ambições de López ao começar a guerra é ainda duvidosa."

Baseado em R. Magalhães Júnior e Willian E. Barrett, Hermes Vieira informou, na primeira edição de seu estudo, em 1941, que a preferência de López era Isabel. Porém, depois, corrigiu-se:

> Decorridos alguns anos e estudando melhor e cuidadosamente o assunto, concluí que López só poderia ter pretendido a mão da princesa Leopoldina, nunca a da Redentora. O motivo, não encontrado em nenhum pesquisador deste caso que seja do meu conhecimento, é de ordem dinástica e, pois, fundamental. Cifra-se neste ponto: se a princesa Leopoldina, obtido o consentimento do Imperador, quisesse dar um passo dessa ordem, nada havia a impedi-la. Era livre e desembaraçada. Príncipe ou plebeu, o que comandava era o seu coração, sob a aprovação ou desaprovação de seus pais. Já com a princesa Isabel o caso mudava, e muito, de figura; isto porque, tendo falecido prematuramente o primogênito D. Afonso Pedro, e, pouco depois, D. Pedro Afonso, ela, como a primeira das filhas, adquiriu a especialíssima prerrogativa de herdeira presuntiva da Coroa do Brasil, o que obrigaria, como obrigou, o seu consorte, nos termos de nossa Constituição, a ter sua vida desvinculada politicamente de seu país de origem e inteiramente subordinada aos altos interesses governamentais do Brasil, não podendo sequer ter com ela filhos senão nascidos em nossa terra ou, se no estrangeiro, imediatamente registrados no Consulado ou Embaixada do Brasil, para terem preservados seus direitos dinásticos, como foi o caso do príncipe Gastão de Orléans, conde d'Eu, constante de seu contrato antenupcial.[40]

No livro *Calúnia*, os historiadores irlandeses Michael Lillis e Ronan Fanning contam que Elisa Lynch teria se importado – e muito – com os rumores de que López, pouco depois de suceder seu pai na presidência do Paraguai, teria sondado a possibilidade de casar-se com a princesa Isabel, filha do imperador Pedro II. Sua aspiração monárquica – pedia para alguns íntimos que o tratassem como Francisco I – seria unir as dinastias regentes dos dois países vizinhos numa aliança política: isso garantiria a independência do Paraguai contra a Argentina, seu inimigo em potencial. Tais seriam suas pretensões ao atingir o poder que, quando o núncio papal, monsenhor Marini, ofereceu-se para conseguir a dissolução do casamento de Elisa com Quatrefages, López declinou, "pois planejava um casamento dinástico com

a filha do Imperador".[41]

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, disse ter ouvido a própria família real falar sobre o pedido que López fizera da mão da princesa Isabel. Quando perguntaram a João Coelho Lisboa, chanceler do palácio, por que a declaração do barão não se encontrava nos arquivos, este teria perguntado: "O barão acredita que uma questão dessa natureza seria ventilada e processada como se fosse uma mera questão de disputas fronteiriças ou tratado comercial, através de observações e documentos oficiais?"[42]

Para os autores de *Calúnia*, D. Pedro II poderia, na guerra, estar se vingando da audácia de López em querer se casar com uma de suas filhas:

> "[...] enviou seu genro, o conde d'Eu, para acabar com López. O conde precisou receber ordens de seu sogro para superar seus receios, bem como os da princesa Isabel; acabou revelando-se um monstro sedento de sangue.
>
> [...] Sem dúvida, a guerra foi iniciada por López em 1864, mas foi claramente ganha pelo Brasil e pela Argentina no início de 1868. Conforme Caxias relatou a seu imperador, o Paraguai já estava devastado em agosto de 1868. Na verdade, o próprio López – e Elisa, por extensão – se convencera de que essa guerra de agressão estava acabada desde a batalha de Uruguaiana, em setembro de 1865. Contudo, o imperador do Brasil – inteiramente sozinho –, contra todos os conselhos, insistiu no prolongamento da chacina, da fome e da completa destruição do povo do Paraguai, alegando que López era seu único alvo.
>
> Não obstante a indiscutível culpa de López por ter iniciado a guerra, e apesar dos inúmeros aspectos admiráveis da carreira do – olhando por outro lado – gentil, civilizado e bem-intencionado imperador Dom Pedro II, o julgamento de McMahon quanto a qual dos dois, López ou o imperador, causou desnecessariamente o maior número de mortes e a maior destruição do Paraguai é evidente. A única explicação plausível sobre a obstinação de Dom Pedro II seria seu orgulho ultrajado diante da impertinente proposta de López pela mão da princesa Isabel.[43]

Mas as verdadeiras motivações da guerra do Paraguai nos ensinou mesmo o historiador Francisco Doratioto, no mais novo e definitivo trabalho sobre o conflito, que a classifica como fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. Nesse livro – *Maldita Guerra* – Doratioto explica:

> [...] Essas contradições se cristalizaram em torno da Guerra Civil uruguaia, iniciada com o apoio do governo argentino aos sublevados, na qual o Brasil interveio e o Paraguai também. Contudo, isso não significa que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro regional. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. Seus governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há "bandidos" ou "mocinhos", como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses.[44]

Ainda segundo o autor, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e

poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López:

Entre dezembro de 1864 e meados de setembro de 1865, o Paraguai esteve na ofensiva militar, ao invadir o território brasileiro e o argentino. Solano López planejou uma guerra-relâmpago que, se bem-sucedida, resultaria em novo equilíbrio de poder no Prata. O plano, porém, foi frustrado por um conjunto de fatores. As forças invasoras de Corrientes e do Rio Grande do Sul não se aproveitaram adequadamente do fator surpresa; os blancos saíram do poder no Uruguai e, em Corrientes e Entre Ríos, a população não aderiu à força invasora.[45]

Dessa maneira, raciocina Doratioto, o Brasil se viu envolvido por uma guerra inesperada, com seu Exército despreparado a ponto de, seis meses depois de iniciada a luta, não ter conseguido tomar a ofensiva. Mato Grosso era a província mais isolada e indefesa do Brasil e alvo fácil para a invasão paraguaia.

Alistaram-se cerca de 10 mil voluntários, número considerado suficiente pelo governo imperial que suspendeu o recrutamento de guardas nacionais.

Em 1865, dez dias após o seu regresso da primeira viagem ao Paraguai com o imperador, o conde d'Eu foi nomeado para o posto de comandante geral de Artilharia e presidente da Comissão de Melhoramentos do Exército Brasileiro, o que, cortando a pequena trégua sentida pela princesa, "veio pôr-lhe o coração outra vez em sobressaltos", segundo descrição emocionada de Hermes Vieira.

Seus receios foram tantos de que ele pudesse ser de um momento para o outro convocado, que uma tarde, enquanto o conde estava reunido com os elementos da Comissão por ele presidida, escapou de casa e foi conversar com o pai. Falou-lhe então, aberta e francamente, de sua amargura, suplicando-lhe não consentisse em hipótese alguma fosse o seu Gastão para o campo de luta.[46]

Hermes prossegue em seu relato imaginando o que deveria ir pela alma da princesa:

Absorvida pelo ardor com que o amava e, por igual, pelo receio de perdê-lo, não tinha condição para reagir e superar o desespero que sentia. Sobressaltou-se ao surpreendê-lo falando sobre o assunto com o major José Pinto de Araújo Rabelo, que havia sido designado pelo imperador para tomar conta da mordomia de sua casa.

Numa heroica tentativa de reconquista de sua tranquilidade, fixou-se

neste propósito: decididamente, não deixaria Gastão, jamais, partir para o campo de batalha. Desse no que desse, iria ao pai, moveria céus e terras, faria tudo que lhe estivesse ao alcance, tudo, mas o seu Gaston, como carinhosamente o chamava, não seguiria para a guerra.[47]

---

1. DEL PRIORE, 2013, p. 56.
2. A questão que envolvia o tráfico de escravos ganhou o nome do embaixador britânico no Brasil, William Dougal Christie, quando do rompimento das relações diplomáticas por iniciativa do Brasil (1863).
3. LACOMBE, 1989. Carta à saída de Lisboa, 5 de fevereiro de 1865, p. 96.
4. LACOMBE, 1989, p. 99.
5. LACOMBE, 1989, p. 99.
6. LACOMBE, 1989, p. 105.
7. LACOMBE, 1989, p. 106.
8. LACOMBE, 1989 (diário da princesa, 11 de junho de 1865, p. 106).
9. BARMAN, 2005, p. 104.
10. BRAMAN, 2005. Claremont, 20 de maio de 1865, p. 109.
11. LACOMBE, 1989, p. 101-102.
12. LACOMBE, 1989, Carta de Laranjeiras, 31 de julho de 1865, p. 109.
13. BARMAN, 2005, p. 111.
14. Espécie de sobrecalça usada pelos gaúchos.
15. CONDE D´EU. *Diário de viagem ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
16. LACOMBE, 1989, p. 109.
17. LACOMBE, 1989 (carta de Laranjeiras, 31 de julho de 1865, p. 110).
18. BARMAN, 2005, p. 129.
19. BARMAN, 2005, p.129.
20. LACOMBE, 1989, p. 86.
21. *Jornal do Commercio*, 1º. de novembro de 1865.
22. PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.
23. MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de D. Pedro II: 1831-1889*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 190-194.
24. REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. 152.
25. REBOUÇAS, 1938.
26. REBOUÇAS, 1938.
27. MAURO, 1991.
28. BARMAN, 2005, p. 126.
29. CRUZ, Rafael de Oliveira. *Uma mulher e um estrangeiro no quinto poder? A princesa Isabel e o conde d´Eu no Conselho de Estado.* Petrolina: Universidade de Pernambuco.
30. LIRA NETO. *O Inimigo do Rei, uma biografia de José de Alencar*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 278 (Anais da Câmara dos Deputados, 31 de agosto de 1869).

WASHBURN, Charles. *The History of Paraguay* Boston: Lee and Shepard Publishers, 1871, v. 1, p. 406.

ENRIGHT, Anne. *The Pleasure of Elisa Lynch.* Londres: Jonathan Cape, 2002.

BRODSKY, Alyn. *Madame Lynch and Friends.* Londres: Cassel, 1976, p. 22-28.

Jornal do Commercio, 25 de dezembro de 1854.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 165, 1933.

Jornalista, poeta, biógrafo, historiador e teatrólogo brasileiro.

VIEIRA, 1941.

LACOMBE, 1989, p. 65.

VIEIRA, 1990, p. 57.

VIEIRA, 1941, p.

LILLIS, Michael e FANNING, Ronan. *Calúnia. Elisa Lynch e a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009, p. 119.

LILLIS e FANNING, 2009, p. 118, citando Silvano Mosqueira, em *Impresiones de los Estados Unidos* (Assunção, 1925), p. 41. Mosqueira foi diplomata paraguaio lotado duas vezes no Rio de Janeiro após a guerra.

LILLIS e FANNING, 2009, p. 164-165.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra – Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 97.

DORATIOTO, 2009, p. 97.

VIEIRA, 1990, p. 56.

VIEIRA, 1990, p. 56.

[capítulo VIII]

1866 | 1868

O fantasma da infertilidade



Isabel, de fato, tinha razões para se preocupar com o futuro de Gastão. Estava claro que ele não desistiria facilmente de voltar ao Paraguai e participar ativamente da guerra, quiçá comandar as tropas brasileiras. Foram várias as suas tentativas, duas mais incisivas. D. Pedro II sempre deu um jeitinho de impedir. Não só pelo fato de que não poderia mandar o genro para ocupar uma posição inferior ao marquês de Caxias (posteriormente intitulado duque), que lá comandava as tropas brasileiras, como também pelos apelos e chantagens emocionais da filha Isabel, durante os cinco longos anos que durou a Guerra do Paraguai.

Ainda em dezembro de 1864, D. Pedro já se manifestara de forma clara em nota dirigida ao genro, datada de 25, dia de Natal:

> Os artigos 2º, 3º e 5º do contrato de seu casamento são de sumo interesse para o Brasil; meu genro e os filhos deste, meus netos – ou herdeiros da Coroa brasileira – devem nascer no Brasil. E meu genro, enquanto minha filha for viva ou houver filhos dele, meus netos vivos, não deve ligar sua sorte a qualquer outro país que não seja o Brasil.[1]

Porém, o argumento não convenceu Gastão. A notícia de cada vitória aliada o deixava constrangido. Na verdade, como nos faz crer o historiador Lacombe, a guerra fazia-se sem ele – era como se fosse um marechal sem comando. Envergonhado com a atitude do sogro e com sua própria posição, tentava explicar aos parentes a atitude do imperador: "Disse-me Sua Majestade que me avisava disso para que eu não pudesse supor que minha exposição houvesse concorrido para esse decreto, e que este tivesse em vista afastar-me do teatro das operações."[2]

Mas quem aplaudia em silêncio a atitude imperial, as sucessivas recusas e intransigências era a princesa Isabel. Do começo ao fim. Porém, ignorando o sentimento da sobrinha, escreveu D. Francisca ao irmão imperador, ao saber da nomeação de Caxias: "Não posso deixar de ficar bem triste vendo que o Gaston não vá com ele; o que me parece natural, que ficar em casa quieto, quando todos os brasileiros moços e velhos [sublinha] vão bater-se pela defesa do país." E acrescentava, terrível: "Parece ser inveja tua, de não quereres tu (não podendo, nem devendo ir para a guerra) que não deixes teu genro cobrir-se de glória. […] Deixa ir o moço!"[3]

À sistemática recusa do imperador opunha o conde d'Eu em seu firme propósito de exercer na guerra funções militares, repudiando a ideia de permanecer no posto para o qual fora nomeado e que, embora importante, parecia-lhe menos digno de um marechal. Isso mesmo disse, novamente, ao imperador por escrito, recebendo, em resposta, a advertência enérgica do sogro: "Todos sabem que meu filho tem querido e quer ir para a guerra, e se não o faz é porque reconhece como dever respeitar e sujeitar sua opinião às pessoas melhor instruídas nos negócios que meu filho."

Vencido, mas não convencido, dispondo-se a tentar de tudo, recorreu o conde d'Eu ao ministro da Guerra, que, não querendo ferir o imperador, levou a questão ao Conselho de Estado – por 12 votos a 11, foi negada a permissão.

Menos enfático, mas igualmente irritado, escreveu o príncipe de Joinville, não compreendendo por que a ida de Gastão para a guerra, sendo

uma “questão de família”, devesse ser submetida ao Conselho de Estado, que só poderia resolver “de acordo com a vontade do imperador”.[4]

Alberto Rangel, comentando esse passo da biografia do príncipe francês, e analisando as sucessivas recusas de D. Pedro, escreveu que “deixar-se-ia levar talvez o monarca, e sem que ele mesmo se apercebesse muito, pelo amor da filha, avessa à imposição de separar-se do marido, sobressaltada do transe arriscado de poder vê-lo desaparecer, levado, longe dela, por alguma bala perdida ou pela febre paludal e sem que um filho, de reserva no berço, houvesse ainda nascido para a sucessão da Coroa”.[5]

A respeito da esterilidade da princesa, foi o próprio conde d’Eu quem escreveu:

> Mais pungentes se tornam para mim todas as considerações que acabo de expender, ao considerar que a Providência, nos seus insondáveis decretos, não parece, por hora, querer que meu casamento produza o principal e natural fruto que dele se devia esperar.[6]

Desiludido e já pensando mesmo em viajar para a Inglaterra, observou Lacombe,[7] Gastão falou ao imperador a respeito.

> Acalmou-lhe este os melindres feridos com uma reveladora declaração que o deixou estupefato: Que aguardasse; que deixasse a viagem para mais tarde… de resto, a guerra ainda não acabara e poderia precisar dele de um momento para o outro… para substituir Caxias, inclusive. E, diante do espanto e da incredulidade do conde d’Eu, concluiu serenamente D. Pedro II: É preciso pensar em tudo”.[8]

Na doce paz das Laranjeiras, ao lado de Isabel, mergulhava o conde d’Eu em leituras sobre o Brasil, aguardando a sua hora, que haveria de chegar. Foi quando resolveu partir com a esposa para as cidades mineiras – pensavam encontrar a cura para a ausência de filhos nas águas milagrosas da região.

Preocupada com a falta de herdeiros e desejosa de assegurar a continuidade da dinastia, a princesa viajou em 25 de agosto de 1868, acompanhada de Gastão, do Dr. Feijó, do conde e da condessa de Lages, de alguns fiéis servidores, e de algumas mucamas. A viagem foi longa e incômoda.

Partia-se da Corte Imperial, no trem expresso da Estação D. Pedro II, Rio de Janeiro, até a Estação de Boa Vista, município de Resende, Rio de Janeiro, e, em liteira, até Caxambu, num percurso de mais de 100 quilômetros, por estradas *íngremes.* A princesa enfrentou tudo com seu habitual bom humor e na crença de que estava disposta a qualquer

sacrifício em busca da realização do que ela mais considerava um milagre: ter um filho.

Em 4 de novembro de 1868, chegaram a Águas Virtuosas de Campanha (depois Lambari), e 13 dias depois, a Caxambu. Ali, Isabel fez uma promessa: se fosse atendida, ergueria uma igreja para Santa Isabel de Hungria, e lançou a pedra fundamental no alto de uma colina onde se erguia um antigo cruzeiro em Caxambu. Em estilo neogótico, o templo começou a ser construído em novembro de 1868, mas só concluída em 1897, quando a família imperial já se encontrava no exílio há oito anos.

Embora a terapêutica com as "águas virtuosas e prolíficas" não tenha resultado em gravidez, Isabel voltou em 15 de novembro para Petrópolis, consolada, robusta e familiarizada com a simplicidade e paz do sertão.

O visconde de Taunay deixou escrito que tudo se tentou para resolver o que já se considerava um caso de esterilidade sem cura. O barão do Rio Branco também deixou anotado que era geral a crença na esterilidade do casal d'Eu. [9]

A viagem dos príncipes incluiu as cidades de Lorena, Guaratinguetá, Aparecida, Roseira, Pindamonhangaba, Taubaté e Tremembé, após uma permanência de três meses na província mineira de Lambari, então chamada de Águas Virtuosas da Campanha.

A viagem à capital São Paulo aconteceu no ano seguinte, 1869. Os príncipes entraram na província paulista no dia 5 de dezembro, descendo a serra da Mantiqueira pela estrada de Itajubá, hospedando-se em Lorena na residência do comendador Moreira Lima, chefe do partido liberal da localidade. Ali ficaram até o dia 7, quando partiram para Guaratinguetá.

No dia seguinte, 8 de dezembro, acompanhados de grande comitiva, foram os príncipes à Capela da Aparecida, onde chegaram às seis horas da manhã. Comemorava-se naquele dia (como até hoje) a festa da padroeira do Brasil e os príncipes foram recebidos no alto da colina por meninas das principais famílias do lugar, que sobre eles jogavam pétalas de rosas. Após a novena em louvor à santa, a princesa ofereceu a Nossa Senhora Aparecida um rico manto com brilhantes.[10]

Saindo à praça, foi o casal homenageado por Antônio Joaquim da Silva Ramos, com um solo de trombone de vara. O músico de Aparecida era dono de um talento inesperado: executava solos com os dedos do pé. Foi um momento de glória para Antônio Ramos: o príncipe o abraçou, a princesa ofereceu-lhe um lenço de seda e o trombonista foi convidado para tocar no baile daquela mesma noite.

Em janeiro de 1869, Caxias entrou em triunfo em Assunção e considerou a guerra terminada. Alegando estar muito doente, deixou o comando do Exército e retirou-se para Montevidéu. De fato, depois de penosa e brilhante campanha, ocupada a capital paraguaia, o conflito, do ponto de vista militar, chegara ao fim. "A guerra está acabada", declarou o marquês de Caxias em sua Ordem do Dia 272, "somente restando a López fugir para fora do Paraguai." Acrescentou que "nem mesmo a pequena guerra de recursos pode López sustentar".[11]

As batalhas de dezembro deixaram o caminho livre para que os aliados marchassem sobre Assunção. A cidade havia sido evacuada por Solano López e ocupada por tropas brasileiras, que a saquearam em 1º de janeiro. Dias depois, Caxias entrou em Assunção e, ao sofrer um desmaio em 17 de janeiro, resolveu retirar-se do Paraguai, pondo fim a seu comando na guerra. Sua retirada e a de outros altos oficiais levaram o Exército brasileiro a cair em desânimo, até a chegada do novo comandante em chefe, o conde d'Eu.

Em 9 de fevereiro de 1869, Caxias deixou Montevidéu rumo ao Rio de Janeiro. Não havia ninguém para recepcioná-lo no porto, pois desembarcou de surpresa, sem sequer avisar a família. Caxias ficou um mês em sua casa na Tijuca, sem sair.[12] Segundo o conde d'Eu, o marquês recebeu correligionários do Partido Conservador, mas o público não estava caloroso com ele e, mais, não parecia estar tão doente quanto se anunciou; a imperatriz disse que ele tinha apenas um problema no fígado. Caxias continuou a dizer-se doente para não visitar Pedro II e, este, por sua vez, não desejava encontrar-se com o ex-comandante. Cinco dias depois da chegada de Caxias ao Rio de Janeiro, foi publicado um decreto que lhe concedia a medalha do mérito militar. Escreveu o conde d'Eu ao general francês Dumas informando que, no Brasil, era sentimento geral de que a guerra estava longe de terminar e que Caxias abandonara "vergonhosamente" sua tarefa, no momento em que a luta se tornava mais difícil, deixando a seu sucessor uma posição embaraçosa, da mais grave responsabilidade.[13]

Quem se conformaria com o humilhante papel de "caçador de López"? A expressão usada por Caxias era, entretanto, a de todos os que viam o episódio pelo lado estritamente militar. Porém, D. Pedro II continuava a acreditar que a paz só viria com a derrota total do ditador – morto ou expulso do Paraguai. E, até então, não havia sido alcançada nem uma coisa nem outra.

Para a princesa essa nova visão da guerra era pior do que uma catástrofe. As palavras do imperador, naquela conversa em São Cristóvão, adquiriam uma nova e real dimensão. Cada descida do conde d'Eu ao Rio era motivo de apreensão para Isabel. Numa dessas idas à Corte escreveu, aflita, ao Imperador:

> Gastão parte amanhã para o Rio, pois Papai assim lhe manda dizer. É bem cruel meu Papaizinho deixar-me numa dúvida terrível. Pelo amor de Deus, não me mande meu Gaston para o Sul, pois Papai sabe que [...] tem uma bronquite crônica. Se é bom para o Caxias não estar lá por causa de sua [dor] de cabeça, ainda é pior mandar para lá meu Gaston que pode apanhar alguma doença de peito. Ainda espero que não seja isso [...] Se Papai soubesse minha aflição [...] Meu Papaizinho, tenha dó de mim![14]

Mas os acontecimentos teimavam em não obedecer aos desejos da princesa. Assim, no seu refúgio de Petrópolis, receberam a temida carta do imperador, dirigida ao conde d'Eu. No mesmo dia da visita que lhe fizera Caxias, o imperador escreveu ao seu genro Gastão de Orléans esta carta:

> "Caro filho:
> Caxias pediu demissão do comando do exército, e reconheceu-se há poucos dias que Guilherme Xavier de Souza não poderá substituí-lo convenientemente. Em tais circunstâncias, propus você para esse cargo, porque confio em seu patriotismo e iniciativa. O Governo, que pensa como eu a respeito de você, que é preciso livrar, quanto antes, o Paraguai da presença de López, julgou que se deve conceder a demissão a Caxias e nomear a você.
>
> Seu comando estender-se-á à esquadra, como sucedia com o Caxias. A parte diplomática é independente da guerreira e confiada a Paranhos; o que não impede a melhor cooperação entre ele e você. As instruções dadas ao Paranhos, e que você lerá, baseiam-se no tratado da aliança e não admitem senão a saída de López do Paraguai, por meio das armas.
>
> Você poderá levar os oficiais que quiser e terá todas as atribuições concedidas ao Caxias.
>
> Urge sua partida, e há vapor à primeira ordem.
>
> Não duvido nem por um momento de que você se preste a serviço tão relevante e, quando pretender descer de Petrópolis, avise-me, mesmo pelo telégrafo, se ele estiver trabalhando, e eu lhe mandarei as galeotas a vapor e de remos, e condução por terra aqui, se quiser.
>
> Só direi à sua Mãe o que lhe acabo de escrever quando você me pedir a condução, que é sinal de que está resolvido a satisfazer os desejos que tanto sinto não ter podido nutrir, logo que você quis ir para o teatro da guerra. Adeus!
>
> Tome o abraço saudosíssimo de seu Pai Extremoso
>
> Pedro[15]

Quando o conde d'Eu contou a Isabel o motivo de sua viagem ao Rio e o fato de ter aceitado a tarefa imposta pelo imperador, ela escreveu nova carta ao pai, escancarando todo o seu desespero:

> Meu querido Papai:

Gaston chegou há três horas, com a notícia de que Papai estava com um desejo vivíssimo de que ele fosse para a guerra. Pois será que Papai, que ama tanto a Constituição, queira impor sua vontade aos ministros, ou que estes sejam bastante fracos de caráter para que um dia digam branco e outro preto? Teriam eles unanimemente e ao mesmo tempo mudado de parecer, como Papai?!!! Por que não convidam o seu Caxias para voltar para lá? Ele já está melhor e os médicos lhe recomendaram os ares de Montevidéu. Pois será Gaston que sem mais nem menos vá já para a guerra, só porque houve boatos de sublevação de rio-grandenses, e é Papai que acredita logo nisso, quando tantas vezes recusa crer o que se lhe está asseverando?

Lembro-me, Papai, que na cascata da Tijuca, há três anos, o senhor me disse que a paixão é cega. Que a sua paixão pelos negócios da guerra não o torne cego!

Além disso, Papai quer mandar o meu Gaston! Feijó recomendou-lhe muito que não apanhasse muito sol, nem chuva, nem sereno; e como evitar-se isso quando se está na guerra? Caxias não pode ficar lá porque tem uns ataques de cabeça que podem se curar, e, além disso, poderia ficar em Montevidéu onde se dá bem; e seria meu Gaston que iria apanhar por lá uma doença de peito, que muito raras vezes se curam? A falta de meu bom Gaston seria muito mais prejudicial para o Brasil do que a de Caxias. E agora que há cólera em Montevidéu! O que Papai saberá é que, se Gaston for para Assunção, para lá também irei com a minha Rosa, que compartilha bem minhas dores. Irei até ao fim do mundo com o meu Gaston.

Papai talvez faça ideia do que estou sofrendo, e por isso perdoe-me se disse alguma inconveniência; queime a carta, mas conserve bem no seu espírito o que lhe digo. Preciso desafogar-me, e só chorando não posso fazê-lo. Espero em Deus que o meu Gaston ainda não irá. Pode talvez a guerra estar acabada até que venha a resposta de Paranhos. Podem vir outras cousas.

Meu Deus! Meu Deus! Não sei verdadeiramente como veio essa decisão súbita, quando agora só o que se tem a fazer é o papel de capitão do mato atrás de López. Pois para dirigir de Assunção (Papai mesmo me disse que não era o papel de Caxias o de ir ele mesmo atrás de López) basta outra pessoa. Os Rio-Grandenses constituem pequena parte do Exército.
Adeus Papai, perdoe-me.
Petrópolis, 22 de fevereiro de 1869

Isabel[16]

Além da carta de Isabel, Gastão entregou ao imperador outra, com suas palavras compreensivas:

Juntamente com esta receberá Vossa Majestade a queixa de Isabel. Ela esteve muito comovida, e eu não quis impedir esse desabafo, que sempre pôs termo às lágrimas. Sobre o argumento da saúde, repetirei o que disse ontem: ele só poderia pesar na balança no caso em que eu estivesse em perigo de vida, o que felizmente está longe de ser. Tenho, segundo o Feijó me disse, a laringe e os nervos um pouco fracos, e este estado exacerba-se com a umidade, como exacerbou-se o ano passado. Mas este verão estou muito melhor, e demais a mudança de ar e o exercício a cavalo sempre me fazem bem. E quanto à ida de Isabel a Assunção, escusado é dizer que não a acho conveniente. Quando muito, poderia ir até Buenos Aires. Mas eu não quis aumentar o desgosto dela, entabulando sobre isto uma discussão que na ocasião ainda não é necessária.[17]

A princesa imperial não acompanhou o marido à guerra.

Em meio aos debates, Gastão partiu no dia 29 de março de 1869, não

sem antes aconselhar a esposa que relesse as instruções que deixara havia quatro anos: “de modo geral ainda devem ser seguidas”. Ele pôde levar todos os oficiais que escolheu e teve todas as atribuições concedidas antes a Caxias. Fazendo jus ao epíteto “liberal”, escreveu à Europa com uma promessa: “Quanto à escravidão […] se voltar vencedor do Paraguai vamos acabar com isso, a despeito de todos os ‘conservadores da terra’.” Partiu pela segunda vez.

Segundo Lacombe, começava para a princesa o doloroso período de expectativa, transformada em simples esposa de um Voluntário da Pátria. Na própria correspondência, verifica-se esse sentimento: “Ontem recebi minha boa cartinha, que me consola! Quanto é possível.” Em São Cristóvão, para onde se transferiu, passou aquele demorado ano de 1869, aguardando a volta do seu Gastão. Ao sogro escreveu: “Eisme novamente em São Cristóvão, como há quatro anos. Gaston partiu a 30; bem podeis compreender minha tristeza e minha inquietação. […] Gaston levou consigo, especialmente para ele, um médico chamado Ribeiro de Almeida, que dizem ser muito hábil […] Ia esquecendo de pedir-vos, da parte de Gaston, algum livro sobre a guerra da Abissínia que tenha aparecido.”[18]

---

1. LACOMBE, 1989, p. 115.
2. LACOMBE, 1989, p. 120.
3. LACOMBE, 1989, p. 121 (carta de Lansdown Villa, 6 de novembro de 1866).
4. LACOMBE, 1989, p. 121.
5. LACOMBE, 1989, p. 121.
6. LACOMBE, 1989, p. 122.
7. LACOMBE, 1989, p. 123.
8. LACOMBE, 1989, p. 123.
9. SIMÕES, Cleomenes Barros. *Os partos da princesa Isabel, a Redentora.* São Paulo: Allprint Editora, 2010, p. 19.
10. CAMARGO, Conceição Borges Ribeiro. “Passagem da princesa Isabel em Guaratinguetá e Aparecida”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paulista, São Paulo, 67: 291-95, 1970.*
11. TAUNAY, 1946, p. 305.
12. DORATIOTO, 2002, p. 389.
13. DORATIOTO, 2002, p. 389.
14. LACOMBE, 1989, p. 125 (carta de Petrópolis, 1º de fevereiro de 1869).
15. VIEIRA, 1990, p. 84.
16. VIEIRA, 1990, p. 84.
17. LIRA, 1977, vol. Ascensão, p. 291-295.
18. LACOMBE, 1989, p. 129.


PHOTOGRAPHIA
RUA DO
BARÃO DE
AMAZONAS
PETROPOLIS

[capítulo IX]

1869 | 1870

O conde d´Eu vai à guerra



O governo imperial enfim nomeou, em 22 de março de 1869, o conde d'Eu para o comando da guerra do Paraguai. Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, neto do rei Luís Filipe da França, já lutara no Exército espanhol na Guerra do Marrocos e ganhara a patente de capitão na Escola Militar de Segóvia, Espanha. Chegou ao Brasil em 1864 e, em 1869, estava com 27 anos de idade. Sua indicação registrou poucas críticas.[1] Será porque muitos sabiam ser difícil encontrar alguém que topasse caçar Solano López para encerrar a guerra do jeito que o imperador gostaria – com o paraguaio capturado?

Desde que voltou de sua primeira investida na guerra, em 1865, Gastão não parou de atormentar o imperador e Isabel, com sua convicção de que ele precisava estar à frente dos combates. Falou, esperneou e, por duas vezes, formalmente, pediu licença para se incorporar às forças brasileiras na guerra. Pode-se pensar que D. Pedro decidiu, enfim, prestigiá-lo. Não foi bem assim. O mais seguro seria dizer que, naquela altura, Gastão não poderia negar um pedido do imperador, mesmo sabendo que a tarefa seria a mais difícil em toda a batalha – derrotar definitivamente Solano López. De seu desempenho dependia o fim da guerra.

Segundo Francisco Doratioto, contudo, em 1869, o príncipe consorte havia percebido que o conflito não lhe traria glórias fáceis e exigia, sim, grandes sacrifícios. Relatou Wenceslao Paunero, militar argentino, que o conde d'Eu fez todo o possível para não ir à guerra. Para isso, argumentou que não considerava honroso liderar o Exército quando a luta já estava por concluir-se, mas, convocado por Pedro II, "o coitado viu-se forçado a aceitar" a chefia das forças brasileiras no Paraguai.

Essa resistência do conde d'Eu a ir para o Paraguai está registrada, inclusive, em carta para seu pai. Segundo Doratioto, equivoca-se Pedro Calmon ao afirmar que "os ardores militares do conde d'Eu esfriaram-se no clima inóspito de Assunção".[2] Para o historiador, os ardores militares do conde d'Eu eram voltados para as glórias que, antes, ele imaginara fáceis nessa guerra e não para o comando da difícil reorganização do Exército e para levá-lo, novamente, à luta. Gastão já teria saído do Rio de Janeiro sabendo que nada seria fácil.

O conde d'Eu assumiu em Luque a 14 de abril de 1869. O historiador Vasco Mariz, que acredita ser o conde d'Eu o personagem mais injustiçado de toda a nossa história, tem outra versão sobre os "ardores esfriados": Gastão fez uma bonita proclamação inicial e, em condições difíceis, mostrou-se incansável nos múltiplos trabalhos de um comandante supremo. Aos 27 anos, tinha generais famosos sob suas ordens, como Osório, com quem, aliás, se deu muito bem. Foi hábil no trato com as personalidades dos três países que estavam sob seu comando e todos previram que ele daria boa conta do cargo, como escreveu o visconde de Taunay. Desenvolveu extraordinária atividade em vários momentos delicados da campanha final e, mais de uma vez, correu sério risco de vida. Taunay se surpreendeu porque "o viu por vezes dar bolachas e pão aos soldados que montavam a guarda de sua grande barraca de campanha".[3]

Segundo Taunay, o conde revelou "grande habilidade estratégica,

paciência de um experimentado capitão, indiscutível coragem e sangue-frio. Na batalha de Acosta-Ñu correu grandes riscos". Entretanto, Gastão não foi bem tratado por outros historiadores que abordaram a Guerra do Paraguai. Julio José Chiavenato o acusa de "sanguinário, autor de verdadeiros crimes de guerra"[4]. Doratioto também quase o classificou como um "criminoso de guerra". Gastão foi acusado de haver ordenado a morte inglória do coronel Pedro Caballero e do político paraguaio Patrício Marecos.

Para Vasco Mariz, o depoimento que lhe parece irrefutável sobre o comportamento do conde d'Eu no Paraguai foram as palavras do general Osório no grande banquete de 25 de maio de 1877, portanto sete anos depois do fim da guerra: "Brindo o senhor conde d´Eu, meu companheiro d'armas, pelo seu valor, pela sua coragem e pela justiça com que administrou o exército. Brindo-o porque no Paraguai deu sempre provas de amar o Brasil e se devotou d'alma ao seu serviço, como os brasileiros que lá serviram".

Conta ainda Doratioto que, ao descer em Montevidéu, Gastão recebeu a desagradável notícia da retirada das tropas uruguaias. Em 14 de abril desembarcou em Assunção. Na verdade, assumiu as tropas em Luque, cidade a 15 quilômetros de Assunção, dois dias depois. O general Correia Câmara escreveu que o príncipe consorte era um "pobre rapaz [que] tem tanto de soldado quanto eu de frade" e que "vem qual barbeiro novo aprender a fazer a barba na cara dos tolos [...] trouxe uma bagagem tão extraordinária que ocupará, quando tivermos de marchar, umas trinta carroças ou mais".[5]

A ordem do dia nº 1 do conde d'Eu não poderia ter levado ânimo para a tropa brasileira. Nela, o príncipe usou frases e expressões que revelavam seu descontentamento: "assumo neste dia tão espinhoso cargo", "obrigado, quando menos esperava, a vir para a guerra". Disse ainda que contava com a colaboração de todos e, após fazer referências ao heroísmo e ao espírito de sacrifício dos soldados brasileiros na guerra, afirmou, sem qualquer entusiasmo, que "o Deus dos Exércitos não há de permitir que seja perdido o futuro de tantos sacrifícios e de tanta perseverança".[6] Para acelerar as operações, transferiu seu quartel-general de Luque para a localidade de Piraju. Doratioto descreve um pouco dos conflitos:

> Assim, San Pedro foi atacada e ocupada em 25 de maio e, em 30 de maio, Câmara travou combate na várzea do Tupi-hú com as forças do major Galeano. A batalha irrompeu sob chuva e durou quase duas horas. Foram aprisionados oitocentos paraguaios, os demais morreram e poucos conseguiram fugir. Dezoito canhões, ouro e prataria, e milhares de

> reses constituíam presa de guerra e o general Corrêa da Câmara mandou degolar a maior parte dos prisioneiros. Houve saque, realizado pela cavalaria rio-grandense, que chegou depois da ocupação de San Pedro pela infantaria brasileira. Os "milhares" de mulheres que se encontravam na região, após terem sido vítimas de abusos sexuais, segundo Centurión, e as crianças foram imediatamente embarcadas para Assunção. Antes de as tropas brasileiras embarcarem, sacrificaram reses e grande quantidade de cavalos, cabras e ovelhas, pois não havia meios de transporte para levá-los; também foram incendiadas carretas e pequenas carroças. Em seguida, Câmara embarcou de regresso a Assunção com um mínimo de baixas.[7]

Em Piraju, "milhares e milhares" de mulheres e crianças, esfomeadas, se apresentaram aos aliados e ficaram "amontoadas" na igreja do povoado; "que espetáculo d'aqueles cadáveres ambulantes!". Elas foram mandadas, "sem demora", para Assunção de trem.[8]

O general Osório queria fazer um ataque frontal à posição inimiga, afirmando que ela seria facilmente tomada, enquanto o conde d'Eu, mais cuidadoso, temia perder soldados inutilmente. Predominou a decisão do príncipe. Ele ordenou a abertura de picadas que atingiram as extremidades da trincheira, evitando o ataque frontal. Na luta, em 4 de agosto, os brasileiros tiveram cinco feridos, enquanto os paraguaios se renderam, passando por Valenzuela e seguindo para Peribebuí. [9]

Durante o dia 11 de agosto, o conde d'Eu cuidou dos preparativos do ataque à vila de Peribebuí e intimou o comandante paraguaio, coronel Pedro Caballero, que se rendesse. A resposta foi: "Estou aqui para lutar e se necessário morrer, mas não para me render."[10] Foi uma triste derrota para os paraguaios. Em duas horas de luta, perderam setecentos soldados e mil e cem foram aprisionados; as forças brasileiras apreenderam também o arquivo público do Paraguai, correspondente a toda a documentação até o ano de 1868, inclusive a correspondência secreta do Ministério das Relações Exteriores da República.[11]

O visconde de Taunay, à época secretário particular do conde d'Eu, confirma a responsabilidade do chefe nos degolamentos.[12] Estes teriam terminado graças à intervenção do general Mallet junto a d'Eu. Para Doratioto, parece não ser verídica, porém, a informação, publicada por diferentes autores, de que o príncipe mandara incendiar o hospital, no qual morreram carbonizados mais de cem feridos. Provavelmente o incêndio foi consequência do bombardeio da vila pelos canhões brasileiros, no início do ataque.

Em 16 de agosto, ocorreu a batalha de Campo Grande, conhecida como Acosta-Ñu no Paraguai. Do lado paraguaio, misturadas aos soldados, encontravam-se crianças com barbas postiças para parecerem adultas.[13] Ao

fracassar a primeira tentativa brasileira de transpor o arroio, o conde d'Eu ordenou que se trouxesse a artilharia, que, colocada em frente dos canhões inimigos, abriu fogo e causou grande mortandade do lado paraguaio.[14] Às 13h45, a infantaria brasileira atacou a retaguarda inimiga, ao mesmo tempo que a cavalaria imperial conseguiu sair da picada e chegar ao campo de batalha. A derrota paraguaia foi completa como descreveu Taunay: "O campo ficou cheio de mortos e feridos do inimigo, entre os quais causavam-nos grande pena, pelo avultado número, os soldadinhos, cobertos de sangue, com as perninhas quebradas, não tendo alguns ainda atingido a puberdade."

Foi a última grande batalha da guerra. O próprio conde d'Eu, talvez impressionado com a morte de muitos adolescentes, tornou-se mais pessimista depois da batalha de Campo Grande. Chegou a dizer que iria embora naquele momento. O imperador escreveu diretamente ao conde d'Eu. Era preciso permanecer no Paraguai e cumprir seu dever: "Se eu não confiasse no seu patriotismo, muito desanimado estaria; mas estou certo de que você não me abandonará nesta empresa de honra e, agora, de sossego verdadeiro para o Brasil principalmente."[15]

A correspondência desmentia seu conteúdo. Somente o fato de ela existir nesses termos confirma que Pedro II não confiava no conde d'Eu, segundo a visão de Doratioto.

Já Mary Del Priore nos conta outros bastidores da guerra do Paraguai: a saúde do conde d'Eu não ia bem e "[…] de longe, o pai se preocupava. Admoestava Isabel: 'A repetição dos resfriados de Gastão acabará por alterar o estado dos órgãos respiratórios e há de se tornar um perigo.' Como na Espanha, a garganta se inflamava. Podia pegar malária. Tinha calos e frieiras nos pés."[16]

Através da correspondência com a princesa, Némours sabia muito bem o que se passava com seu filho Gastão. Então, atormentava a nora Isabel para tentar ajudá-lo. Segundo Del Priore, ele escrevia a ela, pedindo: […] morando no palácio junto ao Imperador, você pode lembrar tudo o que Gastão pede e tudo o que o exército precisa". Que obtivesse dos ministros a "execução dos pedidos" do marido. Era preciso "falar e repetir as coisas até obtê-las", insistia. Das notícias que Gastão lhe enviava, sabia que "tudo estava para ser refeito no exército". Precisavam-se homens, meios de transporte e munição. Faltavam cavalos. Que ela cobrasse! "Assim você o ajudará a realizar suas tarefas e contribuir para o sucesso das armas de seu país."[17]

Em setembro, Gastão mandou ofício aos membros do governo provisório da República do Paraguai, abolindo a escravidão. No texto, dizia que, por diversas vezes, cruzara indivíduos dizendo-se escravos e pedindo-lhe liberdade. Nas fotografias que enviou a Isabel, não se reconhecia mais o jovem delgado e elegante, mas um oficial cansado, de barba crescida, farda amassada e botas sujas. Ele também não comia, não dormia, afundava em depressão. Envelheceu a olhos vistos.

Assim descreveu Mary Del Priore a correspondência entre Isabel e seu marido durante a Guerra do Paraguai:

> "Tem muito cuidado, eu te peço, meu amorzinho", gemia a esposa.
>
> "Meu bem amado do coração, onde você estaria nessa hora? Quando te reverei meu queridinho [...] quando poderei te beijar sem ser nas cartas?". Assinava "sua pombinha, sua bonitinha, sua engraçadinha". Era correspondida: "minha bem-amada". Ele lhe enviava fios da barba e ela retribuía com cachos de cabelo. Ela recebia "dois urubus e uma onça", para o zoológico do jardim. Se não os quisesse, podia matá-los – acrescentava Gastão. Ele pedia livros: *O eremita de Muquém* de Bernardo Guimarães. Ou *A lanterna mágica* e o controvertido *Vítimas algozes*, romance de Joaquim Manoel de Macedo. Nele, o autor descrevia os desdobramentos da cruel escravidão: os cativos deviam ser libertados, não por razões humanitárias, mas porque introduziam a corrupção no seio das famílias. Isabel, porém, estava proibida de folheá-lo.[18]

Enquanto isso, no Paraguai, perseguido pelas tropas brasileiras e jurado de morte por traidores, Francisco Solano López passou o último ano de sua vida fugindo da mira inimiga, entre as montanhas do interior do Paraguai. Resistiu até o último momento e jamais se entregou. Morreu lutando. "Morro com a minha espada e pela minha pátria", teria gritado o líder paraguaio ao general brasileiro José Antônio Correia Câmara, antes de levar um tiro de fuzil de um soldado até hoje desconhecido que o fez tombar à margem do rio Aquidabán, em 1º. de março de 1870.

A versão registrada pelo Estado brasileiro, segundo vários historiadores – e perpetuada até recentemente – foi um pouco diferente. Alvo fácil, Solano López teria sido perfurado no baixo-ventre pela lança do cabo Francisco Lacerda, conhecido como Chico Diabo, e teria desabado em seguida, agonizante, nas águas do rio que cortava Cerro Corá.

> Largou a espada e desfaleceu, após tentar fugir, sem sucesso, da tropa rival. É uma meia verdade. O ferimento causado por Chico Diabo mataria o ditador mais cedo ou mais tarde, mas o tiro que cortou o ar às costas de Câmara, relatado por ele em carta à esposa, acelerou o fim do tirano. Para não mostrar López como uma vítima da guerra, já que a morte por tiro, a distância, sem combate direto, significaria uma incapacidade do Exército brasileiro, Câmara não citou o disparo em depoimento oficial.[19]

Em Cerro Corá, além de Solano López, também foi morto seu filho

adolescente Juan Francisco, que, de espada em punho, tentou infrutiferamente atacar os soldados que o cercavam; o coronel Francisco Martins, da cavalaria atacante, intimou-o a render-se – "entrega-te menino" –, o mesmo fazendo Elisa Lynch – "*rendete Panchito!*". Juan Francisco não os atendeu, deu um pontaço com lança que a espada de Martins desviou, logo depois atirou com o revólver e errou e, por último, tentou dar nova cutilada; Martins, então, matou-o, como nos conta Francisco Doratioto:

> Lynch carregou o corpo até uma carruagem, estendeu-o em almofadas, e, chorando, abriu duas ou três vezes os olhos do morto, a clamar Panchito! Panchito! O outro filho gritou "Não me matem! Sou estrangeiro, filho de inglesa", enquanto os demais, pequenos, soluçavam. Ambos os López, pai e filho, foram enterrados em uma sepultura que, por ser rasa, foi recoberta a pedido de Elisa Lynch e, após ser mais escavada, os dois corpos foram colocados juntos, um ao lado do outro.[20]

Segundo o tenente-coronel Jorge Maia de Oliveira Guimarães, logo após a morte de Solano López, o soldado do 9º Batalhão de Infantaria Imperial Genésio Gonçalvez Fraga cortou a orelha esquerda do cadáver e, ao ser censurado, justificou-se afirmando que fizera essa promessa antes de partir para a guerra. Outro soldado quebrou os dentes incisivos do cadáver com a coronha da carabina, enquanto outros dois cortaram um dedo e um pedaço do couro cabeludo.[21]

Após sepultar seu companheiro, Elisa Lynch e seus filhos foram levados para Assunção sob a proteção do general Câmara. Nessa capital, as mulheres de antigos exilados paraguaios publicaram uma carta no jornal *La Regeneración*, na qual exigiam que fossem tomadas medidas enérgicas contra a companheira do falecido ditador. Lynch foi acolhida, para sua segurança, a bordo de navio de guerra brasileiro [22] e, pouco depois, partiu para a Europa. O destino foi irônico quanto às irmãs de Francisco Solano López. Inocencia López teve uma filha do general Câmara; o coronel Herculano Sanches da Silva Pedra casou-se com Rafaela López, com quem teve um filho, e o capitão Teodoro Maurício Wanderley contraiu matrimônio com uma filha de Venâncio López.[23]

Mary Del Priore escreve que, no dia 4 de março, a bordo do vapor que levava seu nome, Gastão recebeu a notícia da morte de Solano López. Estava no camarote lendo, quando ouviu os gritos: "Ele morreu, morreu… Morreu López!!!"

Quem o matou foi um soldado chamado de Chico Diabo. No navio, ouviam-se as brincadeiras: "Do diabo, Chico deu cabo, o cabo Chico Diabo."

De Isabel, Gastão recebeu uma carta: "Que alegria, que felicidade! Oh!

meu querido! A guerra acabou de fato, de fato e tão bem!" Ela havia passado os últimos meses indo muito ao teatro, fazendo tapeçaria e regime – não comia mais batatas –, queixando-se do calor e rezando quando havia trovoadas fortes.

Em meados de março, Gastão enviou o pedido de demissão do comando das forças brasileiras e o ministro da Guerra concedeu-lhe autorização para voltar. Em abril, lançou a ordem do dia de despedida, num adeus solene às tropas.

Na noite em que souberam da morte de Solano López, o imperador, a imperatriz e a princesa Isabel percorreram a pé as principais ruas da cidade, que estavam iluminadas, embandeiradas e apinhadas de gente. Pedro II não aceitou, mais tarde, a espada de Solano López e a enviou para o Museu Militar. Também não aceitou a iniciativa de uma comissão representando os comerciantes do Rio de Janeiro, que levantara fundos para erguer uma estátua equestre do imperador, de uniforme militar, durante o cerco a Uruguaiana. Pedro II, que não cultivava pendores militares e cuja única foto de uniforme é dessa ocasião, recusou a homenagem e sugeriu à comissão empregar o dinheiro arrecadado na construção de escolas.[24]

O príncipe consorte voltou à Corte sem os regimentos, sem desfile, sem música, sem as bandeiras que ele desejara. Mas, de todo modo, foi recebido com grande manifestação popular, promovida pelos liberais com vistas a ferir Caxias. Apresentaram Osório e d'Eu como os vencedores da guerra. Fazia-se, ao mesmo tempo, justiça a Osório e cometia-se uma injustiça com Caxias.

O Brasil levou à guerra cerca de 139 mil homens,[25] de um total de pouco mais de 9 milhões de habitantes, ou seja, cerca de 1,5% da população. No período entre o início da guerra e até 18 de agosto de 1869, o número oficial de perdas, dado pelo governo imperial em 1870, foi de 23.917 soldados, dos quais 4.332 mortos, 18.597 feridos e 988 desaparecidos.[26]

Embora traumática, a guerra foi o ápice da "obra de unificação" do Brasil, ao conjugar energias de todo o país para vencê-la.[27] No início do conflito, voluntários se apresentaram em todas as regiões do país; o imperador teve sua imagem fortalecida e o hino nacional e a bandeira foram incorporados ao cotidiano dos grandes centros urbanos, por meio de festejos cívicos, nas comemorações de vitórias ou nas cerimônias da partida das tropas. Enfim, tornou-se fator de fortalecimento da identidade nacional brasileira a existência do inimigo que, segundo o discurso da

época, era apenas Solano López, pois também o povo paraguaio era vítima deste.

O conflito custou, pois, ao Brasil, quase 11 anos de orçamento público anual, em valores de pré-guerra, o que permite compreender melhor o persistente déficit público nas décadas de 1870 e 1880. Também chama a atenção, nos números sobre as fontes dos recursos gastos na luta, a participação proporcionalmente pequena de empréstimos externos. Em 13 de maio de 1876, deu-se início à retirada das tropas brasileiras de ocupação do Paraguai.[28]

Diplomatas estrangeiros residentes em Assunção queixaram-se de que, ao ocuparem a cidade, os soldados brasileiros a saquearam. O cônsul da França escreveu a Caxias: "vi saquear o Consulado de Portugal e a Legação norte-americana; meu próprio Consulado foi por duas vezes roubado".[29] Também o cônsul italiano, Lorenzo Chapperon, queixou-se de que os consulados do seu país em Assunção e Luque, localidade próxima da capital ocupada pela cavalaria do coronel Vasco Alves, foram saqueados. Houve, ainda, uma reclamação de saque da Legação dos Estados Unidos, apresentada pelo comandante do vapor *WASP*, da marinha norte-americana, fundeado no porto da cidade, em missão de busca do general McMahon. As autoridades militares brasileiras negaram os saques, atribuindo-os quer aos soldados paraguaios que se retiravam, quer a bandidos ou, ainda, a civis que acompanhavam as forças aliadas. Para o jornal *Nación Argentina*, Assunção teria sido saqueada por ordens de Solano López, explicação essa também exposta pelo visconde de Taunay.[30]

---

1. DORATIOTO, 2002, p. 398.
2. DORATIOTO, 2002, p. 399.
3. MARIZ, Vasco. "O conde d'Eu, o príncipe injustiçado" (palestra no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, em 29 de março de 2011).
4. MARIZ, 2011.
5. DORATIOTO, 2002, p. 403.
6. DORATIOTO, 2002, p. 302.
7. DORATIOTO, 2002, p. 404.
8. DORATIOTO, 2002, p. 404.
9. DORATIOTO, 2002, p. 406.
10. DORATIOTO, 2002, p. 407.
11. DORATIOTO, 2002, p. 408.
12. DORATIOTO, 2002, p. 411.

13. DORATIOTO, 2002, p. 416.
14. DORATIOTO, 2002, p. 416.
15. DORATIOTO, 2002, p. 447.
16. DEL PRIORE, 2013, p. 93.
17. DEL PRIORE, 2013, p. 94.
18. DEL PRIORE, 2013, p. 101.
19. MELO, Alice. *Revista de História da Biblioteca Nacional, 97:* 20, outubro de 2013.
20. DORATIOTO, 2002, p. 452.
21. DORATIOTO, 2002, p. 453.
22. DORATIOTO, 2002, p. 452-453.
23. DORATIOTO, 2002, p. 453.
24. DORATIOTO, 2002, p. 455.
25. DORATIOTO, 2002, p. 458.
26. DORATIOTO, 2002, p. 458.
27. DORATIOTO, 2002, p. 458.
28. DORATIOTO, 2002, p. 469.
29. DORATIOTO, 2002, p. 384-385.
30. TAUNAY, Visconde de. *Memórias.* São Paulo: Melhoramentos, 1946, p. 569.

[capítulo X]

1870 | 1871

Segunda viagem à Europa e os herdeiros que não chegam



De volta ao Rio, no aconchego da casa de Laranjeiras, o conde d'Eu teve quatro meses para se recuperar das marcas da guerra em seu corpo frágil. A surdez que se agravara, a asma, e, ainda, sequelas da malária contraída. Fora as diarreias. O Brasil, depois de cinco anos de guerra começava a se reorganizar. Em setembro de 1870, foi formado o 20º. gabinete, conservador, sob a presidência do marquês de São Vicente.[1] As primeiras visões da república viriam no final do ano, com o lançamento de *A República*, primeiro jornal republicano de circulação regular. No número 1, publicou-se o *Manifesto Republicano* no Rio de Janeiro, redigido por

políticos e intelectuais liberais, defendendo a implantação de um sistema de governo presidencialista, representativo e descentralizado. Tinha 58 assinaturas, entre elas as de Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Ferreira Viana e Quintino Bocaiuva.

A evolução das letras acompanhava a evolução social. Era a fase do realismo. Sua influência era notada nos trabalhos de Machado de Assis, de Alfredo d'Escragnolle Taunay, de Franklin Távora, de Inglês de Sousa. O editor Garnier anunciou a 3 mil réis o "elegante volume de 216 paginas, mui bem impresso e encadernado em Pariz": as *Falenas*, poesias de Machado de Assis.[2] Surgiu, enfim, uma grande novidade que despertou o interesse dos escritores: a caneta-tinteiro. Foi lançada em 1869 e, no ano seguinte, anunciada na rua do Ouvidor, como "um objeto útil a todas as pessoas que têm pressa em suas escritas, já pela comodidade que oferece, como por ter a vantagem de se poder trazer no bolso, sem risco de vazar a tinta".[3]

Influenciados pela Guerra do Paraguai, pintores inspiravam-se em temas nacionais. A arte da pintura no II Reinado esteve bastante ligada à Academia de Belas-Artes, ao interesse de uma pequena elite, às exposições e à prática de mecenato do monarca. Três nomes sobressaem na pintura nacional desta fase: Pedro Américo de Figueiredo e Melo, Victor Meirelles de Lima e Ângelo Agostini, dono e diretor da *Revista Illustrada*.

Na política, Quintino Bocaiuva, nascido Ferreira de Sousa, não era antes de 1870 um homem político. Era dramaturgo e publicou várias obras de crítica à monarquia, embora fosse mais conhecido como jornalista. Durante a Guerra do Paraguai, foi correspondente na Argentina, onde se tornou abertamente republicano. Depois de 1870, fez parte de jornais republicanos e semirrepublicanos. Como diretor de *O País*, tornou-se o mais importante jornalista do Brasil. No país em que se pressentia progresso em tempos de paz, o conde d'Eu adotou a nacionalidade brasileira em 7 de julho de 1870. O relato é da sogra, a imperatriz Teresa Cristina: "Hoje, depois do jantar, prestou Gaston juramento de súdito brasileiro e foi nomeado conselheiro de Estado."

Em seu artigo 45, inciso 1º, a Constituição do Império exigia do conselheiro de Estado o mesmo que era exigido do senador: "Que seja cidadão brasileiro e que esteja no gozo de seus direitos políticos." De qualquer maneira, o conde d'Eu, por mais que fizesse, jamais seria aceito pela classe política brasileira. Isabel, no entanto, não se cansou de elogiá-lo e de manifestar publicamente seu amor ao marido. Em carta ao sogro

Némours ela se derrete: “Nosso tão caro e tão excelente Gaston! Que cada dia, se é possível, eu amo e aprecio ainda mais.”

Diz ainda, no auge da felicidade: “Como render graças a Deus à Bonne Maman[4] e a vós e a todos que velaram por sua educação, por toda a felicidade que me fazeis usufruir! Não poderia sonhar um melhor.”[5]

Neste clima, em 23 de agosto, aos 24 anos, Isabel embarcou pela segunda vez para a Europa a bordo do vapor *Douro*. Com ela, o marido Gastão. Graças a Isabel, várias passagens dessa viagem ficaram registradas em um “jornal de nossa viagem”, que ela enviou ao pai, entre 1870 e 1871.

> **[...] 10 de setembro de 1870**
> As seis estávamos de pé e entrávamos no rio. A má impressão que tinha trazido para o Brasil de suas margens e de Lisboa não me impedia, talvez ajudasse, para que desta vez as acham muito bonitas de longe ao menos, pois a quarentena não nos permitiu desembarcar. […] Antes de uma hora depois de termos entrado no Tejo já tínhamos passado a linda torrezinha de Belém, declarava-se a quarentena e sabíamos das notícias da guerra europeia infelizmente desastrosa para a França. Quanto a Napoleão, não tive pena alguma, teve o que mereceu empreendendo essa guerra só por capricho para seu bem pessoal.
>
> **[...] 12 de setembro de 1870**
> Dia memorável pelo fato de termos presenciado um combate naval! Se não foi só exercício como depois supuseram. A bordo é uma novidade verem-se navios quanto mais um combate! Presenciamo-lo muito a sangue-frio porque a distância foi mais que suspeitável, estávamos quase desejosos por nos aproximarmos um pouco mais. O caso foi que no horizonte ainda avistávamos muito distintamente três mastros de um vapor e dois de outro um pouco mais longe de por detrás do primeiro. Havia três vapores, mas do terceiro só se via a fumaça branca dos trios, mas esta perfeitamente.
> [Obs. O casal chegou à Inglaterra no dia 13 de setembro.]
>
> **[...] 21 de setembro de 1870**
> Visita ao Jardim de Hampton Court. Que lindo canal no meio de uma magnífica rua de árvores, que bonitas *plates-bandes* compostas de plantas cujas cores se harmonizavam tão bem umas com as outras. A parreira de 102 anos estava coberta de cachos de que infelizmente só se podia gozar com os olhos.
>
> **[...] 18 de outubro de 1870**
> Fomos a Londres para visitar, com Margarida, condessa, visconde e viscondessa e Mme. Bernard, Holland House, magnífica habitação e muito antiga, encerrando grande quantidade de coisas preciosas, quadros, porcelanas, livros.
>
> **[...] 20 de outubro de 1870**
> Fomos a Londres, andamos pelo caminho de ferro subterrâneo (Metropolitan Baloney). Este percorre Londres toda pela maior parte por baixo da terra, porém em muitos lugares ele só se acha dentro de uma [ilegível] de grande ferro estando então inteiramente aberto por cima.
>
> **[...] 24 de novembro de 1870**
> De manhã fui com Gaston a Lebanon York House e Stave House. De noite fomos com Margarida, Mme. Bernard, visconde, viscondessa e Sant’Anninha a Londres para um

> concurso que davam em favor dos refugiados em Inglaterra por causa da guerra. Os melhores artistas tinham se oferecido gratuitamente para um fim caridoso passamos uma noite bem agradável. Ouvir Gounod!
>
> **[...] 10 de dezembro de 1870**
> De manhã sessão de fotografia em Richmond. À 1 hora partíamos com o visconde e a viscondessa para Londres a fim de assistirmos uma representação dada por atores franceses no teatro da Princesa em favor dos refugiados da guerra. O teatro estava cheio e a representação foi divertida. Lá vimos os velhos Lafonte Dejazes, o primeiro representando com uma facilidade e naturalidade admiráveis e a segunda cantando ainda com uma voz bem fresca para a sua idade (mais de 70 anos).

No fim de janeiro, nos informa Roderick Barman,[6] D. Isabel e o marido deixaram Londres para ir à Itália, passando por Viena, onde ela queria visitar D. Leopoldina, que acabara de dar à luz o quarto filho, mais um menino. No caminho ficou sabendo que a irmã contraíra febre tifoide. Foi mantida afastada do quarto e só lhe permitiram ver a irmã quando já não havia esperança de recuperação. D. Leopoldina morreu em 7 de fevereiro de 1871, aos 23 anos de idade, deixando quatro filhos.[7]

A notícia da morte da princesa chegou ao Brasil em 6 de março. No dia seguinte, o *Diário do Rio de Janeiro* anunciou a intenção de Pedro II de, após trinta anos ininterruptos de governo, partir à Europa por dois motivos: tratar da saúde de Teresa Cristina e buscar os filhos de Leopoldina para serem criados no Brasil. Naquele mês também, o imperador nomeou um gabinete conservador, liderado pelo barão do Rio Branco, encarregado de promover grandes reformas, inclusive a dos escravos.

Ainda na Europa, Isabel e Gastão começaram a voltar ao Brasil, passando novamente por Londres e Paris, que vivia os sangrentos dias da Comuna. Fugiram apavorados para Versailles, onde morava a condessa de Barral. Dali seguiram para a Espanha e Portugal. Em Lisboa embarcaram. De nada adiantaram os pedidos de Gastão ao sogro:

> Mais da metade da nossa licença já passou sem o sentirmos, e será doloroso vê-la findar tão depressa, no momento em que a estação, melhorando, nos permitiria talvez ir a algumas águas [...] se pois a partida de V.M. tiver que ser adiada, suplico que nos prolongue, pelo número de meses que julgar, a licença que nos deu. [8]

D. Pedro II não se comoveu. O casal chegou ao Rio no dia 1º de maio de 1871.

Mais um probleminha a enfrentar. A classe política hesitava em aceitar a princesa como regente, durante a viagem do imperador. Foram inúmeras as cartas publicadas nos jornais que, apesar de reconhecerem a legitimidade do desejo do imperador em deixar o país, davam como

inoportuna a sua viagem naquele momento. A primeira questão que se impunha era quem substituiria o imperador num momento delicado, de mudanças. Pedro II, claro, deixaria em seu lugar como regente sua filha e herdeira do trono, Isabel.

Aparentemente, pela primeira vez, o país se deu conta de que D. Pedro II não reinaria para sempre e que, mais cedo ou mais tarde, outra pessoa ocuparia seu trono – no caso, uma mulher, casada com um estrangeiro, um liberal francês.[9]

Fora esses, outro grande motivo das apreensões causadas pela subida de Isabel ao trono como regente era a dúvida com relação ao que a princesa pensava sobre a questão do elemento servil. As ideias do conde eram conhecidas e temidas, já que ele influenciara decisivamente na liberdade dos escravos paraguaios quando esteve no comando da guerra. Deduzia-se que, naturalmente, ele também influenciaria a princesa.

---

1. José Antonio Pimenta Bueno, primeiro e único marquês de São Vicente (1803-1878).
2. *Jornal do Commercio*, 29 de janeiro de 1870.
3. RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais, 1850-1870.* Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1978, p. 307.
4. Referia-se à Rainha Maria Amélia.
5. LACOMBE, 1989, p. 117 (carta de São Cristóvão, 3 de fevereiro de 1870).
6. BARMAN, 2005, p. 153.
7. BARMAN, 2005, p. 153.
8. DEL PRIORE, 2013, p. 114.
9. MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a Imperatriz que não foi.* Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2009, p. 41 (dissertação de mestrado).


Jules Pacheco
PHOTOGRAPHO E PINTOR
Cavalleiro
da Real Ordem de Christo
PREMIADO
com a
MENÇÃO DE HONRA
NA EXPOSIÇÃO DE VIENNA
E MAIS 15 MEDALHAS
NAS EXPOSIÇÕES DE
PHILADELPHIA, PORTO
BRAZIL, CHILE, BUENOS AYRES
E CHICAGO.
Novo systema de platinotypia

[capítulo XI]

1871 | 1872

A primeira regência



Ontem teve lugar meu primeiro despacho, mas primeiro que lhe diga que quando Papai partiu pareceu-me coisa tão esquisita ver-me assim do pé para a mão uma espécie de imperador sem mudar de pele, sem ter uma barba, sem ter uma barriga muito grande. Perdoe, isso é uma maldade.[1]

Assim, com sua maneira franca, poética e engraçada de ver o mundo, Isabel vestiu-se com a pele do pai para enfrentar os pouco mais de dez meses de sua primeira regência. Tocado pela morte da filha Leopoldina tão longe de casa e decidido a trazer os netos de Viena para o Brasil, o imperador queria viajar. Seu pedido de licença foi exaustivamente

discutido, já que significava a transferência dos poderes da nação a Isabel, sem nenhuma experiência em governar. Havia ainda o fato de ser uma mulher, o que já a desqualificava em meados do século XIX. O que sabiam as mulheres? O que podiam elas? Alguns homens se recusavam a discutir o assunto. Outro agravante para a classe política era o fato de Isabel ser casada com um estrangeiro – francês, ainda por cima. O povo não gostou. Pelo menos a elite que detinha o poder de decisão e discutiu acaloradamente: teria ou não o direito constitucional de substituir o imperador a herdeira presuntiva da coroa do Brasil?

D. Pedro fingiu que a polêmica não era com ele, pois, de fato, a Constituição de 1824 era bem clara:

> Art. 104. O Imperador não poderá sair do Império do Brasil, sem o consentimento da Assembleia Geral; e se o fizer se entenderá que abdicou a Coroa.
>
> Art. 117. Sua Descendência legítima sucederá no Trono, segundo a ordem regular de primogenitura, e representação, preferindo sempre a linha anterior às posteriores; na mesma linha, o grau mais próximo ao mais remoto; no mesmo grau, o sexo masculino ao feminino; no mesmo sexo, a pessoa mais velha à mais moça.
>
> Art. 126. Se o Imperador, por causa física, ou moral, evidentemente reconhecida pela pluralidade de cada uma das Câmaras da Assembleia, se impossibilitar para governar, em seu lugar governará, como Regente, o Príncipe Imperial, se for maior de dezoito anos.
>
> Art. 127. Tanto o Regente como a Regência prestará o Juramento mencionado no Art. 103, acrescentando a cláusula de fidelidade ao Imperador, e de lhe entregar o Governo, logo que ele chegue à maioridade, ou cessar o seu impedimento.
>
> Art. 129. Nem a Regência, nem o Regente, será responsável.[2]

Em 15 de maio, finalmente, o gabinete apresentou o projeto de lei que autorizava o imperador a sair do país, declarando Isabel regente com plenos poderes, tendo a lei entrado em vigor no mesmo dia. E, no dia 20 de maio de 1871, aos 25 anos incompletos (faria aniversário em 29 de julho), Isabel prestou juramento solene para substituir D. Pedro II. Cinco dias depois, o imperador embarcou pelo navio *Douro* rumo à Europa. Era sua primeira viagem ao exterior depois de trinta anos como imperador sem tirar os pés das terras brasileiras. No roteiro, Portugal, França, Alemanha, Itália, Bélgica e, ainda, no Oriente Médio, Egito e Palestina.

Na cerimônia de juramento como Regente do Império, Isabel usava um vestido de chamalote branco bordado, com manto de veludo verde caindo a partir da cintura (a sua farda, como ela chamava). Da mesma forma que no juramento em que se tornou herdeira presuntiva da Coroa imperial, postou-se de joelhos, diante do trono, com a mão direita sobre os Evangelhos. Dessa vez, foi o artista plástico Victor Meirelles que registrou em tela a cena histórica, por encomenda do visconde de Abaeté.[3] Mas no

meio de todo o natural júbilo, trazia a princesa o coração apertado pela ausência do seu Gastão, a quem o protocolo não permitira a entrada.

Um grande opositor à regência de Isabel no Parlamento foi o poeta, escritor e deputado conservador José de Alencar. Com discursos inflamados, publicados nos jornais, ele achava que a princesa deveria recusar o convite para ficar à frente do governo. Os liberais, ao contrário, eram favoráveis a que se entregasse a regência a Isabel, o que acabou sendo feito. Muitos acreditavam ser o conde d'Eu o regente de fato na ausência do imperador. Na sessão do dia 9 de maio de 1871, José de Alencar fez um discurso, publicado em vários jornais. Dizia:

> Se me fosse permitido, agora, desta tribuna, onde só devo falar à nação, dirigir a augusta princesa imperial, que vai brevemente reger este Império, algumas palavras, eu diria muito respeitosamente: Senhora, não aceitai o presente funesto que vos querem fazer. A nação vos chama à regência, mas não sois ainda a soberana; não podeis assumir o pleno exercício das atribuições majestáticas. Neta do fundador desse império, inaugurai o vosso governo dando um grande e fecundo exemplo. Sujeitai-vos à mesma lei que vigora para a regência eletiva, mostrai que no cumprimento da constituição não há diferença entre o príncipe e o cidadão, porque ambos são súditos da soberania nacional.
>
> […] A regência vai ser um mal para a própria dinastia. Se a princesa for bem iluminada e governar bem, o seu governo suscitará comparações que podem não ser favoráveis ao imperante; se governar mal, acarreta de antemão prevenções que podem ser nocivas à herdeira do trono.[4]

Outro exemplo sobre as apreensões provocadas pela regência de Isabel encontra-se na transcrição de uma carta anônima originária de São Paulo para um jornal da Corte e publicada na seção "A pedidos" do *Diário do Rio de Janeiro* do dia 18 de abril de 1871:

> A questão da regência é gravíssima na atual posição dos interesses sociais do Brasil. A questão do elemento servil é de tal natureza que assusta o país inteiro. Se ela não for resolvida com muita prudência e calma a nação será levada para um abismo insondável. Nestas circunstâncias, a regência confiada *à sereníssima princesa imperial causa séria apreensão. Até hoje ninguém sabe* o modo de pensar da augusta princesa sobre essa magna questão, ao passo que a opinião de seu augusto consorte, o Sr. conde d'Eu, já foi externada em uma nota ou missiva dirigida ao governo provisório do Paraguai, a propósito deste negócio. Por este fato há um compromisso tácito de Sua Alteza realizar a emancipação no Brasil em ocasião oportuna. Ora, esta ocasião virá com a regência da princesa imperial, da qual o Sr. conde d'Eu é consultor e conselheiro íntimo.

Como constatou o escritor Lira Neto, em seu livro sobre José de Alencar, para o deputado era inadmissível que o imperador se ausentasse do país quando uma questão tão delicada como a emancipação dos escravos recém-nascidos era debatida calorosamente no parlamento. A viagem imperial estava prevista para se estender por dez longos meses – tempo

suficiente, na opinião de Alencar, para que acontecesse um desastre sem precedentes na história do país. Na ausência do chefe de Estado, as pressões da imprensa abolicionista sobre uma mulher, a inexperiente princesa, seriam inevitáveis, imaginava o político e escritor, ponderando:

> O que é preciso? Um clima frio e seco? Aí está a bela província de Minas Gerais, com seus lindos serros e campos gerais. É necessário o sol da Itália, com mais brilho e esplendor? Aí estão as províncias do Norte. Águas Minerais? Não as tem a Europa com tanta profusão nem virtude como as de Baependi. Que falta, pois, médicos? O Rio de Janeiro conta com ilustres profissionais de que a Europa se honraria.[5]

O fim da cerimônia do "beija-mão" (quando todos, sem exceção, beijavam a mão do imperador) foi sugerido, também na seção "A pedidos", para quando a princesa assumisse, sob o argumento de que seria "um modo liberal de assinalar a estreia da próxima regência".[6] Não se pode afirmar que foi por conta disso, mas, antes de viajar, o imperador ordenou o fim da prática. Os liberais, por sua vez, manifestavam-se, através das páginas do jornal *A Reforma*, favoráveis a que a princesa assumisse com plenos poderes.

Embora desde 1870 tomasse parte nas reuniões do Conselho de Estado, Isabel não havia tido anteriormente experiência na gestão pública. Tentando orientar sua filha, Pedro II preparou um documento que ficou conhecido depois como *Conselhos à Regente*, que entregou a ela poucos dias antes de sua viagem, conforme o conde d'Eu registrou em sua correspondência com o pai, Némours: "O Imperador nos trouxe um livro manuscrito de seus conselhos sobre o governo do Império (são apenas algumas páginas) e pede que, após termos lido, nós coloquemos sobre esse assunto nossas objeções e questões."[7]

No "livrinho" o imperador tratou de assuntos diversos, entre eles o cuidado e a atenção para com a opinião pública. D. Pedro II deixou um homem de sua extrema confiança na chefia do Conselho de Ministros o visconde do Rio Branco. Já em março de 1871, o visconde havia sido convidado por D. Pedro a formar um gabinete. Dois meses depois, foi oficialmente nomeado e incumbido de um programa de reformas, que incluía a extinção gradual da escravidão. Diante dos temores de Rio Branco, afinal Gastão era "um liberal", o imperador lhe disse: "Fique tranquilo, nada receie e tudo há de correr bem." [8]

Para o professor José Murilo de Carvalho, Rio Branco foi sem dúvida o mais completo estadista da época, para o que contou com pequena ajuda da natureza: um belo físico, grandes dotes oratórios, uma energia inesgotável.

Ao assumir o gabinete em 7 de março de 1871, o Brasil que o visconde do Rio Branco iria governar era bem diferente do que conheceu ao entrar na política. O país saíra vitorioso de uma longa guerra e era considerado internacionalmente, ao lado dos Estados Unidos, a maior potência econômica e militar do continente americano. O império brasileiro vivia seu apogeu. Para os cargos de ministros, o visconde escolheu políticos jovens e competentes. Um deles foi João Alfredo Correia de Oliveira, que mais tarde se tornou presidente do Conselho de Ministros e um dos principais aliados da princesa Isabel na assinatura da Lei Áurea.[9]

Além de contar com o trabalho do visconde do Rio Branco e dos ministros, Isabel tinha em mãos um documento importante com diretrizes e orientações éticas para sua primeira regência. Os *Conselhos* à *Regente*,[10] deixados pelo Imperador, em 1871, diziam:

> O sentimento inteligente do dever é nosso melhor guia; porém os conselhos de seu pai poderão aproveitar-lhe. O sistema político do Brasil funda-se na opinião nacional, que, muitas vezes, não é manifestada pela opinião que se apregoa como pública. Cumpre ao imperador estudar constantemente aquela para obedecer-lhe. Dificílimo estudo, com efeito, por causa do modo por que se fazem as eleições; mas, enquanto estas não lhe indicam seu procedimento político, já conseguirá muito, se puder atender com firmeza ao que exponho; sobre as principais questões, mormente no ponto de vista prático. Para ajuizar bem delas, segundo os casos ocorrentes, é indispensável que o imperador, mantendo-se livre de prevenções partidárias, e portanto não considerando também como excessos as aspirações naturais e justas dos partidos, procure ouvir, mas com discreta reserva das opiniões próprias, às pessoas honestas e mais inteligentes de todos os partidos; informar-se cabalmente de tudo o que se disser na imprensa de todo o Brasil, e nas Câmaras Legislativas da Assembleia Geral e Provinciais. Não é prudente provocar qualquer outro meio de informação, e cumpre aceitá-lo cautelosamente.
>
> [...] O principal embaraço à colonização, em maior escala, é o preconceito que ainda dura de que o trabalho escravo não há de faltar. Cumpre destruir quanto antes esse preconceito mas empregando somente as medidas indispensáveis, as quais, segundo penso, são as seguintes: a declaração da liberdade do ventre desde a data da lei, considerando ingênuos os nascidos depois, e havendo para os senhores das mães a opção entre quantia razoável paga pelo Estado ou serviço obrigado até certa idade dos nascidos, como indenização dos gastos da criação deles, e a obrigação para os senhores de forrarem seus escravos, desde que estes lhes deem seu valor competentemente fixado.
>
> [...] Por falar da emancipação apenas relativamente à colonização, não se segue que eu não a deseje; mas com o menor abalo possível, como uma das reformas mais úteis à moralização, e à liberdade política dos brasileiros.
>
> [...] Reprovo a despesa que se faça por conta do ministério com a imprensa, mesmo que não seja para corrompê-la, exceto o *Diário Oficial*, que deve ser o publicador de tudo o que é oficial e defender o governo como tal, e não como representante de um partido, que para este fim devem os partidos ter periódicos seus sustentados à sua custa. Toda e qualquer outra despesa não autorizada claramente em lei deve ser impedida.
>
> [...] Como bem entendida economia, e fugindo o mais possível do que é luxo, chega sempre o dinheiro para muito, e estou certo de que minha filha não quererá qualquer aumento do que recebe do Estado. Em qualquer calamidade de ordem física ou política, deve o

> imperador aparecer, mostrando sua dedicação pelo bem público. Tal é sua verdadeira missão ostensiva, pois em nosso sistema de governo a ação só deve regularmente manifestar-se pelos ministros, e aquele contentar-se com a recompensa de que a maioria da Nação reconheça, por fim, que durante os anos que ele foi imperador, houve felicidade, em geral.[11]

No dia 3 de junho, Isabel despachou pela primeira vez com o gabinete. Aos 24 anos, sentou-se com sete ministros, todos políticos experientes e com diploma superior. Não foi autorizada a permanência de Gastão ao lado de Isabel, quando esta assumiu o cargo perante o presidente do Senado. Em represália, ele não compareceu à cerimônia.

> Ela mesma contou em carta ao pai, sua primeira experiência como regente: "Quando entrei na sala, fiquei abismada, cinco enormes pastas recheadas, algumas de uma maneira monstruosa, estavam-me esperando. Felizmente a coisa foi mais fácil do que julguei à primeira vista [...]. Felizmente eram cartas [...] para eu assinar e também para eu assinar uma infinidade de baronatos e viscondatos. [...] Houve algumas exonerações também a assinar, às quais não fiz objeção [...] Papai verá pelos jornais a discussão do voto de graças que por fim passou como o governo quis. Por pouco que a panela não se entornava e que eu ficava, não posso dizer de calças pardas, mas em vestido pardo, com o molho que escorresse e que eu tinha de limpar, o que não havia de ser nada cômodo. De pasta em pasta, parece-me que houve talvez suscetibilidade demais. Amanhã irei ao Paço da Cidade receber as deputações a este respeito do Senado e da Câmara dos Deputados, a quem darei esta resposta lacônica como as suas e pelo teor delas: Agradeço em nome do Imperador os sentimentos que manifestam por parte do Senado (ou da Câmara dos Deputados) e a cooperação que este (ou esta) promete ao Governo. [...]"[12]

Pelos jornais, Isabel ficou sabendo que, na Europa, seu pai havia comparecido à abertura do Parlamento italiano, visitado a escritora George Sand e também conhecido uma sinagoga. Ela escreveu ao pai com a sincera franqueza que lhe era habitual: "Perdoa-me meu Papaizinho, mas às vezes Papai tem umas ideias que não me quadram. Quem lhe mandou ir à abertura do Parlamento italiano?" E mais abaixo na mesma carta: "Duas coisas não aprovo de sua viagem: esta ida ao parlamento italiano e o seguir as rezas na sinagoga como se fosse um judeu![13]

Além desse aspecto, Isabel também censurava o pai em questões morais: "Vou já ralhando. Nenhuma linhazinha para mim e acha tempo para visitar George Sand, uma mulher de muito talento, é verdade, mas também tão imoral!" E justifica sua repreensão questionando o pai: "Por mais incognitozinho que vá, sempre se sabe que é o Sr. Pedro de Alcântara e não deve ser ele antes de tudo um bom católico e portanto afastar de si o que é imoral?"[14]

A crítica de Isabel a George Sand – pseudônimo da escritora francesa Aurore Dupin, que se utilizava dele para escapar dos preconceitos contra as

mulheres escritoras – diz respeito ao aspecto moral e comportamental dela. Divorciada, teve vários amantes, fumava charutos e vestia-se como homem, atitudes consideradas ousadas demais entre as mulheres do século XIX. No entanto, Isabel não deixou de reconhecer nela dotes intelectuais.

D. Pedro, incrivelmente, respondeu às críticas da filha: "A abertura do Parlamento em Roma era a festa nacional porque a maioria dos italianos queria e quer a unidade de toda a Itália. Disse ao papa e a Victor Emmanuel tudo o que pensava."[15]

Enquanto isso, no Brasil, a discussão sobre a Lei do Ventre Livre fervia. Apesar do intenso debate que se desenrolou no Parlamento e na imprensa, segundo a professora Maria Luiza de Carvalho Mesquita, Isabel manteve-se à parte. Ela fez o que pregava ao pai. Deixou que tudo fosse definido sem interferência sua. Observou de longe as acaloradas discussões, que incluíam mesmo, como definiu o conde d'Eu, "cenas de grosseria e de violências recíprocas [...] deploráveis". Por carta Isabel informou ao pai: "A Câmara dos Deputados é que tem estado furiosa e indecente. Verá pelos jornais."[16]

Mas nem o tom veemente utilizado pelos opositores do projeto na Câmara e o clima de apreensão dos donos de terras e escravos impediram a votação da Lei do Ventre Livre. Ela estabelecia que os filhos de mulheres escravas que nascessem dali por diante seriam livres. Os proprietários deveriam criá-los até os 8 anos de idade, quando então optariam por receber uma indenização em troca da liberdade definitiva. Também poderiam optar por mantê-los sob seus serviços até que completassem 21 anos. Seriam criados fundos de emancipação para a compra progressiva da liberdade dos escravos. Desta maneira, a lei consagrava o princípio da indenização e mantinha a escravidão por mais um longo período. Apesar disso, foi capaz de dar um pouco de sossego aos abolicionistas e, também, ao governo.

Isabel, na qualidade de ocupante do trono, assinou a lei em 28 de setembro de 1871. A repercussão, segundo Gastão em carta ao pai, foi excelente:

> A votação da lei foi recebida com entusiasmo pelo público; desde então só há felicitações por esse motivo e as vozes da oposição não se fazem mais ouvir [...] o povo que enchia as tribunas e galerias e todo o espaço livre por trás do recinto irrompeu em grandes aplausos e aclamações que a campainha da mesa diretora não conseguia calar.[17]

Após a votação da Lei do Ventre Livre, o povo em massa esperou o visconde do Rio Branco. Quando ele apareceu à porta do Senado, recebeu a

manifestação mais ruidosa e comovente que já se fez a um homem público no Brasil.

A princesa Isabel, entusiasmada, foi cumprimentá-lo:

> – Bravos, visconde! A sua vitória foi o mais belo exemplo em que os nossos homens de Estado se devem mirar.
> – Perdão, princesa! Se venci, é porque tinha apoio em Vossa Alteza e nos meus luminosos pares legislativos. Logo, o mérito é menos meu que da ilustre humanitária Regente e dos insignes representantes do país.[18]

Mas a princesa não era estimada pelos políticos, embora respeitada por suas virtudes pessoais. Esta é a conclusão do historiador Lacombe. Ele afirma que os próprios caricaturistas, como Ângelo Agostini, a poupavam em suas críticas. Mas, como chefe de Estado, era apenas tolerada. Era talvez o velho machismo brasileiro que não admitia a presença de uma mulher desempenhando funções que, segundo os conceitos do tempo, não deveriam caber a uma "imperatriz-reinante". Acrescia a isto a pouca simpatia desfrutada pelo conde d'Eu.

> Seus atos, suas frases, o sotaque francês de suas palavras, seu modo de viver, suas atitudes, tudo era motivo para recriminações, para censuras, para críticas acerbas e desrespeitosas. Acusavam-no de um excessivo amor ao dinheiro, que o levava a praticar atos de quase avareza, em oposição à tradicional liberalidade do brasileiro.[19]

Câmara Cascudo defende seu personagem, o conde d'Eu, justificando uma a uma as críticas que se faziam ao marido de Isabel em sua linguagem peculiar:

> "A pecha de avarento" dizendo ser uma herança da oposição a seu avô Luís Filipe. O conde d'Eu passava por ter cortiços e explorá-los como meio de renda. O cortiço é um edifício vasto e sujíssimo onde uma população de destroços humanos vive, promíscua e abjetamente, a pouco preço. Toda a imprensa, anos e anos, martelou essa tecla sentimental… Anos seguidos, vozes eloquentes explicaram detalhes desses cortiços desmoralizantes. Mas a verdade certa sobre o cortiço é que o príncipe arrendou terrenos seus. O arrendatário podia erguer sobre esse terreno um circo de cavalinhos ou um hotel arranha-céu. Preferiu construir uma série de casinhas para os cavouqueiros. Casinhas para famílias dos operários nas pedreiras. Não era um casarão, nem existia promiscuidade. E não eram do conde d'Eu! [20]

O restante de regência de Isabel correu sem demais incidentes, até a volta de seu pai no último dia de março de 1872. O conde d'Eu permaneceu ao lado da princesa de forma aparentemente discreta, não tendo sido encontrados comentários ou críticas sobre interferência dele nos assuntos do governo. No entanto, não deixou de ajudá-la, ou dar-lhe conselhos, como informa a princesa a Pedro II: "Ficaria muito embaraçada se não tivesse ao

meu lado o bom Gaston, que me ajuda tanto e me dá tão bons conselhos."[21]

Como também é destacado pela princesa em carta ao imperador, não foi apenas a Lei do Ventre Livre que a ocupou durante o período regencial:

> Pelos jornais verá o que tem havido pelas Câmaras e Governo. Trata-se de abrir brevemente a Rua Leopoldina pela qual Papai tanto se interessa, e que vai da Academia de Belas-Artes à Praça da Constituição. Quanto à [lei] eleitoral não me esqueci e lembrei-a mesmo ao Paranhos, mas ele me disse que apresentá-la enquanto se discutia a servil seria imprudente, pois logo se poriam [os deputados] a querer falar também nesta e assim a tomar tempo precioso à outra.[22]

Finalmente, a 30 de março de 1872, todos os compromissos de Estado foram transferidos ao imperador. A experiência do reinado da princesa Isabel terminou de forma positiva. Assim pelo menos o entendeu a imprensa, na opinião insuspeita do *Jornal do Commercio*, que publicou:

> Em perto de um ano de regência a princesa não recebeu [...] nem teve impressão de desgosto determinada por censura indireta e ainda menos por apaixonada agressão dos partidos em oposição e, todavia, tinham-se travado em 1871 na tribuna e no parlamento as discussões renhidas, ardentes e impetuosas sobre o projeto que se tornou lei do Império a 28 de setembro daquele ano. Todos respeitaram o caráter provisório da regência e fizeram justiça à prudência, dignidade e acerto com que se houve a princesa.[23] .

Retirados, novamente, à vida em família, Isabel e Gastão começaram a programar a terceira viagem à Europa. Ao voltar ao Rio de Janeiro em 30 de março de 1872, D. Pedro desembarcou trazendo consigo dois filhos de Leopoldina: Pedro e Augustinho.

O imperador retomou o comando do governo como se nunca tivesse se ausentado. Não consultou a filha sobre nada que havia ocorrido durante a sua permanência na Europa. Tal como antes, excluiu-a da governança do Brasil. No começo de maio de 1872, os adversários da Lei do Ventre Livre conseguiram derrotar o governo por um único voto na Câmara dos Deputados. O visconde do Rio Branco solicitou a dissolução ao imperador, que convocou uma reunião do Conselho de Estado para ser assessorado sobre o pedido. Tanto D. Isabel como o conde d'Eu eram membros do Conselho, mas nenhum dos dois foi notificado da reunião. O imperador sequer estava interessado em sua opinião.

O casal, em verdade, estava decidido a voltar à Europa em busca de cuidados. Ela para sua esterilidade, ele para os achaques, muitos deles, psicossomáticos: "Estou certa que ele sofre; mas a imaginação pode muito fazer e, assim, aumentar os incômodos", escreveu Isabel ao sogro.[24]

1871 | 1872

4 de setembro de 1871, Laranjeiras[25]

Meu caro Papaizinho

Ora bravos! Agora não é só jornal que falta, nem mesmo se me escreve! Chega o paquete a 31 e só cartas de Mamãe e da condessa! Nem uma cartinha homeopática, como são muitas vezes as suas! Não pense que lhe quero mal por isso, mas era bem feito que também não lhe escrevesse e que lhe dissesse que os altos negócios do Estado não me deixavam tempo para isso. Seria porém uma grandessíssima mentira que lhe pregaria pois sobretudo tendo Gaston que me faz grande parte da papinha tenho tempo de sobra, para dormir tanto ou mais que d'antes, para passear, e até para ler romances. Olhe agora quando me vier dizer que não poderá vir cá todas as quintas, eu lhe direi que é porque não quis, foi muito imprudente deixar-me regente! O que lhe toma muito de seu tempo são os Liais, e os gregos [ilegível] do mesmo gênero. É verdade que Papai tem arsenais e outras coisas que não tenho, mas por não ir a eles tantas vezes não penso que irão pior. Também não tem um Gaston, eu sei bem, para lhe fazer papinha; mas não venha se desculpando muito. E quando me vem para cá, meu papaizinho?! É que as saudades são muitas!

[...]

6 de março de 1872, Petrópolis[26]

Meu bom e caro Papaizinho

Sua comprida carta de 04 de Fev. vem-me fazer muito prazer. Em resposta vamos lá primeiro a saber se a desculpa que me dá para não me escrever sempre bastante é em tudo exata: "Se não lhes escrevo como desejamos é porque procuro tudo ver para as nossas conversas …" Para as nossas conversas!? Será, mas se eu lhes dissesse que preferiria uma boa cartinha a que Papai me viesse contar o que viu às vezes por lá nos teatros, [ilegível]. Escrever-me-ia mais? Desentale-se como puder. Quando cá estiver havemos de ter boas discussões. Vamos ao resto: "A abertura do Parlamento em Roma era festa nacional porque a maioria dos italianos queria e quer a unidade de toda a Itália. Disse ao Papa e a Victor Emmanuel tudo o que pensava, e por consequência havia de ter reprovado as violências como emperramento do Papa, que aliás sempre…" Não discuto se a unidade da Itália era pedida pela maioria dos italianos, mas o que digo e direi é que ela foi obtida de uma maneira abominável. V. E. que esperasse que a dita maioria lhe pedisse de ser seu rei! "A abertura do Parlamento em Roma era festa nacional e por isso lá fui." Também em Paris, em 1793, as festas da Deusa da Razão eram festas nacionais e Papai lá teria ido? Digo eu porque como curioso não sei quem lhe amarraria as pernas. […]

O meu maior fantasma é o tal de poder pessoal de que o acusam meu bom Papaizinho e que julgo dever provir do enfrentamento que lhe atribuem. Vou pôr tudo em pratos limpos. A culpa não é sua, ao menos não é sua só. Papai tem inteligência, tem vontade (tenacidade ou emperramento se quiser) e meios de pôr em obra. Os nossos ministros em geral são menos firmes e tenazes ou emperrados, e portanto a corda arrebenta pelo mais fraco. O que fazer? Não se julgue tão infalível, mostre-se mais confiante neles, não se meta tanto em negócios que são puramente da repartição deles (e eu terei mais do seu tempo), e se algum dia não puder de todo continuar a dar-lhes a sua confiança ou se vir que a opinião pública (verdadeira) é contrária a eles, rua com eles! Falando de outro ponto pelo qual meu Papaizinho peca dir-lhe-ia que não leve a abnegação ao ponto a que a levou até agora, não tenha medo de proteger, segundo a justiça e o bem público, os seus amigos, que não poderão fazer a mesma distinção que Papai entre o Sr. D. Pedro de Alcântara e o

Sr. D. Pedro 2º e, portanto, o Brasil para o qual, ao menos até o presente o governo monárquico julgam, na generalidade, ser o melhor que pague o pato. Sei bem que me virá a dizer que se pudessem haver idênticas circunstâncias, nelas escolheria primeiro seus amigos. Tome bem sentido porém que o próprio medo de ser parcial não faça colocar estes abaixo de outros que valham tanto ou menos. Defeito contrário: não me encha de graças aqueles que (quando a justiça e o bem público não pedirem diferentemente) lhe são contrários. É o melhor meio de fazer falar contra o Sr. D. Pedro 2º para obter dele tudo (não pelo medo que lhe inspire, mas por sua excessiva abnegação), e com o Sr. D. Pedro 2º lá se vão a rastos muitas vezes os princípios que ele representa. São estes os conselhos, o testamento político de sua matraquinha com quem poderá discutir sobre todos estes pontos quando cá estiver. Perdoa-me tanta ousadia, mas é para seu bem e para o bem de todos. Aceite um abraço desta sua filha que tanto o ama.

D. Isabel, condessa d'Eu.
[...]

1871[27]

29 de maio de 1871

Minha querida princesa

A insurreição de Paris está vencida mas com que sacrifícios, e o mais doloroso de tudo o fuzilamento do arcebispo de Paris e 60 e tantos [Ilegível] quase todos eclesiásticos! Os melhores edifícios não existem mais e V. A. entreviu para ainda mais deplorar o horrível vandalismo com que foram reduzidos a cinzas. Deus louvado Le Louvre et la Ste Chapelle escaparam milagrosamente – o primeiro dando as chamas sua preciosa biblioteca e a outra guardada por sua Sancta origem no meio das labaredas que consumiram le Palais de Justice. La Pensée onde V. A. entrou não existe mais e os 4 cantos de la rue Royale por onde andamos a pé para comprar seu foulard preto tudo foi-se. Antes de ontem às 18 horas da noite o clarão do [incêndio] dos magasins de la Villette foi tal que alumiou Versailles a 5 léguas de Paris. Nunca nada me causou mais horror. E seus Pais em que tempo chegam a Europa! Amanhã é dia da interpelação ao Governo por Mr. Audidfuit Pasquier para saber quando se completam as eleições e é natural que seja questão dos Tios e eu sinto tamanho palpite que não posso dormir nem comer.
[...]

Carlsbad, 20 de setembro de 1871

Aqui ainda estamos, mas Papá foi hoje para Praga com o barão de Bom Retiro, Dominique e meu criado Drayer, renovar a patuscada incógnita que ele fez a semana passada indo a Nuremberg onde ninguém o conheceu e onde enfim ele passou por simples mortal!

As águas têm feito bem a Mamã. Ela está menos magra e com

melhor cor. A D. Josefina parou com suas águas ferruginosas e tem andado morrinhenta com o frio. Receio por ela, coitada, o rigor do inverno quando já a vejo tão encolhida no mês de setembro. Mas verdade é que temos já tido 2º abaixo de zero, e que hoje o chão estava branco com a primeira geada. O Nicolau vai bem, o Dr. está outro, e a Thereza tem lindas cores. Do barão de Bom Retiro e de Papá nada digo porque esses não tomam as águas e que se têm conservado ótimos.

Papá esta mais esbelto, tem desmanchado a barriga com o exercício mas carrega tantas coisas no bolso da sobrecasaca que parece ter um tumor do lado, e não se passa um dia sem que esse meu dito não sirva de gracejo sem aliás ele fazer a operação do tumor.

Não sei como V.A. percebeu que ele tinha ido à Inglaterra, ele se foi se encontrar comigo em Ostende, depois em Dresde e veio para aqui. Muito nos fez rir sua carta em que disse que Papá ia deitando as manguinhas de fora. O que diria V. minha queridinha se visse os [rapapés] que ele faz às senhoras que lhe são apresentadas (verdade é que não repara se são velhas ou moças) dando-lhes [shakehands] a torto e a direito, conversando com todas, é uma metamorfose completa! Só o que ele detesta são os príncipes e tudo quanto mesmo de longe cheira a etiquetas. Fiel ao seu [paletot] não o larga nem a cacete. […]

Tenho mais uma cousa que pedir a querida Regente, se isso for possível, para eu lhe dever uma grande fineza: de empurrar um pouco meu pobre Primo Pedro Portugal na alfândega do Rio. Se isso lhe parecer justo depois de tantos anos de bons serviços e de constante [caiporismo], muito lhe agradecerei.
[…]

7 de novembro de 1871

Minha querida princesa

Muitos e muitos parabéns pela grande notícia que me deu, e que me fez tanto prazer que me pus a dar Vivas e Bravos! pela casa como se tivesse ficado doida. Parece-me que agora sim, nosso

querido País vai entrar na verdadeira era da prosperidade.

Papa nunca se mostrou mais seu amigo do que dando-lhe a ocasião de assinar esse Ato ou essa lei.

Mas a propósito, assinam-se esses atos? [Je n'en sais rien], mas em todos os casos, forneceu-lhe a ocasião durante Sua Regência de ligar seu nome a esse grande acontecimento e é uma glória de que Ele se [demitiu] a seu favor. Vivam os Pais que não são egoístas e os filhos que são gratos e reconhecidos.

[...]

---

1. DEL PRIORE, 2013, p. 116.
2. Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824).
3. A tela está no Museu Imperial.
4. *A Reforma*, 10 de maio de 1871.
5. LIRA NETO, 2006, p. 311. Anais da Câmara dos Deputados, 9 de maio de 1871.
6. MESQUITA, 2009.
7. MESQUITA, 2009, p. 188.
8. DEL PRIORE, 2013, p. 115.
9. CARVALHO, 2011, p. 59.
10. Existem, hoje, dois documentos com o mesmo nome *Conselhos à Regente.* Na verdade, trata-se de conselhos que o imperador preparou para sua filha Isabel em duas ocasiões: na primeira e na segunda regências.
11. PEDRO II, dom. *Conselhos à Regente*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.
12. MESQUITA, 2009, p. 46.
13. Arquivo Grão-Pará. Pasta XLI-3-17 (5 de fevereiro de 1872).
14. Arquivo Grão-Pará, Pasta XLI-3-17 (4 de fevereiro de 1872).
15. MESQUITA, 2009, p. 188.
16. MESQUITA, 2009, p. 50.
17. DEL PRIORE, 2013, p. 118.
18. MATTOS, Augusto de Oliveira. *Guarda Negra, a Redemptora e o ocaso do império.* Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009, p. 33.
19. LACOMBE, 1989, p. 144.
20. CASCUDO, 1933, p. 110.
21. MESQUITA, 2009, p. 51.
22. LACOMBE, 1989, p. 153.
23. *Jornal do Commercio*, 5 de janeiro de 1873 – Retrospecto de 1872.
24. DEL PRIORE, 2013, p. 123.
25. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 3-16(1871).
26. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 3-17(1872).

27. Arquivo Grão-Pará. Pasta: CCCXXXVII-01-11 (1871).


Marc Ferrez
RUA DE S. JOSÉ, 88

[capítulo XII]

1872 | 1874

Onze anos de casamento e, finalmente, a gravidez



Cumprido o primeiro período de regência, Isabel havia assinado, embora involuntariamente, a primeira lei que mexeu com o acomodado estado em que estava a escravidão no Brasil. “Melhor deixar como está”, era o pensamento da esmagadora maioria dos donos de escravos e dos políticos que os apoiavam. Muita gente teria que trabalhar se os escravos fossem libertados – e trabalhar desde sempre pareceu um fardo aos brasileiros da elite e aos portugueses colonizadores. Ao embarcar mais uma vez à Europa, para sua terceira viagem com o marido, em 18 de abril de 1873, pelo navio *Gironde*, Isabel ainda não suspeitava que o grande

fantasma de sua vida de casada – a infertilidade – seria brevemente despachado para outra dimensão.

Deixavam um Brasil que começava a divulgar o resultado de seu primeiro Censo. Em 1872, éramos 9.930.478, 8.419.672 livres e 1.510.806 escravos.[1] A elite brasileira de meados do século XIX era, como muito já se disse, uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Apenas 18,56% da população era alfabetizada, dos quais 23,43% homens e 13,43% mulheres. Entre os escravos, o analfabetismo era praticamente total, chegando a 99,9%. Até o fim do Império só haveria sete escolas superiores no país: as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife (1828), as de Medicina de Salvador e do Rio (1808), a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1874, embora remontando a 1792 com outros nomes), a Faculdade de Farmácia de Ouro Preto (1839) e a Escola de Minas na mesma cidade (1876).

A viagem à Europa tinha novo sabor para o casal. Em junho de 1872, o banimento da família Orléans havia sido revogado. Finalmente, podiam voltar a Paris. E, no final do verão, melhor ainda, seus bens começariam a ser restituídos. Repartiram as riquezas. Salvaram o castelo d'Eu. E começaram a discutir uma questão que os ocuparia nos próximos anos: a fusão das duas famílias Orléans e Bourbon.

Isabel e Gastão mergulharam na verdadeira delícia da Paris com a efervescência dos novos tempos. E ali consultaram um especialista que lhes recomendou que fossem aos Pirineus, mais exatamente a Bagnères-de-Luchon, onde havia 48 fontes de água sulfúrea. Isabel adorou e frequentou as fontes por dois meses. Pareceu a eles ter funcionado, pois, em novembro, Gastão confidenciou ao sogro que Isabel queixava-se de tonturas e mal-estar. No mês seguinte, ela própria avisou ao imperador: "Meu papai reze bem por sua filhinha e netinho, pois agora quase que estou certa da coisa."[2]

A terceira viagem do casal à Europa tinha como claro objetivo não só descobrir as razões da infertilidade de Isabel ou Gastão, como resolver o assunto. Até a Lourdes o casal foi. Em Paris, ela consultou o Dr. Depaul que, em janeiro de 1874, confirmou a gravidez de três meses. Enfim, era a primeira gravidez de Isabel que poderia dar certo (é bom lembrar que ela sofreu dois abortos, um antes e outro depois desta gravidez). O Dr. Cleomenes Barros Simões, que escreveu *Os partos da Princesa Isabel*, nos ensina um pouco sobre esse fenômeno que já atingiu vários casais – gravidez tardia. Segundo ele, a infertilidade é a incapacidade para conceber após pelo menos um ano e meio de relações sexuais, sem uso de nenhum método anticoncepcional.

> A princesa Isabel não apresentava nenhuma patologia ou defeito físico que a impedisse de conceber. Até hoje, existe o chamado "fator desconhecido" ou "infertilidade sem causa aparente" como impeditivo para a concepção. Após vários exames não se chega a nada e, por isso, não sabemos o que fazer, e isso se chama na linguagem médica de causa idiopática.[3]

O doutor nos informa, ainda, que aproximadamente dois terços dos casais com diagnóstico de Infertilidade de Causa Desconhecida irá conceber sem nenhum tratamento, e esse foi o caso da princesa. Passava o tempo e a gravidez não vinha, o que gerava na princesa um misto de ansiedade, trauma e preocupação.

> O casal d'Eu se viu diante de uma situação inesperada – impossibilidade de ter filhos, e por isso procurou todos os métodos da época para a cura. Obviamente que o uso daquelas águas (banhos) não tinha e não tem nenhum cunho terapêutico, tinha cunho eminentemente psicológico. É normal e muito comum a paciente não engravidar mesmo passado tanto tempo. Essa situação é observada até hoje. Tenho paciente que não conseguiu engravidar por processo fisiológico (relação sexual normal), e se submeteu a inseminação, fertilização, e nada de gravidez. Adotou crianças, e após algum tempo engravidou. Aqui caímos no caso da princesa — Infertilidade sem Causa Aparente.[4]

Felicíssimos, no sexto mês da gravidez, o casal resolveu consultar o imperador sobre a possibilidade de a criança nascer na Europa, pelas dificuldades de se voltar ao Brasil. Isabel tinha apenas 28 anos. Havia receio de um aborto, um parto prematuro, uma fraqueza permanente na saúde da mãe ou da criança a nascer. A esse propósito era preciso levar em consideração que a viagem seria realizada no correr do oitavo mês da gravidez.

Escreveu também Isabel ao imperador, pedindo-lhe que a deixasse ficar na Europa, com a emoção dramática de sempre e aparentemente bastante amedrontada:

> Pondere bem todos os riscos e perigos que correríamos se empreendesse a viagem antes do nascimento do nosso filhinho e creio que, à vista do expendido, não hesitará em permitir que partamos daqui só depois de julho. [...] Meu Papai, pense que, assim, além de seu netinho, teria talvez de perder sua filha, pois não sei como resistiria à perda de todas as minhas esperanças.[5]

Mas, D. Pedro II não levou nada disso em consideração. Diante do que exigia o contrato nupcial e as leis brasileiras, a criança deveria nascer no Brasil e ponto final. Quatro questões de D. Pedro II foram enviadas aos membros do Conselho de Estado, junto com o parecer dos médicos sobre a consulta e decisão sobre a licença pedida por Sua Alteza, o Sr. conde d'Eu, em 19 de março de 1874 para que sua "Augusta Esposa a Sra. Princesa

Imperial Dona Isabel durante a gravidez fosse dispensada de vir da Europa para o Brasil". Foram elas:

> 1º Sendo bom o estado de saúde de Sua Alteza Imperial, e devendo o parto verificar-se em julho, convirá negar a licença pedida, em respeito ao contrato matrimonial e as conveniências políticas inerentes ao nascimento que se espera?
>
> 2º No caso de conceder-se a licença, deve-se ou não deixar a Suas Altezas a responsabilidade da resolução definitiva?
>
> 3º Se o parto der-se fora do Brasil a nacionalidade do nascituro poderá ser posta em dúvida?
>
> 4º Será preciso ou conveniente que o parto tenha lugar na Casa da Legação Imperial em Paris (onde se achavam Suas Altezas)? Que outras formalidades devem ser observadas para autenticar o fato do esperado nascimento?[6]

D. Francisca, quando soube da decisão do irmão Pedro, e, diante do drama vivido pela princesa, apelou ao imperador em longa carta:[7]

> Todos estamos encantados das esperanças da nossa querida Isabel. Todas as maiores preocupações são necessárias para que tudo vá bem até o fim. A viagem ao Brasil, digo-te a verdade, faz-me grande medo. Pensa nisso, caro Mano e, se for possível, que ela fique por aqui até depois de tudo bem acabado. Seria certamente muito melhor de não fazer a viagem de mar enjoando, o que é péssimo nessas circunstâncias.

D. Pedro não amoleceu. O fato é que, quando estavam na Europa surgiu no Brasil uma delicadíssima situação entre a Igreja e a Maçonaria, que se tornou conhecida como a "Questão Religiosa". Em 29 de junho de 1872, o bispo de Olinda interditou as irmandades religiosas ligadas à maçonaria. E, no início de 1873, essa história começou a ferver. Como explica bem em seu livro Roderick Barman, a maçonaria tivera um papel decisivo na luta pela independência e suas lojas continuavam a ser importantes centros de atividades políticas e sociais. Muitos políticos de destaque eram maçons, inclusive o visconde do Rio Branco, chefe do gabinete em 1873. Esta questão dos bispos ainda traria séria dor de cabeça à princesa no futuro.

Em meados de 1873 a saúde do imperador começou a causar inquietação. Na verdade, não era nada de grave, apenas inchaço numa das pernas, proveniente do fundo linfático de seu organismo. O representante diplomático da Áustria escreveu a Viena:

> A saúde do Imperador não tem sido muito satisfatória nestes últimos tempos. Sua Majestade, que não gosta senão de carnes leves, e que não bebe vinho senão raramente, sofreu, sem contudo ficar preso ao leito, de um mal linfático, que produziu a inchação de uma perna; mas asseguram que em consequência de um regime mais forte, sua cura é quase completa.[8]

O ano de 1873, na verdade, não havia começado com boas notícias para a

família imperial. Em Lisboa, a 27 de janeiro, morreu D. Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I, e madrasta querida de Pedro II.

Da Europa, o casal Isabel e Gastão embarcou em maio com muita apreensão e medo do que pudesse acontecer durante a viagem para o Brasil. “Deus e a Virgem Maria e todos os Santos me ajudem”, pedia em orações a princesa. No Rio, foram para a casa de Laranjeiras e Isabel passou a aguardar o parto. Grávida de oito meses trouxera consigo uma parteira francesa.[9]

---

1. Recenseamento do Império do Brazil, 1872.
2. DEL PRIORE, 2013, p. 126.
3. Entrevista à autora por e-mail em abril de 2014.
4. Idem.
5. Arquivo Grão-Pará, Pasta XLI-3-19 (1874).
6. DAIBERT JR., Robert. *Isabel, a redentora dos escravos: uma história de princesa entre olhares negros e brancos*. Bauru/SP: Edusc, 2004, p. 81.
7. LACOMBE, 1989, p. 182.
8. LIRA, 1977, p. 221 (vol. Fastígio).
9. DEL PRIORE, 2013, p. 127.



Balduin Röhrig e Cª

Photographo de S. S. A. A. J. Jmperiaes

e

Retratista a Oleo

Nº 40, Rua do Rozario Nº 40

Porto Alegre.

[capítulo XIII]

1874 | 1876

Os dois primeiros e dolorosos partos da princesa. Enfim, nasce o herdeiro



Trinta e dois dias após o seu desembarque, exatamente à meia-noite do dia 25 de julho de 1874, em sua casa no Paço Isabel, a princesa começou a sentir as primeiras dores do parto. Um sofrimento que durou espantosas cinquenta horas. A criança, uma menina, morreu no começo da noite de 27 de julho de 1874, mas só às duas horas da madrugada do dia 28 conseguiram extrair o corpo do útero e salvar a vida da mãe. Foi batizada *post mortem* com o nome de Luiza Vitória, em homenagem aos avós paternos. Uma dor eterna: "A morte da minha irmã e a perda do meu primeiro filho no parto, em 28 de julho de 1874, foram as

minhas únicas tristezas em 44 anos!”[1]

Reuniram-se no Paço Isabel, para assisti-la, os médicos Feijó e seu assistente Ferreira de Abreu e mais os Drs. Sousa Fontes e Saboia.[2] também convocados. Havia ainda a parteira que o conde d’Eu trouxera de França.

Graças ao minucioso trabalho do médico ginecologista Cleomenes Barros Simões, podemos ter uma visão bem mais realista das do parto de Isabel e, ainda, um retrato preciso de como eram feitos os partos no século XIX na corte brasileira. No livro *Os partos da Princesa Isabel*, o médico explica que, devido à gestação avançada, a princesa apresentava um discreto desconforto respiratório, um abdome globoso, e “descida do útero” ou “queda do ventre” (diminuição da altura do útero por efeito do encaixamento da cabeça fetal na pelve). Isto ocorre comumente em primeiro parto e é indício de que o trabalho deverá iniciar-se nos próximos 15 dias. Mostrava ainda um discreto edema (retenção hídrica fisiológica dos membros inferiores), com um caminhar oscilante, com passos curtos e lentos, caracterizando a marcha anserina ou dos patos.

Mesmo com todo esse quadro clínico, a princesa circulava com frequência pelo Gabinete de D. Pedro II, chefiado pelo visconde do Rio Branco, interferindo a favor da anistia dos bispos. Segundo o Dr. Simões,

> as situações de estresse constante e ansiedade por que passou a Princesa Isabel em decorrência desse episódio, fizeram o seu organismo liberar catecolamina (noradrenalina) que estimula os receptores alfa-adrenérgicos presentes na musculatura lisa do útero, provocando hipercontratilidade uterina.[3]

Tudo começou depois dos primeiros sintomas, quando D. Pedro II chamou os obstetras. O Dr. Cleomenes reconstitui assim o que deve ter se passado durante o primeiro parto de Isabel:

> Na madrugada do dia 26 já havia sido convocado o Dr. Saboia para auxiliar os assistentes no prolongado trabalho de parto que se iniciou de forma lenta, vagarosa. Dr. Feijó postou-se ao lado da princesa, auscultou positivamente as batidas cardíacas do feto, e com uma das mãos sobre o abdome e um cronômetro na outra, avaliou a frequência, a intensidade, a duração das contrações, e teve, portanto, impressão pessoal e direta do estado da dinâmica uterina. Logo após avaliar a dilatação do colo do útero, observou que as contrações uterinas eram curtas, de pouca intensidade, que se repetiam a grandes intervalos, caracterizando um quadro de discinesia contrátil (contrações irregulares e ineficientes).
>
> Este quadro torna o parto prolongado (aquele cuja duração excede de 18 a 24 horas), a parturiente fica exausta, seu psiquismo se ressente, levando-a a inquietude, havendo um aumento da tensão emocional que inibe as contrações uterinas espontâneas por meio de mudanças dos níveis de catecolamina (adrenalina) endógena.
>
> O trabalho de parto, que teve uma evolução difícil, foi doloroso e se prolongou por cinquenta horas.[4]

A morte do bebê foi consequência direta do sofrimento por que passou no prolongado trabalho de parto. Para reduzir a agitação e as dores de D. Isabel, depois de confirmado o infortúnio, o Dr. Feijó recomendou a inalação pela princesa de uma pequeníssima dose de clorofórmio. Os quatro obstetras tentaram sem êxito a expulsão fetal. Fizeram inúmeras tentativas aplicando o fórceps de Simpson (instrumento destinado a prender e puxar a cabeça do feto). O próprio imperador chegou a manipular o instrumento. Por fim, foi necessária uma craniotomia, procedimento rotineiro na época. Às duas horas e meia da madrugada do dia 28 de julho de 1874, finalmente, conseguiram extrair o feto. É de se imaginar o tamanho do sofrimento de Isabel. E o pavor que sentiu ao ver vários homens, inclusive o pai, sobre ela debruçados, tentando aliviar-lhe a dor, com um fórceps nas mãos. Pior, sem anestesia. Dez anos depois do casamento, de tentativas fracassadas e alarmes falsos, sua primeira filha não conseguiu sobreviver.

O pai decepcionado escreveu sobre o trágico parto:

> Nossa filhinha era muito bonita, tinha grande quantidade de cabelos louros, de que vos envio aqui uma pequena mecha, cortada por madame de Barral, para que a mostreis às irmãs; grandes olhos cor dos meus, e era extraordinariamente comprida [51 cm] mas bem-proporcionada.[5]

A propósito, tocada pelo sofrimento da filha, anotou a imperatriz Teresa Cristina em seu diário: [...] "depois de horríveis sofrimentos, deu à luz uma menina, mas morta. Ela comportou-se com uma coragem incrível".[6]

Lourenço Luiz Lacombe informa que o pequeno corpo embalsamado foi depositado no Convento da Ajuda, mais tarde transferido para o de Santo Antônio, onde um monumento de mármore assinado e datado pelo escultor E. Bazzini, 1876, representando um anjo carregando uma criança, conservou-lhe a memória[7] .

Todo o resto do ano de 1874 para Isabel e Gastão foi de recuperação. Continuava a perturbar a cabeça da princesa a chamada Questão Religiosa. Isabel e Gastão, no entanto, não desistiram de tentar novamente um herdeiro.

Uma carta escrita pelo conde d'Eu ao pai, em Petrópolis, em 27 de janeiro de 1875, pleno verão, conforme informação de Roderick Barman, nos mostra o estado psicológico da princesa:

> Estamos tristes por constatar que ele [o verão] não produziu nenhum efeito favorável sobre a saúde de Isabel. Pelo contrário, ela teve uma volta da pequena secreção que chamou a atenção do [Dr.] Depaul e das quais [sic] ele a livrou. Como ela tem declarado

> uma antipatia, na minha opinião exagerada, por todos os médicos brasileiros, seu desejo é voltar à Europa para ir uma vez mais a Luchon. Mas, naturalmente, o imperador não tem a menor intenção de autorizá-la, preocupado que está com a sua própria viagem [à América do Norte e à Europa]: consequentemente, surgiu a ideia de chamar Depaul ao Brasil.[8]

Em meados de abril, o Dr. Feijó constatou que a princesa Isabel estava grávida novamente, e já no curso do terceiro mês. Não foi uma gravidez fácil, é de se supor. Ela escreveu ao marido:

> O nosso pequenino se espreguiçou muito, e a condessa de Barral sentiu claramente o movimento. Meu Deus! Como eu queria que o mês de outubro já tivesse chegado e passado! E passado como nós queremos que passe!!! Reze por nós a Nosso Senhor e a todos os que estão no Céu![9]

O conde d'Eu explicou a situação ao pai, duque de Némours, em 2 de agosto:

> Seu estado piorou com o decorrer das semanas. Ela não só chora e se lamenta sem causa como não quer que lhe dirijam a palavra nem que falem na sua presença, de modo que todos em casa ficamos reduzidos ao silêncio. Hoje, embora não esteja sofrendo fisicamente, ela não quis sair do quarto (à 1h da tarde) porque queria almoçar sozinha e que suas camareiras não tivessem motivo para entrar. Uma breve permanência em São Cristóvão ajudou um pouco, mas ela seguiu lamentando-se e dizendo que não tem força para sobreviver a esse parto.[10]

O medo de outro insucesso a fez desejar ter junto a si o médico francês Dr. Depaul. A este respeito, escreve o conde d'Eu a seu pai:

> Pelo lado pessoal, o imperador, como de hábito, é totalmente contrário a trazer quem quer que seja da Europa. Mas será necessário que ele passe por isso, porque Isabel teima absolutamente em ter Mme. de Soyer que nos foi tão *útil no ano passado e o Dr. Depaul* e se considera (com exagero, na minha opinião) como fadada ao maior perigo se ela não os tiver.[11]

No período desta sua segunda gravidez, Isabel passou pelo que poderia ser considerado um quadro depressivo, diagnosticado como histerismo, por seu médico assistente.[12]

No começo de setembro, Gastão de Orléans devia estar aflitíssimo. Sua esposa, como ele contou ao duque de Némours, "me assustou com seu desespero e suas ideias sumamente funestas, alternando a insônia com períodos de obstinado mutismo que duram horas".[13]

E, diante desse quadro, Isabel comunicou ao marido que não queria mais ser atendida por um médico brasileiro naquele segundo parto. Preferia trazer da França o Dr. Depaul. Não seria fácil. Novamente houve gritaria que se espalhou pelos jornais e entre médicos brasileiros. Por que

um médico francês?

Pelo que deduziu Barman, o conde d'Eu procedeu com paciência, amabilidade e determinação exemplares no episódio. Em junho, encarregou-se da ingrata missão de informar ao Dr. Feijó, seu médico pessoal, que havia chamado o Dr. Depaul da França, e para tanto obteve a aquiescência, se não o consentimento, do imperador.

Jean Anne Henri Depaul tratava-se de um hábil obstetra francês, professor da Faculdade de Medicina, membro da Academia de Medicina de Paris, presidente da Academia de Medicina da França e discípulo do célebre obstetra francês Paul Dubois.

A bordo do vapor francês *Orénoque*, o Dr. Depaul chegou ao Rio de Janeiro, especialmente para assistir a princesa, em 24 de setembro de 1875. Veio acompanhado da esposa, de um filho e de sua auxiliar, a experiente enfermeira, Mme. Soyer. O quarteto foi recepcionado pela condessa de Barral.

A tal respeito o conde d'Eu escreveu em 14 de setembro de 1875 ao ex-preceptor Gauthier:

> Este convite a um sábio estrangeiro será muito malvisto pelos brasileiros em geral, e talvez atraia sobre nós censuras muito amargas. Por isso tomamos agora a resolução de nos isolar para evitar de falar nesse assunto desagradável.[14]

O conde d'Eu também escreveu sobre o barulho da imprensa a propósito da vinda do especialista parisiense, em carta 27 de setembro, ao seu pai, o duque de Némours: "Os jornais continuam a discutir a vinda de Depaul, envio-lhe um exemplar abordando essa crítica: mas graças às nossas outras preocupações ficamos muito indiferentes a estas ofensas." Uma dessas críticas era do jornal satírico de publicação quinzenal chamado *Os Ferrões*, fundado por José do Patrocínio e Demerval da Fonseca, que começou a circular em 1º de junho de 1875.[15]

Afinal, às quatro horas e cinquenta minutos da manhã de 15 de outubro de 1875, quando o casal comemorava 11 anos de casamento, nasceu o tão esperado herdeiro. Já no dia anterior, Gastão d'Orléans havia escrito apressadamente a D. Pedro II:

> De repente, quando Isabel se achava muito alegre, ocupada em mandar fabricar sorvetes, sentiu-se molhada e, levantando-se, a água com efeito caiu sobre o soalho. Depaul por acaso achava-se presente. Mandou que ela se deitasse, o que feito, examinou-a. Recomendou que não se mexesse e retirou-se, dizendo-me, ainda no jardim, que tudo vai bem e que ainda fica água suficiente. Não há dores.[16]

O doutor Cleomenes explica que “a princesa Isabel queixou-se ao conde d’Eu de um endurecimento indolor da parede abdominal [contrações de Braxton-Hicks] e da saída de líquido pelos genitais externos”.[17]

Aproximadamente às dezesseis horas e cinquenta minutos do dia 14 de outubro, a princesa entrou em trabalho de parto, que durou nada menos do que 13 horas. “Nada dava mais dó que o estado emocional do conde d’Eu”, contou Depaul a um jornalista francês. Em seu relatório, o médico comentou sobre o casal Isabel e Gastão:

> Amam-se como dois burgueses [...] Ansioso, agitado, um suor frio a escorrer-lhe pela testa, o conde, em largas passadas no quarto ao lado, a todo instante, vinha beijar a mão da princesa tentando incutir-lhe coragem, o que era desnecessário; de minuto a minuto interrogava-me.[18]

O Dr. Depaul notou que o feto estava na rara situação transversa, dorso inferior. E, não conseguiu virá-lo. O obstetra francês, naquele momento de aflição, procurou socorrer-se de imediato convocando o hábil e competente professor Saboia – Vicente Cândido Figueira de Saboia, o visconde de Saboia, também obstetra.

O médico francês conhecia o livro de autoria do Dr. Saboia —*Traité Théorique et Pratique de la Science et de L’Art des Accouchements*, um tratado sobre partos, escrito em francês e editado em Paris, em 1873, com 824 páginas. A publicação era adotada em faculdades europeias.

Prontamente, o Dr. Saboia compareceu ao Palácio da Princesa Isabel em Petrópolis, examinou a parturiente e, com feliz manobra obstétrica, conseguiu virar o bebê e fazê-lo nascer, na madrugada daquela sexta-feira, 15 de outubro.

Logo, o segundo conde de Lages, Alexandre Vieira de Carvalho, que exercia funções na família desde o casamento da princesa imperial, transmitiu pelo telégrafo para o Rio de Janeiro a grande notícia: “Sua Alteza imperial acaba de dar à luz um príncipe.”[19]

Era D. Pedro de Alcântara, primeiro filho de Isabel e príncipe do Grão-Pará (assim denominado em homenagem à maior província do Brasil, que então englobava os atuais estados do Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará e Maranhão). O título estava previsto na Constituição Política do Império do Brasil, jurada por D. Pedro I a 25 de março de 1824.

O parto, sofrido e demorado, também requereu aplicação do fórceps, em vista do tamanho da cabeça e do peso do recém-nascido — 4,555 kg. Agitada, exaurida, a princesa teve febre, língua seca, halitose e pulso acelerado, como sintomas de seu esgotamento.[20]

Pelas informações do doutor Cleomenes, Pedro nasceu cianótico, asfixiado, deprimido, com a face edemaciada (inchada), banhado por um líquido amniótico tingido de mecônio. Além disso, inerte, sem dar sinal de vida, parecendo morto. Logo após o corte do cordão umbilical pelo Dr. Depaul, foi envolto em um lençol pela enfermeira Soyer e levado celeremente para outro quarto. Mantendo-o aquecido, ela enxugou rapidamente a sua pele, e o colocou com a cabeça voltada para um dos lados e baixa em relação ao tronco para facilitar o escoamento das secreções; por meio de enérgica ginástica respiratória tentou reanimá-lo.

Como havia sido um parto trabalhoso, com muitas manobras obstétricas, houve lesão do plexo braquial inferior (onde tem origem um conjunto de nervos dos membros superiores) esquerdo do recém-nascido. Segundo a condessa de Barral, essa lesão, que causou inércia do membro superior esquerdo do príncipe, teria sido causada pelo esmagamento dos músculos do ombro, ou pela fissura da clavícula ou do úmero.

Posteriormente, foi atribuída à paralisia do nervo radial. Ao examinar o recém-nascido, 24 horas após o parto, o Dr. Depaul constatou a paralisia no braço esquerdo, mas assegurou ser transitória, porque o fórceps não deixara nenhum vestígio. Na realidade, houve comprometimento da sétima e oitava raízes dos nervos cervicais (do pescoço), determinando paralisia do antebraço, da mão e dos dedos. Essa paralisia obstétrica, em que o braço, mão e dedos estão sempre em extensão, é denominada de paralisia de Klumpke.

D. Pedro de Alcântara não conseguia fechar a mão esquerda, não conseguia segurar nada, era inerte, tendo aparência de estátua. Chamado carinhosamente de Baby, ficou conhecido, em função dessa deficiência física irreversível, pelos apelidos maldosos de “Mão Seca”, “Mão Atrofiada” e “Maneta”.

Muitos anos depois, o príncipe D. Pedro Gastão, filho do primogênito de D. Pedro de Alcântara, neto de Isabel e Gastão, deixou um comovente depoimento sobre o pai:

> A simplicidade da vida de meu pai começou no próprio dia do nascimento, descrito por meu avô, o conde d’Eu, em carta ao duque de Némours, seu pai, e é impressionante verificar-se que quem nascia era o filho da princesa herdeira, neto do imperador, e que iria ser, na linha de sucessão, o futuro imperador. Mas assim mesmo foi como se se tratasse do filho de uma família qualquer. Bem sei que a bacia era de prata e o castiçal de ouro. Mas quem segurava a princesa eram o marido e a condessa de Barral. O imperador, empunhando a vela, deixou pingar cera derretida na perna da filha que lhe dizia: Papai está me queimando! A criança nasceu com 4,555 kg. Parecia morta. Na confusão que se seguiu, derramaram uma bacia de água quente que escaldou o pé do imperador.[21]

A condessa de Barral, recordou, em carta de 1886, esses episódios:

> [...] como me lembro de todas as emoções pelas quais passamos quando o querido Baby Pedro nasceu e que parecia quase asfixiado, quando madame de Soyer lhe insuflou ar na boca e lhe fez cócegas com uma pena no nariz e lhe deu um banho quente! Eu quase que pelo as pernas do imperador porque fui eu que fui buscar água fervendo na cozinha, pensando que ninguém faria tão depressa como eu! E quando abri a porta Sua Majestade saía do quarto, e eu esbarrei nele! Agora rio quando me lembro, mas então, nem perdão lhe pedi.[22]

Por fim, o Dr. Depaul regressou à França, três semanas após o parto, em 4 de novembro de 1875, levando mais de 15 mil francos que recebeu pelas consultas à clientela aristocrática que correu ao seu consultório durante a curta estadia que teve em Petrópolis. Além, claro, dos altos honorários do parto e de todas as despesas pagas. Conseguira, ainda, manifestação de alguns membros da classe médica que lhe ofereceram banquete, mas sem a presença da obstetrícia oficial e da palaciana.

Na sua primeira carta ao pai, em 21 de novembro, depois do nascimento de seu herdeiro, escreveu D. Isabel: "Todos vamos muito bem. O Pedrinho foi ontem comigo fazer sua primeira visita à Igreja e comportou-se como um anjinho."[23]

Em 10 de dezembro de 1875, em Paris, o Dr. Depaul concedeu uma infeliz entrevista ao jornalista Adrien Marx do Jornal *Le Figaro*, sob o título: "Le Docteur Depaul au Brésil", em que declarou:

> Após o evento, meu apartamento continuou lotado da manhã até a noite, e eu fui obrigado a dar consultas, apesar da minha determinação contrária. Em menos de oito dias, foram depositados mais de 15.000 francos sobre a minha mesa.

Era preciso celebrar solenemente o batismo do príncipe do Grão-Pará. E assim foi feito, numa quinta-feira, 2 de dezembro de 1875, data do quinquagésimo aniversário de D. Pedro II, na Capela Imperial do Rio de Janeiro, pelo bispo capelão-mor, D. Pedro Maria de Lacerda, o menino recebeu o nome de Pedro de Alcântara Luiz Felipe Maria Gastão Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orléans e Bragança. Foram padrinhos os avós Pedro II e D. Teresa Cristina. Após a cerimônia de batismo entoou-se solene *Te Deum* executado pela orquestra dirigida pelo maestro Bussmeyer.

Mais tarde, mostrando preocupação com o defeito físico no bracinho esquerdo de Baby, o conde d'Eu escreveu ao seu pai: "Fraqueza no braço esquerdo cuja persistência nos inquieta um pouco."[24]

O tratamento médico preconizado para esse defeito consistia em sessões de choques elétricos no braço esquerdo, objetivando estimular os

nervos. Todos os tratamentos realizados no Rio de Janeiro e na Europa não deram certo, pois tratava-se de uma lesão irreversível, ficando D. Pedro de Alcântara com o defeito físico por toda a vida.

A seu antigo preceptor Gauthier, o conde d'Eu revelou: "Quanto a mim teria preferido, como sabeis, uma menina, mas também conformo-me muito bem com esse garoto e sinto-me muito feliz."[25]

A princesa, por sua vez, escreveu ao duque de Némours: "Abençoai, meu querido Pai, nosso caro bebê e em vossas orações [...] não vos esqueçais de pedir ao bom Deus que o seu bracinho se restabeleça. É o único ponto negro que perturba nossa alegria."[26]

O nascimento de D. Pedro de Alcântara foi comemorado com um baile oferecido pelos príncipes no seu Paço Isabel, a 5 de dezembro. Depois do parto, a temporada na serra transcorria amena e calma, como relata a própria princesa:

> A vida aqui deixa mais tempo para tudo. *Avis au Lecteur*: De manhã, levanto-me às seis e meia e passeio, a maior parte das vezes de carro. Almoçamos às nove e jantamos às quatro. Do meio dia às três, enquanto o Bebê dorme, é que posso melhor ler, escrever ou desenhar. Depois do jantar tornamos a sair e à noite divertimo-nos com Bebê, todos sentados a uma mesa no seu bilhar, lendo, vendo pinturas, contando histórias de que Bebê já gosta muito – ou distraindo-nos de qualquer outro feito. Às sete e meia o caturra vai tomar seu leite e pão com manteiga; eu o fricciono e, afinal, dorme. Nós, grandes, tomamos nosso chá e afinal também vamos dormir lá pelas nove e meia.[27]

Isso porque, além de embalar o filho nos braços depois de tantas esperanças perdidas, Isabel estava tranquila com a solução da Questão dos Bispos.

> A previsão do conde d'Eu se realizou. Em fevereiro e em julho de 1874, os dois bispos foram julgados e condenados. O imperador comutou a sentença de quatro anos de prisão com trabalho forçado por uma reclusão simples.[28]

Porém, o gabinete Rio Branco caiu em junho de 1875. Seu sucessor, o duque de Caxias, estava decidido a pôr fim à Questão Religiosa e impôs um compromisso ao imperador:

> [...] anistia geral a todas as pessoas e atos envolvidos na disputa e, a seguir, o núncio apostólico no Rio de Janeiro suspenderia as interdições. Embora D. Pedro II tenha protestado até o último instante, o necessário decreto foi promulgado em 17 de setembro de 1875.[29]

A concessão de anistia foi amplamente atribuída à influência de D. Isabel. *O Mequetrefe*, revista semanal, chegou a publicar uma charge intitulada *A anistia*, na qual o perfil da princesa eclipsava o Sol, onde estava inscrito

"Liberdade". Essa convicção se disseminou de tal modo que levou D. Pedro II a escrever um enfurecido protesto ao chefe de do gabinete: "A leitura dos periódicos destes dias obriga-me a insistir na necessidade de declarar, o que é verdade, que minha filha em nada influiu no meu ânimo nem procurou influir para a anistia."[30]

> O monarca tinha razão. Nem a princesa nem seu marido se posicionaram publicamente a favor dos bispos. Sem dúvida, para os maçons e seus aliados, suas práticas religiosas a identificavam com a causa dos bispos.[31]

Em sua pesquisa, a historiadora Maria Luiza de Carvalho Mesquita constatou que grande parte da intelectualidade que escrevia nos jornais era maçom, mas a principal voz que se levantou contra Isabel foi a de Saldanha Marinho, grão-mestre da maçonaria. Jornalista e político liberal, redator do *Diário do Rio de Janeiro*, cuja assinatura encabeçava o *Manifesto Republicano de 1870*, escreveu, sob o pseudônimo de Ganganelli, uma série de artigos com o título "A Igreja e o Estado", reproduzidos em vários jornais, responsabilizando a princesa. Em 23 de setembro de 1875, *O Mequetrefe* publicava:

> Interpelando o governo a respeito do decreto imperial que anistiou os bispos e governadores de Olinda e Pará, o distinto Sr. Silveira Martins disse na câmara temporária que S. A. I. a Srª Princesa Isabel prometera a Deus a soltura dos bispos para que Deus lhe concedesse um parto feliz; disse que S. A. I. passa o dia a varrer igrejas, andando descalça e fazendo penitência [...]; e que educada sob a pressão do mais revoltante fanatismo, a futura imperatriz do Brasil, governando, renovará neste desgraçado país o reinado de Maria, a Doida!

Semanas depois, era no *Diário do Rio de Janeiro* que vinha a crítica: "[...] A influência da princesa para a decretação da miserável anistia, concedida a condenados por sentença, não pode ser decentemente negada. [...] As lágrimas derramadas por Sua Alteza, as mortificações que ela sofria por verem seus protegidos enclausurados eram sabidas por todos.[32]

---

1. PRINCESA ISABEL, 1905 ou 1908.
2. LACOMBE, 1989, p. 184.
3. SIMÕES, 2010, p. 31.
4. SIMÕES, 2010, p. 31.
5. LACOMBE, 1989, p. 184 (carta ao duque de Némours, de Laranjeiras, 31 de julho de 1874).
6. LACOMBE, 1989, p. 184.
7. LACOMBE, 1989, p. 184.

8. BARMAN, 2005, p. 186.
9. BARMAN, 2005, p. 187.
10. BARMAN, 2005, p. 187.
11. MESQUITA, 2009, p. 56 (carta de 20 de abril de 1875).
12. MESQUITA, p. 56 (carta de 6 de setembro de 1875).
13. BARMAN, 2005, p. 189.
14. LACOMBE, 1989, p. 185.
15. SIMÕES, 2010, p. 42.
16. BARMAN, 2005, p. 190.
17. SIMÕES, 2010, p. 42.
18. LACOMBE, 1989, p. 186-187.
19. SIMÕES, 2010, p. 45.
20. SIMÕES, 2010, p. 45.
21. LACOMBE, 1989, p. 186-187.
22. BARRAL, condessa de. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977, p. 252.
23. SIMÕES, 2010, p. 52.
24. BARRAL, 1977, p. 129.
25. LACOMBE, 1989, p. 187-188 (carta de Petrópolis, 28 de outubro de 1875).
26. LACOMBE, 1989, p. 187-188 (carta de Petrópolis, 22 de setembro de 1875).
27. LACOMBE, 1989, p. 189-190 (carta de Petrópolis, 7 de novembro de 1877).
28. BARMAN, 2005, p. 185.
29. BARMAN, 2005, p. 185.
30. BARMAN, 2005, p. 185. *D. Pedro II a Luís Alves de Lima, duque de Caxias*, 19 de setembro de 1875.
31. BARMAN, 2005, p. 185.
32. *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de outubro de 1875.

[capítulo XIV]

1876 | 1877

A segunda regência



No mês de março de 1876 a bordo do navio *Helvetius*, Pedro II e Teresa Cristina embarcaram com destino a Nova York, na segunda viagem imperial ao exterior. Nos Estados Unidos, o objetivo era inaugurar a Feira da Filadélfia, comemorativa do centenário da independência dos EUA, em companhia do presidente americano Ulysses S. Grant. D. Pedro II visitaria depois o Canadá e seguiria para a Europa para cumprir um itinerário de fôlego: Portugal, França, Suíça, Bélgica, Holanda, Escócia, Inglaterra, Áustria, Alemanha, Grécia, Turquia, Jerusalém, Rússia, Noruega, Suécia e Dinamarca. Viagem repleta de emoções e demorada.

Durou um ano e meio.

Pela segunda vez deixava o trono aos cuidados de Isabel. E, para ajudá-la, contava com o duque de Caxias (já perdoado por abandonar o cenário de guerra no Paraguai). O duque ficou não só na chefia do gabinete conservador, como acumulou os cargos de senador e ministro da Guerra.

Aos 74 anos, cabelos totalmente brancos, fatigado pelos consecutivos conflitos militares de que participou ao longo da história do país, disse que aceitou a chefia do gabinete como um sacrifício pessoal, uma deferência a D. Pedro II. E se, por direito, Caxias era o chefe de governo, a eminência parda do império era mesmo o senador João Maurício Mariani Wanderley, o barão de Cotegipe, todo-poderoso ministro da Fazenda, que dividia com outro senador, José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, o controle absoluto do Partido Conservador. E, em consequência, do governo imperial.

A imprensa divulgou que, oficialmente, o motivo principal da viagem de D. Pedro em 1872 era o estado de saúde da imperatriz Teresa Cristina. Mas o monarca também tinha intenções de consultar médicos, embora estivesse mesmo interessado em conhecer tantos e quantos diferentes lugares conseguisse. Era da sua natureza. Além disso, o governo considerava importante a presença do imperador na Exposição da Filadélfia, onde o país estaria representado.

Porém os liberais, já há algum tempo na oposição, não deram trégua ao imperador. Achavam que o monarca se ausentava em péssima hora, quando a lavoura pedia socorro e a situação das finanças era temerária, muito em função da baixa do câmbio e da dívida externa.[1] Houve, ainda, o infortúnio de Irineu Evangelista de Sousa, o barão e visconde de Mauá. Comerciante, armador, industrial e banqueiro, ele quebrou, arrastando um passivo altíssimo. Falido, pediu moratória por três anos. Vendeu tudo o que tinha, juntou 60 milhões de dólares, pagou as dívidas e limpou seu nome. Irineu era respeitado pelos banqueiros ingleses, como "o único banqueiro confiável do Hemisfério Sul".[2]

No mesmo dia da partida de D. Pedro II para a Europa, o jornal *A Reforma* publicou um longo artigo de advertência à princesa Isabel, do qual a professora Maria Luiza de Carvalho Mesquita selecionou trechos que explicam os temores que corriam pela Corte, em relação ao novo governo de Isabel:

> Dirigimo-nos à excelsa princesa que, por força das circunstâncias, acha-se prematuramente incumbida dos cuidados do governo, com todo acatamento que nos merecem seu sexo e

> suas distintas virtudes. Somos, porém, forçados a dizer-lhe a verdade, sem rebuços, sobre a situação em que lhe cabe assumir a direção de um vasto país onde a centralização governativa tornou difícil e comprometedora a tarefa de governar. Vai S.A. Imperial encontrar-se em frente a dificuldades maiores e de uma solução mais complicada do que aquelas que teve que lutar durante sua primeira regência. Naquela, uma ideia exclusiva ocupava a todos os espíritos e desviava a atenção pública de quaisquer pensamentos secundários. Tratava-se então da reforma do elemento servil e era tão generoso o sentimento de que ela procedera, que perante ele calavam-se todas as considerações relativas ao futuro econômico do país.
>
> […] Hoje cabe a S.A. Imperial missão mais árdua e da qual aguarda o país resultados que diretamente interessam ao seu progresso e a sua prosperidade.
>
> […] Para S.A. Imperial começa uma era que pode imortalizá-la ou ligar o seu nome a uma situação fecunda em dolorosas recordações. […] Qual foi, perguntamos nós, a questão de interesse fundamental para o país que S.A. Imperial recebeu firmemente resolvida das mãos de seu augusto pai? A econômica? Política? Imigração? Recursos?[3]

A segunda regência de Isabel foi mais longa – 18 meses, entre 26 de março de 1876 e 27 de setembro de 1877. Após 11 anos de casamento, nascera, em outubro de 1875 – cinco meses antes de assumir a regência –, o filho Pedro, príncipe do Grão-Pará, o segundo herdeiro, depois da mãe, na ordem de sucessão. O conde d'Eu passara a ter direito constitucional ao título de imperador e a princesa assumira o trono na plenitude de sua condição de chefe de Estado. Ninguém pensou no fato de que, depois de dois partos bastante complicados, a princesa iria pegar no batente logo depois de seu primogênito completar cinco meses. E, muito embora ela se dispusesse a desempenhar corretamente seu papel, teria sua atenção também absorvida pelo filho. Isabel referiu-se ao assunto em carta ao pai: "Desta vez tenho meu filhinho que me faltava da outra. Papai sabe como é bom ter-se um bom filhinho, e quanto distrai ver os progressos constantes de uma criança a quem tanto se ama e como o tempo passa depressa!"[4]

Mais uma vez, assumiu o trono diante de preocupações e dúvidas sobre sua capacidade de governar. Evidentemente, o conde d'Eu também era motivo de críticas da imprensa. *O Mequetrefe*, por exemplo, frequentemente o usava como exemplo de avarento, em piadas, além de explorar o fato de Gastão e o imperador não se amarem mais tanto assim.

Como na primeira regência, Pedro II deixou instruções para a filha. Com menos páginas do que a primeira e com algumas observações e recomendações:

> A minha Filha
> Meu grande empenho é a liberdade das eleições. Para isso tenho sempre lembrado a boa escolha de presidentes. Foram até consultados Conselheiros d'Estado. Que não quiseram aceitar esse encargo.
>
> Creio que o Ministério zelará pela execução da nova lei de eleições; mas é indispensável

que as autoridades não contradigam esse desejo por seu procedimento mais ou menos desleal. Toda a vigilância e diligência do governo é pouca.

Não sei qual seja o resultado das eleições; mas, se ele permitir que o poder volte aos liberais estimá-lo-ei. O que eu almejo é que os Ministérios se sucedam pela opinião da maioria da câmara.

[...] Escuso observar que as estradas são o mais importante melhoramento material.

A questão dos bispos cessou; mas receio ainda do de Olinda, quando voltar à sua diocese.

O Registro Civil já está regulamentado em virtude de lei e é apenas preciso fazer executar o regulamento.

[...] Peço-lhe que me dirija somente os telegramas indispensáveis sobre negócios, se não quer que eu ande desassossegado. Não o faça sem consultar primeiramente os ministros. Digo isto, não porque deseje os telegramas a que me refiro; mas por causa do telégrafo transatlântico que não havia durante minha primeira ausência do Brasil.

[...] Veja se as obras existentes não param, ainda que não possam ir todas depressa.[5]

O novo sistema eleitoral se mostraria um fiasco, pois, segundo Maria Luiza Mesquita, embora existisse o bipartidarismo, os partidos não tinham suficiente solidez e disciplina para sustentar o governo,. As dissidências eram frequentes, sendo, portanto, necessário haver uma ampla maioria governamental, para evitar moções de desconfiança, ou a renúncia de um programa mais agressivo de ações. A nova lei não iria garantir o combate às fraudes e a violência nas eleições ocorridas ao final de 1876.

Durante a segunda regência, Isabel enfrentou três grandes crises – a reforma eleitoral, a grande seca no Nordeste e o ressurgimento da Questão Religiosa. Essa última foi responsável pelos ataques constantes que os jornais lhe fizeram durante todo o tempo em que esteve no trono. Em carta ao pai, a princesa afirmava: "A leitura dos jornais é meu pesadelo."[6]

A retomada da Questão Religiosa teve início em julho de 1876, com a publicação de uma encíclica papal endereçada aos bispos do Brasil, na qual foi reiterada a excomunhão dos maçons, além de comunicar a intenção de enviar ao país um monsenhor para tratar do assunto. Saldanha Marinho, na seção "A pedidos" do jornal *Gazeta de Notícias* questionava: "Foi essa encíclica sujeita à consideração de S.A. Imperial? Obteve desse maternal governo o indispensável beneplácito? Ninguém sabe, nem o Sr. Ministro do Império, o quer dizer!"[7]

A resposta a esse questionamento poderia ser encontrada nas palavras de Gastão de Orléans dirigidas em carta ao pai nesta mesma ocasião: "Não tivemos de tudo isso nenhuma comunicação oficial; nós não sabemos de nada além do que está nos jornais, aos quais a encíclica foi, sem dúvida, comunicada por algum bispo." [8]

Em novembro, os ataques a Isabel ganharam força em função de um

boato que dava como certa a expulsão de maçons da irmandade da Igreja da Santa Cruz dos Militares. Saldanha Marinho novamente publicou artigos na *Gazeta de Notícias*, acusando a princesa de ser responsável por ter acatado uma nova decisão da Cúria Romana, provocando um conflito com Caxias, que ameaçou pedir demissão.

A solução do embate teria sido levada por telegrama a D. Pedro II e a resposta do imperador era a de que nada deveria ser feito acerca da Questão Religiosa durante sua ausência.

No dia seguinte, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou um desmentido quanto à intenção de se expulsar os maçons, quanto à existência do conflito entre Isabel e Caxias e também quanto ao envio do telegrama ao imperador, porque este, "na ausência do império não dirigiria os negócios nem tomaria parte na administração do Estado".

O jornal *O Mequetrefe* também acusou a regente de "cavar a ruína da nação" e de manejar o poder pessoal influenciada pela condessa de Barral,

> uma senhora fanática, dama do paço, íntima da regente e dos jesuítas [...] um achado para a diplomacia negra. A condessa de Barral governa e administra o país enquanto o Sr. Cotegipe reina. A regente assina tudo quanto o ministro do império lhe apresenta de acordo com a sua conselheira que está em paz.[9]

Em agosto de 1876, Isabel engravidou novamente, mas no mês seguinte sofreu o segundo aborto de sua vida. Os príncipes haviam optado por ficar mais em Petrópolis, e a princesa só descia à Corte em ocasiões em que sua presença fosse realmente necessária. Por exemplo, no início de junho de 1877, por ocasião da abertura das Câmaras, Isabel foi protegida pelo marido, já que, depois do aborto, não conseguiu sair da cama em Petrópolis. Seu recado à nação foi lido pelo ministro do Interior, e, nos dias que se seguiram, a princesa foi substituída por seu marido em algumas cerimônias oficiais. Isso contribuía para reforçar a imagem de fragilidade feminina e a ideia de que a mulher estava destinada à vida privada, e não à pública. A capacidade de governar da princesa continuava sendo posta em dúvida.

Em 21 de abril de 1876, Isabel e Gastão compraram a casa da rua D. Afonso, nº 2 (atual avenida Koeler, nº 42) em Petrópolis, de propriedade de Rodrigo Delfim Pereira, onde já residiam desde 21 de setembro de 1874. A casa passou a ser conhecida como o Palácio da Princesa. Enquanto isso, nos Estados Unidos, nosso imperador conhecia Graham Bell e se encantava com o novo aparelho de telefone, apresentado na Exposição Universal.

Isabel desceu a serra de Petrópolis para a Fala do Trono na abertura da 1ª Sessão da 16ª Legislatura da Assembleia Geral em 1º de fevereiro de

1877. Abordou a questão da saúde e a disseminação da varíola; os investimentos em educação e infraestrutura; a necessidade de apoio ao setor agrícola; e o orçamento nacional, entre outros assuntos:

> […] O estado sanitário da corte e das províncias é satisfatório. O governo tomou as providências a seu alcance para combater a epidemia, que nos primeiros meses do ano findo acometeu algumas cidades do litoral, e prevenir o seu reaparecimento. Providências mais completas dependem de vosso ilustrado auxílio.
>
> […] A instrução pública continua a merecer do governo a maior solicitude. Foram criadas no município da corte escolas de segundo grau, e as normais, destinadas a preparar professores para o ensino primário de ambos os sexos, terão de ser brevemente inauguradas. Nas províncias este ramo de serviço apresenta sensível progresso, limitado, porém, pela falta de meios de que podem dispor.
>
> […] Prossegue a construção das estradas de ferro D. Pedro II, da Bahia e de Pernambuco, e não tardará que tenha começo a de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Algumas das províncias também estão em andamento; mas o estado precário de paz na Europa tem contribuído para embaraçar que outras autorizadas obtenham capitais estrangeiros, de que necessitam.
>
> São ainda penosas as circunstâncias da lavoura. No período de transição, que ela atravessa, carece de braços livres que se adaptem à organização do trabalho agrícola.
>
> Infelizmente, a lei de 6 de novembro de 1875, que teve em vista proporcionar-lhe alívio e recursos, não tem surtido o desejado efeito. É intuitiva a urgência de considerar atentamente a sorte desta indústria, principal fonte de riqueza pública e particular.
>
> Ser-vos-á presente a proposta de orçamento para o exercício de 1877-1878. O governo procurou reduzir os gastos; não obstante será necessária a decretação de meios que façam desaparecer qualquer desequilíbrio entre a receita e despesa. Causas desconhecidas explicam o fato de não ter a receita pública o algarismo em que foi calculada. Para segurança do crédito nacional, cumpre não confiar unicamente no aumento natural da renda. As obras de viação férrea e outras votadas exigem despesas a que não pode por si só fazer face a receita ordinária. E porque não fora prudente usar largamente dos recursos do crédito, atenta a nociva influência que os empenhos contraídos exercem sobre o presente e o futuro, é de bom conselho atender somente aos melhoramentos que não possam ser adiados.
>
> […] Está aberta a sessão.

Apesar dos esforços, era muito difícil para Isabel convencer a classe política de sua competência administrativa e conseguir apoio. E a Questão Religiosa continuava a incomodar como uma pedra no sapato da princesa. Sobre o assunto, escreveu o conde d'Eu a seu pai, o duque de Némours:

> […] A propaganda antirreligiosa segue na imprensa e se esforça para fazer surgir incidentes que lhe venham em auxílio". […] Anteriormente, anunciaram com estrondo que o ministro do Interior, de acordo com Isabel, lhe havia apresentado um decreto excluindo os franco-maçons das confrarias religiosas, que o presidente do Conselho havia protestado contra, oferecendo demissão e que se havia consultado o imperador por telégrafo.
>
> Em toda essa narrativa não havia uma palavra de verdade: jamais houve questão de medidas contra os maçons nas conversas de Isabel com os ministros. O próprio Internúncio está tranquilamente em Petrópolis há um mês e que eu saiba não entrou em discussões sobre tal matéria. Assim, no dia seguinte, o jornal oficial anunciou que esta notícia era inteiramente inexata. A redação deste desmentido, na minha opinião, não estava bastante

> categórica; também não conseguiu produzir todo o efeito desejado e acalmar inteiramente a agitação causada por esta audaciosa mentira. A polícia soube que se preparava uma demonstração popular para felicitar o presidente do Conselho por sua pretensa atitude e pôde impedi-la. A partir de então, alguns artigos semioficiais demonstraram pouco a pouco o absurdo das notícias inventadas. Mas a prevenção pública sobre esse assunto é tal que o menor passo em falso pode produzir incidentes os mais desagradáveis.[10]

O conde d'Eu ainda iria se referir ao caso em carta enviada a seu antigo professor Julio Gauthier, com quem se correspondia regularmente:

> A princesa é acusada todos os dias de sacrificar a dignidade nacional a seus sentimentos religiosos, que ela, portanto, quase não tem ocasião de manifestar, evitando naturalmente esse assunto de conversação, indo à missa apenas aos domingos, não tendo capelão nem confessor a postos. [...] E o que há de terrível *é que estas retóricas parecem formar um concerto unânime.* Todos os jornais, que como na França [são] diários, e folhas ilustradas estão recrutadas nesta abominável cruzada e repetem as mesmas injúrias.[11]

Das cartas escritas pelo conde deduz-se que o casal tinha plena consciência da campanha promovida na imprensa contra a princesa e do quanto isto afetava a opinião pública. O terceiro reinado não era ainda assunto em pauta, mas a rejeição à futura imperatriz já começava a surgir aqui e ali.

D. Pedro desembarcou no Rio em 26 de setembro, pela manhã. Foi recebido com artigo de *O Globo*: "Voltais ao país, quando todos os que aqui vivemos só temos uma íntima e secreta aspiração: partir, emigrar!" Ainda a bordo do navio que o trouxera da Europa, o imperador havia declarado não ter enviado à filha, ou aos ministros, qualquer instrução sobre os negócios de Estado: "Desejo que se saiba que no correr de toda a minha viagem de 18 meses, não dirigi a S. A. Regente, nem a nenhum dos ministros, um só telegrama sobre os negócios do país." Será que o imperador sabia dos "telegramas" inventados por *O Mequetrefe*? O conde d'Eu confirmou as palavras de D. Pedro:

> Ele não conversou com Isabel ou comigo, nem antes nem depois da regência, sobre política ou os assuntos do Estado. Não nos queixamos disso, pois temos horror à política. Mas não deixa de ser estranho que ele não tenha se informado sobre como se passaram tais e quais coisas durante a sua ausência.[12]

O Protesto, fundado por José de Alencar em 1877, sem periodicidade definida, tinha seus alvos preferidos: o barão de Cotegipe, ministro da Fazenda, conhecido pelas camisas de seda, pelos bons perfumes e pelos charutos; e, também, as regências da princesa Isabel e as viagens de D. Pedro II. Sobre a viagem de D. Pedro II à Exposição Universal, nos Estados Unidos, o jornal contou que, ao ser apresentado a Graham Bell e ao seu invento, o imperador pronunciou, no bocal do telefone, a famosa frase de

Shakespeare: "*To be or not to be!*"[13]

Em 28 do mesmo mês, Martinho de Campos discursou na Câmara. Palavras duras publicadas na *Gazeta de Notícias de* 28 de setembro de 1877:

> Com suas declarações, S. M. quis desaprovar tudo quanto foi feito nos 18 meses de sua ausência. Durante esse tempo a nação esperou a volta de S. M. para que a administração se ocupasse de alguma coisa mais do que o expediente forçado. [...] Qual o papel da regente? A regente achava-se tutelada pelo ministro [Caxias]. Também, durante a viagem a princesa imperial estava sempre em Petrópolis e seu esposo andava sempre por mais longe. O governo foi, pois, do Sr. duque de Caxias e não da princesa Imperial [...]. A declaração imperial é tão inconveniente que dá lugar a discussão.

Novamente, desta vez com base em declaração de seu próprio pai, a regente era criticada. A atitude de Isabel na segunda regência, ao optar pela estratégia do recolhimento, quer por seus problemas particulares, quer pelos constantes ataques sofridos pela imprensa, deu margem a essa avaliação.

A volta de Pedro II trouxe a expectativa de que o país voltaria ao normal e que os problemas seriam resolvidos. Quanto à princesa, após a chegada de seu pai, decidiu se afastar da Corte, juntamente com seu marido, permanecendo mais uma vez na sua querida Petrópolis.

1876

14 de abril de 1876, Paço da Liberdade[14]

Meu querido e bom Papaizinho

Se você tem saudades minhas, também não deixo de as ter suas! Acabamos há pouco com a festa de Igreja. Perdoei 6 réus e comutei 2 penas de morte. É uma das únicas atribuições de que gosto no tal poder! Gostaria também de poder empurrar a melhoramentos do país, estradas de ferro, colonização, etc., etc., mas o carro é pesado e não sei se terei força para ajudar no que for possível. Deus o queira!
Saberá que o Joaquim Nabuco vai ser nomeado adido para os Estados Unidos. Talvez Papai ainda o veja por lá. Petrópolis ainda tem bastante gente. Por lá iremos amanhã depois da aleluia. O Cantagalli cantou no domingo passado e cantará depois de amanhã. O Mathias, o Noel e o Gargolio partem pelo paquete de 16, depois de amanhã. Os meninos Mathias ficam com a avó.
[...]

O pequeno é que continua a passar perfeitamente, e o bracinho e mão vão de melhor a melhor.
Pedro veio cá na quarta-feira e achei-o bom. O Augusto ainda estava um pouco endefluxado. Espero poder vê-los amanhã de manhã cedo.
[...]

Isabel condessa d'Eu
[...]

12 de maio de 1876, Petrópolis[15]

Meu querido Papaizinho

O portador desta carta é o Joaquim Nabuco, que parte no dia 15 para os Estados Unidos. Vai ele diretamente para lá, ou pela Europa, é o que não sei lhe dizer. Logo falarei com ele. [...]
As saudades são menos más, graças a Deus. O Pedrico muito engraçadinho e forte, eu bem e Gaston sempre mais ou menos sofrendo em suas digestões. O tempo está magnífico e muito fresco. Temos tido mês de Maria todos os dias. Eu só falto nas quartas que desço. Fui ultimamente ver no Rio o asilo dos meninos desvalidos em Andaraí que achei em ordem perfeita [...]. O Rufino infelizmente esteve muito mal com uma congestão de pulmão. Deus queira que torne a ficar forte para continuar com aquilo, para que ele tem muito jeito. Lá vi o escultor de Pernambuco que nunca estudou e que por meio de um novo decreto poderá entrar para a Escola das Belas-Artes. Tem muito talento. Visitei igualmente o internato de Pedro II em excelente ordem. O Pedro lá estava na aula de francês. Aí nos demoramos a ouvir os meninos. O mesmo fizemos na aula do Franklin Dória. E o que lhe direi passando a outra ordem de ideias, da comédia: os Médicos, em que o Vale toma a maior parte. Ri-me a não poder mais e só me faltou alguém para me acompanhar. Muito me lembrei de como esse alguém também teria se divertido.
[...]

14 de maio de 1876, Petrópolis[16]

[...]

Ontem oficiou o bispo de S. Paulo de passagem para a Europa e gostou muito da nossa cerimônia. Agradou-me o bispo, mas não chega ao bispo do Pará, nem mesmo a vários dos outros que conheço. Quem me agrada muitíssimo também é o novo bispo nomeado para Goiás. É filho da D. Leonor Saldanha, viúva de um Sá e Benevides. O pobre padre [germânico] estreou o mês por uma bronquite que o fez ficar de cama, mas já está bom.

Adeus, queridinha, muitas e muitas saudades a nosso maninho, e você também aceite o abraço saudosíssimo do nosso [Grand Gasquer] e o desta sua filhinha que tanto a ama.

Isabel condessa d'Eu

3 de outubro de 1876, Paço da Cidade[17]

Meu querido Papaizinho

[...]
Muito e muito obrigada por suas boas cartas e jornal que mais me diverte depois que chegou a Europa. O seu jornal dos Estados Unidos está possuído de um fervor iankee que leva tudo a galope, e mais se parece com telegramas. Não pense, porém, meu bom Papaizinho que não admire assim mesmo como pode tanto escrever, e que não lhe seja o mais grata possível. Perdão, perdão, obrigada, obrigada e mil beijos e abraços bem saudosos desta sua filhinha e amiga e tanto e tanto do coração.

Isabel condessa d'Eu

22 de janeiro de 1877, Petrópolis[18]

Meu querido Papaizinho

Sua última carta é do dia 9 de dezembro do Cairo. Tomara já ter seu jornal da Palestina. Já lá se vai metade da sua ausência! Quem me dera que fosse o todo! por todas as razões. As saúdes por cá são menos más. Gaston em geral vai melhor por causa sobretudo do sossego de Petrópolis, mas ainda tem dias que o seu estômago bastante o atormenta e lhe torna penosíssimo qualquer trabalho.
Eu vou bem. O caturra muito bem. Em mês e meio de Petrópolis aumentou de quatro libras. Já anda só e está muito esperto. O bracinho vai melhorando lentamente. Pedro e Augusto lucraram com os 12 dias que aqui estiveram. Chegaram com o Pacheco no dia 6. De noite tivemos uma árvore de Natal muito bonita e para a

qual convidamos algumas pessoas.
[...]
A política é tão maçante e intrincada que só lhe direi que as Câmaras se abriram nestes dias próximos e que não sei se o Ministério atuará muito tempo Veremos.
[...]

---

1. *A Nação*, 26 de março de 1876.
2. Morreu em 1889, famoso e respeitado na Europa.
3. *A Reforma*, 30 de março de 1876, trechos.
4. MESQUITA, 2009, p. 63.
5. PEDRO II, dom. *Conselhos de D. Pedro II a D. Isabel, antes de sua viagem ao exterior, 25 de março de 1876*. Museu Imperial, Arquivo da Casa Imperial do Brasil, maço 175-doc. 7972.
6. MESQUITA, 2009, p. 63.
7. *Gazeta de Notícias*, 1º. de julho de 1876.
8. MESQUITA, 2009, p. 64 (carta de 3 de julho de 1876).
9. *O Mequetrefe*, 17 de novembro de 1876.
10. MESQUITA, 2009, p. 65 (carta de 8 de novembro de 1876).
11. MESQUITA, 2009, p. 66.
12. DEL PRIORE, 2013, p. 149.
13. *O Protesto*, número 5, 20 de março de 1877.
14. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 3-21(1876).
15. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 3-21 (1876).
16. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 3-21 (1876).
17. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 5-05(1876).
18. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 3-22(1877).

[capítulo XV]

1878 | 1881

A família cresce:
Isabel tem mais dois filhos



No final de abril de 1877, Isabel engravidou novamente e, em junho, já no curso do segundo mês de gestação, sofreu uma ameaça de aborto. Apresentou um sangramento de pequeno volume, espontâneo, contínuo, associado a discreta dor abdominal em cólica, como nos informa o doutor Cleomenes Simões em seu livro. Foi avaliada pelo Dr. Feijó, que a tranquilizou e recomendou repouso total. Com o fim do sangramento e da cólica, a gravidez evoluiu sem outras complicações.

Porém, haveria de enfrentar outros problemas já que, em agosto daquele ano de 1877, ela resolveu trazer novamente ao Brasil o Dr. Depaul,

mestre francês de obstetrícia que havia feito seu parto anterior e que, na ocasião, já tinha sido massacrado pelos jornalistas. Foi chamado de "criador de casos" e "mal-educado". O conde d'Eu escreveu ao pai, o duque de Némours, informando sobre a decisão:

> Quanto ao parteiro, nos decidimos, apesar dos pesares, vir o Dr. Depaul. Isabel faz absoluta questão: ela acredita estar, sem socorro de Depaul, em grande perigo. Embora sem partilhar, com a mesma intensidade, de suas apreensões, devo reconhecer que, sem a presença de espírito e a energia de Depaul, teria nosso filho provavelmente perecido como a sua irmã. E essa dificuldade de parto, já se tendo verificado duas vezes, é de se temer que se reproduza e se torna indispensável a intervenção de uma capacidade superior como a de Depaul.
>
> Vou, pois, tentar tudo para fazê-lo vir. É, porém, bastante desagradável, primeiro, por nos fazer novamente experimentar o fogo das críticas e os ciúmes brasileiros (que encaro, entretanto [com] mais sangue-frio, tendo agora experiência) e depois por ser um enorme sacrifício financeiro e excessivamente indesejável.[1]

O segundo filho do casal, que recebeu o nome de Luís, em homenagem ao avô paterno, nasceu robusto e saudável no Palácio da Princesa Isabel em Petrópolis, às três horas e quarenta e cinco minutos da madrugada de 26 de janeiro de 1878, um sábado, pelas mãos do Dr. Depaul, que chegara da França no dia 10 de janeiro de 1878, acompanhado da enfermeira Soyer. É o Dr. Cleomenes quem relata:

> Fora um parto tão difícil e demorado (período expulsivo prolongado) quanto o primeiro parto, contudo, sem sequelas, e também ultimado a fórceps em feto cefálico, dorso posterior, face anterior (para cima) em consequência da estafa física da princesa, e para eliminar a demora do polo cefálico na escavação da pelve (bacia), pois se torna ominoso (risco de hipóxia) para o feto.[2]

Logo após o nascimento, D. Luís recebeu os cuidados imediatos da enfermeira Soyer. Em 30 de janeiro de 1878, o conde d'Eu comunicou ao pai o sucesso do nascimento de Luís:

> Isso não se passou sem emoção e nos sentimos muito felizes, tão gratos e alegres. Ter dois filhos sadios, depois de todos os contratempos, que me fizeram perder a esperança de paternidade, ultrapassou o que ousara esperar. Estamos, no entanto, desapontados de não termos uma filha! Se fosse mulher deveria se chamar Maria Amélia Victória Margarida.

O Dr. Depaul e a enfermeira Soyer retomaram a Paris em 15 de fevereiro. Não sem antes sofrerem as consequências da fatídica entrevista dada ao jornal francês *Le Figaro*, dois anos antes, após o primeiro parto da princesa. Sem o menor constrangimento, naquela entrevista, o Dr. Depaul havia acabado com a reputação dos médicos brasileiros. Os jornais brasileiros publicaram protestos. Toda essa situação deixou o casal d'Eu angustiado e

deprimido. A respeito, o conde d'Eu escreveu, em 20 de fevereiro de 1877, a Julio Gauthier:

> O pobre Ms. Depaul acaba de partir para sua viagem. Ao invés de ser acolhido cordialmente, como vocês supunham, ele viu seu mérito e até sua boa reputação serem atacados de uma maneira rude pelos colegas indignos que se escondiam atrás da máscara do anonimato. Talvez meu pai possa fornecer detalhes sobre este incidente triste que nos aborrece muito, porque isso dá uma ideia muito infeliz da hospitalidade brasileira.

D. Luís, que passou a ser chamado carinhosamente de Nenê, foi batizado às onze horas da manhã na Capela Imperial no Rio de Janeiro, em 14 de março de 1878, uma quinta-feira. Recebeu na pia batismal o nome de Luís Maria Felipe Pedro de Alcântara Gastão Miguel Gabriel Rafael Gonzaga. Foram padrinhos, o duque de Némours (seu avô paterno), representado pelo conselheiro de Estado e senador do Império visconde de Bom Retiro, e a princesa Czartoryska, Margarida Adelaide Maria de Orléans (irmã do conde d'Eu), representada pela baronesa de Santana.

Luís tinha apenas quatro meses quando seus pais resolveram partir novamente para a quarta viagem à Europa. Era 1º. de maio de 1878. Daquela vez ficariam bastante tempo fora. Tanto que o diário que ela deixou, com preciosas informações, foi escrito em 1880, um ano e meio depois de ter deixado o Rio de Janeiro:

> **9 de dezembro de 1880, Palácio de Caprara, Bolonha**
> Formei o projeto de escrever-lhes o meu jornal já há dias, mas o frio nos quartos tolhe-me os dedos e é só nos quartos da condessa, mais pequenos [sic] e por isso mesmo mais quentes que tenho coragem para começar. Estes grandes, enormes palácios da Itália são todos assim, magníficos por toda a parte, mas calor bem pouco. Partimos de Paris no dia 5 pelo trem das 11 e em um quarto chegamos aqui em casa deles no dia 6 às 4 horas e 40 minutos da tarde.
>
> **13 de janeiro de 1881, Palácio de Caprara, Bolonha**
> Chegamos há pouco da atual Universidade, é imensa como sabe, com magnífica coleção e sobretudo manuscritos curiosíssimos. A carta de Voltaire ao Papa como qualquer fiel e bom católico é curiosa.
>
> De noite fomos ao Coro. Fiasco completo que muito nos divertiu. A peça era insensata.
>
> **Florença, dia 18**
> Missa ao chegar em S. Carlos de fronte do nosso hotel. Ao meio-dia partimos para o Vaticano, ao entrar nesta morada e ao receber para si e os seus a benção do Chefe da Igreja não há creio que nenhum bom católico que não se tinha profundamente comovido. Sua Santidade tratou-nos com a maior cordialidade e agradou-me muitíssimo. Falou-me muito em Papai, que vira em Perúgia, e em Mamãe, que conhecera em Nápoles antes de casada. Sabia da doença do bracinho do Pedro.
>
> **Dia 21**
> Visita à fabrica de mosaicos. Verdadeiros quadros artísticos em que às vezes gastam anos e

> anos. Há 26.000 cores diferentes de que usam. As pedrinhas são composições químicas feitas de propósito para os mosaicos que os artistas aquecem e dão-lhes as formas e tamanhos que querem.
>
> […]
>
> **Dia 28**
>
> Visita à torre inclinada, com a sua renda de colunas, ao Duomo que me agradou muitíssimo assim como ao Campo Santo e ao Batistério. Daí fomos diretamente ao caminho de ferro donde partimos para Gênova às 11 horas e 20 minutos.[3]

Depois de tantos anos sem conseguir engravidar, o corpo de Isabel parecia ter renascido exatamente para isso. Em 1º. de maio de 1878, a princesa Isabel, Gastão e os dois filhos alugaram uma casa em Paris. Queriam ter tempo e calma para procurar o melhor tratamento médico para a paralisia do braço esquerdo do príncipe do Grão-Pará e, também, para cuidar da saúde do conde d'Eu. Porém, durante sua permanência em Paris, a princesa engravidou no início de novembro de 1880. Já daquela vez, não precisou voltar ao Brasil, respaldada pelos doutores Depaul e Noel Guéneau de Mussy, franceses, e Manuel José Barbosa, brasileiro, que, após examiná-la, emitiram parecer convincente contrário à viagem.

Na França, então, nasceu às seis horas e trinta e sete minutos de 9 de agosto, de 1881, uma terça-feira, através de fórceps (para reduzir a perda de sangue da princesa), na mansão alugada da rue de La Faisanderie, 27, bairro de Passy, o quarto e último filho, Antônio, com as seguintes medidas anotadas pela condessa de Barral: Comprimento: 51 centímetros, sendo 28 centímetros da cabeça até o umbigo e 23 centímetros do umbigo até a planta dos pés. A descrição é do doutor Cleomenes Simões:

> Antes das quatro horas da madrugada do dia 8 de agosto, a princesa começou a perder água, como aconteceu nos partos anteriores. Houve rotura espontânea da bolsa das águas, cujo líquido amniótico atravessou o colchão, molhando o enxergão (colchão inferior, isto é, aquele que vai imediatamente sobre o estrado), formando uma poça d' água no chão. Às sete horas e quinze minutos, o Dr. Depaul a examinou e supôs após auscultar os batimentos cardíacos desse feto, que o mesmo seria do sexo masculino, e concluiu que a princesa estava em início de trabalho de parto. A princesa seguiu 24 horas sem dores agudas, e às seis horas e quinze minutos a princesa tomou uma pequena dose de centeio espigado prescrita pelo Dr. Depaul; às seis horas e 27 minutos tomou a segunda dose de centeio espigado, ocasião em que as contrações uterinas se intensificaram, passando então a princesa para a cama de parto. Foi nessa hora, coadjuvada pela condessa de Barral, e pelo Dr. Barbosa. […] A cabeça estava insinuada (encaixada), exatamente igual aos dois partos anteriores, em vez de estar com o dorso anterior, e face posterior, para baixo (de bruços) como é mais frequente. Esse ato se processou em torno de 10 minutos, quando o Dr. Depaul tirou um menino robusto e saudável que foi entregue à enfermeira Soyer para os cuidados imediatos.

D. Antônio — para os íntimos, Totó (ou Totone) — foi batizado em 27 de

agosto de 1881, no oratório particular da residência de seus pais, e recebeu o nome de Antônio Gastão Felipe Francisco de Assis Maria Miguel Gabriel Rafael Gonzaga. A cerimônia do batismo foi oficiada pelo monsenhor André Sisson, vigário da Paróquia de St. Honoré d'Eylau. Foram padrinhos, o príncipe D. Antônio de Orléans, duque de Montpensier (irmão do duque de Némours), seu tio-avô, e a princesa D. Francisca de Orléans e Bragança (princesa de Joinville), sua tia-avó.

O casal, já com seus três filhos, só voltaria ao Brasil em 10 de dezembro de 1881 para encontrar um país bastante mudado. Logo no começo do ano de 1878, os liberais voltaram ao poder, com a formação do 23º gabinete, do visconde de Sinimbu,[4] depois de dez anos de domínio conservador. Em agosto, o ministro da Guerra voltou a avisar os militares que a eles eram proibidas as discussões pela imprensa. Em novembro, o imperador visitou São Paulo.

Havia três assuntos que dominavam a cena brasileira e frequentavam as folhas diárias: as finanças, a colonização e o ensino público. Além desses, os jornais davam grande destaque às experiências do fonógrafo realizadas por Thomas Edison. No aparelho repetiam-se as vozes do canto gravadas num disco. O telefone, por sua vez, era aperfeiçoado. E as primeiras linhas foram instaladas em algumas repartições públicas da Corte: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a Polícia, o Tesouro e o Correio.

Nas livrarias faziam sucesso *O primo Basílio* e *O crime do padre Amaro*. Eça de Queiroz era o autor em evidência. As outras manifestações de arte seguiam tímidas. No início do ano D. Pedro e a imperatriz inauguraram a Exposição da Academia de Belas-Artes. O imperador vestiu o uniforme de almirante e a imperatriz "uma modesta toilette".[5]

Já se percebia que a luta pela emancipação dos escravos aumentava a cada dia. No Teatro São Luís aconteciam as conferências dos abolicionistas. José do Patrocínio, Quintino Bocaiuva e representantes da província de São Paulo discursavam para o público. José do Patrocínio – fundador da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e da Associação Central Emancipadora – era o eloquente orador que inflamava auditórios. Dependente do regime servil, outra luta seguiu seu curso: a dos latifundiários e dos industrialistas. A lei 2040, de 28 de setembro de 1871, prescreveu que seriam libertados, anualmente, em cada província, tantos escravos quanto correspondessem à cota disponível do fundo destinado à emancipação. Mas não bastavam as leis. Indispensável era que fossem obedecidas.[6]

> O país vivia uma evolução social e política. Na ordem do dia estavam as conferências, a oratória popular, a propaganda pela reforma política e administrativa e – com maior ênfase e entusiasmo – a abolicionista:
>
> O assunto frequenta a palavra e a pena de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Quintino Bocaiuva. Surgirá, dali a pouco, a figura do tribuno Rui Barbosa. A *Gazeta da Tarde* (1881) e *A República* (1877) são os órgãos que mais vibram pela causa do escravo. A Sociedade Brasileira contra a Escravidão faz publicar *O Abolicionismo* em número dedicado a Joaquim Nabuco.[7]

José do Patrocínio já era o diretor proprietário da *Gazeta da Tarde*, que defendia claramente a emancipação do escravo. Depois que a mesa da Câmara decidiu que o representante do vespertino não devia entrar no recinto da casa, sua oposição ao governo tornou-se veemente. Suas críticas ao imperador eram desrespeitosas e até cruéis; referindo-se ao estado de saúde de D. Pedro II, escreveu: "Não pode durar mais de cinco anos."

A década de 1880 foi também uma época de profundos desequilíbrios financeiros. A queda no valor das exportações prejudicou a arrecadação dos fundos públicos. Os déficits crônicos levaram o Tesouro a recorrer a empréstimos externos – como os contratados em Londres em 1883, 1886 e 1888 –, às emissões inflacionárias de papel-moeda e aos aumentos de impostos para equilibrar o orçamento público.

Episódio curioso na época foi o surgimento na Corte do Rio, de D. Obá II d'África, o Príncipe do Povo, como se autonomeava.[8] D. Obá II d'África, ou Cândido da Fonseca Galvão, nasceu na Vila dos Lençóis, no sertão da Bahia, em meados do século XIX. Filho de africanos forros, brasileiro de primeira geração, era, ao mesmo tempo, por direito de sangue, príncipe africano. Segundo nos conta deliciosamente o historiador Eduardo Silva, a guarda militar do palácio imperial da Quinta da Boa Vista, certo dia, negou-se a apresentar armas ao príncipe D. Obá II d'África com a devida cerimônia. O príncipe – e alferes honorário – entendia ter direito às formalidades corretas e teria reclamado "em altos brados, as honras militares que lhe haviam sido negadas", sendo, por isso, ameaçado de prisão. O escândalo na porta principal do palácio foi tão grande que o imperador resolveu intervir e chamar o oficial responsável.

> Quando vier aqui o Obá, será melhor apresentar-lhe armas", disse Dom Pedro II.
>
> "Mas, majestade, ele não tem direito, é um maníaco, um louco", argumentou o oficial.
>
> "Por isso mesmo é que não convém contrariá-lo", foi a resposta, e ponto final. "Ele fica satisfeito e nós não nos aborrecemos."[9]

D. Obá nunca perdia as audiências públicas na Quinta da Boa Vista, aos sábados. Ele também aparecia mesmo em ocasiões solenes, no Paço da

Cidade. Embora o alferes fosse considerado uma presença incômoda por muitos contemporâneos, o imperador, levando em conta seus serviços e as honras de seu posto, "ordenava que lhe franqueassem a entrada, apesar dos protestos e do ridículo que isso provocava".[10]

Pelo menos uma vez, em ocasião solene, lhe foi permitido acesso às sacadas do Palácio da Cidade, de onde acenou para a multidão. Outra vez, provocou grande constrangimento na sala do trono quando quebrou o protocolo e surgiu à frente do corpo diplomático, como se fosse um embaixador estrangeiro servindo no Rio de Janeiro. Seu retrato, feito por Eduardo Silva, revela uma figura sensacional andando pela corte na capital do império:

> Vistosamente paramentado, cheio de si, arrastando a espada, inclinou-se reverente diante do imperador e da imperatriz, e beijou-lhes a mão; chegando-se para a princesa, saudou-a com respeitosa vênia; e para o conde d'Eu, que se colocara em plano afastado, acenou um adeusinho, verdadeiramente íntimo e cordial.

D. Obá esteve presente a todas as audiências concedidas pelo imperador de 17 de junho de 1882 (início do registro) até 13 de dezembro de 1884, num total de 125 visitas. Em 14 delas foi o primeiro a chegar ao palácio. Nos dias 29 de julho de 1882 e 1º de novembro de 1884, sem razão aparente, figura como o único visitante.

1879 | 1881[11]

27 de janeiro de 1879, rue de La Faisanderie, 27

Meu querido Papaizinho

Ontem o dia foi cheio. Ficou a carta para hoje. Missa, Conservatório, juntar e soirée em casa de Papai de cá. A condessinha lhe manda o programa de concerto. Fez ontem um ano o Luís! Ele já ficou em pé encostado numa cadeira. Está bem fortezinho. A mãozinha e braço do Pedro continuam a fazer progressos. Fomos hoje com a condessa à Exposição dos prêmios da Loteria Nacional. Há quadros que me agradam muito, mas que infelizmente não me caíram em sorte. Por ora não ganhei nada. Começou ontem a andar a roda.
[…]

30 de outubro de 1879, rue de La Faisanderie, 27, Paris

Meu querido e bom Papaizinho

Gaston lhe escreve por este paquete para lhe pedir uma prorrogação de licença para a nossa estada na Europa por mais um ano. Ele lhes dá as razões e Papai sabe que ele tem juízo. Creia que este pedido nos faz muita pena, e que se o fazemos é porque se trata do futuro do nosso querido Pedrinho. Julgo-o essencial porque mais tarde seria mais difícil por várias razões voltar a Europa. Muita e muita pena tenho, mas não mo recuse meu bom Papaizinho. Sei quanta falta lhe farei, quando se tem filhos ainda mais se sente a falta que se faz a seus pais, mas não se trata agora

de mera viagem, mas sim do Pedro, a quem mais tarde seu braço faria tanta falta física e moralmente!
[…]

9 de dezembro de 1879, 27 rue de la Faisanderie, Paris

Minha querida e boa Mamãezinha

[…]
Estamos numa verdadeira Sibéria.
Hoje de manhã cedo o termômetro centígrado do observatório de Paris marcara 24º abaixo de zero!
Neve geada por toda parte. Nem há meios de removê-la. Contentam-se em tirá-la do meio das ruas e das [ilegível]. Não faz ideia!
[…]

16 de setembro de 1880, Villers-sur-mer

Meu querido e bom Papaizinho

O carro virou conosco três antes de ontem, mas Deus seja louvado! saímos todos incólumes. O cocheiro foi além da porta da casa e querendo virar deu a volta tão curta que o carro tombou. Faço ideia do meu susto sobretudo por causa das crianças. Elas tinham-me ido buscar em Deuville. eu voltava de Chantilly onde tínhamos ido passar uns quatro dias. Que belas coisas há a ver em Chantilly! no último dia o Tio nos mostrou um manuscrito dele, superior ainda ao Gremani de Veneza! E a Virgem com o Menino Jesus de Rafael que ele tem!
[…]

9 de setembro de 1881 27 rue de Faisanderie, Paris

Meus queridos e bons Pais

Esta cartinha é ainda para ambos juntos. Não os quero separar nestas primeiras notícias que lhes dou depois do nascimento do seu sétimo netinho. Já vai sendo um batalhão. Os três caturras vão muito bem, e o Antônio ganha em peso mais de 50 gramas por dia! Os manos gostam muito dele e dão-lhe tantos beijos que muitas vezes o acordam. Felizmente o pequenito tem muito bom gênio, e só chora quando quer mamar. Fica muito tempo no seu bercinho de olhos abertos a olhar todos os lados sem dizer nada. Achamos que se parece com o Pedro. Tem cabelos bastante compridos e muitos, não creio que sejam escuros, um bom nariz mas benfeito, uma boquinha mais pequena do que os olhos que são muito grandes, escuros e acinzentados como o Pedro nos primeiros tempos. Tem mãozinhas muito pequenas e benfeitinhas assim como todo o seu corpinho, já cheio de roscas. Quando nasceu tinha 51 centímetros de comprido, 13 de largura de ombro e pesava 3.780 gramas. Tem já aumentado muito e no fim de 4 semanas pesou 4.620.
[...]

16 de outubro de 1881, 27 rue de Faisanderie, Paris

Meu querido e bom Papaizinho

Já fui à Exposição de eletricidade e o pouco que pude ver em duas horas interessou-me muitíssimo. Decididamente um dia virá, se o mundo não acabar antes, em que se achará o meio de ver ao longe, como agora se ouve ao longe. Lembra-se que assim conversávamos antes de eu vir para cá?
Ouvimos o calor cantar! e os faróis projetando luz na atmosfera de modo a não ser necessário torná-los de um altura extraordinária, e 6 telegramas passando no mesmo fio tão rapidamente que quase parece passar ao mesmo tempo, e o modo de explicar como dois telegramas passam ao mesmo tempo no mesmo fio. Esta última explicação ainda ficou meio confusa no meu espírito e preciso que a ouça de novo. Segunda-feira, amanhã, iremos ouvir pelo telefone a ópera e outros teatros.
[...]

1. SIMÕES, 2010, p. 55.
2. SIMÕES, 2010, p. 56.
3. Arquivo Grão-Pará, Pasta XLI-3-25 (1880).
4. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, primeiro e único barão e visconde de Sinimbu (1810-1906).
5. RENAULT, 1982, p. 131.
6. RENAULT, 1982, p. 136.
7. RENAULT, 1982, p. 153.
8. SILVA, Eduardo. *Dom Obá d'África, O Príncipe do Povo – Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
9. MAGALHÃES JR., 1957, p. 261-262.
10. SILVA, 1997, p. 94.
11. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 3-24(1879); 4-22(1879); 3-25(1880); 3-26(1881)..



THE

TEMPLE OF ART

PHOTOGRAPHIA

DE

CARNEIRO & SMITH

60, Rua dos Latoeiros, 60

RIO-DE-JANEIRO

[capítulo XVI]

1882 | 1887

A vida pública, as críticas dos republicanos e o abolicionismo acirrado



Em 10 de dezembro de 1881 Isabel e Gastão voltaram ao Brasil. Agora, com a família completa: Pedro, Luís e Antônio, os três herdeiros do casal. Três herdeiros ao trono do Brasil. E o país começou o ano de 1882 com um novo gabinete, o 25º, presidido pelo liberal Martinho Campos.[1] Logo em março um acontecimento dentro do palácio iria dar o que falar em todo o Rio de Janeiro. Do dia 17 para o dia 18, joias da imperatriz e da princesa Isabel, avaliadas em quatrocentos contos, foram furtadas do palácio de São Cristóvão. O mais surpreendente é que foram encontradas e voltaram rapidamente às mãos de D. Pedro. Mas o caso virou

escândalo, o único durante todo o reinado a envolver a família imperial. Pasquins como *O Mequetrefe* sustentavam que Pedro II era refém do ex-empregado, que teria sido seu alcoviteiro e o acompanharia em aventuras amorosas noturnas. Por isso, o segredo entre os dois deveria ser mantido. O episódio jamais foi devidamente esclarecido. As joias voltaram para seu esconderijo e o culpado à sua vida normal. Sem punição.

Ainda em 1882 foi lançado ao mar o cruzador *Almirante Barroso*, totalmente fabricado no Brasil, e quando julho chegou, um novo gabinete ganhou o poder, o 26º, sob a presidência do marquês de Paranaguá, um liberal.[2]

Além do café, outro produto ajudava a manter as contas do Brasil no início dos revolucionários anos 1880: a borracha, que chegou a ocupar o terceiro lugar nas exportações brasileiras. Iniciado em 1870, o ciclo da borracha teve o seu ápice entre 1879 e 1912 e terminou quando os ingleses contrabandearam mudas de seringueira para a Ásia, em 1913.

O arcebispo da Bahia dirigiu circular a todos os párocos alertando-os contra Antônio Conselheiro, cuja pregação "estava perturbando as consciências". Ainda estava por vir a lendária Guerra de Canudos, depois de proclamada a República.

O historiador Robert Daibert Jr., biógrafo contemporâneo da princesa Isabel, escreveu um artigo para a *Revista de História da Biblioteca Nacional*, em que conta a este incrível episódio de uma visita do conde d'Eu à Escola Militar, durante uma aula de história universal do professor Alfredo Moreira Pinto, em 18 de julho de 1882:[3]

> No meio da aula, entra na sala uma autoridade. São tempos tensos, e o professor, que se opõe ao regime vigente, aproveita a situação para afrontar o nobre visitante, acusando sua família de responsabilidade por um antigo massacre. Os alunos passam então a assistir, incrédulos, a um acalorado bate-boca – "Isso é que é lição de História!", pode ter pensado um deles. Teria toda a razão…
>
> […] De um lado, Alfredo Moreira Pinto, o professor, republicano convicto. Do outro, o conde d'Eu, o visitante, ilustre membro da família imperial. Bastou um gesto interpretado como descortês pelo mestre para que o conflito viesse à tona.
>
> Assim que entrou na sala de aula, o conde d'Eu não tirou o chapéu. Vindo de um membro da monarquia, o que poderia ser apenas um esquecimento foi tomado como prova da empáfia da nobreza, cujos privilégios irritavam os republicanos. Ofendido, Moreira Pinto resolveu mudar o tema de sua palestra para os alunos da Escola Militar. Começou a falar sobre a sangrenta noite de São Bartolomeu – quando, em 1572, milhares de protestantes foram assassinados, em matança comandada pela casa real francesa. Numa clara provocação, o professor atribuiu a Carlos IX, o jovem rei da França, a responsabilidade de fuzilar pessoalmente, das janelas do Louvre, muitos protestantes fugitivos. Descendente de Carlos IX, o conde d'Eu entendeu o recado e entrou em rota de colisão com o expositor: negou que o rei tivesse sujado as mãos no massacre. Moreira Pinto insistia em sua versão.

> Os ânimos se exaltaram, para deleite da plateia. Até que o professor suspendeu a aula, alegando não admitir contestações no exercício de seu ofício.
>
> Alfredo Moreira Pinto não era um republicano qualquer. Bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II, dedicava-se ao estudo da história e da geografia do país – publicaria obras de referência, como o *Dicionário Geográfico do Brasil* (1884) –, e em dezembro de 1870 foi um dos que assinaram o *Manifesto Republicano*.
>
> A discussão com o conde d'Eu rendeu-lhe uma reprimenda de seu superior. O francês não só era genro do imperador D. Pedro II, como ocupava a posição de marechal do Exército. Por isso, a afronta de Moreira Pinto foi vista como quebra de hierarquia, e ele recebeu um puxão de orelhas do diretor do colégio nesses termos: "Devo prevenir a V.S. que só se vestirá de prestígio e por este modo honrará a Escola, quando, sabendo respeitar a quem deve, conseguir captar o respeito de quem precisa". Inconformado, o professor apresentou seu pedido de aposentadoria. Mas D. Pedro II o recusou.

Para Daibert, o episódio simboliza a crise política que dominava o país antes da proclamação da República. A reação do imperador revelava o seu jeito de fazer política:

> Ao impedir a saída de Moreira Pinto, D. Pedro evitou que o episódio servisse de munição aos adversários da monarquia – ainda mais tendo como palco a Escola Militar, que durante a década de 1880 tornara-se um viveiro de jovens republicanos. Os alunos chegaram a organizar clubes secretos onde cantavam a "Marselhesa", hino da Revolução Francesa. Grande parte deles vinha de famílias pobres e encontrava no colégio uma oportunidade de ascensão social.

A imagem pública do marido da princesa Isabel continuava péssima. Aliás, como sempre. Muitos ainda o viam como ganancioso, avarento, agiota e explorador de aluguéis de cortiços. Era ridicularizado por tudo. Por causa da surdez, não conseguia se comunicar bem: muitas vezes interpretava errado o que lhe diziam e falava muito alto em ambientes que exigiam silêncio. Pronunciava com dificuldade o português, carregado de erres e em tom um tanto choroso. Ainda segundo Daibert,

> [...] nenhum detalhe escapava aos seus opositores. Reparavam até no desleixo com que se apresentava: despenteado, com cabelos arrepiados, botinas sujas, casacas cheias de dobras, cartolas amassadas e calças arregaçadas até os tornozelos. Para piorar, sofria de problemas gástricos e estava sempre doente. Segundo as más línguas, os incômodos não passavam de somatizações devido ao poder de sua esposa, futura imperatriz do Brasil. Desde o início do casamento, pesou sobre ele a obrigação de gerar filhos que pudessem herdar o trono. A longa espera de dez anos até a primeira gravidez da princesa (que só veio em 1874) provocou comentários maldosos a respeito de sua masculinidade. Os rumores, maledicências e boatos ganhavam significado político nas rodas republicanas. Com o objetivo de anular a figura de Isabel, mostravam-na como simples joguete nas mãos do marido. Em São Paulo, o jornal humorístico *O Grito do Povo* foi fundado em 1899 com essa finalidade. O político e jornalista Silva Jardim, o mais exaltado propagandista da República, escolheu o genro do imperador como alvo de violentos ataques. Chegou mesmo a segui-lo em viagem ao Norte do país, buscando neutralizar sua campanha em favor do Terceiro Reinado – proposta que previa Isabel assumindo o trono do pai. Nos discursos mais

inflamados, Silva Jardim chegou a pregar o fuzilamento do conde d' Eu.[4]

Em abril de 1883 chegou ao Rio o jornalista alemão Carl von Koseritz, que já vivia no Brasil desde 1851 e, desde 1858, escrevia para o jornal *O Brado do Sul*, de Pelotas:

> A primeira impressão do Rio não me foi nada favorável. A prevenção contra a febre reinante, o calor quase insuportável, numa época em que já gozamos, no Rio Grande, de uma temperatura fresca, as ondas de carros e "bondes" (carris urbanos, puxados a cavalo), que se cruzam em todas as direções aos cinco e aos seis de uma vez; o trânsito de multidões de pedestres, o grito insuportável dos pequenos vendedores de jornais, tudo contribui para confirmar as vantagens das pequenas cidades. E não é sem razão que o Rio pode ser interessante, mas não agradável. É certo que sentimos aqui pulsar a vida do Império – aqui nos encontramos no ponto central e mais importante dele e vee-se diariamente na rua do Ouvidor os homens que governam o país e conduzem a opinião pública, mas o caráter geral da sociedade local é muito especial e quase que eu dizia frívolo. O Rio de Janeiro é o Brasil, e a rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro – eis uma sentença cheia de verdade. Quem quiser aprender a maneira por que o Brasil é governado e os negócios públicos conduzidos, não tem mais que passear algumas horas por dia na rua do Ouvidor.
>
> […]
>
> O mais modesto de todos é, decididamente, ainda, o imperador. Seu velho palácio na cidade é uma barraca, como o palácio de governo de Porto Alegre, somente cinco vezes maior. Velho, podre, arruinado, maltratado, nunca pintado de novo, está ele ali, em face do cais Pharoux, como um antigo telheiro. É verdade que este chamado Paço da Cidade só muito raramente é utilizado pelo imperador e a sua família, porque ele habita sempre São Cristóvão, mas este último palácio (do qual farei proximamente uma descrição aos meus leitores), não deve ser muito melhor.
>
> Passa-se uma coisa rara, na situação do imperador: ele não possui nenhuma fortuna pessoal nem pode fazer nada para dar brilho às suas residências.
>
> Sem dúvida isto é muito honroso para o homem, mas contribui pouco para dar o necessário prestígio ao imperador.
>
> […] as rendas do imperador são insuficientes para as suas obras de caridade.
>
> […] ele é um senhor de grande coração, amigo e benfeitor dos seus semelhantes, que afasta de si qualquer luxo, para minorar a miséria alheia.

Sobre o Palácio de São Cristóvão, Koseritz escreveu:

> O parque, muito grande, oferece à vista de quem chega bonitas perspectivas de paisagem, mas está malcuidado, primeiro pelas circunstâncias de penúria da Corte e depois porque é público, o que faz com que centenas de famílias – que gozam da generosa e bondosa permissão do casal imperial – se tenham nele estabelecido e o ocupem na plantação das suas couves. Existem assim numerosas casas, grandes e pequenas, com suas cercas, jardins, etc., que se espalham por toda a Quinta, assim como escolas e estabelecimentos industriais – enfim, uma espécie de pequeno mundo, que a ilimitada inclinação para fazer o bem do casal imperial ali criou, talvez nem sempre para segurança da propriedade imperial, como certos episódios ainda há pouco mostraram. No palácio propriamente não existem guardas; estes se encontram em uma casa da guarda, que fica do lado direito, a alguma distância.

Sobre Petrópolis:

> Percorremos toda a cidade. Na proximidade do seu palácio encontramos, às oito horas da manhã, a senhora princesa, no seu elegante "cab", acompanhada somente por uma dama de Corte; a nobre senhora conduzia ela própria, e um lacaio agaloado seguia o carro a cavalo. No Nassau, onde admiramos o grande hospital, deparamos o príncipe consorte conde d'Eu; ele estava em toilette matinal e montava um belo meio-sangue. Um criado agaloado também o seguia. O conde d'Eu tem bonita posição no cavalo e é um cavaleiro de boa aparência. Sua elegante silhueta deixa boa impressão, e ele respondeu à nossa saudação com a maior amabilidade.
>
> A cidade conta numerosos estabelecimentos de qualidade, principalmente hotéis, como, entre outros, o Beresford, o Mac Donald, o Orléans, sendo este o mais aristocrático. Lá vive a velha condessa de Barral, a quem o imperador visita quase diariamente e cujo filho (o qual, coisa que parece bizarra, é secretário da embaixada francesa) mereceu a alta honra de ter Sua Majestade como testemunha de casamento.

Sobre o conde d'Eu:

> Não é muito gentil, nem mesmo muito principesco, que o esposo da herdeira do trono procure aumentar a sua fortuna por meio de especulações, mas ninguém tem o direito de censurá-lo, se ele o faz. O conde d'Eu é filho do duque de Némours e neto de Luís Filipe: ele conhece, pela experiência da sua família, a fragilidade de todas as coisas humanas, e sabe que uma bolsa com milhões em bons títulos é um excelente refúgio, ainda melhor que uma boa consciência. Como antigamente o seu avô, como hoje o seu pai, procura ele melhorar a sua fortuna, é muito exato e econômico, e assim como qualquer outro capitalista pode especular na compra de minas e propriedades, na construção de casas de aluguel, etc... Seria mais bonito e mais digno de um príncipe que ele não fizesse isto, mas a economia é sabidamente a mãe da prosperidade, e ninguém pode prever o que o futuro traz no seu surrão. Uma parte da imprensa local parece pensar que a fortuna do príncipe não pertence a ele e sim à nação, e quer por isso fiscalizar os seus gastos, coisa em que decididamente não tem razão.
>
> [...] Penso agora, como antes, que aqui se respira um ar corrompido, não somente infectado pelo vírus da febre amarela, como, também, pelo micróbio de uma espécie de peste moral. A corrupção é grande e quase geral.

Nesse contexto descrito pelo jornalista alemão é que foi fundada, em 12 de maio de 1883, a Confederação Abolicionista. O movimento cresceu e levou novamente o debate às Câmaras e aos jornais. Durante aquele período o casal manteve-se afastado da cena política, e, também, dos debates. O conde d'Eu, no entanto, continuou a servir de motivo de piadas e insinuações maldosas no jornal *O Mequetrefe*, que o acusava de estalajadeiro, negociante de secos e molhados e de "cabeça oca". Criticava também os bailes que o casal d'Eu promovia em seu palácio e sua vida fútil.[5]

Também em maio, dia 24, foi formado novo gabinete, o 27º, presidido pelo jurista e jornalista Lafayette Rodrigues Pereira, um liberal. Cinco anos antes de ser assinada a Lei Áurea, em 1º de janeiro de 1883, a Vila do Acarape, atual Redenção (CE), emancipou seus 116 escravos e ficou conhecida como Rosal da Liberdade. O Ceará foi a primeira província do

Brasil a abolir a escravidão. Depois, em 30 de setembro de 1883, foi a vez de a cidade de Mossoró, na província do Rio Grande do Norte, também libertar seus escravos graças à iniciativa do comerciante Joaquim Mendes.

Em novembro de 1883, quando foi fundada a Sociedade Central de Imigração, Joaquim Nabuco publicou *O abolicionismo*, considerado o mais profundo e elegante texto sobre o assunto. Naquele ano, ele representou a Anti-Slavery Society, sociedade inglesa antiescravidão, no Congresso para a Reforma do Direito das Gentes, realizado em Milão.

Segundo o historiador Frédéric Mauro, a partir de 1884, o abolicionismo tomou na Corte um caráter de movimento de massa. No Parlamento, começou a ser discutida a Lei Dantas para que fossem libertados os escravos com mais de 60 anos, o que provocou alarme entre muitos fazendeiros. Após intensos debates, ela foi aprovada em 28 de setembro de 1885.

Vários acontecimentos do ano de 1884 nos dão uma ideia de como o abolicionismo foi conquistando a população. Em fevereiro aconteceu o baile em benefício da 4ª Exposição Hortícola em Petrópolis, inaugurando assim o Palácio de Cristal, construído pela princesa Isabel. Em junho, o liberal Manuel de Souza Dantas assumiu o 28º gabinete. Em julho, a província do Amazonas libertou seus escravos. Em outubro, começou a circular o jornal *O Paiz*, com direção de Rui Barbosa e, depois de Quintino Bocaiuva.

Em 5 de novembro de 1884, a princesa Isabel e o conde d'Eu iniciaram uma viagem às províncias do Sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na volta dessa viagem, em março de 1885, o casal retomou sua vida em Petrópolis, agora ligada ao Rio de Janeiro por ferrovia, o que facilitava eventuais idas e vindas à Corte.

> A estratégia de tentarem se afastar das atividades políticas para preservar Isabel ainda era, de certa forma, pretendida. Mas a saúde do imperador já não era mais a mesma. Perto de completar 60 anos, sofria de diabetes e tinha a aparência de um velho. O terceiro reinado já não parecia algo tão distante. As atenções se voltavam cada vez mais para a "futura imperatriz".
>
> Em Petrópolis, Isabel dedicava-se, sobretudo, ao cuidado de sua família e a atividades tidas como as suas preferidas: música, flores e caridade.
>
> Os príncipes ocupavam um espaço que deveria ser do imperador: eram eles que comandavam a vida social na Corte. Segundo Wanderley Pinho, o historiador do comportamento do império, Pedro II, avesso a bailes e festas, havia se esquecido deste dever. Norbert Elias explica que os salões das Cortes tinham a função de juntar as engrenagens da sociedade, promovendo o convívio social e a cultura. No Brasil, em especial, os salões exerciam grande papel de moderação e conciliação entre os partidos políticos ou opiniões pessoais divergentes. Isabel e Gastão, após sua volta, voltaram a

oferecer pequenas recepções para um número restrito de amigos, como descreve o conde em carta à marquesa d'Óraison:

> (...) anteontem, pela segunda vez, [tivemos] nossa pequena recepção. A fim de evitar o embaraço da escolha ou de ter gente demais, não há convites escritos, convidamos pessoalmente um pouco ao acaso os que temos ocasião de ver, de maneira que nunca vêm mais de 150 pessoas. Chega-se por volta das 8 horas; alguns gostam de fazer música, cantar, etc. A princesa dá o exemplo e senta-se ao piano depois do que dançam-se algumas quadrilhas, valsas, polcas, e cerca de meia noite dá-se o sinal de partida para todos.[6]

> A música sempre fora uma paixão para Isabel, conhecida patrocinadora de óperas e concertos musicais. Tocava piano e harpa e, naquele momento, dedicava-se em especial ao estudo do violino. Desde 1868 ela havia começado uma coleção de orquídeas e ajudado a organizar várias exposições de flores em Petrópolis. Os trabalhos caritativos e de assistência social eram também atividades que ocupavam o tempo de Isabel. Isto podia conter desde sua atuação como patrona da Comissão das Senhoras de Instrução Pública, como campanhas para recolher fundos para construção de igrejas ou para a emancipação dos escravos. Nas atividades Isabel contava, sobretudo, com a ajuda de suas duas amigas de infância, Amandinha Paranaguá, baronesa de Loreto, e Maria Avelar Tosta, baronesa de Muritiba.[7]

Segundo destaca Robert Daibert Jr., desde criança, Isabel se acostumara a presenciar a concessão de liberdade aos escravos em datas comemorativas, como fizera ela própria por ocasião do seu casamento. Acrescente-se que esse tipo de atividade tinha a aprovação da Igreja Católica, o que, segundo o autor, seria motivo suficiente para guiar os atos de Isabel.[8]

Além disso, ela concordava com a visão, que ganhou em suas viagens ao exterior, de que a permanência da escravidão se constituiria num empecilho para o desenvolvimento do país. Porém não fazia parte das atitudes da princesa, até então, a transformação de sentimentos privados em políticas públicas.

No final de 1883, o imperador foi diagnosticado como portador de hepatite. Logo depois, seria descoberto que também era diabético A recuperação de sua saúde no início de 1884 provocou o seguinte comentário no *Mequetrefe*:

> "Deus o conserve [o imperador] em perfeita saúde por largos anos e bons, porque, assim como assim, antes um mau Bragança do que um péssimo Orléans".

Para Robert Daibert Jr., a visão de mundo da princesa foi construída a partir de sua religiosidade católica permeada por ideias ultramontanas, acrescida dos valores do seu tempo. Concordando com Daibert, a professora Maria Luiza de Carvalho acredita que, no entanto, isso não serve para qualificá-la como uma "fanática religiosa". Segundo a professora, Isabel mostrava-se uma mulher inteligente, observadora, interessada em política e economia, que valorizava o que era moderno e que demonstrou

ter consciência de seu papel dentro do Império e o desempenhou com aparente desenvoltura.

Maria Luiza discorda de Roderick Barman quando este afirma que Isabel viveu uma "existência subordinada, explorada e limitada" e que seu gênero tenha impedido que, antes dos 40 anos, ela desenvolvesse um senso de agência nos negócios públicos. No contexto do século XIX, a aceitação de determinadas regras pelas mulheres não significava, necessariamente, alienar-se, mas construir recursos que lhes permitissem deslocar ou subverter uma relação de dominação. O fato de ser mulher não a impediu de ter uma educação privilegiada, nem de construir uma visão política:

> Penso também que não se deve enquadrar Isabel dentro de parâmetros rígidos, como fazia a propaganda republicana e anticlerical de parte de seus contemporâneos, que por um bom tempo foi mantida na historiografia. Ao classificá-la como "ultramontana", tinham-na também como antiliberal, querendo com isso desqualificá-la para assumir o império.[9]

Embora no caso de figuras públicas de grande peso, o espaço privado e o público muitas vezes se confundam, o catolicismo da princesa, apesar de sabido por todos, estava muito mais relacionado à sua vida privada. Foi a propaganda republicana que tentou trazê-lo para o espaço público.

Em novembro de 1884, Isabel registrou em seus escritos: "Visita à Câmara Municipal [de Itu] (...) onde entreguei 14 cartas de liberdade, arranjadas por meio de um fundo de emancipação."[10]

No início de junho de 1887 não se podia mais controlar a violência de escravos em São Paulo. Quando o governo ordenou o envio de tropas para a região, a simpatia que expressivos grupos militares, incluindo oficiais de alta patente, sentiam pelo movimento abolicionista fez com que, como primeiro pronunciamento oficial do recém-fundado Clube Militar, oficiais se recusassem a perseguir escravos fugidos. Argumentavam que, para o Exército, a caça era uma imoralidade, e estava abaixo da dignidade do exército, o que gerou protestos contra a escravidão e o governo escravocrata. Ao mesmo tempo, Antônio Prado, líder do Partido Conservador de São Paulo e ex-ministro da Agricultura no gabinete Cotegipe, concedeu liberdade aos seus escravos.

Em maio foi formado o 29º gabinete, liberal. Na presidência, José Antônio Saraiva, o conselheiro Saraiva. No mesmo mês, Deodoro foi nomeado para o cargo de quartel-mestre general do Exército e foi publicado o primeiro número do *Diário de Notícias*, no Rio de Janeiro, onde passou a escrever Rui Barbosa. Durou pouco o gabinete do conselheiro Saraiva, pois, em 20 de agosto, o imperador criou o 30º gabinete, presidido

pelo barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley. Era a volta dos conservadores ao poder.

Sob a direção de José do Patrocínio, a *Gazeta da Tarde* também não poupava a princesa Isabel de críticas ácidas. Poucas pessoas foram mais maltratadas em suas colunas. Escreveu o vespertino sobre a condessa d'Eu em 5 de março de 1886:

> Nem no falar nem no andar, nem cantando ou tocando piano, nem no trajar tem ela coisa alguma que revele pertencer a uma dinastia de soberanos. É mui boa, mui sem cerimônia, mas falta-lhe completamente o que se chama distinção em todo o rigor deste vocábulo. No físico tem qualquer coisa de seu bisavô paterno, o Sr. D. João VI. Não tem regularidade de traços, nem correção nas linhas; não seria jamais um modelo de estética, mesmo incompleto, para o escultor menos exigente.
>
> [...] Sem instrução histórica, fiel e verdadeira, sem os menores rudimentos de ciências físicas e naturais, sem ideia das principais leis do país, só lendo duas folhas, o *Figaro*, de Paris, e *O Apostolo*, do Rio de Janeiro, acreditando no milagre da Salette e de Lourdes, sonhando com a restauração do poder temporal do papa para quem manda todo o dinheiro que pode obter das brasileiras, cuja bondade de coração é inesgotável, tendo seus aposentos cheios de imagens e de estátuas de santos, recebendo a toda hora padres e freiras, considerando o núncio, qualquer que ele seja, um enviado de Cristo, confessando-se todas as semanas, jejuando durante a quaresma, mantendo correspondência regular com monsenhor Roncetti, que foi núncio no Rio de Janeiro, não é certamente a condessa d'Eu o soberano talhado para um país novo como o Brasil aonde o espírito democrático e voltairiano paira até na atmosfera.[11]

De acordo com o jornal, a princesa Isabel não era uma católica, mas uma fanática. Dizia ainda a *Gazeta da Tarde*:

> A princesa, infelizmente, é beata, e essa fatal qualidade é uma das coisas dominativas da vida da futura imperatriz. Um dia, imaginou haver cometido certa falta religiosa, não tinha rezado com todo o fervor; correu a monsenhor Roncetti, atribulada, e pediu-lhe um alívio espiritual; o núncio diz que ela deve lavar a Igreja de Petrópolis com os pés nus; a princesa obedece, e de Petrópolis expede ao imperador, em viagem pela estrada de ferro de Pedro II, telegramas sucessivos e minuciosos sobre a lavagem da igreja.

Em resumo, a condessa d'Eu não parecia destinada ao trono. Seu reinado viria a ser a desgraça para ela e sua família, desastre para a causa da liberdade, e tremenda calamidade para o Brasil.

Entre maio de 1886 e maio de 1887, a Questão Militar pôs em lados opostos os militares e o governo. Em setembro de 1886, a princesa Isabel, herdeira do trono do Brasil, oficiou na libertação de dois jovens brancos "bem-vestidos" numa cerimônia realizada no Rio de Janeiro.[12] É de se destacar a existência de escravos brancos naquela altura dos acontecimentos. Se, por um lado, brancos ou quase brancos eram conservados, por vezes, em estado de escravatura, certos mulatos ou

mesmo negros (por vezes, também escravos) eram donos de seus próprios escravos.

A 5 de janeiro de 1887, a princesa Isabel e o conde d'Eu partiram para a quinta viagem à Europa pelo navio *Valparaiso* e retornaram em 8 de junho do mesmo ano, pelo navio *Gironde.* Foi uma viagem breve, interrompida pelas notícias que chegaram do Brasil: o imperador pedia que voltassem, já que seu estado de saúde era preocupante. Naquele momento, a imprensa começou a especular sobre o provável desejo de D. Pedro em ver subir ao trono, no lugar de Isabel, seu neto Pedro Augusto, filho da falecida Leopoldina. A possibilidade de se solucionar o problema da sucessão do trono em favor de um homem que fosse a reprodução de um D. Pedro mais jovem pareceu a alguns uma opção coerente. Mas nunca para Isabel.

Com o que talvez não contassem aqueles que defendiam essa possibilidade é que o príncipe Pedro Augusto tinha inclinação para a intriga e uma grande reserva de ressentimento. Além disso, por conta de uma grave doença, seu senso de realidade e sua estabilidade mental haviam sido prejudicados. O fato é que a opção da troca de herdeiros do trono não foi levada adiante.

D. Pedro II partiu para a Europa deixando o país num clima de consternação diante da possibilidade de que ele nunca mais voltasse. Diante da gravidade do estado de saúde do imperador, quando Isabel assumiu sua terceira regência, alguns deram como iniciado o terceiro reinado. Porém, muitos outros, não.

1884[13]

Cartas para o pai, escritas em forma de diário. Viagem de Isabel e o conde d'Eu pelas províncias do Sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

5 de novembro de 1884

Tristes adeuses. Partida da Estação de Campos às 7 horas e um quarto da manhã. Parada na Estação de São Cristóvão, almoço na Barra do Pirahy. Chegada às 2 horas e ½ com meus olhos ardendo desesperadamente por causa do carvão. [...]

7 de novembro de 1884

Dia de descanso e de arranjado; estudei um pouco piano, passeamos no Passeio Público e subimos a torre do mesmo onde há uma belíssima vista. Marcamos para pessoas que nos quiserem ver 7 horas da noite em qualquer dia que aqui estivermos.

8 de novembro de 1884

Saí de manhã a pé com os meninos para uma pequena pescaria num remanso não muito longe da casa. Morte de 3 peixes, mas antes de duas jararacas que formavam já o bote para o Pedro. Graças a Deus alguém avistou-as e gritou a tempo. [...]

11 de novembro de 1884

Com chuvisco visita (em vagões por trilhos de ferro, puxados por animais para subir, descendo pelo próprio peso, troles, cavalos, e a pé), também com os meninos, às minas de ferro riquíssimas, pode-se dizer que o que por toda parte são pedras aí são pedaços de ferro quase puro. Vimos o forno para cozinhar os pedaços de ferro, para reduzi-los ao tamanho de pequenas [ilegível] vezes e depois fomos até a própria mina. Basta cavar para ter grandes quantidades de ferro. [...]

14 de novembro de 1884

Visita à Matriz da Conceição que tem obras de talha maravilhosas (altar-mor e os outros altares e coro tudo de madeira parda, muito bem trabalhada e envernizada). Bem que o estilo da Igreja não seja dos que prefiro, agradou-me muito, e o seu todo é muito harmonioso, tanto por fora como por dentro. Bosque do Jequitibá, aí vi o maior jequitibá que tenho visto, um tronco esplêndido e bonita copa. Tem de diâmetro 2 m, 32 cm na altura de metro e meio e pouco mais ou menos. [...]

29 de novembro de 1884

Que viagem! Nunca vi, creio, estrada de ferro mais bela, com mais pontos de vista esplêndida, seguidos dos famosos campos do Paraná, verdadeiros parques ingleses com seus grandes gramados com muitas florzinhas bonitas [...]

1885

Diário de viagem ao Rio Grande do Sul em forma de carta a d. Pedro II

7 de janeiro de 1885

Manhã sossegada para mim e arranjos. Gastão foi às Pedras Brancas por causa da militância e comeu tanto churrasco na estância do Fonseca Guimarães que não jantou. O mesmo me aconteceu segunda-feira. O Fonseca Guimarães, a meu pedido, tinha mandado assar no pátio do Palácio por seu capataz um churrasco. Gostei muito dessa comida rio-grandense, e muito nos divertia o capataz, verdadeiro gaúcho vestido à gaúcha, com suas botas com pelo de loba, bombachas, cinturão, faca de ponta e daga, poncho, chilenas, cavalo arreado à gaúcha, botas e tutti quanti. […]

21 de janeiro de 1885

Às 4 acordávamos para ver a bonita passagem de *Itapuã*, o vapor segue ali um canal muito estreito e muito rente aos morros. Às 8 ½ chegávamos a Porto Alegre. Achei a vista da cidade muito bonita e a mesma cidade muito maior do que pensava. Muita gente a bordo e ao desembarcar.
Visitamos a Assembleia Provincial, a Câmara estava fechada. […]

22 de janeiro de 1885

Visita ao Estabelecimento do Padre Cacique e asilo de Santa Theresa: quarenta e tantas meninas, a diretora antiga aluna do asilo, tudo com muita ordem e asseio, o serviço todo feito pelas meninas, as quais com seus trabalhos de agulha e outros têm já ajudado com 31 contos ao próprio asilo.
Algumas têm dinheiro em cadernetas, já saíram do asilo 16 professoras, umas 14 tem-se casado.
No asilo de mendigos começado a construir pelo próprio Padre Cacique já se tem ganho mais de 20 contos e os alicerces já estão fora da terra até o primeiro pavimento. Estes 20 e tantos contos são de pedidos que o padre fez para esse fim. […]

9 de janeiro de 1885

Às 6 ½ partimos para a charqueada do Sr. Barcellos de Almeida. Ele está doente, mas o redator do *Correio Mercantil* lá se achava a pedido dele e nos mostrou e explicou tudo, desde a matança do boi (por meio de golpe bem certeiro na nuca) até o momento em que o charque ou carne-seca vai embarcar. [...]

17 de janeiro de 1885

Quanto a carnaval só vimos raros mascarados nas ruas e máscaras nas lojas e aqui em casa para os meninos, com que eles muito se divertiram. [...]

21 de janeiro de 1885

Gastão foi a seus afazeres militares e eu de carro ao serro mais alto de Bagé donde tive uma magnífica vista. Avista-se até a serra perto da divisa do Brasil, a 10 léguas de distância, e creio já no Estado Oriental.
Visita à Câmara Municipal que não é má, à Casa de Caridade pequena, mas boazinha; as doentes aqui felizmente são poucas. Aí só havia 7, 2 loucos e um preto velho que chamam Caxias que não pode mais trabalhar, mas que levou sua vida a tratar e enterrar quanto doente pobre havia. [...]

22 de janeiro de 1885

Partimos às 7 ½ depois da missa e às 5 estávamos em Pelotas, onde fomos recebidos por muitíssima gente, e vivas entusiásticos. Tivemos o gosto de ver logo Pedro e Luís na estação, o Totone tinha ficado em casa e o visconde de Piratinim por causa do [aperto]. Às 7 Te-Deum pela feliz chegada de Gastão. Às 10 baile na muito grande e bonita sala da Câmara Municipal. Muita gente, moças bonitas e toilettes elegantes. Fomo-nos embora à 1 hora e meia. [...]

26 de janeiro de 1885

Almoço em casa da Cecília Nioac Souza, muito bom, casinha arranjada como um brinco, parecia estar num cantinho de Paris. O marido toca bem piano e tem gosto e sentimento.
Visita às fábricas de fumos e cerveja, não tínhamos visto funcionar esta última quando ao chegar a Pelotas a visitamos.
Às 4 ½ partíamos de novo de carro, subimos ao alto da caranguejola da Companhia Hidráulica (caixa-d'agua), donde se tem uma boa vista sobre a cidade, e fomos ao encontro de Gastão que voltava do Jaguarão.

7 de janeiro de 1885, Santa Catarina

Aqui estamos depois de uma terrível viagem de três dias e três noites completas no meio de terrível temporal, chuva, correntes contrárias às vezes de 5 milhas à hora. Foi um desastre. Antonio felizmente compenetrou-se bem de que devia ficar deitado e foi o que menos sofreu. Até Gastão enjoou, eu em abono da verdade, vistas as circunstâncias, podia ter enjoado mais. Luís, coitadinho, é que sofreu muito, não comeu nada e hoje está de olhos tão grandes e fundos!
A vela do vapor voou pelos ares, o vento parecia escarnecer de nós e de vez em quando ouvia fião fião, que os gaiotas da sala dos fumantes onde muita gente dormia, atribuíam a um pobre flauta que levou a noite a boiar na água que inundava a sala e de vez em quando se despenhava umas cascatas sobre os que se achavam em sala embaixo dos gritos de desespero destes últimos. […]

24 de fevereiro de 1887, Villa des Caroubies, Nice

Meus queridos e bons Pais

Que dia aziago e de tribulação foi o de ontem! Às 6 da manhã estando ainda na cama fomos sacudidos, peneirados por tal forma que pensamos logo em levantar-nos e fazer levantar os meninos, menos o Totone, que seria fácil levar nos braços. A sacudidela do

tremor de terra durou vinte e tantos segundos acompanhada de ruído de ventania, foi muito forte e a sensação é das mais desagradáveis. Pouco depois nova sacudidela forte, mas mais curta, e às 8 ½ terceira curta e com balanço mais largo. Pegamo-nos com Deus e Nossa Senhora.

Se jamais tivesse vontade de sentir um tremor de terra ficaria radicalmente curada de tal desejo para toda a vida. E a ansiedade em que se viveu de que viessem novos tremores, e até que ponto iriam! Até hoje 6h e 20m da manhã sentiram-se ainda pequenos abalos, mas eu não os senti. Papai de cá e Branca passaram a noite conosco na sala de visitas e sala de jantar, parte muito sólida desta casa que é bem-construída. Se não fosse lamentável teria e seria visível nosso acampamento de ciganos, e confesso que apesar da apreensão não deixei de dar boas risadas. E pensem que com tudo isto o Luís e o Antônio tendo estado muito constipados, e Mariquinhas e Ludmila igualmente. Para as 10 ½ de ontem tinham anunciado forte tremor de terra, todos saímos para o jardim, mas 1 hora estávamos de novo dentro da casa.

[...]

---

1. Martinho Álvares da Silva Campos (1816-1887), médico e político brasileiro.
2. João Lustosa da Cunha Paranaguá, segundo visconde e marquês de Paranaguá (1821-1912).
3. DAIBERT JR., Robert. "Quem te convidou? Visita inesperada a uma aula de História gera discussão entre o professor, republicano militante, e o conde d'Eu, representante da monarquia", *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 8 de julho de 2009.
4. DAIBERT JR., 2009.
5. MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. Quem tem medo do terceiro império ou por que não Isabel? Palestra no Simpósio de Política e Cultura da Universidade Severino Sombra – Vassouras.
6. MESQUITA, 2009, citando RANGEL, 1935, p. 340.
7. MESQUITA, 2009, p. 69.
8. MESQUITA, 2009, p. 70.
9. MESQUITA, 2009, p. 79.
10. MESQUITA, 2009, p. 78.
11. MAGALHÃES JR., 1957, p. 90.
12. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1888.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975, p. 15.
13. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI –3-32(1884).


HEES. IRMÃO
PHOTOGRAPHOS

[capítulo XVII]

1887 | 1889

A terceira regência



A princesa Isabel substituiu seu pai pela terceira vez entre os dias 30 de junho de 1887 e 21 de agosto de 1888. Em pouco mais de um ano, este seria, certamente, o mais importante período da princesa como regente – em que libertou os escravos e, em consequência, perdeu o trono. O imperador, gravemente doente, embarcou para a Europa – a bordo do *Gironde* – para se submeter a tratamento de saúde nas estações termais de Aix-les-Bains (França) e Baden-Baden (Alemanha). Sofria de diabetes e malária. Foi assistido por médicos estrangeiros, os Drs. Bouchard, Peter e Brown-Séquard, em Paris, e Charcot, Semmola e De Giovanni, em Milão.

Regressou em agosto de 1888, depois da convalescença em Aix-les-Bains.

Assim que D. Pedro deixou o país, com o gabinete abalado pelas crises políticas, Cotegipe pediu demissão. A princesa negou. Em documento de dezembro de 1888, após a queda do ministério, Isabel explicou as razões que a fizeram manter o líder conservador no poder:

> O barão de Cotegipe parecia-me poder sustentar a situação e eu conhecia-lhe as tendências firmes no que diz respeito à religião, tendências infelizmente raras. Além disso, não gostando de choques, não havendo razão então que me fizesse pensar menos bem do ministério, estimei conservá-lo, e assim vivemos em muito boa harmonia bastante tempo."[1]

Mas não seria assim até o final da regência. Durante todo o ano de 1887, as fugas e violências de escravos aumentaram em proporções alarmantes na província de São Paulo. E, com menos intensidade, no resto do país. Pouco tempo após o exército se recusar a perseguir escravos fugidos, os chefes de ambos os partidos monarquistas de São Paulo, liderados por Antônio Prado, anunciaram que libertariam todos os seus escravos até o final de 1890. No Nordeste, a maioria dos líderes adotou uma política neutra ou abolicionista. João Alfredo, líder do Partido Conservador de Pernambuco, e que assumiria a chefia do gabinete com a queda de Cotegipe, encaminhando a Lei Áurea, libertou seus escravos em junho do mesmo ano de 1888.

Seis meses depois de assumir a regência, a paciência de Isabel com Cotegipe parecia estar se esgotando. O relato é dele, sobre um encontro entre ambos, do qual também participou o conde d'Eu, em janeiro de 1888:

> Disse-me logo que parece que o ministério está perdendo prestígio. Perguntei em que e por quê. Sua Alteza respondeu que refere-se à questão da abolição da escravidão, a qual, em São Paulo, tomava caráter muito sério e mostrou receio de que a província, nada esperando do centro, aderisse às tendências separatistas, e por isso desejava saber o que faria o ministério. Observei que a separação da província de São Paulo não era de temer-se (com dois ministros paulistas), tanto mais quanto o gabinete tem feito por ela em relação à imigração (mais do que por qualquer outra); que nós não púnhamos obstáculos nem desejávamos abater o que ali ia se fazer por iniciativa particular, apesar de reconhecermos que os resultados não correspondiam aos interesses dos proprietários e antes dificultaria a substituição do trabalho; que o ministério estudava a questão e em abril daria sua opinião, fazendo alguma coisa ou não, porém ficando ou retirando-se, pois não queremos o poder pelo poder e sim para o bem geral. Sua Alteza parece inspirada pelo conde d'Eu, pois este ou aprovou o que ela dizia ou acrescentava algumas considerações.
>
> E, por fim, disse que minha lealdade exigia que eu aconselhasse a Sua Alteza que deixasse essa e as questões políticas aos partidos, como fazia a rainha Vitória. Nesse ponto reclamou pelo seu direito, que não contestei, senão pelo uso que dele fizesse em questões que dividiram os partidos. Tanto Sua Alteza como o conde observaram que a rainha já ia perdendo ou tinha perdido por essa neutralidade! Em vista disso, pareceu-me que Sua Alteza está influenciada, pois nunca falou tão clara e positivamente. Mostrava desejo de que

alguma coisa fizesse, mas nunca pôs na balança a sorte do ministério como agora.[2]

Entre 1884 e 1888, foi registrada queda significativa no número de escravos e isso se deveu em grande parte aos movimentos de libertação organizados pelos próprios negros em suas comunidades – os quilombos.

Sem a franca adesão dos cativos e as fugas em massa – a chamada "avalanche negra" –, o projeto abolicionista não teria a mínima chance de êxito.[3]

Havia muitos quilombos espalhados pelo país, como os do Jabaquara e de Pai Filipe, na periferia da cidade de Santos, litoral paulista; o quilombo do Cupim, em Recife; o quilombo Isabel, em Petrópolis; o quilombo Carlos de Lacerda, em Campos; o quilombo Senna, em São Cristóvão, nas barbas do imperador; e o quilombo do Leblon, no Rio de Janeiro.

O Jabaquara – provavelmente a maior colônia de fugitivos da história – foi um exemplo de uma nova maneira de resistência: o quilombo organizava-se em terras cedidas por um abolicionista da elite e os quilombolas erguiam suas cabanas com dinheiro recolhido entre pessoas de bem e comerciantes de Santos. Segundo o historiador Eduardo Silva, a população local, inclusive as senhoras da sociedade, protegia o quilombo da polícia e se orgulhava disso.

Autor do livro *As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura*,[4] Eduardo Silva conta que o idealizador do quilombo do Leblon foi o português José de Seixas Magalhães, um homem de ideias avançadas, dedicado à fabricação e ao comércio de malas e objetos de viagem, na rua Gonçalves Dias, Centro do Rio. Suas malas, feitas com máquina a vapor, eram reconhecidas mundo afora, e foram premiadas na Exposição do Rio de Janeiro e, também, na Exposição de Viena d'Áustria. O *Almanaque Laemmert* de 1888 publicou um anúncio de página inteira, exaltando os ótimos produtos de Seixas.[5]

Além da fábrica a vapor, Seixas investia em terras na Zona Sul. Por isso, era dono de uma chácara no Leblon, onde cultivava flores com a ajuda de escravos fugidos. Seixas os escondia ali, com o apoio e a cumplicidade dos principais abolicionistas da capital do Império, muitos deles importantíssimos dentro da Confederação Abolicionista. A chácara de Seixas era conhecida como "quilombo Leblond", "quilombo Le Blon" ou "quilombo do Leblon", então um remoto subúrbio à beira-mar. Lá eram cultivadas as camélias que se tornaram símbolo do movimento abolicionista.

Além da cumplicidade dos grupos abolicionistas do Rio, o quilombo contava com a proteção e simpatia da própria princesa Isabel. Seixas fornecia suas camélias todos os dias para o Palácio das Laranjeiras. As camélias do Leblon enfeitavam não apenas a mesa de trabalho da princesa, como ainda sua capela particular. Eduardo Silva comenta sobre o envolvimento de Isabel com o quilombo do Leblon:

> Quando o chefe de polícia, desembargador Coelho Bastos, o temido "rapa-coco", quis agir e pôr um fim à cantoria abolicionista que se fazia na Gávea, no ponto final dos bondes, Seixas foi protegido pela própria princesa Isabel e, por trás dela, pelo próprio imperador do Brasil, que, segundo consta, teria pedido ao barão de Cotegipe, seu primeiro-ministro, que encerrasse o caso sem maiores formalidades ou investigações. O segredo foi deliciosamente revelado, com base na tradição oral da Corte, por Pedro Calmon.
>
> Realmente, depois dos gritos de "Vivam os escravos fugidos!", o desembargador Coelho Bastos estava decidido a intervir no Leblon. Chamavam-no de "rapa-coco" porque não era homem de brincadeira: prendia, batia e ainda por cima mandava pelar a cabeça de negro fujão, sambista e arruaceiro. Daí a correria dos abolicionistas quando souberam que a polícia ia mesmo atacar o quilombo do Leblon.
>
> A princesa Isabel também protegia escravos fugidos em Petrópolis. Temos sobre isso o testemunho insuspeito do engenheiro André Rebouças, que tudo registrava em suas cadernetas implacáveis. Só assim podemos saber hoje, com números precisos, que no dia 4 de maio de 1888, "almoçaram no Palácio Imperial 14 africanos fugidos das fazendas circunvizinhas de Petrópolis". E mais: todo o esquema de promoção de fugas e alojamento de escravos parece ter sido montado pela própria princesa. André Rebouças sabia de tudo porque estava comprometido com o esquema. O proprietário do Hotel Bragança, onde André Rebouças se hospedava, também estava comprometido até o pescoço, chegando a esconder mais de trinta fugitivos em sua fazenda, nos arredores da cidade. O advogado Marcos Fioravanti era outro envolvido, sendo uma espécie de coordenador-geral das fugas. Não faltava ao esquema nem mesmo o apoio de importantes damas da corte, como madame Avelar e dona Amanda Paranaguá Dória e Cecília, condessa da Estrela, companheiras fiéis de Isabel e também abolicionistas da gema. Às vésperas da Abolição final, no dia 12 de maio, conforme anotou Rebouças, já subiam a mais de mil os fugitivos "acolhidos" e "hospedados pela Comissão Libertadora sob os auspícios de Isabel, a Redentora".

Era tal o comprometimento de Isabel, que o próprio Palácio de São Cristóvão transformara-se numa espécie de quilombo abolicionista. André Rebouças, o intelectual negro de maior prestígio na época, fazia uma ponte entre o esquema de fugas montado pela princesa, em Petrópolis, e o alto-comando do movimento abolicionista, no Rio de Janeiro: o pessoal da Confederação Abolicionista, com João Clapp e José Carlos do Patrocínio à frente; Joaquim Nabuco, de quem era amigo fraterno; Joaquim Serra e outros.

Já na reta final da Abolição, tornou-se público e notório que a princesa escondia escravos no palácio, tendo o fato merecido repetidas menções não apenas no diário de André Rebouças, mas também no discurso de liberais

como Rui Barbosa e republicanos como Silva Jardim. Rui Barbosa disse-o com todas as letras, em discurso no Teatro São João, em Salvador, numa manifestação promovida pela Sociedade Libertadora Baiana, em 29 de abril de 1888: "Hoje a regência pratica às escâncaras, em solenidades públicas, o acoitamento de escravos", informava ele, apenas de passagem, como quem fala de assunto já mais ou menos conhecido de todos.[6]

Na visão de Eduardo Silva, Isabel, então uma jovem senhora educada, religiosa e discreta, manifestou-se abertamente abolicionista, cercou-se de gente abolicionista e rompeu com todas as conveniências políticas da neutralidade:

> Que ninguém se engane com aquele ar doce e maternal de certa iconografia, a jovem princesa tinha opiniões fortes. Sua intervenção na vida política com essas "camélias do Leblon" e as batalhas de flores simplesmente pôs por terra o Ministério conservador que, justamente, lutava com as maiores dificuldades para combater a agitação abolicionista e/ou republicana.[7]

Para José do Patrocínio, enquanto seus colegas republicanos ainda titubeavam e mediam suas conveniências político-eleitorais, a princesa, que era mulher, entrou de cabeça no movimento abolicionista. "O que fez a princesa regente?", perguntava-se ele, como que tentando entender a real complexidade do momento histórico:

> Ainda, sob o Ministério Cotegipe, ela, a santa, a meiga Mãe dos Cativos, dava à propaganda abolicionista tudo o quanto podia: as abundâncias de piedade do seu coração. Seus filhos, os pequenos príncipes, nos seus jornaizinhos glorificam a propaganda abolicionista, enquanto ela, a princesa, debaixo de chuva e aos estampidos de trovão, esmolava pelos cativos, e quando voltava ao palácio, repartia um pedaço do seu manto de rainha com os escravos foragidos, que iam implorar-lhe proteção.[8]

Para Eduardo Silva, a camélia foi o símbolo da ala radical, o grupo que partiu, na década de 1880, para a ação direta contra o regime, a promoção de fugas e a criação de quilombos.

> A camélia servia, inclusive, como uma espécie de senha por meio da qual os abolicionistas podiam ser identificados. Usar uma camélia na lapela, ou cultivá-la acintosamente no jardim de casa, era uma quase confissão de fé abolicionista.

O historiador José Murilo de Carvalho, em *A construção da ordem*,[9] ensina que as alforrias por iniciativa particular após a promulgação da lei superaram em muito as feitas mediante o fundo de emancipação. Segundo o Relatório de 1882, o fundo tinha possibilitado a libertação de mais de 10 mil escravos, ao passo que a iniciativa particular libertara mais de 60 mil. Segundo ele, vários fatores contribuíram, no período que vai de 1871 à Lei

dos Sexagenários, em 1885, para modificar a composição e a distribuição da população escrava: a mortalidade, o tráfico interprovincial, as alforrias.

A princesa Isabel continuou a pressionar o gabinete para que tomasse uma decisão definitiva sobre a questão dos escravos e acabou usando o crime da Penha do Rio do Peixe como pretexto para demitir Cotegipe e levar João Alfredo à presidência do conselho. Em maio de 1888 o ambiente era de tal modo abolicionista que somente nove deputados e seis senadores votaram contra a lei de abolição. Dos nove deputados, oito eram da província do Rio de Janeiro.

E foi uma feliz coincidência (para os fazendeiros) que o acirramento da campanha popular pela abolição, com a qual não colaboraram, viesse ao mesmo tempo que a crise italiana que possibilitou o grande afluxo de imigrantes a partir de 1887.

A posição da Coroa sem dúvida encorajava a atuação dos abolicionistas e reduzia substancialmente a credibilidade das medidas repressivas do governo. Cotegipe expressou a reação dos que se opunham à abolição imediata ao criticar a regente dizendo que ela se colocara escandalosamente na vanguarda dos abolicionistas. E acrescentou que a lei de 13 de maio era desnecessária, pois a abolição já tinha sido feita e revolucionariamente.

Como mostram ainda vários estudos e como escreveu o professor José Murilo, as libertações em massa só se deram nas vésperas da abolição, e isto tanto no Vale do Paraíba como no oeste paulista ou na Zona da Mata pernambucana. A escravidão foi tida até o final como economicamente compensadora e a opção pela mão de obra livre era feita mais pela certeza do fim inevitável do braço escravo do que pela crença em sua eficiência. O grande aumento da imigração em 1887 facilitou a transição no oeste paulista, assim como a queda dos salários a facilitou em Pernambuco.

O quadro político do império atravessava uma crise poucas vezes antes vista. Para além das desavenças da Corte com os militares e das sublevações escravas, os republicanos realizavam suas reuniões, procurando angariar mais e mais adeptos na luta contra a monarquia, e publicavam cada vez mais jornais com sua propaganda e críticas aos sucessivos gabinetes monárquicos. Era nesse caldeirão que se encontrava o barão de Cotegipe, o conservador que bloqueava a votação de uma lei abolicionista. Cotegipe não queria a abolição sem que os donos de escravos fossem indenizados.

Havia acontecido em fevereiro o caso da Penha do Rio do Peixe, em que

o delegado Firmino de Araújo fora morto a pauladas por um bando de fazendeiros indignados porque ele se recusava a prender os escravos fugidos. Outro episódio bárbaro ocorreu na madrugada de 27 para 28 de fevereiro de 1888: o oficial da marinha reformado Leite Lobo invadiu a casa de uma senhora e tentou matá-la, tendo também jogado garrafas na rua e espancado seu filho. Levado, a socos e pontapés, por alguns que no lugar passavam, a uma estação de polícia, lá chegando, o oficial com problemas mentais foi agredido pelo alferes Batista, responsável pela estação e seu subalterno na hierarquia militar. Começava assim o "caso Leite Lobo".

Em Petrópolis, a princesa foi informada dos fatos. Muito se falava na imprensa, e as notícias que chegavam oficialmente do gabinete pareciam desencontradas. Em resposta a uma carta do ministro da Justiça, Samuel Wallace MacDowell, relatando os acontecimentos, a princesa expressou falta de confiança na atuação do governo:

> Falam os jornais igualmente de marinheiro morto que teria sido sepultado ocultamente pela polícia. Não será esta que poderá dar todas as informações sobre o fato! Sempre e, sobretudo em épocas de crise como esta pela qual passamos, é absolutamente necessário ler tudo quanto aparece. Poderá haver muita invenção, mas será também o meio de descobrir muita verdade.[10]

Alguns historiadores afirmam que, ao contrário de quando assumiu a Regência, àquela altura a princesa já havia se tornado abolicionista. Se não por convicção, pelo menos por ter se convencido da necessidade e inevitabilidade da implantação da reforma, como pensa a professora Carla Silva do Nascimento. À frente do Conselho de Ministros, o papel do barão de Cotegipe havia extrapolado o da política imediata.

Em 1886 e 1887, a crise com os militares não mereceu do barão uma grande atenção. Em carta ao seu genro, e político baiano, Araújo Pinho, Cotegipe mostrou total confiança na sua relação com o imperador, afirmando que, em relação aos militares, todos os dias se inventavam crises para abalar o governo. Apesar das pressões abolicionistas sobre o movimento, para o barão tudo iria bem.

Segundo Heitor Lira, era de fato difícil imaginar que os políticos e a elite brasileira pudessem vir a ser obrigados a submeter-se à política de uma mulher, à sua intromissão na balança dos partidos, na formação das câmaras e dos gabinetes ou na economia e eleições. Não era a pessoa da princesa Isabel, dona de tantos dotes, que eles viam com uma mal disfarçada apreensão, mas sim a mulher-Chefe-de-Estado, a mulher-Poder

Executivo-e-Poder-Moderador, a mulher-estadista – numa palavra, a imperatriz reinante.

O nome de Joaquim Nabuco, a partir de então, nunca mais sairia de perto das questões abolicionistas. Em 1877, decantou-se nele como matéria de reflexão: "A escravidão é a ruína do Brasil, que está edificado sobre ela", anotou em 28 de julho.[11]

A British and Foreign Anti-Slavery Society agradeceu seus esforços, em 14 de fevereiro de 1880. Ele respondeu, lisonjeado. Desde aí nunca mais cessou sua relação com os abolicionistas ingleses. Com Rebouças, fazia eventos culturais, banquetes políticos, peças teatrais, quermesses, feiras. O dinheiro para a emancipação era conseguido inventivamente, por exemplo, com rifas para encher "caixas emancipadoras" com nome dos abolicionistas mais vistosos – inclusive uma "Joaquim Nabuco". José do Patrocínio, por sua vez, com suas manobras ousadas e o tom inflamado de seu jornal, tornava-se líder inconteste nas ruas; era a voz e a cara do movimento abolicionista.

A lavoura cafeeira de exportação era o epicentro do problema, concentrando perigosamente a propriedade escrava no Vale do Paraíba, na Zona da Mata mineira e no Oeste paulista. Parte dos fazendeiros cogitava substituir a escravaria por imigrantes. Outra parte, cuja voz parlamentar eram conservadores emperrados, formava Clubes da Lavoura, em defesa de suas propriedades.

Entre 1884 e 1885, Nabuco virou a própria abolição. Sua transformação de pessoa controversa em símbolo aconteceu ao longo da campanha eleitoral mais memorável do Segundo Reinado.

Isabel achou seguro ficar com os conservadores. Chamou João Alfredo, líder deles em Pernambuco. Pragmático como seu partido, findou as delongas e apresentou projeto extinguindo imediata e incondicionalmente a escravidão no Brasil. Os liberais lamentaram que a iniciativa não lhes coubesse, mas hipotecaram apoio. Os conservadores emperrados se exauriram em manifestos apocalípticos.

Em 8 de maio, o projeto extinguindo a escravidão chegou à Câmara.

> No *Diário* de Rebouças, o próprio, famoso pelo caderninho implacável em que anotava tudo e na frente de todos, nos deixou uma pequena e interessantíssima cronologia da abolição, no decorrer do ano de 1888.[12]
>
> **12 de fevereiro**
> Primeira batalha de flores em Petrópolis.
> Primeira manifestação abolicionista de Isabel I.

25 de fevereiro
Libertação da Cidade de S. Paulo em honra do aniversário natalício de Antonio Prado.

26 de fevereiro
1.º concerto, promovido por Isabel I, para a libertação de Petrópolis.

11 de março
1.ª conferência, em Petrópolis, no meu Hotel Bragança, com Antônio Prado, sobre Abolição.

17 de março
2.º concerto para libertação de Petrópolis.
12. REBOUÇAS, 1938, p. 310-312.

1 de abril
Solene libertação de Petrópolis por Isabel I.

7 de abril
Dou ao Presidente do Conselho João Alfredo cópias dos Projetos de Lei de Abolição e de serviços rurais, redigidos a 30 de março.

13 de abril
Manifesto da Confederação Abolicionista em favor da eleição do ministro da Justiça Ferreira Viana, redigido por José do Patrocínio e Luiz de Andrade.

28 de abril
José do Patrocínio publica na *Cidade do Rio* o artigo "Desencargo de consciência", rompendo com os republicanos escravocratas do Rio e de S. Paulo.

29 de abril
Em Petrópolis. Com o presidente João Alfredo; dou-lhe cópia do Regulamento para as colônias penitenciárias agrícolas e uma nota sobre a divisão das fazendas nacionais.

3 de maio
Em Petrópolis e no Rio.
Extraordinária ovação a Isabel I e ao ministério; oferta de camélias do Quilombo Leblon (do negociante Seixas) pelo presidente Clapp; discursos delirantes de Dantas, Nabuco e Patrocínio das janelas do Senado e nas ruas circunvizinhas; todo o Rio de Janeiro em festa.

4 de maio
Almoçaram no Palácio Imperial de Petrópolis 14 africanos foragidos das fazendas circunvizinhas. À noite, a música do imperador percorreu as ruas, em ovação ao mordomo Nogueira da Gama, que libertara todos os seus escravizados, e ao advogado Marcos Fioravanti, que desde 1.º de abril dirige o êxodo sob a proteção de Isabel I.

7 de maio
Apresentação do Ministério João Alfredo às Câmaras; sublime discurso de J. Nabuco.

8 de maio
Apresentação do projeto de lei extinguindo a escravidão. Quis a Justiça Suprema que Joaquim Nabuco falasse em nome do Abolicionismo contra Andrade Figueira, representante do Escravagismo.
Beaurepaire Rohan diz-me, entre lágrimas:
"Estou mais contente do que se eu mesmo fosse liberto."

A Confederação Abolicionista, com oito estandartes e banda de música, dirigindo cerca de 5.000 abolicionistas, em massa compacta no recinto e em torno da Câmara dos Deputados. Delirante ovação na rua do Ouvidor.

9 de maio (5.ª feira d'Ascensão)
A Câmara vota a extinção da escravidão por 89 votos contra 9 em 2ª discussão. Sessão extraordinária: Joaquim Nabuco encerra o debate com o mais lindo discurso.

11 de maio
É apresentado no Senado o projeto de lei extinguindo a escravidão.

12 de maio
O Senado vota em 1ª discussão com 5 votos.

13 de maio
Isabel I extingue a escravidão; apenas o Senado termina a 3ª discussão. Ovações indescritíveis no Rio e em Petrópolis das 6 ½ às 10 da noite.

Depois das festas do 13 de maio, a maioria dos reformistas desfraldou a bandeira republicana. Já Nabuco sagrou-se cavaleiro desvelado da realeza, vendo em Isabel a via de continuidade das reformas, como explicou a Penedo, em 25 de maio:

> A princesa tornou-se muito popular, mas as classes fogem dela e a lavoura está republicana. Em tais condições eu que hei de ser o último dos monarquistas [...]. Preciso bater-me pela princesa, a nossa Lincoln, como me bati pela abolição.[13]

Em seu discurso de 3 de maio, na abertura da terceira sessão da 20ª Legislatura da Assembleia Geral, Isabel destacou:

> A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários.
>
> Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições.
>
> Mediante providências que acautelem a ordem na transformação do trabalho, apressem pela imigração o povoamento do país, facilitem as comunicações, utilizem as terras devolutas, desenvolvam o crédito agrícola e aviventem a indústria nacional, pode-se asseverar que a produção sempre crescente tomará forte impulso e nos habilitará a chegar mais rapidamente aos nossos auspiciosos destinos.

No dia seguinte, a princesa convidou 14 negros fugidos, capturados e alforriados para almoçarem com a família imperial na Quinta da Boa Vista.[14]

Em 12 de maio, tal como mostrou o diário de Rebouças, a Câmara

aprovou o projeto de libertação dos escravos. Em 13, foi a vez do Senado e da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. Estava extinta a escravidão no país pela Carta de Lei nº 3.353.

Publicada em sua autobiografia *Alegrias e Tristezas*, a carta-testamento de Isabel para seus filhos também revela detalhes do que se passou:

> A 8 de junho de 1887, voltando da Europa, encontrei meu pai ainda bastante enfraquecido pelos acessos de febre que lhe haviam posto a vida em perigo. Aconselhavam os médicos uma viagem à Europa, certos de que isto seria de grande proveito. Eu não ousava me pronunciar com receio de errar. Meu pai partiu a 30 de junho. O barão de Cotegipe, presidente do Conselho, apresentou-me então sua demissão, que eu não aceitei, julgando-o capaz de sustentar a situação política e militar, bastante tensa. Seus sólidos sentimentos religiosos eram razão bastante para conservá-lo no poder.
>
> Via eu que a questão da escravatura ganhava terreno dia a dia; não havia publicações ou artigos de jornais que eu não lesse, convencendo-me cada vez mais ser necessário andar nesse sentido.
>
> Falei a respeito ao barão de Cotegipe, que me respondeu nada poder fazer contra a Lei Saraiva (segunda lei de 28 de setembro de 1885 sancionada no intuito de melhor satisfazer os anseios abolicionistas, e segundo a qual todo escravo que atingisse 60 anos seria livre) pela qual trabalhara, podendo entretanto fazê-la interpretar de modo a que dentro de pouco tempo (três ou quatro anos, segundo ele) estivesse extinto o cativeiro.
>
> Encerraram-se as câmaras e o barão de Cotegipe prometeu-me que nesse intervalo estudaria a questão. Mas sentia que a ideia não progredia em seu espírito, nem quando lhe falava em particular, nem quando o fazia em Conselho de Ministros. E o ideal tomava sempre mais impulso graças ao conselheiro João Alfredo no Norte e ao conselheiro Antônio Prado no Sul.
>
> Agitava-se o país, fugiam os escravos, em massa, das fazendas. Eu via o perigo que tudo isso representava para a nação se o governo não tomasse a dianteira do movimento.
>
> A própria escravidão, em si, atentado à liberdade humana, repugnava-me. A Igreja, pela voz de Leão XIII, a condenava. Quanto aos proprietários de escravos, não tinham já fruído bastante o trabalho dos pobres negros? Que se deveria fazer? Indenização? Pensei muito, refleti muito seguindo impulsos de meu coração, fiz o que julguei de meu dever fazer: estranhando mesmo depois, com a facilidade com que corriam as coisas, todos os elogios que recebia à coragem que havia demonstrado, dificuldades e grandezas do fato…
>
> Em Petrópolis realizou-se uma batalha de flores a favor da emancipação nessa cidade. Estávamos em 1888.
>
> Desordens e motins tiveram lugar no Rio, no mês de março, entre a polícia e o exército. Verificou-se então a crise do gabinete Cotegipe. O conselheiro João Alfredo tornou-se presidente do Conselho de Ministros. Entre as primeiras frases trocadas entre nós, falei-lhe da abolição da escravatura.
>
> Transcorreram dias e semanas sem que eu ousasse perguntar ao ministério o que faria pela abolição, já lhe tendo manifestado com bastante clareza o meu modo de pensar.
>
> A 6 de maio a lei de abolição completa e imediata era apresentada às Câmaras, aí votada a 10, no Senado a 13 e imediatamente sancionado por mim. Festas e demonstrações de toda a sorte tiveram lugar.
>
> Encontrava-se meu pai em Milão, e estava agonizando. Lembrou-se minha mãe de transmitir-lhe a boa-nova, que recebera por telegrama. Ao ouvir a notícia, proferiu meu pai estas palavras: Oh, grande povo, diga a minha filha… Estava salvo.
>
> A 22 de agosto desembarcavam meus pais no Rio em meio de ovações de toda a sorte –

com as da abolição, as mais entusiásticas que já vi. A saúde de meu pai não era mais a que fora antes, mas fora-nos restituído por algum tempo ainda, a fim de receber depois da coroa gloriosa de um trono deste mundo, a coroa mais árdua de carregar, mas não menos preciosa, qual a do sofrimento, suportada com coragem e generosidade.

1887

2 de julho de 1887, São Cristóvão[15]

Meus queridos e bons Pais

Muito me comoveu a missa de hoje na Misericórdia pelas recordações! Que saudades!!! Já marcamos as audiências para as quintas-feiras seguidas do despacho, as recepções para as segundas e o Corpo Diplomático para as primeiras terças-feiras dos meses. Por ora eis meus únicos atos oficiais. Quem me dera não ter nenhum a fazer!!! [...]

25 de agosto de 1887, São Cristóvão[16]

Minha querida e boa Mamãezinha

É da grande sala do meio da Biblioteca de Papai em cima que lhe escrevo.
Creio ter dado conta de quanta traça havia, mas lhe asseguro que nunca em minha vida vi nem tão gordas! Os papéis estão em boas latas que serão fechadas, e a maior parte dos livros em estantes. Lhe asseguro que com muito interesse e amor é que me tenho ocupado disso. Pendurei os quadros nas paredes embaixo perto de meus quartos ou nos meus quartos. O bom retrato grande de Papai a óleo que estava na biblioteca de baixo, assim como um muito bom seu em fotografia, pendurei-os no meu quarto, ao menos os tenho em imagem. Quando os terei na realidade?!! Saudades e mais saudades!!!
[...]

25 de agosto de 1887, São Cristóvão[17]

Meu querido e bom Papaizinho

Saudades e mais saudades!!! E como as senti sexta-feira passada num ensaio no Cassino! Como me lembrei de suas boas-vindas aí! As lágrimas corriam-me ao sentar-me para escutar a 2ª Sinfonia de Beethoven (sua tão conhecida), e lhe asseguro que não estavam secos também os olhos das minhas duas amigas que tinha ao lado! Quando o tornarei a ver?!!!, mas por ora pense sobretudo em curar-se bem, e pelo amor de Deus e pelo meu não se canse demais!
O marquês de Três Rios acaba de alforriar os escravos que tem e que são mais de 300! Que gosto teria de ver atos semelhantes por toda parte! Felizmente cada vez tem-se tornado mais amiudados.
[...]

30 de setembro de 1887

Minha querida condessinha

É ainda de São Cristóvão que lhe escrevo e dir-lhe-ei que não tenho pressa em deixar este lugar tão cheio de recordações das que andam por lá, de que tanto gosto também, e onde me acho bem a cômodo, bem a longe e longe do barulho. Gastão lhe tem escrito, Amandinha também. Esta lhe deu meu recado do porquê não lhe tenho escrito, e também um recado sobre rendas. A biblioteca de Papai está agora bem em ordem, e disso me ocupei com amor e levou-me muito tempo.
Você não faz ideia da papelada que se desencavava de todos os cantos. Sabia bem que você não desejaria que suas cartas andassem às vistas de pessoas que examinassem a biblioteca e por isso logo que dei com elas reuni-as todas e juntei-as nesta [casa] com cuidado às que Papai tinha no quarto dele. Papai tem preciosidades naquela biblioteca dele e penso que com o empurrão que dei poderá ser muito melhor vigiadas agora e limpas. Amandinha e o Dória muito me ajudaram nos arranjos.
[...]

Carta da princesa Isabel para a condessa de Barral

3 de dezembro de 1887, Paço Isabel, Rio de Janeiro[18]

Meu querido Papaizinho

Que saudades tenho sempre e especialmente senti-as ontem! O dia foi um pouco de cansaço, mas passou-se bem. A Câmara Municipal libertou pelo livro de ouro 62 escravos. Já dei a ideia de uma festa importante neste sentido para sua chegada! Quem dera que todos fossem seguindo o exemplo dos fazendeiros de São Paulo! O Rio de Janeiro por ora está muito emperrado, mas mais tarde ou mais cedo será constrangido a fazê-lo o mesmo que os outros. Os meninos lhe mandam um exemplar do jornalzinho que imprimiram ontem. O Luís tem-se tornado um bom tipografozinho e sozinho imprime seu jornal.
[…]

22 de fevereiro de 1888, São Cristóvão[19]

Querida queridíssima

Gaston lhe tem escrito e lhe tem mandado os jornaizinhos dos meninos onde você verá tudo o que se fez pela emancipação dos cativos de Petrópolis. Como já lhe disse, atualmente é quase que tolice empregar dinheiro em libertar escravos, mas vimos que podíamos libertar já os que ficarão livres daqui a ano e meio (é convicção minha e da maioria). É sempre uma caridade grande, e de além disso o que mais nos influenciou foi a ideia de dar um empurrão ao pensamento da abolição com pequeno prazo que parece estar no ânimo de todos, exceto no dos empurrados que é necessário acordar. Ou acordam ou a onda os levará. Que Deus nos proteja, e que mais essa revolução ou evolução nossa se faça o mais pacificamente possível. Você terá lido o horrível assassinato do Delegado da Penha do Rio do Peixe. Parece que os instigadores do crime tão horroroso foram dois sul-americanos escravagistas. Antes isso! Mil saudades! de ambos para vocês todos.

Sua muito e muito de coração

Isabel condessa d'Eu

Carta da princesa Isabel para a condessa de Barral

14 de março de 1888, São Cristóvão[20]

Meus queridos e bons Pais
[…]

Quanto ao ministério terão sabido pelos jornais o que houve. Os últimos tumultos muito me entristeceram. Há tempos minhas ideias divergiam das do ministério, sentia que o governo perdia muita força moral, já alguma coisa neste sentido dissera há bastantes semanas, agora com mais firmeza e por escrito, censurando ao mesmo tempo a polícia em grande parte do que houve: a polícia ou antes as atitudes tomadas pelas autoridades policiais há já algum tempo. Minha declaração da perda da força moral e de que insistia pela demissão do chefe de polícia deu em resultado a queda do ministério. Não me arrependo do que fiz. Mais tarde ou mais cedo teria feito, confesso que uma surda irritação se apoderara de mim, e em consciência não devia continuar com um ministério, quando eu por mim mesma sentia e estava convencida de que ele não preenchia as aspirações do país nas circunstâncias atuais. Deus me ajude, e que a questão da emancipação dê breve o último passo que tanto desejo ver chegar! Há muito a fazer, mas isto antes de tudo.
[…]

13 de maio de 1888, Petrópolis[21]

Meus queridos e bons Pais

Não sabendo pelo qual começar hoje, Mamãe por ter tanto sofrido estes dias, Papai pelo dia que é, escrevo a ambos juntamente. É de minha cama que o faço, sentindo necessidade de esticar-me

depois de muitas noites curtas, dias aziagos e excitações de todos os gêneros. O dia três-ante-ontem foi um dia de amargura para mim, direi para todos os brasileiros e outras pessoas que os amam. Graças a Deus desde ontem respiramos um pouco e hoje de manhã as notícias sobre Papai eram muito tranquilizadoras.

Também foi com o coração mais aliviado que perto de uma hora da tarde partimos para o Rio a fim de eu assinar a grande lei, cuja maior glória cabe a Papai, que há tantos anos esforça-se para um tal fim. Eu também fiz alguma coisa e confesso que estive bem contente de também ter trabalhado para ideia tão humanitária e grandiosa. A maneira pela qual tudo se passou honra nossa pátria e tanto maior júbilo me causa. Os dois autógrafos da lei e o decreto foram assinados às 3 ½ em público na sala que precede o grande do teatro tomada a arranjar depois de sua partida. O Paço (mesmo as salas) e o largo estavam cheios de gente e havia grande entusiasmo, foi uma festa grandiosa, mas o coração apertava-se me lembrando que Papai ali não se achava! Discursos, vivas, flores, nada faltou, só a todos faltava saber Papai bom e poder tributar-lhe todo o nosso amor e gratidão. Às 4 ½ embarcamos de novo para Petrópolis; novas demonstrações nos esperavam, todos estando também contentes com as notícias de manhã de Papai. Chuva de flores, senhoras e cavaleiros armados de lanternas chinesas, música, foguetes, vivas. Queriam puxar meu carro, mas eu não quis e propus antes vir a pé com todos da estação. Assim fizemos, entramos no Paço, fomos abraçar os meninos e continuamos até a Igreja do mesmo feitio que vimos na estação. Um bando de ex-escravos fazia parte do préstito armados de archotes. Chuviscava e mesmo choveu, mas nessas ocasiões não se faz caso de nada.

Boas noites, queridos, queridíssimos!!!

(carta sem assinatura)

2 de junho de 1888, Petrópolis[22]

Minha querida Mamãezinha

Leia tudo o que lhe escrevo e jornais que lhe mando antes de

mostrá-los a Papai, para que eles não possam causar-lhe qualquer emoção prejudicial. Não posso saber como ele se achará quando o que mando lhes chegar.
Sua filhinha que tanto os ama

Isabel condessa d'Eu

---

1. DAIBERT JR., 2009, p. 112.
2. NASCIMENTO, Carla Silva do. *Uma escrita epistolar da crise: o barão de Cotegipe e a queda do Império*. In: XXVI Simpósio Nacional da ANPUH, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p. 8.
3. SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da Escravatura: Uma investigação de história cultural.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
4. SILVA, 2003.
5. SILVA, 2003, p. 13.
6. SILVA, 2003, p. 29.
7. SILVA, 2003, p. 35-36.
8. SILVA, 2003, p. 37.
9. CARVALHO, 2011, p. 316.
10. NASCIMENTO, 2011, p. 9.
11. ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco – Os salões e as ruas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 69.
12. REBOUÇAS, 1938, p. 310-312.
13. NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1929, p. 94.
14. CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoques, 1808-1964: a história contada por jornais e jornalistas.* Rio de Janeiro: Record, 2001, 2 vols., p. 155.
15. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 3-32(1887).
16. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 4-30(1887).
17. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 5-14(1887).
18. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 4-30(1887).
19. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 5-15(1888).
20. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 3-33(1888).
21. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 3-33(1888).
22. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 4-31(1888) .

[capítulo XVIII]

1888

A Abolição



Dia 13 de maio em Santo Amaro
Na praça do mercado
Os pretos celebravam
(Talvez hoje inda o façam)
O fim da escravidão
Da escravidão
O fim da escravidão

Tanta pindoba
Lembro do aluá
Lembro da maniçoba

Foguetes no ar

Pra saudar Isabel,
ô Isabé
Pra saudar Isabé[1]

Isabel acordou em Petrópolis na manhã de 13 de maio de 1888. Ela já sabia o que aquele domingo de sol e data do aniversário de seu bisavô, D. João VI, lhe reservava. Ocupava a regência do trono brasileiro pela terceira vez, na ausência do pai, o imperador D. Pedro II, bastante doente e em viagem para tratamento na Europa.

As últimas notícias sobre a saúde do imperador vinham da Itália, onde ele enfrentava uma árdua batalha contra todas as suas dores. O historiador Hermes Vieira, no livro *A princesa Isabel no cenário abolicionista*,[2] descreveu o estado de saúde de D. Pedro II como à beira da morte.

> Num aposento de hotel, em Milão, curtia padecimentos mortais, chegando até a receber a extrema-unção. Havia no dia 3 de maio amanhecido com febre alta e uma forte opressão no peito. De repente, tudo se complicou. E caiu gravemente enfermo. Felizmente a paralisia bulbar que o prostrava foi, a pouco e pouco, debelada. De sorte que já no dia 13 estava bem melhor.

Nos dias 12 e 13, telegramas despachados de Milão ao governo brasileiro deram conta de uma melhora sensível na saúde do imperador:

> Os fenômenos cerebrais cessaram após delírio intenso. Agora está em plena integridade de suas faculdades mentais. Atribui-se esse resultado à aplicação de gelo na cabeça e às injeções hipodérmicas de cafeína, receitadas pelo Dr. Semmola. É esperado o Dr. Charcot.
>
> Milão, 13 – O estado de S.M. o Imperador apresenta progressivas melhoras, conforme o boletim dos médicos assistentes. Os Drs. Charcot, Semmola e Giovanni declaram em boletim que a febre tem declinado quase totalmente e que o estado nervoso do augusto enfermo é calmo.

No Brasil, poucos sabiam do estado de saúde do imperador. Aos 42 anos, herdeira presuntiva da Coroa desde os 4 e jurada aos 14, Isabel estava à beira de consolidar o ato mais importante de todos os três anos e cinco meses em que governou o Brasil com o parlamento. Além de ter forçado à demissão o presidente do Conselho de Ministros, João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, em março daquele mesmo ano, e criado um novo gabinete com o conselheiro João Alfredo no comando junto a dois outros representantes do Partido Conservador, Isabel entendia ter chegado a hora de libertar os escravos.

Seu marido, o conde d'Eu, por quem enfrentara a antipatia popular, o descaso do imperador e o temor dos políticos em apoiar seu projeto de

poder, tinha plena consciência de que o ato da assinatura da lei de libertação dos negros escravos traria sérias e fatais consequências à mulher, com quem se casara em 1864 e com quem tivera três filhos. Havia, ainda, claro, a questão religiosa. Muitas vezes atacada e acusada de ter assinado a Lei Áurea apenas por ser católica fervorosa, Isabel também estava consciente da posição do pai, mais conservadora e diferente da que ela já havia tomado.

Com certeza, concordam os biógrafos do imperador, ele seria mais conciliador com os donos de terra, com os fazendeiros e donos de escravos. Mas, como as notícias eram de que ele estava realmente muito doente, somente Isabel poderia saber que o momento para o Brasil enterrar de vez a escravidão era, de fato, aquele. Deveria deixar Petrópolis de manhã (cidade que libertara quase a totalidade de seus escravos em 1º de abril, 42 dias antes de ela assinar a Lei Áurea) e chegar à capital Rio de Janeiro, ainda escravizada, à uma hora da tarde. Exatamente no momento em que Isabel deixou Petrópolis, o Senado aprovou a lei na capital do país.

De Petrópolis ao Rio, pela estrada de ferro, pôde relembrar a recente trajetória daquele mês de maio. No dia 3 de maio havia feito o discurso de abertura da terceira sessão da 20ª Legislatura da Assembleia Geral da Câmara dos Deputados.

No dia 8, o governo apresentou à Câmara o projeto de abolição imediata da escravatura, sem direito a indenização. Sobre esta sessão da Câmara, Isabel recebeu a mais detalhada reconstituição, feita pela amiga Maria Amanda Paranaguá Dória, a baronesa de Loreto. Amandinha foi como uma espiã da princesa naquela tão importante sessão da Câmara:

> Minha muito querida princesa
>
> Volto neste momento, 3 horas da tarde, da Câmara dos Deputados, entusiasmada pela sessão de hoje. Aqui junto as minhas palmas às que naquele recinto recebeu Vossa Alteza Imperial.
>
> Lá vem a descrição pálida do que vi:
>
> **1º |** Apresentaram as propostas da Fazenda e da Guerra os respectivos ministros, que dificilmente romperam a multidão que enchia a porta de entrada. O Thomas Coelho passou a reboque de outro deputado que ia na frente abrindo caminho. O João Alfredo, mais magrinho, penetrou com mais facilidade. Retiraram-se ambos com as formalidades do estilo.
>
> **2º** | Assim que o Rodrigo e Silva apareceu, foi saudado freneticamente e coberto de flores no momento em que foi tomar lugar ao lado do presidente da Câmara.
>
> Acabando de ler a proposta da Abolição imediata e incondicional do elemento servil, teve palmas e ramos de flores. Vi umas camélias brancas parecidas com as do quilombo do

Seixas e, creio entregues pelo mesmo [Clapp].

O ministro saiu carregado pelo povo; depois levantaram-se todos os deputados e deram inúmeros vivas ao imperador e a V.A.I. as galerias e várias pessoas do recinto.

Foi uma festa imponente e o nome de V. A. foi muito vitoriado.

Joaquim Nabuco pedia a palavra pela ordem e fez um brilhantíssimo discurso acabando por propor que fossem dispensados os trâmites legais seguidos nas outras vezes e que prontamente se nomeasse a comissão para dar parecer rápido.

O presidente assim no requerimento e J. N., Celso, Maciel, Duarte de Azevedo e dois mais, em cinco minutos deram seu parecer, que foi lido pelo Duarte de Azevedo no meio de manifestação de aplausos.

Mas era preciso que houvesse, como em todas as alegrias, uma nota discordante e essa foi a do Andrade Figueira, que estranhou a rapidez com que tudo isso era feito: disse que o presidente da Câmara havia exorbitado, que não era caso de urgência e que era contrário à Constituição o parecer da comissão.

Depois se virou contra o Nabuco por ter dito que a reforma devia ser votada por aclamação da Câmara, embora nela houvesse algum coração de bronze.

A este tópico, o deputado pelo Rio de Janeiro contrapôs o seguinte: se alude a mim o ter coração de bronze, antes quero tê-lo de bronze do que de lama, como o do nobre deputado por Pernambuco.

Este discurso promoveu estrondosa pateada, vaias, gritarias, enfim enorme balbúrdia.

Joaquim Nabuco replicou com bastante energia, dizendo que era com o seu coração de lama que ele falava num assunto tão grandioso, exprimindo a vontade da nação inteira, que as manifestações do povo não deveriam ser reprimidas como exigia o Andrade Figueira, por ser este um caso excepcional e muito mal comparado pelo A.F. quando disse que aquelas orações eram muito próprias de um circo de cavalinhos, do que uma Câmara. Nunca vi sessão mais variada.

Tivemos palmas, vivas, flores, vaias, gritaria e, finalmente na rua, grande número de pessoas com estandartes e música.

Amanhã teremos a discussão da proposta, votada quase por unanimidade.

Amanhã teremos a fortuna de ver V.A.I. cujas mãos Franklin e eu beijamos.

Amanda[3]

A aprovação se deu em tempo recorde, graças ao esforço da bancada antiescravagista – liderada pelo pernambucano Joaquim Nabuco – e com a ajuda do presidente da Casa, Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena (PE).

Na Câmara dos Deputados, naquele mesmo dia 8, o projeto teve apenas 12 votos contrários. Dois dias depois, o Senado o aprovou, com o voto contrário de apenas cinco senadores. O ministro da Agricultura, deputado Rodrigo Augusto da Silva, foi o portador da mensagem, tendo lido o sucinto texto de apenas dois artigos:

Art. 1º | É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.
Art. 2º | Revogam-se as disposições em contrário.

Assim registrou a data histórica o jornal *Gazeta de Notícias*:

Terminada a leitura, o Plenário irrompeu em ruidosas manifestações, seguido pelas galerias. Joaquim Nabuco era um dos mais emocionados.

"A escravidão ocupa o nosso território, oprime a consciência nacional e é pior do que o estrangeiro pisando no território da Pátria. Precisamos apressar a passagem do projeto, de modo que a libertação seja imediata", propôs Nabuco, sugerindo a criação de uma comissão especial e a dispensa de todos os prazos para que a lei pudesse ser votada pela Câmara já no dia seguinte. Andrade Figueira, deputado pelo Rio de Janeiro e líder da bancada antiabolição, protestou, sem sucesso, contra a tentativa de acelerar a tramitação.

"Quaisquer que sejam as impaciências para converter em lei a proposta do governo, acho que é preciso colocar acima de tudo a legalidade dos atos do Parlamento" argumentou o representante dos fazendeiros fluminenses, acusando os abolicionistas de rasgar o Regimento da Câmara.

A sessão do senado foi das mais imponentes e solenes. O povo que cercava todo o edifício invadiu os corredores e as galerias foram ocupadas por senhoras. Ao terminar o seu discurso, o senador Correia, que se congratulou com o país pela passagem do projeto, foi fortemente ovacionado.

Sobre os senadores caiu nessa ocasião uma chuva de flores, que cobriu completamente o tapete; foram soltados muitos passarinhos e pombas. (...) [4]

Mais uma vez, a fiel Amandinha relatou, em carta, todos os acontecimentos daquele dia 10:

Minha muito querida Princesa

10 de Maio de 1888

Tomara que, pelos telegramas de hoje, acentuasse as melhoras de Sua Majestade o Imperador, a quem desejamos ardentemente franca e pronta convalescença.

Na Igreja d'Ajuda assistimos esta manhã ao Mês de Maria e a missa dita pelo Mons. Brito. Com ele falei e soube que amanhã Mons. Brito irá a Petrópolis pregar, se não houver algum impedimento forte.

Vi a sessão de hoje que esteve solene; o povo invadiu até o recinto da Câmara e era impossível conter as exclamações de entusiasmo que se ouviam a cada momento.

Mas, ao lado do prazer vem quase sempre alguma tristeza e o Carlos Peixoto (com sua voz já lacrimosa por natureza) anunciou o falecimento do barão da Leopoldina, propondo que se lançasse até um voto de pesar por semelhante motivo.

À 1 hora começou a terceira discussão da proposta do elemento servil e o Lourenço de Albuquerque explicou o veto que dera na véspera em favor da grande questão.

Confessou não ter queda pelo abolicionismo e dizia "não" se, com o seu voto, pudesse impedir a passagem dessa lei que vai ser causa de grandes males para a nossa pátria.

Depois de algum sentimentalismo fez uma invocação, rogando a Deus que conjurasse as desgraças que vão cair sobre nós, e fizesse com que ele, Lourenço, se enganasse.

O Pedro Luiz (tão diferente daquele que já não existe) falou em seguida atacando com veemência esta Reforma tão bela, estranhando as incoerências da Câmara, que no ano passado pensava de outro modo e, depois de muito gritar, acabou dizendo que a imprensa fora a causa principal desta reviravolta conseguindo hipnotizar a Câmara, os ministros e até o Trono.

[...]

Joaquim Nabuco falou em último lugar felicitando a Nação por ter conseguido o fim desejado da abolição e pedindo que o Senado fizesse o mesmo que a Câmara, dispensasse

os interstícios e votasse o mais depressa possível a referida Lei.

Terminado esse discurso, repetiram-se os vivas.

De um canto da galeria, não sei que fotógrafo teve a feliz ideia de assentar a máquina e tirar a vista daquela sessão neste momento memorial!

Antes das 2 horas estava terminada a belíssima campanha na Câmara dos Deputados no meio de foguetes, vivas prolongados a S.M. o Imperador, a V.A. Imperial, ao ministério e a várias outras pessoas.

Houve linda chuva de flores desfolhadas. Sobre a mesa caíram muitos ramos, e ao presidente da Câmara foi ofertado um ramalhete de flores artificiais.

O contentamento era visível em todas as fisionomias, mesmo o Andrade Figueira parecia calmo e sereno.

Amanhã tenciono ir ao Senado, e aquilo que o presenciar ali comunicarei a V.A.I. em minhas toscas palavras mal alinhavadas.

Franklin tem a honra de remeter a V.A. a continuação do artigo que ele deseja, esteja do agrado de V.A.I.

Ambos nós beijamos a Mão da boa e muito querida princesa cujos triunfos aplaudimos de coração.

No ponto dos bondes ouvi diversas conversas, mais ou menos nesse gosto: adeptos de tão bonita ação, não duvido pegar em armas e defender a princesa!

E como estes, outros elogios!

Saudamos respeitosamente a S.A., ao Senhor conde d'Eu e aos príncipes.

Sempre com o maior afeto.

A muito dedicada amiga do coração.

Amanda[5]

Um dos nove deputados que votaram contra a extinção da escravatura, Alfredo Chaves dirigiu seus ataques ao ministro Rodrigo Silva, que para ele apresentou o projeto "sem nenhuma razão de estado", cedendo a pressões e ignorando os direitos dos proprietários rurais: "O projeto é uma ameaça iminente à ordem pública, porque não se tomaram precauções para garantir a sociedade contra essa classe de cidadãos novos que a ela são atirados, sem os meios, sequer, de proverem a sua subsistência", disse o deputado escravagista, em referência ao número de 600 mil escravos que ainda existiam no país.

Para o deputado, o governo imperial caiu em contradição ao apresentar o projeto em plena vigência da Lei do Ventre Livre, que já fixava critérios de reparação aos senhores de escravos, além de estabelecer as condições em que o fim completo do regime servil se daria no país.

A *Gazeta da Tarde* de 15 de maio de 1888 faz um detalhado relato dos acontecimentos:

Desde 1 hora da tarde de anteontem começou a afluir ao Arsenal da Marinha da corte grande número de senhoras e cavalheiros que ali iam esperar a chegada de Sua Alteza a Princesa Imperial Regente. Às 2 horas e ¾ da tarde chegou a galeota imperial trazendo a

seu bordo Sua Alteza a Princesa Regente acompanhada de seu augusto esposo, Sua Alteza o Sr. Conde d'Eu, general Miranda Reis, chefe de divisão João Mendes Salgado e dos ministros de Agricultura e Império.

Sua Alteza trajava um vestido de seda cor de pérolas, guarnecido de rendas valencianas. Ao saltar no Arsenal foi Sua Alteza vistoriada pelas senhoras que ali se achavam, erguendo-se vivas a Sua Alteza e a Sua Majestade o Imperador.

Às 2 ½ horas da tarde já era difícil circular nas proximidades do Paço da Cidade. Calculou-se para mais de 10.000 o número de cidadãos, que ali aguardavam a chegada de Isabel. Pouco antes das 3 horas da tarde, foi anunciada sua chegada pelos gritos do povo, que em delírio a aclamava, abrindo alas. Ministério, camaristas e damas do paço vieram recebê-la à porta. Acompanhada de Gastão, subiu a princesa. Da sacada, grande número de senhoras atiravam flores.

Assim que deixou o Paço da Cidade, Isabel tratou, imediatamente, de avisar o pai que estava na Itália, em carta e telegrama.

Empereur Brésil, Milan.

Acabo de Sancionar a Lei da extinção da escravidão. Abraço Papai com toda a efusão do meu coração. Muito contentes com suas melhoras. Comungamos hoje por sua intenção.

Isabel[6]

Na cerimônia de assinatura da lei, na sala do Trono, Isabel estava com o marido e os ministros da Agricultura e do Império, quando a comissão lhe levou os papéis para assinar. Coube ao senador Dantas dizer as palavras com que entregaria o decreto, assinalando a significação do ato que todos então presenciavam:

Senhora,

A comissão especial do Senado, tendo cumprido o dever de apresentar à sanção de Vossa Alteza Imperial Regente a lei que extingue desde hoje a escravidão em nossa pátria, pede reverentemente vênia a Vossa Alteza Imperial para: em primeiro lugar congratular-se com Vossa Alteza Imperial e com todos os brasileiros, pelas auspiciosas notícias, que o telégrafo nos transmitiu, de achar-se melhor de seus graves padecimentos Sua Majestade o Imperador, o Primeiro Representante da Nação, e também o primeiro entre os mais esforçados propugnadores do grande e jubiloso acontecimento que acaba de realizar-se.

E em segundo lugar para felicitar a Vossa Alteza Imperial por caber-lhe a glória de assinar a lei que apaga dos nossos códigos a nefanda mácula da escravidão, como já lhe coube a de confirmar o decreto que não permitiu nascerem mais cativos no Império do Cruzeiro!

A princesa, apenas respondeu:

Seria o dia de hoje um dos mais belos da minha vida, se não fosse saber estar meu pai enfermo. Deus, porém, permitirá que ele nos volte para tornar-se, como sempre, tão útil à nossa pátria.

Sentou-se à mesa, tomou da caneta que lhe fora oferecida por subscrição popular para a assinatura do decreto da libertação dos escravos, e traçou o seu nome na Lei Áurea.

José do Patrocínio, emocionadíssimo, ajoelhou-se a seus pés querendo beijá-los. E, levantando-se, pronunciou a sua mais vigorosa oração em torno da total emancipação dos seus irmãos cativos. Joaquim Nabuco, trêmulo de contentamento, anunciou de uma das janelas do Paço, ao povo, que não mais havia escravidão em terras de Santa Cruz. Cerca de vinte mil vozes em coro saudaram a libertação.

Isabel, alegre, satisfeita, chamou o barão de Cotegipe, que tinha até as últimas resistido ao voto da medida, e mostrou-lhe, de uma das janelas do Paço, o entusiasmo geral provocado pela lei que acabava de assinar. Perguntou-lhe, sorrindo:

– Então, barão, não foi acertada a votação desta lei?

Cotegipe apenas lhe respondeu:

– Redimistes, sim, Alteza, uma raça; mas perdestes vosso trono!

Cotegipe não estaria vivo para ver sua profecia se concretizar, já que morreu em 13 de fevereiro de 1889, nove meses antes de D. Pedro perder o trono e partir com a família para o exílio.

A imprensa reagiu com grande entusiasmo à assinatura da Lei Áurea. As manchetes:

> Viva a Pátria Livre!
> Viva o Ministério 10 de Março!
> Viva o Gloriosa Dia 13 de Maio!
> Viva o Povo Brasileiro!
> Viva!
> A Liberdade dos Escravos É Hoje Lei do País
> (*O Carbonário*)
>
> Brasil Livre – Treze de Maio – Extinção dos Escravos
> (*Gazeta de Notícias*)
>
> As Festas da Igualdade
> (*A Cidade do Rio*)
>
> Ao Povo Brasileiro – Pela Liberdade dos Escravos
> Lei 3353 de 13 de Maio de 1888
> (*Gazeta da Tarde*)
>
> A Festa da Liberdade
> (*Gazeta da Tarde*)
>
> O Diário de Notícias Significa Todo O Seu Júbilo Pela Nova Era da Vida E Da

Nacionalidade Ontem Iniciada
(*Diário de Notícias*)

Ave, Libertas!
(*O Paiz*)[7]

Um dos negros mais influentes do Segundo Império, o maior escritor de língua portuguesa em terras brasileiras, Machado de Assis escreveu sobre o dia em que todos os negros passaram a ser livres:

13 de maio

Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do Senado e da sanção da Regente. Estava na Rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria geral.

Um conhecido meu, homem de imprensa, achando-me ali, ofereceu-me lugar no seu carro, que estava na Rua Nova, e ia enfileirar no cortejo organizado para rodear o paço da cidade, e fazer ovação à Regente. Estive quase, quase a aceitar, tal era o meu atordoamento, mas os meus hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade me retiveram melhor que as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro, e recusei. Recusei com pena. Deixei-os ir, a ele e aos outros, que se juntaram e partiram da Rua Primeiro de Março. Disseram-me depois que os manifestantes erguiam-se nos carros, que iam abertos, e faziam grandes aclamações, em frente ao paço, onde estavam também todos os ministros. Se eu lá fosse, provavelmente faria o mesmo e ainda agora não me teria entendido… Não, não faria nada; meteria a cara entre os joelhos.

Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da Poesia. A Poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine, em que o nosso nome está perpétuo. Neles conta o capitão do navio negreiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde "a casa Gonçalves Pereira" lhe pagou cem ducados por peça. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador e lhe chame Gonzales Perreiro; foi a rima ou a sua má pronúncia que o levou a isso. Também não temos ducados, mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador.

Machado de Assis
(Memorial de Aires, 1908)

---

1. "13 de Maio", música de Caetano Veloso, CD *Noites do Norte*, 2000.
2. VIEIRA, 1941, p. 318.
3. Arquivo Grão-Pará, Pasta CCXIV – 1 – 5 (1888).
4. *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1888.
5. Arquivo Grão-Pará, Pasta CCXIV-1-5 (1888).
6. Arquivo Grão-Pará, Pasta XLI-3-33 (1888).
7. O Rio de Janeiro através dos jornais: www1.uol.com.br/rionosjornais/



40. Rua dos Ourives 40.

RIO DE JANEIRO

Conservão-se as Chapas para Reproducções.

[capítulo XIX]

1889

A Guarda Negra e a proteção da família



A opinião do barão de Cotegipe era compartilhada pela grande maioria da classe política brasileira no fim do século XIX. Poucos acreditavam que Isabel assumiria de vez o trono do Brasil. E, menos ainda, que D. Pedro II sobreviveria por muito mais tempo. A abolição dos escravos caiu como uma pedra sobre os donos de terras no Brasil. Teriam que se acostumar a pagar pelo trabalho que contratassem. Teriam que se acostumar a trabalhar. De uma hora para a outra, republicanos apareciam por todos os lados. A monarquia já não se mostrava um regime adequado, embora na raiz da questão estivesse mesmo o fato de Isabel existir e de ser

uma mulher. Se fosse homem, tudo provavelmente teria sido diferente.

De qualquer maneira, houve um movimento para apoiá-la. Chamou-se Guarda Negra. Para alguns historiadores, a origem desse movimento está ligada a conservadores como Ferreira Viana e João Alfredo e a abolicionistas como Patrocínio e Émile Rouéde, apoiados por grupos de capoeiras. Sobre a formação da Guarda Negra, depois da abolição, há relatos de dois grupos criados ou reunidos por abolicionistas e membros do Partido Conservador.

O primeiro foi formado por Émile Rouéde em julho de 1888, na casa de amigos. Rouéde convidou os escravos libertos no 13 de Maio para criar uma associação que denunciasse a submissão dos negros à sociedade branca. O segundo foi uma espécie de milícia de brancos e negros alforriados, reunidos pelo gabinete de João Alfredo, que repetia a forma empregada pelo Partido Conservador, contra os inimigos políticos do regime monárquico. O grupo deveria agir de forma clandestina para espalhar o medo entre os adversários e permitir ao Partido Conservador incorporar a camada popular mais pobre sob sua tutela.

A Guarda Negra, ou Guarda Negra da Redentora, foi organizada no Rio de Janeiro a 28 de setembro de 1888, inspirada e dirigida por José do Patrocínio tendo como presidente honorário o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. Permaneceu em franca atividade até a proclamação da República.

De início funcionava modestamente na rua da Carioca, nº 77, local que também abrigava uma Sociedade Recreativa de nome “Habitantes da Lua”, contando então com trezentos membros aproximadamente. A seguir transferiu-se para a rua Senhor dos Passos, nº 165, local onde foi fundada a “Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora”, mais tarde instalada na rua Larga de São Joaquim (hoje Marechal Floriano Peixoto).[1] O jornal *A Cidade do Rio*, dirigido por José do Patrocínio, publicou que, no dia 10 de julho de 1888, a Guarda Negra nasceu em casa de Émile Rouéde, e segundo informações de Rui Barbosa, no *Diário de Notícias* de 9 de maio de 1889, era presidida por Sampaio Viana.[2]

Enfim, a estrutura da Guarda estava montada. Suas atividades concretas são motivo de discordância entre os estudiosos até os dias atuais. Um “partido” político, uma associação apolítica, uma instituição ligada à monarquia, uma guarda, uma milícia? Osvaldo Orico, advogado e escritor brasileiro, foi quem relatou os “compromissos solenes e graves rituais” da organização, o que lhe dava aparências de maçonaria negra: as sessões

eram rigorosamente secretas, "os iniciados contraíam juramentos sagrados, [...] a violação dos segredos podia acarretar até a pena de morte".[3] A cerimônia de admissão era precedida de um juramento solene, tendo o Evangelho como referência:

> "Pelo sangue de minhas veias, pela felicidade dos meus filhos, pela honra de minha mãe e a pureza de minhas irmãs e, sobretudo, por este Cristo, que tem séculos, juro defender o trono de Isabel, a Redentora." E ainda: "Em qualquer parte que os meus irmãos me encontrarem, digam apenas – Isabel, a Redentora – porque estas palavras obrigar-me-ão a esquecer a família e tudo me é caro."[4]

Foram as páginas do jornal de José do Patrocínio, *A Cidade do Rio*, que estamparam o documento de criação da Guarda Negra da Redemptora:[5]

Ficou acertado:

> **1 |** Criar uma associação com o fim de opor resistência material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o País.
>
> **2 |** Só podem fazer parte, como seus sócios ativos, os libertos que se comprometerem a obedecer os mandatos de uma Diretoria eleita, por maioria absoluta, em votação que se efetuará em momento oportuno.
>
> **3 |** Podem ser sócios eletivos unicamente os que consideram o ato memorável do dia 13 de maio acontecimento digno da admiração geral e não motivo para declarar guerra à humanitária princesa que o realizou.
>
> **4 |** Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio para que esta sociedade se ramifique por todo o Império.
>
> **5 |** Pedir à imprensa que participe desse sentimento com o seu valioso concurso.
>
> **6 |** E último. Aconselhar por todos os meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram guerrear o 3º Reinado.

Considera-se este documento uma declaração de fidelidade à princesa Isabel. Nos seis artigos, de forma explícita ou não, a devoção ao regime monárquico está presente. E ser devoto à monarquia, naquele contexto, era ser grato à Regente. Gratidão que seria retribuída na aceitação plena do encargo de garantir o Terceiro Reinado para sua legítima herdeira. Daí a tentativa de cooptar a Confederação Abolicionista, de penetração inconteste dentro do mundo dos escravos, agora libertos. O incômodo causado pela confederação pode ser medido pela preocupação do chefe de polícia da Corte em neutralizar suas ações.

As ações da Guarda Negra foram legitimadas pela fé e devoção religiosas, o que estimulava a entrada de novos membros ao grupamento.

Assim, as divergências já existentes entre José do Patrocínio e os

republicanos, devido à condução do movimento abolicionista, acentuaram-se após a abolição, principalmente pelo apoio do jornalista à Guarda Negra. Quintino Bocaiuva, Silva Jardim e Rui Barbosa entraram no rol dos seus desafetos, acusados de defensores dos "republicanos escravocratas". As polêmicas com Rui Barbosa relacionaram-se à questão dos "crimes" efetuados pelos escravos contra os senhores e feitores durante o cativeiro. Rui Barbosa era favorável à punição, enquanto Patrocínio alegava que os crimes eram decorrentes da violência do cativeiro. A questão só foi resolvida com a república, quando os ex-escravos foram anistiados.

O embate com Quintino Bocaiuva originou-se das disputas eleitorais dentro do Partido Republicano da Corte, acentuando-se com os conflitos ocorridos na cidade entre republicanos e a Guarda Negra. Os atritos com Silva Jardim assumiram uma maior dimensão devido ao conflito ocorrido durante uma conferência do propagandista republicano na Sociedade Francesa de Ginástica, próximo ao largo do Rocio, no Centro do Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1888. Durante o evento, membros da Guarda Negra interromperam o seu discurso de forma violenta.[6]

Ele responsabilizou o governo pela omissão, em especial João Alfredo, presidente do Conselho de Ministros, acusando-o de ser o presidente honorário da Guarda Negra, e Patrocínio por dar cobertura em *A Cidade do Rio* à associação. Relatou que no meio de sua conferência "os assistentes foram atacados", e ocorreu uma "luta renhida", e se não fosse "a defesa heroica e extraordinária dos corajosos ouvintes que estavam no salão, a minha e as suas pessoas teriam sido vítimas da crueldade dos assaltantes". Destacou também que o ambiente foi alvo de pedradas e "constantes tiros", inexistindo condições para a continuidade do evento, já que a própria polícia só interveio quando viu ser grande o estrago.

A oposição aos defensores da República não se limitava a Patrocínio. A população mais humilde, incluindo os libertos, mulatos e brancos pobres, identificava a princesa Isabel como a "heroína" e "defensora" dos oprimidos. As ideias republicanas não tinham grande penetração nos chamados "setores populares", sendo que o próprio imperador detinha grande prestígio entre esses segmentos.

Registra-se que Patrocínio sempre procurou legitimar a Guarda Negra, afirmando, inclusive, que era um "partido político" e que, sendo representante dos negros, deveria sim defender a monarquia, já que a "esmagadora maioria dos libertos era monarquista".[7]

A visão romantizada de Patrocínio sobre a Guarda Negra não abalou sua

importância fundamental na criação do movimento. Se a guarda não se transformou no "partido" representativo das camadas negras, conforme queria o jornalista, ainda assim teve participação de destaque no conturbado final do século XIX.

É o que pensa a historiadora Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. A autora não reconhece a menor possibilidade de o surgimento da guarda responder às necessidades da camada negra marginalizada. Busca seus argumentos nas palavras de Rui Barbosa:

> Esta instituição teve o seu berço na polícia, recebeu do Tesouro o enxoval, a bênção do presidente do Conselho e a santificação batismal da Regência. Nasceu adulta no mal e sequiosa no sangue em que banhou as suas primeiras armas, na capital do Império, a 30 de dezembro de 1888.

A pesquisadora nos conduz à interpretação de que os libertos seriam incapazes de articular ações em favor da princesa, a menos que fossem "conduzidos" por pessoas preparadas e cultas, pela elite branca monarquista, ou por "negros vendidos" como Patrocínio.

Autor de *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*,[8] o professor Carlos Eugênio Líbano Soares, conta:

> Os membros capoeiras e seus descendentes que adentraram a Guarda Negra possuíam, então, um forte sentimento de orgulho e autoconfiança que poderia justificar o pressuposto alto grau de fidelidade e combatividade que era atribuído à organização.

Para o autor, havia também uma predisposição dos marginalizados contra a rigidez do aparelho repressivo do Rio de Janeiro, o que explicaria os violentos conflitos ocorridos na cidade.

Em síntese, o conturbado momento vivido pela sociedade da Capital não poderia ser creditado, exclusivamente, às ações das maltas de capoeiras ou membros da Guarda.

Com toda a repressão possível, os capoeiras controlavam as ruas da Capital. Daí não ser difícil perceber a associação que a polícia fazia deles com a Guarda Negra.

Qualquer conflito de rua transformara-se numa ação planejada por Patrocínio e seus "vadios".

Silva Jardim, buscando tirar proveitos políticos contra a monarquia, achincalhou a princesa em nome da moral e dos bons costumes:

> Sim, concidadãos! Sim, o que se diria da senhora, brasileira, que, aos 40 anos de idade, tendo o pai doente, velho, longe da Pátria, passasse os dias de folia carnavalesca sob a chuva torrencial, a jogar entrudo? Que se diria se essa senhora, tendo a enorme

> responsabilidade da direção de um Estado, destoando da circunspeção de todas as suas compatriotas em menos tempo de vida, estivesse em pueril batalha das flores? [...] Que se diria do pudor da última sertaneja brasileira, se ela pudesse dizer no dia seguinte a tais folganças que não se decotaria por ter o colo encarnado, em razão do brinquedo das flores, do mesmo modo que outra senhora o tinha amarelo, e uma baronesa o tinha preto? Não se diria que esta mulher não tinha uma educação sã, e que são as leviandades desta ordem as que conduzem à imoralidade? Mas quando estes, para a moral do povo, verdadeiros escândalos partem daquela que nos pretende governar, não é justo que se lhe diga que os brasileiros são homens sérios, e repreenderiam suas esposas por graças e brinquedos deste jaez? Que, portanto, homens sérios, querem ser seriamente representados, e não por quarentonas que desconhecem a própria idade, o próprio sexo, a própria posição?... Batalha das Flores! Cuidado, Senhora! Que estas flores não se vos tornem demasiado encarnadas, que elas se não vos tornem vermelhas...![9]

Para os republicanos como Rui Barbosa, a Guarda Negra havia sido organizada pelo governo imperial para combater os opositores do regime monárquico. Os propósitos do grupo, segundo os republicanos, eram provocar atritos que levariam a um confronto dos negros com a sociedade branca.

Em resposta ao Partido Republicano, Patrocínio argumentou que o objetivo da Guarda Negra, na sua formação inicial, era defender a vida da princesa Isabel, por causa dos discursos reacionários de Silva Jardim, membro do partido, que pretendiam eliminar a família imperial e implantar a República, da mesma maneira que a Revolução Francesa.

Na província do Rio de Janeiro, os simpatizantes da Guarda Negra ficaram decepcionados com os atos violentos do movimento nos comícios republicanos. André Rebouças foi um dos que reprovaram a postura de Patrocínio em criar o grupo e permitir que o mesmo se entregasse a um fanatismo que geraria mais violência e crítica dos republicanos aos monarquistas.

O governo imperial foi acusado de incapaz de controlar a milícia, que supostamente protegia a princesa Isabel dos males republicanos. Para Rui Barbosa e Silva Jardim, a Guarda Negra foi instrumento de repressão do Estado Imperial para impedir o advento da República.

Augusto de Oliveira Mattos, historiador que se dedicou ao estudo da Guarda Negra, afirma que republicanos e monarquistas usaram a Guarda Negra para travar batalhas em busca de hegemonia em meio à crise monárquica. A formação da milícia de ex-escravos proporcionou aos monarquistas a oportunidade para ameaçar os críticos do regime.

Novo ato de violência, em 14 de julho de 1889, alterou a posição de Patrocínio perante a imprensa carioca. Em comício, os republicanos homenageavam os cem anos da Revolução Francesa e da Queda da Bastilha,

na França. Organizaram um cortejo que desfilou com estandartes do Centro Republicano da Escola Politécnica da Faculdade de Medicina. Foi um ataque direto ao regime monárquico, tendo acabado em conflito e pancadaria, quando o cortejo se deparou, a alguns quarteirões, com o grupo de negros capoeiras.

O restabelecimento da saúde de D. Pedro II não aplacou as criticas ao regime e a crise entre republicanos e monarquistas.

Em setembro de 1889, D. Pedro II dissolveu o gabinete de João Alfredo em meio às reclamações dos cafeicultores por não terem recebido a prometida indenização, que compensaria a libertação dos escravos.

A pressão republicana sobre o gabinete abolicionista de João Alfredo levou à formação de um novo gabinete com Afonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde de Ouro Preto, do Partido Liberal, e com a proposta de reformas no Estado Imperial.

A ascensão, em setembro de 1889, do novo gabinete liberal, levou José do Patrocínio, inimigo político do visconde de Ouro Preto, a novamente se aproximar dos antigos correligionários republicanos. Para se justificar, Patrocínio declarava-se a favor do republicanismo num período em que se encontrava isolado politicamente e sendo alvo de críticas por todos os jornais cariocas pelas ações da Guarda Negra.

Naquele período, as maltas de capoeiras iam sendo dissolvidas pouco a pouco, por causa da repressão e do aumento das prisões, após os distúrbios de 14 de julho.

Em outubro de 1889, na redação do jornal, Patrocínio conspirava com as forças republicanas, que ainda o viam com certa desconfiança, por causa de sua participação na Guarda Negra. O jornal *A Cidade do Rio* recebia informações sobre os principais acontecimentos que antecederam o golpe contra a Monarquia.

Os ânimos estavam exaltados e a adesão dos militares à causa republicana crescia a cada dia, com as conspirações adentrando os quartéis do Rio de Janeiro. Membros do Partido Republicano como Rui Barbosa e Quintino Bocaiuva se reuniram em sessões secretas com Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, no início de novembro de 1889. As intrigas e ofensas entre monarquistas e republicanos eram publicadas diariamente na imprensa.

A ascensão do regime republicano aniquilou com as pretensões da Guarda Negra.

> [...] a Guarda Negra deixava a cena política, caindo aos poucos no esquecimento.

> Compreendemos a Guarda Negra como a legitimação das aspirações negras por melhores condições de existência. Não apenas na questão social ou econômica, mas em toda a plenitude do respeito a sua cultura e tradições. Entendemos o seu simbolismo, dentro da Capital do Império, como um instrumento de resistência aos desmandos das elites. Se por vezes foi utilizada como "fantoche" nas mãos de determinados grupos, ou se foi abrigo de marginais, em outros momentos, também serviu para que alguns desenvolvessem o sentimento de pertencimento […] o conforto de fazer parte de uma instituição que lhes bem queria.[10]

Não se tem registro de atuação direta da princesa Isabel para beneficiar a Guarda Negra. Mas sua determinação na defesa dos interesses dos escravos ficou comprovada.

---

1. MATTOS, 2009, p. 80.
2. RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *A Guarda Negra, um perfil de uma sociedade em crise*. Campinas: s. ed., 1990, p. 155.
3. ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição.* Rio de Janeiro: Gráfica Olimpica Editora, 1953, p.. 150.
4. MATTOS, 2009, p. 81.
5. *A Cidade do Rio*, 10 de julho de 1888.
6. JARDIM, Antonio da Silva. *Propaganda Republicana (1888-1889)*, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Rui Barbosa/Conselho Federal de Cultura, 1978, p. 314-315.
7. *A Cidade do Rio*, 16 de janeiro de 1889.
8. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1994.
9. MATTOS, 2009, p. 40.
10. MATTOS, 2009, p. 103.

[capítulo XX]

1889

Os últimos momentos do Império



Em 15 de outubro de 1889, Isabel e Gastão completaram 25 anos de casados. À tarde, receberam os cumprimentos em sua residência, em Laranjeiras. Também se comemorava na mesma data o 14º. aniversário do príncipe do Grão-Pará, Pedro, primogênito do casal. O trânsito parou nas imediações do Paço Isabel. O casal recebeu inúmeras visitas. Às três horas da tarde chegaram D. Pedro e Teresa Cristina, que ali acabaram jantando. O imperador presenteou o neto com uma lapiseira de ouro. Já a imperatriz Teresa Cristina entregou a Pedro a venerável Ordem Terceira de N. S. do Carmo com o diploma de irmão terceiro daquela

benemérita ordem. Das três até às seis horas, a residência foi aberta à imprensa e também a galeria do palácio onde estavam expostos os presentes recebidos pelo casal.

Cerca de oitocentas pessoas participaram – quase todo o corpo diplomático, ministério, oficiais de mar e terra, oficiais da Guarda Nacional, banqueiros e jornalistas. Os oficiais do encouraçado chileno *Almirante Cochrane* compareceram, ao lado do ministro plenipotenciário do Chile e seus secretários. A princesa imperial desfilou com um belo vestido *broché* de seda azul-celeste com guarnição de rendas brancas de Malines e, no pescoço, um colar de brilhantes. Nos cabelos, uma pluma azul, também com brilhantes. Já a imperatriz Teresa Cristina usava vestido de seda cor de chumbo e o imperador o uniforme de almirante; os Srs. conde d'Eu e D. Pedro Augusto vestiam casacas.

À noite, a festa continuou nos salões do Cassino Fluminense, em baile oferecido pelo comércio da corte, em comemoração ao regresso do conde d'Eu das províncias do Norte. Por um requinte de gentileza de seus promotores, o baile realizou-se na data em que os ilustres príncipes comemoravam suas bodas de prata.

O casal homenageado e o sobrinho D. Pedro Augusto chegaram pouco antes das 10 horas à sede do tradicional e requintadíssimo cassino. Francisco Marques dos Santos, historiador e ex-diretor do Museu Imperial, no Anuário do Museu Imperial, descreveu o baile daquela noite:

> Da família imperial, somente o príncipe dom Pedro Augusto dançou, sendo seu par, na primeira quadrilha, a esposa do encarregado dos Negócios da França.
>
> S. M. o Imperador, o conde d'Eu, o príncipe dom Pedro Augusto, tão depressa estavam neste como naquele lado da sala e não houve quem não lhes agradecesse uma afabilidade. No intervalo das danças enchia-se o *buffet* e o *fumoir*; fervia o champanhe nas taças e as ondas azuladas dos havanas subiam tenuamente entre as folhagens das palmeiras decorativas. As galerias, o salão, as diversas salas e os terraços laterais estavam repletos. Destacava-se na multidão o colorido das sedas, os veludos, as casacas pretas e as fardas douradas – entre as quais as de Cavaleiros de São Maurício, da diplomacia, dos ministros e generais, dos fidalgos da Casa Imperial, da oficialidade da Marinha francesa e chilena, dos nossos oficiais de mar e terra e da Guarda Nacional.
>
> Senhoras da mais elevada sociedade animavam as novas quadrilhas, com marcas graciosíssimas e arrebatadoras figurações, ou em valsas de Boston, com seus volteios rápidos e constantes, no dizer das crônicas do tempo.
>
> A família imperial retirou-se pouco depois de uma hora da noite, após o chá.

A *Gazeta de Notícias* também comentou a festa, destacando que "o serviço do *buffet*, fornecido pela Confeitaria Castelões, não poderia ser melhor, quer quanto à variedade, quer quanto à presteza com que foi executado", e

ainda que, dentre as belíssimas *toilettes* das senhoras que compareceram àquela última festa imperial no cassino, era possível identificar as feitas pelas casas de Mme. Borges, Mme. Guimarães e Palais Royal. A orquestra, composta de sessenta professores, executou variadíssimas peças, sob a regência do maestro Domingos Machado. O baile terminou às quatro horas e meia da manhã.

Menos de um mês depois, em 9 de novembro, outra festa de arromba daria o que falar no Rio de Janeiro. O baile, daquela vez, seria oferecido pelo presidente do Conselho de Ministros, visconde de Ouro Preto, à oficialidade do couraçado chileno *Almirante Cochrane* no Palácio da Guarda-Moria, na ilha Fiscal. Ficou conhecido como o Último Baile da Ilha Fiscal.

Foi a mais solene manifestação oficial de respeito ao governo do Chile pela Corte imperial. É por isso que se dizia que o governo não sabia realmente de nada do que se passava no país. Apenas seis dias depois do baile, a monarquia estaria acabada, a família imperial banida do território nacional e a república instalada.

Representando o Chile, esteve o comandante do navio, D. Constantino Bannen.

O conselheiro barão de Sampaio Viana, inspetor da alfândega e o comendador Adolfo Fortunato Hasselmann, guarda-mor, organizaram o baile no castelo gótico da Ilha Fiscal, que levou sete anos e cinco meses para ser construído e fora inaugurado no mesmo ano de 1889. Só no assoalho foram usados 15 tipos de madeira, e seus vitrais foram importados da Inglaterra. O escravo artesão que confeccionou o brasão imperial ficou cego depois de terminar o trabalho. Foram gastos 250 contos de reis, cerca de 1,2 milhão de reais nos cálculos de hoje.

Estiveram no baile de 4.500 a 5 mil convidados. No jantar foram servidos 800 quilos de camarão, 1.300 frangos, 500 perus, 64 faisões, 1.200 latas de aspargos, 20 mil sanduíches, 14 mil sorvetes e 2.900 pratos de doce. Nas duas enormes mesas montadas em forma de ferradura, em frente a cada prato, oito copos diferentes prenunciavam a excelência do jantar. Nas bebidas foram consumidos 10 mil litros de cerveja, 304 caixas de vinhos, champanhe e outras. Na cabeceira das mesas, dois enormes pavões empalhados foram usados como decoração.

No Cais Pharoux (atual Praça XV), uma multidão se reunia apenas para ver os convidados, os vestidos, os chapéus das damas, a brilhantina no cabelo e o bigode dos cavalheiros. Era um sábado de sol.

No largo do Paço, mais de seiscentos carros engrossavam a massa de

povo que procurava as barcas e enfileirava-se, depois, até a rua da Misericórdia. Seis grandes arcos e dois candelabros de gás iluminavam a ponte flutuante, construída especialmente junto ao cais para facilitar o embarque dos convidados em três barcaças a vapor.

Na estação, a banda de música do corpo policial do Rio de Janeiro começava a animar os convidados. Até a meia-noite a multidão foi sempre crescente, enchendo toda a linha do cais desde a doca do mercado até o Arsenal de Guerra.

A iluminação foi confiada à direção do Sr. Léon Rodde, empregando o material pertencente à extinta empresa Força e Luz que conseguiu produzir força para setecentas lâmpadas elétricas, alimentadas por três motores. Um quarto motor, trabalhando independentemente dos três, produzia um foco de 60 mil velas, isto é, mais da metade da força projetada pelo motor da Torre Eiffel.

Projetava-se a luz sobre todas as direções, iluminando até grande distância, ora a baía, ora a cidade. No interior do edifício era deslumbrante o efeito das pequenas lâmpadas colocadas em meio às flores. Também foram iluminados assim três salões de dança. Digno de assombro era o banheiro reservado à imperatriz, com móveis estofados de vermelho e ouro, jardineiras japonesas cheias de ramos de violetas, flores que também juncavam o tapete. Porém, a falta de banheiros foi um dos grandes problemas do baile. Os homens resolveram suas necessidades usando o mar. Já as mulheres – coitadas – tiveram que recorrer a baldes colocados em cantos estratégicos.

Pouco antes das dez horas chegou à estação a família imperial. A princesa imperial e o conde d'Eu embarcaram às dez e um quarto. O imperador na entrada do salão tropeçou e, com ironia, teria dito: "O monarca escorregou, mas a monarquia não caiu!"

Foram recebidos ao som do Hino Nacional por uma comissão de senhoras e pelo presidente do Conselho de Ministros, junto ao comendador Hasselmann, ao barão de Javari, ao conde de Figueiredo, ao comendador Rodrigues de Oliveira, entre outros. Acompanhavam o imperador, o conselheiro barão de Sampaio Viana e vários membros do ministério. A turma do imperador foi encaminhada para o salão do lado sul, onde tomaram assento e onde já se achavam reunidos o Sr. Vilamil, ministro da República do Chile, o segundo secretário da legação chilena, o cônsul do Chile e a condessa da Estrela, vários membros do corpo diplomático estrangeiro, oficiais de mar e terra, senhoras e cavalheiros da mais alta

sociedade fluminense.

Dado o sinal da primeira quadrilha, as contradanças começaram nos dois grandes salões às onze horas em ponto.

No dia seguinte à grande festa, cujos últimos convidados deixaram a ilha às cinco da madrugada, foram encontrados oito raminhos de corpetes, três coletes de senhora, 16 ligas, 16 chapéus, 9 dragonas, 13 lenços de seda, 9 de linho e 15 de cambraia. Esta história ainda ninguém contou. O Baile da Ilha Fiscal não demorou a receber o nome correto com que entrou para a história: O último baile da Ilha Fiscal.

Seis meses antes dessa festança, em maio de 1889, o conde d'Eu havia anunciado que faria uma longa viagem às províncias do Norte e do Nordeste. O objetivo era defender o Império contra os ataques cada vez mais agressivos dos republicanos. Dificilmente haveria pior garoto-propaganda para a monarquia.

Gastão viajou sozinho, deixando a princesa Isabel no Rio de Janeiro. Os críticos viram nisso a prova de que, na eventualidade de um terceiro reinado, seria ele o verdadeiro imperador do Brasil. Ciente da impopularidade do adversário, o advogado Silva Jardim decidiu seguir seus passos. Onde fosse o conde, lá estaria também o mais radical dos propagandistas republicanos. Embarcaram no mesmo navio.

Salvador, Recife, Belém, Manaus e depois a longínqua Tabatinga, extremo oeste do império, no rio Solimões. A 9 de julho, Gastão descrevia a excursão: navegação agradável, florestas de palmeiras e árvores gigantescas, pássaros curiosos, sem contar os jacarés, peixes-boi e tartarugas, "boas de comer". Ao longo da viagem, anotava as carências da região num relatório que entregaria ao imperador: "A principal necessidade é o telégrafo", "A cadeia é péssima", "o Asilo Orfanológico não tem capela", muito contrabando na alfândega do Pará, fraudulenta distribuição de socorros durante a Grande Seca, reservatório d'água em Quixadá, necessidade de linha férrea para o vale do Ceará-Mirim etc.

No retorno, passou por Manaus no dia 14 de julho, data da queda da Bastilha. Não teve como escapar: o Centro Republicano ofereceu-lhe um manifesto. Ele não sabia, mas na mesma data, no Rio, os chefes da Guarda Negra esperaram a passeata liderada por republicanos como Quintino Bocaiuva e Lopes Trovão na rua do Ouvidor.

O conde foi recebido com festas em todas as cidades, mas logo se confirmou a sua falta de habilidade política. Em discurso premonitório no Recife, afirmou que, se a monarquia fosse derrubada pela república, a

família imperial teria de deixar o Brasil. A declaração causou polêmica no Rio de Janeiro, embora fosse a mais lúcida das afirmações. Enquanto isso, Silva Jardim enfrentava problemas com a polícia em meio a manifestações a favor e contra o império.

Ao saber dessa intervenção, D. Isabel escreveu uma carta em que expressava sua inquietação e observava: "Eu entendo perfeitamente que, havendo outra forma de governo, talvez fôssemos obrigados a partir, mas não gosto de dizê-lo. Sou apegada ao país, nasci aqui, e tudo nele me lembra os meus 43 anos de felicidade!"[1]

Outros comentaristas participaram da contrariedade de D. Isabel: "O conde d'Eu fez em Pernambuco um discurso pouco prudente", escreveu o editor do *Jornal do Commercio* no fim de agosto. "Cada vez confio menos na tranquila transferência do poder por ocasião do falecimento do imperador, que, felizmente, apresenta boa aparência."

Gastão d'Orléans não discordava absolutamente dessa opinião. Ainda naquele ano havia observado à condessa de Barral:

> Eu compreendo que a senhora esteja preocupada com a situação política do Brasil. Quem não estaria? No entanto, acho impossível que Papai seja exilado. Enquanto ele viver, ninguém levará as coisas ao extremo. Mas depois? Isso é terrível de pensar. Não entendo que precauções a senhora quer que tomemos! Não temos meios de tomá-las de forma alguma.

Houve um progressivo acirramento das posições contra os herdeiros do trono, que eram constantemente acusados pela imprensa de serem uma influência perniciosa sobre as decisões de Pedro II.

A doença afastava cada vez mais o imperador da política. A princesa ficou popular com a abolição, mas contra ela ainda pesavam as acusações de beata e os receios de que permitisse a interferência do marido em seu possível reinado.

[CARTA DA PRINCESA PARA O VISCONDE DE SANTA VICTÓRIA]

1889

Em maio de 2006, entre os 3 mil documentos do Memorial Visconde de Mauá, foi encontrada esta carta da princesa Isabel, até então inédita. Endereçada ao visconde de Santa Victória, uma espécie de braço direito de Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá. É datada de 11 de agosto de 1889, um ano e três meses após a abolição da escravidão no Brasil. E apenas três meses e quatro dias antes da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Ainda não se comprovou a autenticidade do documento, porém ele revela uma princesa mais atenta à política do que se pensava e com ideias revolucionárias para o seu tempo.

11 de agosto de 1889, Paço Isabel, Corte Midi

Caro Snr. visconde de Santa Victória

Fui informada por papai, que me colocou a par da intenção e do envio dos fundos de seu Banco, em forma de doação, como indenização aos ex-escravos libertos em 13 de Maio do ano passado, e o sigilo que o Sr. pediu ao presidente do gabinete para não provocar maior reação violenta dos escravocratas. Deus nos proteja se os escravocratas e os militares saibam deste nosso negócio, pois seria o fim do atual governo e mesmo do Império e da casa de Bragança no Brasil. Nosso amigo Nabuco, além dos Srs. Rebouças, Patrocínio e Dantas, poderão dar auxílio a partir do dia 20 de novembro quando as Câmaras se reunirem para a posse da nova Legislatura. Com o apoio dos novos deputados e os amigos fiéis de papai no Senado, será possível realizar as mudanças que sonho para o Brasil!

Com os fundos doados pelo Sr. teremos oportunidade de colocar estes ex-escravos, agora livres, em terras suas, próprias, trabalhando na agricultura e na pecuária e delas tirando seus próprios proventos. Fiquei mais sentida ao saber por papai que esta doação significou mais de 2/3 da venda dos seus bens, o que demonstra o amor devotado do Sr. pelo Brasil. Deus proteja o Sr. e toda a sua família para sempre!

Foi comovente a queda do Banco Mauá em 1878 e a forma honrada e proba, porém infeliz, que o Sr. e seu estimado sócio, o grande visconde de Mauá, aceitaram a derrocada, segundo papai tecida pelos ingleses de forma desonesta e corrupta. A queda do Sr. Mauá significou uma grande derrota para o nosso Brasil!

Mas não fiquemos mais no passado, pois o futuro nos será promissor, se os republicanos e escravocratas nos permitirem sonhar mais um pouco. Pois as mudanças que tenho em mente, como o senhor já sabe, vão além da liberação dos cativos. Quero agora dedicar-me a libertar as mulheres dos grilhões do cativeiro doméstico, e isto será possível através do Sufrágio Feminino! Se a mulher pode reinar, também pode votar! Agradeço vossa ajuda de todo o meu coração e que Deus o abençoe!

Mando minhas saudações a Madame la vicomtesse de Santa Victória e toda a família. Muito d. coração

Isabel[2]

---

1. BARMAN, 2005, p. 262.
2. Memorial Visconde de Mauá, acervo privado dos descendentes de Mauá e Santa Victória.

[capítulo XXI]

1889

Chega a República



No esforço imaginado para promover o terceiro reinado, o presidente do Conselho de Ministros, visconde de Ouro Preto, havia tentado um golpe publicitário com o Baile da Ilha Fiscal. Mas nem todos os superlativos daquela noite de festa foram suficientes para deter o rumo dos acontecimentos. Dois dias depois da festança, em 11 de novembro, houve a única reunião dos conspiradores militares com republicanos civis, como nos informa o professor José Murilo de Carvalho. Deodoro não queria a reunião, não queria que se metessem num assunto que para ele era estritamente militar. Três civis compareceram, Quintino Bocaiuva,

Aristides Lobo e Rui Barbosa.

O visconde de Ouro Preto já havia recebido alertas sobre a conspiração, mas não dera importância a eles. Preferiu acreditar no ajudante-geral do Exército, marechal Floriano Peixoto, que estava em entendimento com os conspiradores e lhe garantira a lealdade das tropas. Somente no dia 14 de novembro o marechal fez uma referência ao fato de que se tramava algo "por aí além", mas reafirmou novamente a lealdade dos chefes militares. Mesmo assim, Ouro Preto mandou concentrar tropas no quartel-general e foi para lá com o ministro da Guerra.

Era já madrugada de 15, uma sexta-feira. Ouro Preto resolveu enviar um telegrama comunicando o que se passava ao imperador, que estava em Petrópolis. Os boatos foram transmitidos aos três regimentos de São Cristóvão trabalhados pelos conspiradores, e o golpe entrou em fase de execução às onze horas da noite do dia 14. Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant não sabiam de nada. Foram levados para o Campo de Santana, onde ficava o quartel-general, um regimento de cavalaria, um de artilharia e um de carabineiros, além da Escola Superior de Guerra. "Eram mais ou menos seiscentos soldados, a maioria sem saber exatamente o que iria fazer, ou pensando que iria defender o Exército contra a Guarda Nacional e a polícia, como confessou um dos conspiradores."[1]

O imperador estivera no Rio no dia 14 para assistir a um concurso para a cadeira de inglês no Colégio de Pedro II. Voltou para Petrópolis. Não acharam prudente acordá-lo muito cedo e ele só leu o primeiro telegrama de Ouro Preto na manhã do dia 15. Não lhe deu muita importância e tampouco acreditou na gravidade da situação. Mas ao chegar o segundo telegrama, resolveu descer ao Rio, mesmo sem ter ideia do que de fato acontecia. Eram onze horas da manhã.

Também no dia 15, Deodoro estava em casa, doente e de cama, sofrendo com a asma que o atacara com violência. Desde o dia anterior, o major Sólon Ribeiro percorria as redações dos principais jornais, na rua do Ouvidor. Sua missão era espalhar o boato de que o governo mandara prender o marechal Deodoro e Benjamin Constant.[2] Hermes Vieira relatou que, em seu palácio das Laranjeiras, uma princesa, que por certa parte da imprensa já havia sido chamada Isabel I, dormia calmamente, assim como calmamente dormia o marido, o conde d'Eu, comandante geral da artilharia e marechal de Exército.

Os membros do gabinete do visconde de Ouro Preto, no entanto, haviam passado a noite em claro, em vigília. Ao chegar ao Rio, D. Pedro foi

diretamente para o Paço da Cidade, sem encontrar dificuldade, e lá chegou às três da tarde. Durante a viagem, leu jornais e revistas científicas.

Às nove horas da manhã, a princesa Isabel e Gastão, sem saber o que estava acontecendo, almoçaram em sua residência em companhia do 2º barão de Muritiba. Comemoravam o 43º aniversário de batismo da princesa. De repente, apareceram à porta da sala o tenente-general visconde da Penha e o almirante barão de Ivinhema. Vinham com a notícia do que acabara de acontecer no Campo da Aclamação. Gastão de Orléans olhou para a princesa e declarou:

– A Monarquia está acabada no Brasil!

A herdeira do trono, que até então não havia saído do Palácio Isabel, resolveu ir ao encontro dos pais, na estação de São Francisco Xavier, ponto terminal da estrada de ferro. No caminho, o conde d'Eu avistou as carruagens do imperador na entrada da rua da Misericórdia. Era sinal de que D. Pedro II já havia chegado. Foram todos para o Paço da Cidade. E ali ficou reunida a família imperial, exceto os netos de D. Pedro II, que tinham seguido para Petrópolis, na esperança de ainda alcançá-lo lá.

O Paço da Cidade ainda estava guardado por tropas que permaneciam fiéis à monarquia. Era tudo "fogo de palha", "conheço os meus patrícios", dizia o imperador, antes para si mesmo. A Câmara recém-eleita e o Senado ainda não haviam se reunido. Ouro Preto chegou ao palácio e indicou como sucessor Silveira Martins, como contou a princesa em suas memórias. Mal sabia ele que Deodoro e Martins eram inimigos pessoais e sem chance alguma de reconciliação, já que o assunto que os afastara para sempre era uma mulher.[3]

Às onze e quarenta e cinco da noite tocou o telefone. Era o chefe de polícia, Basson Osório, que disse a Ouro Preto:

> – Previno-o, senhor visconde, de que o 1º Regimento está em armas no respectivo quartel e fez comunicar ao ajudante-geral Floriano essa atitude. Os chefes do Exército estão no quartel-general, reunidos. Mandaram intimar o regimento para se desarmar. Não sei se o fará. Julgo necessária a sua presença aqui, por todos os motivos. Estou na Secretaria de Polícia. Envio o meu carro com o meu ajudante, que vai para esperá-lo e acompanhá-lo. Mais uma informação: o guarda-cívico José Antônio Rodrigues, por quem mandei chamar o comandante, indagando no quartel onde este morava, foi preso e lá ficou.

A força rebelada ficou concentrada na praça Onze de Junho. Deodoro, por prudência, resolveu mandar o piquete de reconhecimento, sob o comando do capitão Godolfim, para saber o que se passava no Campo de Santana.

Atingido por bala em três lugares e, ainda, por uma coronhada na cabeça, tombou o barão de Ladário desfalecido, enquanto Deodoro interviu:

– Não façam fogo! Não matem este homem!

O barão de Ladário foi recolhido, no lugar em que caiu, por ordem do tenente Lauro Müller, e levado para o palácio Itamarati, onde recebeu os primeiros cuidados do Dr. João Câncio. Recuperou a saúde em poucos dias e, na República, exerceu atividade política, sendo, ao morrer, em 24 de outubro de 1904, um dos senadores federais pelo Amazonas.

André Rebouças, que também fora ao Paço da Cidade, e o visconde de Taunay, sugeriam que o imperador voltasse a Petrópolis, ou mesmo que se internasse no interior do país, onde seria possível organizar uma resistência a Deodoro e seus companheiros. Mas D. Pedro II, que reinava havia mais de 49 anos, era o mais calmo de todos.

O conde d'Eu e Isabel pediram ao imperador que convocasse o Conselho de Estado. Quando lhe disseram que a República já podia estar proclamada, respondeu: "Se assim for, será a minha aposentadoria. Já trabalhei muito e estou cansado. Irei então descansar."

No dia 16, sábado, a família imperial continuava sitiada no Paço, acompanhada de alguns amigos fiéis. O imperador achava indigno fugir à noite e abrigar-se em navio estrangeiro. Às três horas da tarde do dia 16, o major Sólon chegou ao palácio com a mensagem da derrubada da monarquia, assinada por Deodoro. Intimava a família imperial a sair do país o mais rápido possível. Isabel começou a chorar.

Marcou-se a partida para o dia seguinte às três da tarde. D. Pedro II passou o resto do dia com a família, lendo revistas científicas. Irritou-se apenas quando o governo provisório antecipou a partida para as primeiras horas da madrugada do dia 17. E protestou alegando que não era negro fugido para partir na escuridão. O embarque foi, assim mesmo, marcado para uma e meia da madrugada do dia 17, um domingo. O novo governo imaginava assim evitar que houvesse manifestações populares, a favor da monarquia ou contra ela. A família imperial, de fato, estava presa. A monarquia tinha acabado sem que os que a representavam se tivessem apercebido. E muito menos os brasileiros.

Naquela noite de angústia para a família imperial, mal acomodada no Paço Imperial, o escritor e jornalista Raul Pompeia, acompanhou tudo de longe, sem ser visto e nos deixou um precioso relato da dolorosa noite em que o império morreu no Brasil:

Às três da madrugada de domingo, enquanto a cidade dormia tranquilizada pela vigilância tremenda do Governo Provisório, foi o Largo do Paço teatro de uma cena extraordinária, presenciada por poucos, tão grandiosa no seu sentido e tão pungente, quanto foi simples e breve.

Obedecendo à dolorosa imposição das circunstâncias, que forçavam a um procedimento enérgico para com os membros da dinastia dos príncipes do ex-Império, o governo teve necessidade de isolar o Paço da Cidade, vedando qualquer comunicação do seu interior com a vida da capital.

A todas as portas do edifício principal, na manhã de sábado e às portas das outras habitações dependentes, ligadas pelos passadiços, foram postadas sentinelas de infantaria e numerosos carabineiros montados. O saguão transformou-se em verdadeira praça de armas.

[…]

À proporção que passavam as horas, foi-se tornando mais rigorosa a guarda das imediações do palácio. As sentinelas foram reforçadas por uma linha de baionetas que a pequenos intervalos se estendeu pelo passeio, em todo o perímetro da imperial residência, transformada em prisão do Estado.

[…]

Depois que anoiteceu, foi fechado o trânsito pelas ruas que o rodeiam. Às onze horas, havia sentinelas até ao meio da grande área compreendida entre o pórtico do palácio e o cais. Por todas as imediações vagueavam soldados de cavalaria, empunhando clavinotes, de coronha pousada no joelho.

Um boato oficial, inspirado pela conveniência do interesse público, espalhava a notícia de que o Sr. D. Pedro de Alcântara (que se sabia dever embarcar para a Europa em consequência da revolução do dia 15) só iria para bordo no domingo de manhã. A polícia excepcional do Largo do Paço, porém, durante a noite de sábado, deu a certeza de que o embarque se faria muito antes da hora do propalado, consta.

Demorados por esta suspeita, muitos curiosos estacionavam pelas vizinhanças do Mercado, das pontes das barcas, na rua Fresca, na rua da Misericórdia, na esquina da rua Primeiro de Março. Da uma hora da madrugada em diante, as patrulhas de cavalaria começaram a dispersar os ajuntamentos. Para os últimos passageiros das barcas Ferry não havia mais caminho, do lado do Mercado, senão beirando rentinho ao cais. Depois da última barca, o trânsito foi absolutamente impedido.

Um grande sossego, com uma nota acentuada de pânico, reinava neste ponto da cidade. Para mais carregar a fisionomia do momento, circulavam nessa hora as notícias de um conflito entre marinheiros e praças do exército, havendo troca de tiros. Apesar da brandura de modos com que os militares convidavam as pessoas do povo a se retirarem, apesar da completa abstenção de atos de violência que tem caracterizado o sistema policial, enérgico, mas extraordinariamente prudente do Governo Provisório, sentia-se ali como que uma atmosfera de vago terror, como se a calada da noite, a escuridão do lugar, a amplitude insondável da praça evacuada respirassem à presença de uma realidade formidável. Sentia-se todo aquele imenso ermo ocupado pela vontade poderosa da revolução. Em cima, o céu tristíssimo, povoado de nuvens crespas, muito densas, que um luar fraco bordava de transparências pálidas.

[…]

Duas horas da madrugada, entretanto, tinham marcado os relógios das torres, e nada de novo dos lados do paço viera agitar o solene sossego do largo.

[…]

Pobre D. Pedro! Em homenagem à severidade da determinação do governo revolucionário, ninguém queria ter sido testemunha da misteriosa eliminação de um

soberano.

Às três da madrugada menos alguns minutos, entrou pela praça um rumor de carruagem. Para as bandas do largo houve um ruidoso tumulto de armas e cavalos. As patrulhas que passeavam de ronda retiraram-se todas a ocupar as entradas do largo, pelo meio do qual, através das árvores, iluminando sinistramente a solidão, perfilavam-se os postes melancólicos dos lampiões de gás.

Apareceu, então, o préstito dos exilados.

Nada mais triste. Um coche negro, puxado a passo por dois cavalos que se adiantavam de cabeça baixa, como se dormissem andando. À frente duas senhoras de negro, a pé, cobertas de véus, como a buscar caminho para o triste veículo. Fechando a marcha, um grupo de cavaleiros, que a perspectiva noturna detalhava em negro perfil.

Divisavam-se vagamente, sobre o grupo, os penachos vermelhos das barretinas de cavalaria.

O vagaroso comboio atravessou em linha reta, do paço em direção ao molhe do cais Pharoux. Ao aproximar-se do cais, apresentaram-se alguns militares a cavalo, que formavam em caminho.

– É aqui o embarque? – perguntou timidamente uma das senhoras de preto aos militares. O cavaleiro, que parecia oficial, respondeu com gesto largo de braço e uma atenciosa inclinação de corpo.

Por meio dos lampiões que ladeiam a entrada do molhe passaram as senhoras. Seguiu-as o coche fechado.

Quase na extremidade do molhe, o carro parou e o Sr. D. Pedro de Alcântara apeou-se — um vulto indistinto, entre outros vultos distantes — para pisar pela última vez a terra da Pátria.

Do posto de observação em que nos achávamos, com a dificuldade, ainda mais, da noite escura, não pudemos distinguir a cena do embarque.

Foi rápida, entretanto. Dentro de poucos minutos ouvia-se um ligeiro apito, ecoava no mar o rumor igual da hélice da lancha, reaparecia o clarão da iluminação interior do barco, e, sem que se pudesse distinguir nem um só dos passageiros, a toda a força de vapor, o ruído da hélice e o clarão vermelho afastavam-se da terra.[4]

Vários amigos se dispuseram a acompanhar a família imperial. O barão de Loreto pediu um empréstimo de 30 mil francos ao banqueiro visconde de Figueiredo para as despesas dos exilados. Passou depois em casa, onde se abasteceu de livros e revistas.

Muito tempo se passou até que pudéssemos conhecer a versão da princesa Isabel sobre o 15 de novembro. Ela o fez em *Alegrias e tristezas:*

Chego aos dolorosos dias, cheios de angústia, da revolução que nos atirou fora do Brasil!

A 15 de novembro estavam meus pais em Petrópolis. Meu pai, sempre enfraquecido, por sua moléstia do ano anterior, subira mais cedo que de costume. O conde d›Eu, nossos filhos e eu ficáramos no Rio. Devíamos oferecer a 19 uma recepção aos oficiais chilenos chegados, havia pouco, ao porto do Rio. Vejo ainda, daqui, as plantas trazidas para ornamentar a casa, ignorando que, desse dia em diante, não deveríamos mais voltar a essa querida habitação, o Paço Isabel, em Laranjeiras, arrabalde do Rio, cheio de casas e jardins deliciosos. O paço Isabel, nossa residência do Rio, desde nosso casamento, bem afastado de São Cristóvão, é uma bonita casa no meio de grande jardim, ao pé de uma colina bastante alta, cujos caminhos verdejantes, povoados por miríades de borboletas (algumas dessas bem grandes,

de um azul resplandecente) levavam-nos a uma esplêndida vista sobre a baía, o Pão de Açúcar, e outras montanhas e ilhas da Guanabara. Estávamos pois ocupados com festas, quando, às 10 horas da manhã, vimos chegar o visconde da Penha e o barão de Ivinhema. Vinham dizer-nos que corria o boato de sublevação de parte do exército, que no largo da Lapa achava-se um batalhão ao qual se tinham reunido os estudantes armados da Escola Militar. Chegam, pouco depois, o barão e a baronesa de Muritiba e a Srta. E. da Penha, em seguida, sucessivamente, muitos dos mais devotados amigos.

A rebelião havia sido preparada muito habilmente pelo exército desde muito indisciplinado e pela Escola Militar, trabalhada pelas ideias subversivas dos professores. Avisos feitos ao Governo foram considerados como falhos e exagerados. O general Floriano Peixoto, de quem dependia o exército e que estava a par das manobras dos insurretos, tranquilizava o presidente do Conselho, o visconde de Ouro Preto. O marechal Deodoro da Fonseca, descontente com o ministério, nada mais desejava, então, senão derrubá-lo. No dia da sublevação entrou com suas tropas no Quartel General, dando vivas ao Imperador. Mas a ideia de chamar para formar Ministério a Silveira Martins, seu inimigo mortal (uma vez que Ouro Preto estava preso, e, solto sob palavra, pediu demissão) facilitou o trabalho dos republicanos que o cercavam, os quais aproveitaram-se do descontentamento da situação e conduziram-no à república e a produzir essa desgraça cujas consequências continuamos a sofrer. Teve a revolução, ao menos, o aspecto, para nós bastante consolador, de ter sido feita exclusivamente pelo exército. Com todas as forças nas mãos não houve meio de se lhe resistir.

Voltamos, porém, ao relato desses dias infelizes.

Depois dos primeiros avisos pelo visconde da Penha e barão de Ivinhema, chegaram-nos notícias que nos pareceram bastante exageradas. Ofereceu-se Miguel Lisboa para ir até o Campo da Aclamação, onde fica o Quartel General, a fim de saber ao certo o que se passava. Voltou dizendo que o Ministério estava cercado pela tropa e o ministro da Marinha, Ladário, tido como morto.

Logo depois chegou-nos a notícia que tudo estava pacificado, tendo, porém, o exército imposto e obtido a demissão do Ministério. O conde d'Eu exclamou então: "Acabou-se a Monarquia do Brasil." Não podia crê-lo! Disseram-nos também que Deodoro tinha ao pé de si Bocaiuva e Benjamin Constant, dois chefes republicanos e que já tinham declarado o Governo Provisório. Rebouças, de volta ao Paço Isabel, veio também, de parte de Taunay, com o plano para que o meu pai ficasse em Petrópolis e aí estabelecesse o governo, internando-se mais, se fosse necessário. Mas como comunicarmo-nos secretamente com meu pai pelo telégrafo?

Soubemos, aliás, pouco depois, que este tinha sido entregue aos insurretos. Fizemos expedir nossos filhos para bordo do encouraçado *Riachuelo*, à espera do vapor de 4 horas da tarde que os deveria levar a Petrópolis. Era o meio de informar meu pai e pôr as crianças em segurança.

Ao meio dia e meia recebíamos um telegrama do médico de meu pai, o conde de Mota Maia, avisando-nos que meus pais partiam de Petrópolis pela Estrada de Ferro do Norte. Decididos a encontrá-los na estação de S. Francisco Xavier, embarcamo-nos com os Muritiba numa lancha que nos devia conduzir de Botafogo ao Caju. Ao passar em frente ao Hospital da Misericórdia, divisou o conde d'Eu as carruagens do palácio. Dirigimo-nos então para o Cais Pharoux, onde soubemos que meus pais já se encontravam, efetivamente, no Paço da Cidade, que fica no centro do Rio de Janeiro. Desembarcados, fomos encontrar meus pais com os quais ficamos desde então. Durante este dia apareceu uma escolta que veio pôr-se às ordens do Imperador. Este mandou chamar Ouro Preto, que lhe declarou ser-lhe impossível continuar no governo. Pelas seis horas chegaram o barão e a baronesa de Loreto, meu sobrinho Pedro Augusto, a baronesa de Suruí e outras pessoas, entre as quais Penha e Silva Costa, que acompanharam meu pai todo o dia. Tivemos também os

Calógeras, e as filhas da Penha. Igualmente vieram Taunay, Thomas Coelho, Soares Brandão.

Vários conselheiros de Estado, convocados, decidiram meu pai a chamar Saraiva para formar o ministério no lugar de Silveira Martins, anteriormente proposto. Enviou-se a Deodoro um emissário que voltou às duas horas da madrugada declarando que aquele já se considerava, irrevogavelmente, presidente da República. Os que o cercavam e sua raiva por Silveira Martins haviam-no decidido, e não havia mais possibilidade de voltar atrás. Pela manhã do dia 16 ainda algumas pessoas puderam entrar ou sair do Palácio. Ouvia-se constantemente a cavalaria cercando o edifício e dispersando os ajuntamentos. Por volta das dez horas ninguém mais pôde entrar. Víamos, às vezes, embora poucos olhassem pelas janelas, pessoas conhecidas que, de longe, nos cumprimentavam. Que dia horrível! Às duas horas chegava a Comissão do Governo Provisório, anunciada desde a véspera, com uma mensagem para meu pai, exigindo-lhe a saída do país. Compunha-se ela do major Sólon e outros oficiais inferiores. Tão perturbado estava Sólon, ao entregar o documento a meu pai, que chamou-lhe sucessivamente de Vossa Excelência, Vossa Alteza, Vossa Majestade. Entregando seu triste papel disse: "Venho da parte do Governo Provisório, entregar, mui respeitosamente, a V. M. esta mensagem." E acrescentou: "Não tem V. M. resposta a dar?" – "Por enquanto, não", disse-lhe meu pai. "Então, posso me retirar?" – "Sim", respondeu meu pai, sempre calmo e cheio de dignidade.

Somente às pessoas que o cercavam declarou meu pai que se retirava. Não podia fazer outra coisa.

É impossível dizer o que se passou em nossos corações!

A ideia de deixar os amigos, a pátria, tanta coisa que prezo e que me relembravam a felicidade que desfrutei, fez-me cair em prantos.

À noite fomos repousar e algumas pessoas tiveram permissão de sair para os arranjos da partida. Há uma hora acordaram-me. Supus ser o general Lassance que se ocupa, desde muito, e com bastante devotamento, de todos os nossos negócios. Era efetivamente ele, acompanhado dos generais Mallet e Simeão, pedindo, de parte do Governo Provisório, que meu pai partisse antes do romper do dia, pois se temia qualquer manifestação do povo, estando os estudantes da Escola Militar armados de metralhadoras para atirar em quem resistisse. Fui acordar meus queridos pais e, com eles, Pedro Augusto, D. Josefina (baronesa de Fonseca da Costa), o conde de Aljesur, o almirante marquês de Tamandaré e o conde de Mota Maia, embarcamos na convicção de irmos diretamente para bordo do *Alagoas*, que nos devia conduzir à Europa. O visconde da Penha, a Srta. M. da Penha, Calógeras e senhora, e Miranda Reis acompanharam-nos até o Cais Pharoux, onde tomamos a lancha que nos conduziria ao *Parnaíba*, em vez do *Alagoas*. Nunca meu pai teria consentido nessa partida prematura, se não estivesse convencido da inutilidade de qualquer resistência, que só iria derramar inutilmente sangue. Saindo do palácio, disse o meu pai aos generais Mallet e Simeão, que se tinham algum sentimento de lealdade, dissessem os motivos dessa atitude. Repetiu isso ainda uma vez e, chegando ao Cais Faroux, declarou: "Os senhores estão malucos." Foi a única expressão de censura que ouvi de meu pai, com relação a quem lhe havia feito tanto mal.

Porém, a bordo do *Alagoas*, Isabel escreveu outra versão sobre o 15 de novembro, no texto *Memória para meus filhos:*

Opinião de Papai e nossas: "Se soubesse exatamente como as coisas se achavam, teria ficado em Petrópolis, de onde depois ter-me-ia internado mais e mais, se fosse necessário."

Papai diz, provavelmente, para não aumentar a culpa, que o Ouro Preto não o chamou ao Rio, mas que pensou, com sua presença, tudo serenar, e portanto não duvidou em descer para o foco, onde estaria mais perto dos acontecimentos e mais depressa poderia

providenciar.

Diz Papai também que foi ele quem se lembrou do Silveira Martins para suceder ao Ouro Preto. Em todos os casos, como é que o Ouro Preto não o dissuadiu disso?

Além de que é contrário ao seu costume deixar seguir o parecer do presidente do Conselho que se demite; por coisas que ouvi, creio que foi o Ouro Preto quem indicou o Silveira Martins, assim como foi ele quem chamou Papai de Petrópolis.

Ambas as ideias foram desacertadas!

Com outras medidas se teria evitado o mal? Não sei. Gaston também foi de opinião de conservarmo-nos em Petrópolis, mas não teve meio de comunicar-se com Papai, e quanto a mim, que sempre vejo tudo pelo melhor, estava longe de pensar que sucederia o que sucedeu, e portanto atuou muito no meu espírito a ideia de não fazermos um papel que mais tarde tornasse menos fácil a nossa posição, podendo-se nos acusar de pusilanimidade.

Como o Ministério, e especialmente os ministros da Guerra, da Marinha e da Justiça e o presidente do Conselho por estes não sabiam nada? Imprudência! E mais imprudência! Descuido ou o quê? Uma vez que a força armada toda estava do lado dos insurgentes, todos nós, nem ninguém, poderia fazer senão o que fizemos.

Quando os primeiros dias de angústia são passados, e meu espírito e coração acabrunhados pela dor podem exprimir-se a não ser por lágrimas, deixai-me, filhinhos, que lhes conte como se deu a maior infelicidade de nossa vida!

[…]

Papai quis saber do motivo que fazia precipitar sua partida declarando que só consentia nisso para evitar conflito inútil. Ao embarcarmos, disse eu ao Mallet que se eles tivessem qualquer lealdade não deixariam de declarar isto; o mesmo já Papai dissera antes e tornou a repeti-lo e chegando já ao cais depois de algumas palavras trocadas, disse: “Os senhores são uns doidos!”

Foi a única frase um pouco dura, mas bem merecida, que Papai lhes disse.

Ao pôr o pé no vapor foi que soubemos que em vez do *Alagoas* levavam-nos para o *Parnaíba*. Em tudo notamos receio e atrapalhação.

Os meninos que, na véspera, mandáramos chamar de Petrópolis, chegaram, graças a Deus, com o doutor, Mr. Stoltz, o Rebouças e o Welsensheim (ministro austríaco). Com os outros diplomatas que estavam no Rio, foram de uma grande má-fé; no sábado já os tinham impedido de vir-nos ver no Paço da Cidade, e no domingo, depois de os fazerem subir para o salão do Arsenal com promessa de irem a bordo despedir-se de nós, na hora de embarcarem Mariquinha e Amandinha, lhes foi declarado que não podiam mais ir porque não teriam condução para a volta. Entretanto, o *Parnaíba* tinha levado ordem de voltar da Ilha Grande! Vieram a bordo do *Parnaíba* Maria Eufrásia e Sebastião Laje. Domitília, que também veio, só nos pôde ver de longe.

Ao ser deposto em 15 de novembro de 1889, D. Pedro II havia completado 49 anos, três meses e 22 dias como imperador do Brasil.

---

1. CARVALHO, 2007, p. 216.
2. CHAGAS, 2001, p. 168.
3. CARVALHO, 2007, p. 217.
4. “Uma noite histórica”, em *Brito Broca*; Raul Pompeia, São Paulo, Melhoramentos, 1956, p. 74-78.

INSLEY PACHECO

Pintor de Paisagens,

PHOTOGRAPHO DA CASA IMPERIAL,

e

CAVALLEIRO DA ORDEM DE CHRISTO DE PORTUGAL



PREMIADO COM A MEDALHA DE 1ª CLASSE

na exposição Internacional do Porto,

e em outras exposições

102, Rua do Ouvidor, 102

RIO DE JANEIRO

[capítulo XXII]

1889

O triste adeus ao Brasil



Não se pode ser completamente feliz neste mundo! Meu verdadeiro bom tempo já passou! Conserve-me Deus ao menos aqueles que amo! A pátria de minhas melhores afeições afasta-se cada vez mais! Que Deus a proteja! A lembrança das horas felizes me sustenta e me abate![1]

O brasilianista Roderick Barman nos alerta para o fato de que, naquele novembro de 1889, Isabel estava a caminho do exílio e de volta a um estilo de vida familiar, já que todos os seus parentes moravam na Europa. Havia, de fato, abandonado um círculo de amizades, mas suas duas melhores amigas viajavam com ela ao exílio. A França, onde a família

imperial pretendia viver, não lhe oferecia perigo algum. Isabel dominava a língua e, ali, poderia praticar a sua religião sem restrições nem censuras, e tinha certeza de que os filhos receberiam também uma educação católica.

A viagem a bordo do *Alagoas* se arrastou de 18 de novembro a 7 de dezembro de 1889. D. Pedro II passou os dias lendo em voz alta e se entregando a longas conversas intelectuais. Não falou e nem quis ouvir palavra sobre os últimos acontecimentos e nem sobre os planos para o futuro. D. Teresa Cristina, com a saúde em frangalhos, logo adoeceu. Pedro Augusto não se conformou com o novo destino e, com uma mania de perseguição, chegou a ficar trancafiado numa cabine durante dias. Como observou D. Isabel, "tivemos sérios receios pelo seu juízo".[2] O conde d'Eu encarregou-se de ajudar os filhos com trabalho escolar e exercícios físicos. D. Isabel passou a maior parte dos dias na companhia dos Dória e dos Tosta, amigos de longa data que os acompanharam na viagem ao exílio. Não foi um período alegre.

Ao contrário do ex-imperador, que se recusava a discutir seus planos, D. Isabel e o conde d'Eu pensaram muito no futuro – onde iriam morar e, principalmente, do que iriam viver. Concordam os historiadores sobre o fato de que a família imperial não levava dinheiro algum para o exílio, além de não possuir bens na Europa. Na primeira etapa da viagem, D. Isabel e Gastão escreveram várias cartas com instruções sobre a administração de seus negócios e propriedades no Brasil. Endividados, tanto a princesa como seus pais dependiam do que lhes destinava o Tesouro nacional.

O governo provisório havia prometido continuar o pagamento. Também decretara que o monarca deposto receberia a importância de cinco mil contos de réis (o equivalente a seis vezes a sua renda anual). Só em 27 de novembro, quando o *Alagoas* já se aproximava do arquipélago de Cabo Verde para a primeira escala, foi que o ex-soberano considerou a oferta. E a recusou. Uma cópia assinada por D. Pedro II foi enviada de Cabo Verde ao Brasil.[3]

"Minhas conversas a bordo do *Parnaíba*"[4] faz parte do texto *Memória para meus filhos*. Ela o escreveu a bordo do navio *Alagoas*, que, enfim, os levaria para o exílio. Seu relato nos ajuda a entender o estranho e trágico momento por que passava a família real:

> Foi ao subir para bordo que soubemos que, em vez de irmos para o *Alagoas*, levavam-nos para o *Parnaíba*. Graças a Deus chegaram a tempo as crianças que, na véspera, fizemos vir de Petrópolis, embarcando conosco no *Parnaíba*. Várias pessoas de nossa comitiva, entre as quais os Muritiba e os Loreto, que haviam saído para arrumações, não puderam apanhar o *Parnaíba*, encontrando-se conosco na Ilha Grande, sobre o *Alagoas*.

Deixamos a barra do Rio de Janeiro a 17 de novembro de 1889! Às oito da noite, apesar da escuridão e do mar agitado, passamos para o *Alagoas*, apavorados, com esse embarque, principalmente por causa do mau estado das pernas de minha mãe. Dissemos adeus aos Amarante, vindo especialmente para ver-nos, e que deviam voltar no *Parnaíba*. Partimos à meia-noite da Ilha Grande, em direção à Europa, passando, ainda uma vez, diante do querido Rio de janeiro, no dia 18, às seis e meia da manhã.

Veio nesse dia, ao nosso encontro, o encouraçado *Riachuelo*, para guardar-nos. Estavam conosco a bordo do *Alagoas*: a baronesa de Fonseca da Costa, dama de minha mãe; o conde de Aljezur, camarista de meu pai; o conde de Mota Maia, médico de meus pais; Manuel da Mota Maia, seu filho mais velho; o barão e baronesa de Muritiba; o barão e a baronesa de Loreto; o engenheiro Rebouças, que fez questão de acompanhar meu pai; Mr. Stoll, a serviço de meus filhos; as duas criadas de quarto de minha mãe; minhas duas criadas de quarto; os dois criados de quarto das crianças e o nosso querido papagaiozinho do Pará, fiel companheiro de vinte anos.

[...]

Meu pai declarou-nos a bordo que não aceitara o oferecimento de cinco mil contos, que lhe haviam posto à disposição num último papel que lhe entregaram ao partir. Era essa de fato a opinião de todos nós.

Declarou-nos ainda, durante a travessia, que se soubesse exatamente o estado das coisas a 15 de novembro, teria ficado em Petrópolis, internando-se mais se fosse necessário.

Em 2 de dezembro, D. Pedro comemorou seus 64 anos de vida. D. Teresa Cristina estava de cama, com gripe, mas os outros membros da família e os amigos se reuniram para comemorar a data. Num jantar especial, serviu-se champanhe. O depoimento é de Isabel, em *Memória para meus filhos*:

No dia 30 de madrugada chegamos a São Vicente do Cabo Verde e no dia 1 partimos com a nossa bandeira arvorada.

Saúdes boas até o dia 1. Mamãe nesse dia sentiu-se resfriada e no dia 2 ficou no quarto. No dia 2 ao jantar, bebemos à saúde de Papai, ele respondeu às nossas saúdes brindando: À prosperidade do Brasil!

Todos cordialmente tomaram parte no nosso regozijo, e o comandante e gente de bordo mostravam-se especialmente dispostos a nos testemunhar sua simpatia por todos os modos possíveis; o tenente Magalhães Castro, de farda conservou-se todo o dia e veio nos saudar pelo aniversário. Todos os da comitiva escreveram pensamentos, que, assinados, viemos entregar a Papai. Foi grande minha comoção quando, de manhã, vim abraçar Papai. Já no dia meu coração sobressaltava-se ao ver içar, ao sair de São Vicente, a nossa bandeira, ainda não hasteada neste vapor desde a partida. Não pude deixar de bater palmas e tive um momento de grande júbilo. Parecia-me a esperança! Lembrei-me de tantos momentos de verdadeira felicidade!

Desde este dia Pedro Augusto voltou ao seu estado natural; já a bordo do *Parnaíba* mostrava-se receoso de tudo e de todos os que não eram da comitiva, vendo ciladas, assassinatos e veneno por toda a parte. Tivemos sérios receios pelo seu juízo, sobretudo a bordo do *Alagoas*.

4 de dezembro de 1889

Avistamos ontem Tenerife, primeiro o pico sobre as nuvens e a parte baixa da ilha por baixo delas, depois a ilha de mais perto, mas já o pico nas nuvens. Mar inteiramente calmo, quando na véspera não pudera levantar-me.

Cannes, 30 de maio de 1890

Com um oficialzinho da fazenda, ainda parados no porto:

– Vossa Alteza compreende que esta transformação era necessária?

– Pensava que se daria, mas por outro modo: a nação iria elegendo cada vez maior número de deputados republicanos, e estes, tendo a maioria, nos retiraríamos.

– Assim nunca podia ser feita, porque o poder é o poder.

– Quanto a ser a expressão da vontade da nação, não. Estou convencida de que, se cada um votasse livremente, a maioria por meu Pai seria incontestável. Agora tudo foi feito pelo exército, armada, por conseguinte pela força. Pode-se mesmo dizer tudo foi feito por alguns oficiais.

– Mas ver-se-á isto por meio da constituinte proximamente.

– Não disse o senhor que o poder é o poder?!

O rapazinho, aliás, falava respeitosamente e parecia bem-intencionado e comovido da nossa dor.

Com o comandante do *Parnaíba*, Palmeira:

– Falava-se das questões militares. Veio a falar-se de suas diferentes fases do momento em que se quis obrigar o exército a ir pegar os pretos fugidos em São Paulo. Disse em resumo isto: o exército deve obedecer, mas também quem manda deve igualmente lembrar-se que manda a pessoas a quem deve certas considerações.

Falando-se dos acontecimentos que deram lugar à crise, e das acusações que se nos faziam de intervenção, dissemos que nunca nos metíamos nos negócios (o Estado, e que até ignorávamos completamente que tivessem embarcado ou devessem embarcar corpos do exército).

Escrevo tudo isto porque é raro relatar-se exatamente o que se ouve.

Soube em viagem que, no dia 10, embarcara um batalhão; no dia seguinte à noite do baile da Ilha Fiscal, o que dera ocasião a que se dissesse que, enquanto uns se divertiam, gemiam as famílias dos soldados. Soube que muitas poucas pessoas do exército e da armada foram convidadas para o baile. Que o C. de Oliv[5] mostrara-se áspero em certas ordens como ministro da Guerra. Que o chefe de polícia Basson, em conferência de ministros que precedeu ao baile, dissera que os militares preparavam uma grande reunião para essa noite. Na conferência seguinte, os colegas, perguntando o que havia, o C. de Oliv respondeu não ter havido nada de importância. Na noite de 14, às nove horas, foram (creio que o Basson mesmo) avisar o Ouro Preto que o regimento tal se rebelara. O Ouro Preto começou por não dar grande importância a tal informação, tanto que só à uma hora da noite, depois de outras informações, é que fora para a Secretaria de Justiça.

A senhora do Rio Apa, no dia 14, à noite, fora a casa de Amandinha.

O Dória voltara de Petrópolis muito endefluxado e se achava em cima. Amandinha recebeu a senhora embaixo. Esta lhe disse que as coisas não pareciam boas, que o marido devia vir também a casa dela.

Chegado este, só falou com Amandinha com meias palavras e foram-se.

Mais tarde o Dória, exprobrando o Rio Apa de não tê-lo avisado, este respondeu que pensava que, como ministro, deveria estar ao fato de tudo. Este, no dia 15, a sua brigada tendo bandeado, parecera ir colocar-se ao lado dos ministros, foi demitido pelos revoltosos e, logo depois, fez a ordem do dia em que declara o dia 15 de novembro o mais glorioso! Expliquem tudo isto!

Grande incúria, muita falta de cuidado, sobretudo por parte dos ministros da Guerra e Justiça, personificados no C. de Oliv; corda esticada demais pelo C. de Oliv. e Ouro Preto; Exército ou antes oficiais muito minados pelas ideias republicanas e sabendo proceder com muita discrição; tolice do Deodoro que, estou convencida, foi mais longe do que queria; esperteza do Bocaiuva e Benjamin Constant, que souberam aproveitar a ocasião;

verdadeiro ratoeiro para o ministro e para nós, e finalmente força maior que decidiu tudo.

Em 7 de dezembro de 1889, a família imperial chegou a Lisboa. Em 21 do mesmo mês, o decreto nº 78 do governo brasileiro ratifica o banimento e especifica a proibição de que qualquer membro volte ao Brasil.

Os acontecimentos a bordo dos dois navios que levaram a corte ao exílio tiveram outra testemunha – os cadernos implacáveis de André Rebouças. O engenheiro, um monarquista convicto, não quis ficar no Brasil e seguiu com a família real para o exílio. Depois da morte de D. Pedro II, Rebouças terminou seus dias na Ilha da Madeira. Suicidou-se ao pular de uma montanha. Em suas anotações constam:

Dia 18 de novembro
A bordo do paquete *Alagoas*.
12 hs. O dia passa-se filosofando com o Imperador e nas mais íntimas expansões com toda a Família Imperial.

10 hs. (noite) Em todas estas angústias o Imperador lembra Sócrates; sua filha a Redentora excede a toda a imaginação em coragem e amor ao Brasil, não me permitindo expansão alguma contra os monstros de traição e ingratidão, autores de todos esses atentados. Ontem, na tristíssima baldeação do *Parnaíba* para o *Alagoas* carregou a Imperatriz, lembrando o episódio de Virgílio, quando Eneas carrega o pai Anquises na saída de Troia. A Imperatriz não pôde conter os gemidos das dores reumáticas e dilacera-nos o coração; o Imperador já não pode auxiliá-la; é a filha heroica que nos dá ânimo a todos.

Dia 19 **de novembro** no *Alagoas*.
9 hs. Com o conde d'Eu mostrando-lhe o Índice Geral Biográfico e explicando-lhe os conflitos durante a Propaganda Abolicionista (1880-1888) quando estivemos obrigados a suspender todas as relações íntimas.

12 hs. O Imperador lê-nos o *Portrait* de André Theuriet, durante o dia e à noite até a hora do chá. – A companhia dissolve-se das 9 ½ às dez da noite.

Dia 21 de novembro
Aurora com Lua em minguante ao lado de Vênus; dia de Sol; pirajás (em frente à Baía) à tarde.

[…]

2 hs. O Imperador lê-me dois artigos sobre Literatura e Artes – do jornal
Le Temps.

8 hs. Conversação literária; o Imperador recita um soneto – elogiando seus fiéis Amigos e Companheiros de viagem, mencionando-me "ilustre Engenheiro" – Deus t'abençoe… Santo Velho!…

Dia 22 de novembro
6 hs. (da tarde) Afinal o *Riachuelo* desespera de continuar o miserável papel de querer subordinar o paquete *Alagoas* às suas 8 milhas, e vai-se com grande aplauso de todos, inclusive dos Marinheiros!!

Dia 23 de novembro
1 h. Passamos em frente ao cabo de Santo Agostinho.

2 hs. Escrevendo no Álbum da Princesa, vários pensamentos e um Hino à Redentora.

6 hs. Conversação com o conde d'Eu demonstrando o velho erro de considerar Teocracia e o Militarismo os defensores da Monarquia.

Dia 25 de novembro

7 hs. Faço com o Imperador uma nota sobre os Amigos que devem vir esperá-lo em Lisboa.

11 hs. Passagem da Linha Equatorial. Batizado dos barão e baronesa de Loreto. O Imperador dedica-lhe um Soneto. Lavro o Auto, cheio de alusões à Rainha dos Africanos e Redentora de todos os Brasileiros do negro pecado da Escravidão.

9 hs. Preparando vários tópicos para Propaganda de Democracia Rural na Europa e no Brasil.

4 hs. O Imperador termina a leitura dos *Contes* de André Theuriet, sendo seus constantes ouvintes "A Menina", isto é, sua filha Isabel e eu.

Dia 30 de novembro

No ancoradouro de S. Vicente.

7 hs. Examinando o novo Farol de São Vicente e os progressos feitos nesse singular "Rendez-vous de charbon" para os vapores transatlânticos.

10 hs. O visconde de Ouro Preto está ancorado no paquete *Montevidéo* (de Hamburgo) em quarentena; escreve ao Imperador e dele recebe resposta autógrafa.

12 hs. Visito com o Imperador os principais edifícios de S. Vicente do Cabo-Verde.

2 hs. Volta a bordo do *Alagoas*.

2 ½ hs. Enviando ao arquiteto Januzzi uma carta, agradecendo seus bons serviços a 17 de novembro e recomendando-lhe a propaganda – Emigrante – Proprietário de Terra – para impedir a Escravização pelos monopolizadores da terra do Brasil.

8 hs. O Imperador continua a ler-nos Charles Nodier, por Emile Montegut.

Dia 02 de dezembro

A bordo do *Alagoas*. 64.º Aniversário do Imperador Pedro II… Luar enublado; belíssimo íris duplo ao amanhecer; dia de Sol; pequenos aguaceiros à tarde.

7 hs. Redigindo e tirando cópia da saudação: Meu Mestre e meu Imperador.

12 hs. O conde d'Eu lê-nos vários artigos de Jornais de França, Inglaterra e Itália, com apreciações mais ou menos tolas sobre o Atentado contra a Família Imperial do Brasil.

5 hs. Jantar festivo: a Redentora brinda a "Papai"… O Imperador diz: "Menina, ouça o meu brinde – À prosperidade do Brasil!!!"

8 hs. O Imperador lê-nos a 1ª do artigo – Georges Bizet – *Sa vie et son oeuvre* – *Revue des Deux Mondes* – 15 octobre 1889.

N.B. Quando recebeu a minha saudação, leu-a comovido e depois deu-a à Redentora, dizendo: "Menina! Veja este bonito resumo da minha vida e da do Rebouças…"

A saudação resume tudo quanto de melhor fizemos juntos desde 1850, quando me examinou em Aritmética, no Colégio Kopke, em Petrópolis.

Dia 05 de dezembro

Na paquete *Alagoas*.

12 hs. Lendo alguns artigos da *Révue Bleue* n.º 15 du 12 octobre 1889.

7 hs. O Imperador lê-nos – Alfred de Vigny – final da obra – *Nos Morts Contemporains* por Emile Montegut.

10 hs. É democraticamente encantador ouvir o Imperador tratar a Princesa Imperial de "Menina" ou de "Minha Filha". Ela também só diz: "Papai e Mamãe"… Os principezinhos são

> “Os meninos”, “meus filhos”, “meus netinhos”. Tudo como em uma boa e santa Família; sem o menor preconceito. Jamais pronunciaram as frases “Meu trono”, “meu Reino”… “Meu Império”… “Minha Dinastia”. E tão somente: “O Brasil…” “Minha bela Pátria…” “Que saudades do Brasil tão bonito…” “De Petrópolis, de minha casa, do meu jardim, de minhas amigas”.

Ao chegar em Lisboa, como exilado, D. Pedro fez o comentário mais amargo sobre sua vida: “Eu fui sempre um Imperador violentado.”[6]

---

1. LACOMBE, 1989, p. 265. Nota escrita em francês por D. Isabel, traduzida pelo autor.
2. MAGALHÃES JR. 1957, p. 401.
3. BARMAN, 2005, p. 273-274.
4. Princesa Isabel, *Memória para meus filhos, Minhas conversas a bordo do Parnaíba, documentos dos Condes d´Eu, sobre os acontecimentos de 15 de novembro de 1889, redigidos a bordo do Alagoas e, mais tarde, em Cannes*. Arquivo da Casa Imperial do Brasil, Maço 207-DOC.9413.
5. Ela se refere a João Alfredo Correia de Oliveira, presidente do Conselho de Ministros na assinatura da Lei Áurea.
6. CARVALHO, 2007, p. 223.

PHOTOGRAPHIA ALLEMÃ



ALBERTO HENSCHEL & Cª

SUCCR M. RIBEIRO

Photographos da Casa Imperial

40. Rua dos Ourives 40

RIO DE JANEIRO

CONSERVAD SE AS CHAPAS PARA REPRODUCÇÕES

Ferd. Postens, Hamburg.

[capítulo XXIII]

1889 | 1921

O exílio na Europa e as tentativas de restaurar a monarquia no Brasil



Ao chegar a Lisboa, a família real rapidamente atendeu a imprensa. Roderick Barman escreve sobre o que foi publicado na *Gazeta de Portugal* em dezembro de 1889 a respeito de Gastão e Isabel:

> Bondoso e de trato agradável, um pouco surdo, Sua Alteza o Sr. conde d'Eu esteve muito tempo conversando conosco. Recebeu-nos com íntima satisfação, desejando saber notícias do Brasil, interrogando-nos sobre os mais pequenos detalhes das notícias que lhe íamos dando e que sabíamos dos telegramas que têm chegado a Lisboa.

Depois de sintetizar a conversa sobre os acontecimentos de 15 de

novembro, segue o jornalista:

> Estávamos falando com o Sr. conde d'Eu, quando se acercou de nós Sua Alteza a Princesa Imperial.
>
> – Diga-nos – nos perguntou a Sra. condessa d'Eu –, o que é aquela horrenda coisa que está junto à Torre de Belém?
>
> – É um gasômetro pertencente à nova companhia de gás – lhe respondemos.
>
> – É uma pena terem assim estragado aquele belo monumento.
>
> – Sua Majestade o imperador demora-se em Lisboa? Vem fixar residência no nosso país?
>
> – Não sei, mas para quase tenho a certeza que não. O imperador vai residir para Cannes. Diga-me, está adotada já a nova bandeira do Brasil?
>
> – Os últimos telegramas – lhe dissemos nós – dizem que até as Constituintes é mantida a antiga bandeira.
>
> – Alegra-me isso. Achava revoltante que se impusesse pela vontade de dois ou três homens uma nova bandeira à pátria.
>
> E ainda falamos sobre coisas do Brasil, que nada adiantam.[1]

A chegada dos exilados a Lisboa coincidiu com as festas da aclamação do novo rei D. Carlos, que se mostrou aborrecido com a presença dos parentes brasileiros. O mal-estar também foi logo percebido pelo imperador e sua família, que resolveram partir imediatamente de Lisboa. Permaneceram ali apenas dez dias e, depois, dividiram-se em dois grupos em destinos opostos. D. Isabel com os filhos, o conde, Pedro Augusto, os Tosta e os Dória viajaram para o sul da Espanha. Já o imperador, D. Teresa Cristina e seus acompanhantes foram visitar o norte e pararam em Porto.

Os dois grupos marcaram encontro no norte da Espanha, de onde seguiriam para a França. D. Isabel e os seus fizeram uma excursão pitoresca, que terminou em Madri 15 dias depois. Amandinha Dória contou o que então se passou:

> Em caminho soubemos que a nossa mui querida Imperatriz estava mal. Não nos quiseram dar de chofre a fatal notícia, pois todos na Espanha já sabiam que Sua Majestade, no dia 28, às 2 horas da tarde, tinha falecido no Porto, de uma síncope cardíaca. Ainda ignorando este triste fato, fomos à missa das 11, na igreja de Santa Ignez. De volta ao hotel, abrindo o Príncipe vários telegramas que lhe eram dirigidos, encontrou neles a terrível notícia e logo romperam os prantos e soluços de S.S. A.A. e de todos nós, que muito amávamos nossa Imperatriz.[2]

Repentinamente havia piorado o estado de saúde de D. Teresa Cristina. Ela própria revelou à baronesa de Japurá pouco antes de falecer: "Maria Isabel, eu não morro de moléstia; morro de dor e de desgosto. Sinto a ausência de minha filha e meus netos; não os posso abençoar pela última vez."

Era pelas duas horas da tarde de 28 de dezembro daquele triste ano de 1889. A seu lado, junto com a baronesa de Japurá, estava o conde e doutor

Cláudio Velho da Mota Maia, cujo apego à família imperial era imenso e que assinou o atestado de óbito afirmando ter a imperatriz falecido devido a uma bronquite catarral asmática, acompanhada de forte depressão nervosa.[3]

O imperador estava ausente, em visita à Academia de Belas-Artes, onde foi buscá-lo o cônsul-geral do Brasil no Porto, Manoel José Rabelo. Desconsolado, ainda anotou em seu diário:

> Não sei como escrevo. Morreu há meia hora a Imperatriz, essa santa! Tinha ido à Academia de Belas-Artes. Ao sair foi chamar-me o Rabelo, que a Imperatriz tinha tido uma síncope. Já achei o prior da freguesia, que lhe acudira com os ofícios extremos da Igreja. Ninguém imagina a minha aflição. Somente choro a felicidade perdida de 46 anos. Nada mais posso dizer. Custa-me a escrever, mas preciso não sucumbir. Não sei o que farei agora. Só o estudo me consolará de minha dor. Foi uma crueldade, e eu a causa por me ter dado quase 50 anos de venturas! [...] Como sua madrinha, a rainha de Savoia, merece ser santificada. [...] Tomara que chegue minha filha!

O encontro do imperador com sua filha e genro foi narrado pela baronesa de Loreto:

> Logo que chegamos ao Hotel do Porto, onde se acha a Família Imperial, os Príncipes entraram primeiro no quarto do Imperador e logo depois nós fomos admitidos. Acabamos de beijar a mão de S. Majestade, visivelmente consternado, penetramos na câmara mortuária, já toda preparada com três altares e luzes em torno do leito em que está a Imperatriz, até que chegue de Lisboa o caixão que foi encomendado.[4]

O enterro da Imperatriz em Lisboa, no Panteão dos Bragança, em São Vicente de Fora, coincidia com as cerimônias da aclamação de D. Carlos, e constituía um verdadeiro transtorno nas festas reais – aquele luto inesperado a atropelar os desfiles e os banquetes, como nos conta Lacombe.

No dia seguinte ao do enterro, a comitiva imperial foi de trem para Cannes, cidade escolhida por D. Pedro II para morar. A partir daquele momento, a relação de D. Isabel com o pai começaria a dar sinais de mudança, com o imperador um pouco menos paciente.

Em Lourdes, os viajantes fizeram uma pausa para visitar o santuário. D. Pedro tinha sérias reservas com relação às devoções da filha. Mas não só assistiu à missa na Igreja da Gruta, como também comungou. E ainda anotou em seu diário: "Tenho gostado de Lourdes."[5] Não seria complacente assim, no entanto, pelo resto da viagem.

"Levamos a vida mais frívola possível", anotou Amandinha em seu diário em 25 de janeiro, "imitando as elegantes que vivem na rua, entrando nas lojas e tomando chá ou comendo doces no Rumpelmeyer, o confeiteiro

mais afamado de Cannes."[6]

No último dia do mês, D. Isabel e Amandinha foram examinar

> Beau Site ou Villa d'Ormesson, esplêndida, vista magnífica, excelentes cômodos, perto do hotel Beau Site, que pertencia ao proprietário da casa … e um belo jardim, ou parque inglês com o *lawn-tenis*, jogo da moda. O preço era de 500 francos pelo resto da estação.[7]

Ficaram com a casa. D. Isabel ainda insistiu para que o pai os acompanhasse na mudança. "Questão de vivendas", anotou D. Pedro II em seu diário no dia 4 de fevereiro, "decidi não sair deste hotel. É difícil viajar com outros."

A residência em Cannes se estendeu até o final de julho, quando se encerrou o ano letivo e venceu o contrato de aluguel de Villa Beau Site. Então a família imperial partiu para um circuito de visitas.[8] A primeira delas foi uma estada de 15 dias com a condessa de Barral, em Voiron, perto de Grenoble, nos Alpes franceses. Os Dória foram a Voiron no fim de sua excursão pela Europa. À D. Isabel, que conhecia a condessa e Amandinha havia mais de trinta anos, essas duas semanas deram oportunidade de recordar a juventude. Foi um período feliz, mas também um momento de mudança e despedida. "Não nos demoramos mais na Europa, meu marido e eu", recordou Amandinha na velhice, "porque ele precisava regressar ao Brasil para tratar da vida. Não éramos ricos."[9]

Quando os Dória partiram, em 3 de agosto, D. Isabel não tinha certeza de que voltaria a ver a amiga. O mesmo se podia dizer sobre a condessa de Barral, então já idosa, com 74 anos. Na segunda parada do itinerário, a estância alemã de Baden-Baden, D. Isabel tratou de cuidar da vida. Com o conde d'Eu, decidiu fixar-se definitivamente no subúrbio de Paris, onde houvesse uma escola adequada para os filhos. O casal esperava que D. Pedro II concordasse em morar perto deles, ou com eles. Gastão foi o primeiro a deixar Baden-Baden. O ex-imperador anotou: "A Isabel veio já há algum tempo despedir-se pois que vai a Paris por alguns dias para ver casa nos arrabaldes para o inverno."[10] De Versalhes, nos arredores da capital francesa, a princesa escreveu uma longa carta para o médico de seu pai.

> Sr. Mota Maia,
>
> É da mesa de jantar que lhe escrevo. Levamos todo o dia a correr ceca e meca. Tomamos todas as informações, não deixamos nada por indagar, e por ora só encontramos dois apartamentos que poderão servir para Papai, no 1° andar, e a sua família no 3° andar. Quanto a nós, impossível achar qualquer cousa outra senão villa. Há uma que nos conviria, que não está longe do apartamento em Passy. Em Auteuil não há nada que sirva. A solução

> mais razoável para tanta complicação e dificuldade é mesmo Versailles, a não se querer meter Papai em apartamento de Paris mesmo, o que é menos conveniente. Eis, pois, o que proponho, e para que lhe peço encarecidamente vá dispondo Papai, e o Nioac igualmente, para que a Papai fale nesse sentido. Conto com sua dedicação e amizade. Diga a Papai que eu mesma não poderei ir a villa já e que proponho vamos todos para o Hotel des Reservoirs em Versailles. Daí, quando eu sair para a minha villa, Papai iria para a casa do Nioac, por uns 15 dias, de onde voltaria, quando quisesse, para Versailles, de onde nós não podemos sair, à vista da educação dos meninos. Julgo mesmo mais digno e melhor para Papai o Hotel des Reservoirs (que é abrigado), uma vez que os apartamentos em Passy ou Auteil (os que achei) não estão neste caso, e eu vi tudo o que havia.[11]

No exílio, Isabel foi procurada por Silveira Martins, senador do Império entre 1880 e 1889. Corria o ano de 1890. O assunto era a restauração da monarquia. A ideia era que o ex-imperador e a filha abdicassem em favor do príncipe D. Pedro, o filho mais velho da princesa. O rapaz tinha então 15 anos. O plano era levá-lo de volta ao Brasil, sem a presença dos demais membros da família imperial. A chefia do Estado seria entregue a um governo regencial até que o garoto atingisse a maioridade. O ex-imperador aceitou tudo, mas a princesa foi radicalmente contra.

> "Embora brasileira, sou, antes de tudo, católica; e com relação a meu filho ir para o Brasil, jamais o confiarei a este povo [os políticos], já que o meu dever é a salvação de sua alma."
>
> Irritado e desiludido, o político respondeu-lhe prontamente: "Então, senhora, seu destino é o convento!"

No exílio na França, onde permaneceu até sua morte, em 1921, Isabel dedicou-se ainda mais à caridade e a um contato mais próximo com o Vaticano. Durante a velhice, promoveu campanhas de ações beneficentes dirigidas aos brasileiros, com a ajuda de amigos e de suas relações com o episcopado. Na França, cultivava em seu palácio um jardim de plantas brasileiras e ensinava a língua portuguesa aos netos. Em seus aposentos, guardava os objetos que considerava mais sagrados: a bandeira imperial brasileira, a coroa do Império, a Rosa de Ouro e uma imagem do Sagrado Coração de Jesus.

Na época em que a família fixou residência nos arredores de Versalhes, seu filho mais velho, Pedro, completou 15 anos. Luís era dois anos mais novo, e Antônio ou "Totó", como o apelidaram, estava com 9. Os três meninos eram bastante diferentes. Pedro era gentil e simpático, mas não gostava de estudar e, geralmente, se mostrava desajeitado. Luís tinha força de vontade, era muito ativo e perspicaz.

Em março de 1890, seu pai comentou: "O bebê Pedro sempre se destaca pela indolência e a inépcia", ao passo que "Luís faz exatamente o mesmo trabalho escolar sozinho, com um prestígio e uma capacidade

admiráveis."[12]

É provável que a facilidade com que Luís superava o irmão mais velho e a atitude crítica de seus pais tenham tornado Pedro menos disposto a competir, inibido que era em virtude do defeito no braço e na mão esquerdos. Totó era o típico caçula, um pouco mimado, em parte por causa dos constantes problemas de saúde, em parte graças à sua personalidade cativante. O avô observava: "Totó está muito engraçado."[13]

Mesmo morando longe do pai, D. Isabel não descuidava dele. Os dois trocavam cartas e telegramas constantemente. Ela o visitou diversas vezes em Cannes, onde chegou a passar um mês, entre fevereiro e março de 1891. Essa longa permanência ajudou a consolá-lo de uma perda comum, a condessa de Barral, falecida em 14 de janeiro.

Por mais triste que tenha sido para D. Isabel, a morte da condessa foi um golpe duríssimo para o seu pai, que muito precisou do consolo da filha durante o longo e rigoroso inverno de 1891. Durante as férias escolares, em janeiro e em abril, Gastão também foi visitá-lo com os filhos. Em 10 de abril, quando todos partiram, D. Pedro II escreveu no diário: "Fico muito e muito só até princípios de maio", quando ele se mudaria de Cannes para Versalhes. Devido ao diabetes, o ex-imperador era muito menos ativo do que antes, com dificuldades para caminhar.

No fim de setembro a princesa, o conde d'Eu e os filhos, instalaram-se em Versalhes, enquanto D. Pedro foi a Paris, sempre atraído por "suas conferências, suas academias, suas bibliotecas e o círculo, embora bem restrito, dos brasileiros". Sua intenção era deixar Paris no dia 6 de dezembro. Mas quatro dias antes, exatamente quando completava 66 anos, ficou muito fraco. Fraco em demasia. Ao chegar ao Hotel Bedford, a 2 de dezembro, a princesa o encontrou na cama. E já não mais saiu de seu lado. À noite, D. Pedro piorou, e na manhã seguinte seu estado de saúde agravou-se mais ainda: febre alta.

No dia 4 outra prostração o deixou alheio a tudo e a todos, até que à tarde seu estado se tornou desesperador. No começo da noite entrou em suave agonia. Por fim, no rigoroso inverno de 1891, D. Pedro II (que pretendia retornar a Cannes a 6 ou 7 de dezembro), estava enfraquecido e seu estado se agravou para uma pneumonia.

A 5 de dezembro, num quarto simples do Hotel Bedford, morreu o Imperador. O governo francês deu aos funerais as honras de chefe de Estado. O esquife, envolto na bandeira auriverde criada por D. Pedro I, seguiu para Portugal, para ser enterrado em São Vicente de Fora, ao lado da

imperatriz.

Terminados os inventários dos imperadores – que se arrastavam na justiça brasileira – e, depois, o do duque de Némours, Isabel e Gastão puderam, enfim, comprar a casa onde moravam em Boulogne-sur-Seine, e logo depois o Castelo d'Eu, ao norte da França. Num postal com a vista do Castelo – "Château Du Comte de Paris" – escreveu a princesa à baronesa de Loreto, sua "queridíssima Amandinha:

> [...] deste Castelo atualmente nosso [que] o tomamos com alguns móveis, bastantes para mobiliar a parte não incendiada, que já é bastante grande.
>
> Arrumamos as paredes com quadros que tínhamos em depósito em Boulogne. Contamos refazer o exterior. Quanto ao interior só nos ocuparemos da Capela, o resto não sendo necessário, é muito dispendioso a restaurar.[14]

Decorando o castelo e transformando-o em verdadeiro lar brasileiro, aí recolheu a princesa a saudade da pátria distante, no meio dos quadros e móveis que lhe vieram dos paços de São Cristóvão e da Cidade, entre os quais a mesa redonda, estilo Império, com as iniciais em bronze de Pedro I, e em cujo tampo de mármore fizera a princesa inscrever a data de 13 de maio de 1888, em lembrança da lei que ali assinara.

Em 1901, perto de seu palacete de Boulogne, o aviador brasileiro Santos Dumont sofreu um acidente, numa experiência de seu dirigível. Foi um pé de vento que levou o motor do balão a entrar em pane. O próprio Santos Dumont contou a história:

> A aeronave entrou a declinar e foi-se arriar sobre o mais alto dos castanheiros do parque do Sr. Edmond de Rotschild. [...] Bem perto do local do acidente ficava o palácio da princesa Isabel, condessa d'Eu. Assim que soube onde eu me achava e que ia ser preciso algum tempo para desprender a aeronave, mandou-me um almoço à árvore, convidando-me para ir depois narrar-lhe a aventura. Fui, e quando acabei a minha história, a filha de D. Pedro me disse: "Suas evoluções aéreas fazem-me recordar o voo dos nossos grandes pássaros do Brasil. Oxalá possa o Sr. tirar de seu propulsor o partido que aqueles tiram das próprias asas e triunfar, para a glória de nossa querida Pátria." [15]

Alguns dias depois lhe enviou uma medalha de São Benedito, para protegê-lo de novos acidentes, acompanhada da carta:

> Sr. Santos Dumont, envio-lhe uma medalha de S. Benedito, que protege contra acidentes. Aceite-a e use-a na corrente do seu relógio, na sua carteira ou no seu pescoço. Ofereço-lhe pensando na sua boa Mãe e pedindo a Deus que lhe socorra sempre e lhe ajude a trabalhar para a glória da nossa Pátria. – Isabel condessa d'Eu.

O Pai da Aviação, a propósito, escreveu: "Como os jornais falaram com frequência de minha pulseira, direi que a leve corrente de ouro que a

constitui não é senão o meio escolhido por mim para usar essa medalha de tão grande estimação."

No espaço de dois anos, D. Isabel perdera a mãe e o pai. Aos 45 anos de idade, acabava de se tornar o membro mais importante da família, apta a traçar o próprio rumo. Com a venda da propriedade de seus pais no Brasil, ela herdou a metade do dinheiro. Tornou-se financeiramente independente, embora grande parte da herança tenha servido para pagar as gigantescas dívidas que D. Pedro II contraíra em dois anos de exílio.

Para se ter ideia, D. Maria Henriques de Melo Lemos Alvelos e Silva, proprietária do Grande Hotel Louvre, do Porto, chegou a processar o mordomo da Casa Imperial pela falta do pagamento das contas da hospedagem de D. Pedro II, da imperatriz e de sua comitiva, impugnadas por excessivas. Ela foi ao Rio de Janeiro a fim de recebê-las e, não conseguindo ser atendida no Paço, passou a publicar "A pedidos" em termos os mais injuriosos, na seção paga do *Jornal do Commercio*.[16]

Uma análise grafológica feita em 1891 concluiu que a princesa Isabel possuía

> uma grande delicadeza de sentimentos que tem horror a tudo que é grosseiro ou mesmo vulgar. Muito sentimental. O coração é muito sensível e fortemente impressionável. Sutil e perspicaz, apreende e compreende as coisas sem auxílio do raciocínio. Observa e examina as menores particularidades sem ser muito minuciosa. Rica imaginação. Suas ideias são muitas vezes entrecortadas pela impressionabilidade. Muito mais idealismo que materialismo. Muita altivez e dignidade mas sem vaidade vulgar. Constante força de vontade. Admira tudo o que é grande, belo, nobre e elevado. Muita ordem e regularidade. Espírito criador. Grandes atitudes artísticas. Coração afetuoso e muito amante.[17]

1890

22 de fevereiro de 1890, Cannes[18]

Minha queridíssima baronesa

Mil vezes obrigada por suas seis cartas as quais ainda não tinha podido responder. Você me perdoe se já não o fiz há mais tempo. Não me foi possível no meio de tanta angústia e complicações de toda sorte. Ah! Minha querida baronesa! Que dores! Mamãe estará gozando da recompensa que sem dúvida Deus lhe terá dado. É um consolo para nós; mas que horrível falta ela nos faz! Graças a Deus Papai pôde suportar tão rudes golpes, e vai indo bem. Todas as manhãs toma sua ducha, dá seu passeio e depois do almoço torna a sair. Além das dores tivemos as complicações financeiras. D'ora em diante, ao menos por ora, Papai terá de viver do que obtiver como empréstimo, nós do que o duque de Némours vai dar a seu filho.

Ora isto não nos permitia viver mais no hotel onde a princípio moramos aqui, tivemos de tomar uma casa, o que é muito mais econômico. O que teria desejado é que todos juntos fôssemos para uma casa, mas Papai por nada quis mudar-se, diz que em Europa está acostumado à vida de hotel e nem mesmo do que em que ele se achava e acha quis sair. O que fazer?! O que por forma alguma desejamos é que a nossa moradia sem ser debaixo do mesmo teto pudesse ser interpretado de mau modo. Fará ideia de como isto nos amofina! Fizemos o que devíamos e você, se lhe falarem no assunto, queira explicar por que assim procedemos e por forma alguma houve qualquer estremecimento entre nós. Deus nos preserve de semelhante calamidade que, aliás, não é possível.

Mil vezes obrigada às três por tudo, e às três lhes mandamos mil

saudades e abraços. Sua amiga muito, muito, muito de coração.

Isabel condessa d'Eu

Carta da princesa Isabel para a baronesa de Suruí.

17 de abril de 1890, Cannes[19]

Minha querida baronesa
[...]

Graças a Deus Papai está de novo bom de uma recaída que teve em seu estado diabólico, causada pela emoção que lhe produziu uma conferência aqui feita sobre o Brasil. Eu não tinha querido lá ir porque estava convencida de que muita impressão me causaria, e não estava certa de poder conter-me diante de tanta gente. Os jornais como de costume exageraram, mas assim mesmo me deu cuidado.
Você terá visto que recusamos o adiantamento de fundos que queriam nos fazer. Primeiro semelhante adiantamento ligava-se à ideia de liquidação de bens, a qual por sua vez ligava-se à ideia de banimento que não podemos admitir. Depois era uma maneira de forçar-nos a vender como quisessem o que lá temos, e finalmente para Papai passar sem privações que lhes façam mal não precisamos disso.
Em Portugal um capitalista ofereceu o que lhe fosse necessário, e assim acharíamos outros. Por pouco que eu agora tenha num caso de necessidade Papai que venha para minha casa. Não estará tão bem como por ora tem estado, mas Deus dá a coberta conforme o frio. Pode ser que o tal oferecimento por parte de alguns fosse ditado por certo remorso, mas nós é que não devemos aceitar. O que se passa por lá muitas vezes nos causa asco, vergonha, mas também muitas vezes dó. Quanta aberração! Quanta convicção que nunca soube firmar-se! Quanta falta de princípio! E nem posso talvez acusar quem não os tem. Talvez poucos [houve] esse que os soubessem incucar.
[...]

Isabel condessa d'Eu

Carta da princesa Isabel para a baronesa de Suruí.

16 de janeiro de 1891, Grande-Gareme[20]

Meu querido Papaizinho

Nossa tão boa amiga repousa no Cemitério de Neuvy esperando que em junho a transladem para Voiron! Como tenho pensado em sua dor por perda que nos é tão sensível.
Hoje de manhã tirei de uma das coroas que ornavam o caixão a violeta que aqui lhe envio, meu Papaizinho. Sexta-feira passada nossa condessinha ainda foi tomar chá em casa de sua sobrinha Marie-Thésie (Madame de Montsaichnem) aqui defronte. Quis lá ir apesar de se achar resfriada e de ter alguma febre. Depois do chá foi tomada de uma espécie de congestão cerebral e chegando a casa dela deitar-se e principiou a delirar.
[...]

Cannes 14 de abril de 1891[21]

Cara Filha

[...] dar-lhe notícias minhas; porém aí lhe mando meu boletim.
Quase nada nas mãos. Sono e apetite bons. Inteligência talvez mais clara do que antes da minha moléstia. Estudo e leis a contento meus e creio que nada deixarei por acabar quando daqui desencarnar. Creio que lhe levarei um papelzinho muito sofrível. Já tinha examinado e anotado o novo código penal e ontem acabei de fazer a Constituição.
Somente sinto [estar] longe do nosso Brasil e tomara que me deixem lá voltar, fazendo viagem sentido só verso de d'antes.
Como vão? Nenhum telegrama!
Meu abraço a nosso Gaston. Benção e carinhos aos netinhos. Muitas saudades aos Tottas. Lembranças aos Penhas e Calogeras e tudo tudo de

Seu Pai que tanto lhe quer

Pedro

Carta de D. Pedro II para a princesa Isabel

9 de janeiro de 1911, Boulogne-sur-seine[22]

Senhores Membros do Diretório Monárquico

Suscitou-se há certo tempo a ideia da transladação dos preciosos restos mortais de meus queridos Pais para o Brasil, repugnava-me porém o pensamento de separar-me de tão queridas relíquias, que em Portugal se achavam sob a guarda da Família Real, podendo eu lá ir orar junto delas.

Hoje que uma revolução sacrílega assola Portugal não persistem as mesmas razões, os túmulos de meus Pais acham-se à mercê de qualquer violação, e não me é mais possível pensar em ir visitá-los. Venho, pois pedir-lhes confidencialmente (embora sempre me custe e muito a separação) que procurem sondar todas as opiniões sobre a transladação e me digam o que convém fazer. Tenho, aliás, confiança que o nosso país saberá honrar os restos mortais dos que tanto trabalharam para o seu bem; mas é meu desejo que o governo não se arrogue o direito de dar destino aos restos tão preciosos, e dos quais só a mim e a minha família compete dispor.*

Fica subentendido que quando qualquer decisão for tomada a esse respeito, eu terei de dirigir-me à Família Real de Portugal sob cuja zelosa guarda estiveram os túmulos por tanto tempo. Esse ato de cortesia lhe é devido.

Julgo conveniente acrescentar que no caso de vir a ser desapropriado o Convento d'Ajuda era intenção minha mandar remover para o de Sto. Antônio os corpos de minha família que aí se acham, visto já estarem nesta última Igreja dois Irmãos meus falecidos em tenra idade. Poderiam talvez os de meus Pais repousar no mesmo lugar. Peço-lhes que depois de bem refletirem sobre tudo quanto acabo de expor-me manifestem sua opinião.

Toda a minha amizade e confiança

Isabel condessa d'Eu

* Sendo que aí surgira a lembrança da criação de um Pantheon, mas é vontade minha inabalável e condição [*sine qua non*], que se afastar qualquer ideia que não seja francamente católica.

Carta da princesa Isabel ao Diretório Monárquico.

---

1. BARMAN, 2005, p. 276-277. *Gazeta de Portugal*, 8 de dezembro de 1889.
2. BARMAN, 2005, p. 277.
3. VIEIRA, 1990, p. 215. Ofício do cônsul-geral do Brasil no Porto, de 30 de dezembro de 1889.
4. LACOMBE, 1989, p. 267.
5. BARMAN, 2005, p. 279.
6. BARMAN, 2005, p. 280.
7. BARMAN, 2005, p. 279.
8. BARMAN, 2005, p. 281-282.
9. BARMAN, 2005, p. 283.
10. BARMAN, 2005, p. 283-284. Diário de D. Pedro II, anotação de 5 de outubro de 1890.
11. BARMAN, 2005, p. 283-284.
12. BARMAN, 2005, p. 285. Cannes, 15 de março de 1890.
13. BARMAN, 2005, p. 285. Diário de D. Pedro II, anotação de 4 de agosto de 1891.
14. LACOMBE, 1989, p. 273.
15. VIEIRA, 1990, p. 232.
16. MAGALHÃES JR., 1957, p. 69.
17. LACOMBE, 1989, p. 273.
18. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 14-24(1890).
19. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 14-24(1890).
20. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 3-36(1891).
21. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 3-36 (1891).
22. Arquivo Grão-Pará. Pasta: XLI – 63(1911)


PHOTOGRAPHIE
M. REY
Rue d'Antibes
CANNES (Alpes-Mes)

[capítulo XXIV]

1905 | 1920

Isabel perde os filhos Luís e Antônio



Em 1905, Gastão comprou, de volta para a sua família, o Château d'Eu, localizado na comuna de Eu, no departamento do Sena Marítimo, região da Alta Normandia, França. Porém, mantiveram por todo o tempo o palacete de Boulogne-sur-Seine, em Paris, adquirido anteriormente. Seus filhos praticamente cresceram entre uma casa e outra. A neta mais velha de Isabel e Gastão, também chamada Isabel ou Isabelle, ou, entre os íntimos, Bebelle, mais tarde condessa de Paris, nos deixou um relato mais do que minucioso da vida de seus avós no exílio. Ela revela detalhes deliciosos do modo de ser e viver de Isabel e Gastão, no livro de

memórias lançado em Paris em 1978. Sem esse registro, seria impossível conhecer a realidade da vida no exílio de nossa única princesa – primeira mulher da história do Brasil a não só ocupar o cargo de senadora, como a comandar o país em seus três períodos de regência.

Bebelle era filha de Pedro de Alcântara, primogênito de Isabel e Gastão, e nasceu no Château d'Eu em 13 de agosto de 1911.[1] Ela contou em suas memórias que a presença de seus avós era uma perpétua distração em sua vida cotidiana. "Os dois velhos pareciam-me efetivamente seres fabulosos e eu tinha sempre a impressão de estar num espetáculo."

Seu pai, D. Pedro, príncipe do Grão-Pará, herdeiro do trono do Brasil, nasceu em Petrópolis, 15 de outubro de 1875. Filho de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gaston d'Orléans, conde d'Eu. Casando-se com a princesa herdeira do Brasil, o conde d'Eu fundou o ramo Orléans-Bragança.

A mãe, Elisabeth, nasceu em 1875, no castelo de Chotebor, na Boêmia. Filha do conde Jean Dobrzensky, barão da Boêmia, e da condessa Elisabeth Kottulinsky.

Bebelle chamava o avô Gastão de Bon Papa, um ser que tinha o dom de se deslocar para todos os lados silenciosamente, o que lhe permitia surgir subitamente em lugares onde ninguém o esperava. E, desde bem cedinho, Bon Papa perambulava de pijama bege, pela casa toda, sempre com uma manta jogada nas costas. Quando estava vestido assim, ele, um homem tão educado, não cumprimentava ninguém e proibia que lhe dirigissem a palavra, nem que fosse um reles bom-dia. "Sou invisível", dizia… Isabelle contemplava impressionada aquele comprido fantasma arrastando o chinelo e deixando atrás de si um perfume de lavanda misturado ao cheiro de pasta de dentes.[2]

Foi ele quem, no dia de seu batizado, declarou que deveriam chamá-la Bebelle, porque já havia excesso de Isabelle na família! "Bon Papa era muito grande, tinha longos braços, um grande nariz Bourbon, uma barbicha branca e olhos azul-claros como o céu de nossa terra, após a chuva. Era muito surdo, o que o tornava mais ainda mais querido para Bebelle, porque as crianças podiam fazer o barulho que quisessem. Porém, creio que ele escutava um pouquinho naquele tempo", escreve a condessa de Paris.

Gastão colecionava um monte de pequenas manias, como, por exemplo, fixar uma luva de crina nas costas, sob a camisa. "Isso dá um calor gostoso", justificava. Na verdade ele era muito friorento. Ao envelhecer, para endireitar as costas curvadas, passeava pelo castelo com uma prancha de

madeira montada sobre um bastão; passava as extremidades do bastão debaixo dos braços que ele mantinha dobrados, colocando assim a prancha sobre as omoplatas.

> Quando íamos dizer-lhe bom dia, eu organizava cada vez uma brincadeira fascinante. Com meus irmãos e primos, entrávamos em grande silêncio e de quatro pela porta que se abria atrás dele: vejo-o ainda sentado escrevendo, a bela cabeça branca pendida, dominando suas grandes costas curvadas cobertas com uma capa escocesa verde-azulada escura… Abafando as risadas, nos aproximávamos dele o máximo possível e, a um sinal meu, levantávamos todos como uma mola, dando gritos dos Sioux e correndo em volta da escrivaninha.
>
> Bon Papa fingia apavorado, erguia os braços para o céu, sorrindo com seus bons olhos claros e, em seguida, pulávamos em seus joelhos para beijá-lo. Essa brincadeira se renovava muitas vezes e Bon Papa nunca se zangou com isso.

Depois ele os deixava fazer fortalezas com os jornais empilhados no chão e ao longo das paredes – ficavam dispostos em blocos de vários metros de largura com quase um metro de altura. Era para as crianças uma das mais atraentes brincadeiras de construção. No entanto, por outras razões, ele sentia terríveis cóleras. Gritava, então, batia com os pés e dava grandes golpes de bengala no vazio.

> Uma vez o vi espantar o carteiro que não aguentava mais: ele tinha se arrebatado em fúria por causa de uma procissão cujo horário haviam esquecido de lhe dizer e que tinha perdido. Suas cenas de furor me fascinavam e eu as assistia como as tempestades que contemplava de minha janela.

De uma residência a outra, parecia à neta que ele mudava de personalidade transformando-se em dois personagens distintos. Talvez por isso, Bebelle sentisse muita ternura pelo seu Bon Papa do castelo Eu e mais respeito pelo de Boulogne-sur-Seine… Em Eu, o xodó da avó Isabel era o grande jardim de estilo francês, desenhado por Le Nôtre. Plantado com várias centenas de roseiras de todas as espécies. No verão, todo o castelo se impregnava do perfume de milhares de rosas.

> Minha avó sabia manifestar sua autoridade de uma maneira muito concreta. Quanto tínhamos a audácia de colher rosas no Jardim francês que se achava sob as janelas de seu apartamento, ouvimo-la gritar pela janela: “Patifezinhos, querem fazer o favor de não estragar minhas rosas?”

O que teria acontecido com o grande e fervoroso amor de Isabel por Gastão, depois de mais quarenta anos de casamento? Não se tem registro de brigas ou desentendimentos entre os dois, mas é curioso que a primeira neta guardasse na memória um certo descaso pela vida a dois.

> Sempre vi meus avós juntos, mas jamais os vi conversar ou discutir; moravam no mesmo apartamento, aparentavam ser bons amigos, mas na realidade quase não se sorriam.

Isabel tinha adoração pela neta Bebelle e a mimava com bonecas, panelinhas de bonecas, terços de todas as cores com pedras autênticas, coral, malaquita, lápis-lazúli, uma quantidade de pequenas joias.

> Levou-me uma vez de carro para comprar-me uma maravilhosa boneca que eu admirava na vitrina de uma loja de Tréport, cada vez que íamos para os banhos de mar.

A neta querida, futura condessa de Paris, teve a certeza de que sua avó foi uma "mulher de caráter, como são chamadas personalidades difíceis de serem definidas". Fisicamente era pequena, loura, olhos azuis, penteada a Titus, toda em cachos, lembrança de uma febre tifoide que tinha exigido um corte particularmente baixo. Não era bonita, mas encantadora, inteligente e autoritária. Sua voz era doce e pronunciava o "não" com sotaque brasileiro, mas com as entonações muito características dos Bourbons des Deux-Siciles, que subsistem a despeito da sua dispersão nos diferentes países do mundo. Afinal, sua mãe, a imperatriz Teresa Cristina, era uma Bourbon des Deux-Siciles. Isabel era, além disso, uma mulher de pensamentos generosos, ainda que categóricos.

> Para mim, sua generosidade jamais era posta em dúvida! Não havia ela, com uma só assinatura, abolido a escravatura no Brasil em 1888? Mas essa abolição tão repentina trouxe, a meu ver, a queda do Império, devido aos abalos econômicos e sociais que se seguiram.

Segundo a neta, a condessa d'Eu era apaixonada por duas coisas: o Brasil e a conversão dos ateus.

> Durante muitos anos lutou arduamente para salvar, entre outras, a alma do marechal Joffre, que ia sempre vê-la em Boulogne. Ali, a residência era uma grande construção quadrada de 1880 com uma escadaria e uma marquise sustentadas por colunas de ferro. Sobre as fachadas, alguns vitrais de cores monótonas de sorvete de pistache ou de framboesa esmagada [...] Imaginem, em suma, um belo palácio Napoleão III com seu grande jardim, gramados, cavalariça, uma horta e estufa para cultivar flores em todas as estações. No primeiro andar havia uma pequena capela forrada de tecido vermelho sobre o qual estavam presos relicários, e sobre uma coluna, em um dos cantos, a famosa Rosa de Ouro. Uma das peças em que os netos mais se divertiam era um imenso banheiro com todos os seus acessórios em zinco cromado, uma cadeira para banhos sentados e uma bacia de um metro e vinte de diâmetro onde fazíamos flutuar barquinhos.

Dos servidores do Castelo d'Eu, o preferido era Albert Latapie, o *béarnais*, que passou sessenta anos de sua vida com a família, e Hippolyte, o motorista, que estava no mais das vezes embriagado.

Os meios de locomoção da princesa eram os mais variados – no final da vida, andava muito pouco e, para vencer os imensos corredores e os salões do castelo d'Eu – uma longa enfiada de cem metros –, era empurrada numa cadeira de grandes rodas. No parque, Hippolyte levava-a para passear num pequeno carro de vime envernizado de preto, puxado por um cavalo andaluz chamado Caramel que morreu com 31 anos. Assim, ela parecia estar numa grande cesta que ondulava sobre suas quatro rodas.

> Nosso maior prazer era correr atrás e sentar às escondidas sobre o eixo posterior, com as pernas penduradas, e as costas apoiadas contra o grande cesto; Hippolyte não deixava nunca de ficar admirado com a morosidade assim causada à sua atrelagem.

Depois de terminados os estudos no Collège Stanislas, em Paris, os filhos de Isabel e Gastão escolheram a carreira das armas. Pedro partiu para Viena para estudar na Escola Militar de Wierner. Para lá também foi Luís. Terminados os estudos, os dois foram declarados oficiais do Exército austríaco.

É certo que Gastão nunca se conformou com o temperamento pouco ambicioso do primogênito Pedro. Comparado a Luís, então, muito mais brilhante que o irmão nos estudos e rápido de raciocínio. Talvez por isso nem a princesa nem Gastão bateram o pé quando Pedro escolheu a condessa Isabel Maria Adelaide Dobrzensky de Dobrzenicz, uma nobre do império austro-húngaro para se casar. Afinal, quando optou pelo casamento morganático,[3] os pais o fizeram abdicar do trono em nome de seu irmão Luís, que passou a ser o herdeiro presuntivo e hipotético da Coroa do Brasil, príncipe do Grão-Pará.

Em 1907, D. Luís de Orléans e Bragança resolveu se aventurar e fazer uma viagem à América do Sul e arriscar uma parada no Brasil. Quem sabe o recebessem. Depois, escreveu um livro em que contou suas aventuras, inclusive a enorme frustração que sentiu ao chegar ao Rio de Janeiro:

> Lançada a âncora, a Saúde e a Alfândega nos visitam. Funcionários agaloados sobem a escada; um jornalista, representante de um dos grandes diários da capital, se adianta, e dele recebo a notícia de haver o governo proibido o meu desembarque.
>
> Cruel decepção! Na embriaguez da chegada havia-me esquecido a feição política de minha viagem, e apenas ansiava pelo momento em que, com os outros passageiros, me seria dado precipitar-me em uma das pequenas embarcações que cercam o Amazonas, se bem que ainda indeciso sobre a extensão da minha demora no Rio. Eis que todos os meus projetos se desmoronam, e que o sonho que tantas vezes me perseguiu se realiza: cercado de terra brasileira por todos os lados, forçoso me é renunciar a por nela os pés!
>
> Como uma avalanche os meus amigos invadem o tombadilho. Encontroado, afogado por uma multidão simpática, vejo-me arrastado para o salão de bordo. Uma autoridade policial, muito correta, intima-me a decisão dos poderes federais, contra a qual, vibrante de emoção,

faço o meu protesto…[4]

Apesar do fracasso de sua viagem, Luís resolveu assumir a condição de herdeiro presuntivo da Coroa e batalhar por sua ascensão ao trono do Brasil. E o primeiro passo que deu nesse sentido foi o de transmitir aos membros do Diretório Monárquico o seu pensamento político sobre o Brasil e suas ideias quanto à reorganização do Partido Monarquista Brasileiro, assim concebidos:

> A renúncia de meu irmão Pedro a seus direitos de primogenitura, a posição de Príncipe Imperial em que ele me coloca, e a autorização que me deu minha Mãe de entender-me diretamente com os Srs. incitam-me a manifestar-lhes a minha opinião sobre o programa político que me parece mais conveniente adotar para a realização do fim que almejamos.
>
> Vinte anos quase de crises de máxima intensidade e das mais dolorosas consequências para o prestígio do País e o bem-estar dos seus habitantes, o adiamento da solução dos problemas cuja definitiva realização mais importa ao desenvolvimento da vida nacional, o enfraquecimento dos laços de coesão do Brasil, título de glória do regime imperial, a oligarquia que impera desenfreadamente pelos Estados, a paralisação das indústrias nacionais ou a fictícia prosperidade das que se mantêm pelo sistema nefasto de um protecionismo que encarece e dificulta a vida, bem mostram que não é o mais conveniente nem proveitoso para o Brasil o regime imposto a 15 de novembro de 1889.[5]

No Brasil, segundo Lacombe, conspirava-se por toda a parte… Chegou-se mesmo, na expectativa de uma restauração iminente, a preparar os decretos, prontos para a princesa assinar, assim que assumisse o poder: “D. Isabel, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos”, rezavam os decretos. E havia mesmo um que, entre várias providências, bloqueava os depósitos bancários de todos os republicanos.

Em 1915, combatendo nas trincheiras de Flandres, Luís, o segundo e estimado filho do casal, contraiu uma doença que o deixou debilitado e quase incapaz de andar. Antônio, o mais novo, que esteve no calor da guerra, sobreviveu ileso. Porém, depois do armistício, num voo de Paris a Londres, seu avião caiu no norte da capital inglesa. Gravemente ferido, ele morreu em 29 de novembro de 1918. “Loiro, não muito alto, o queixo saliente, eu o achava muito bonito, e, de fato, o seu charme era inegável”, relembrou sua sobrinha mais velha, Bebelle, “era verdadeiramente um original, amado por todos e adorado pelas mulheres.”

Sua morte foi um golpe devastador para D. Isabel, como mostra a carta que escreveu ao marido um dia depois de receber a notícia:

> 30 de novembro de 1918, Boulogne-sur-Seine (Seine)
>
> Meu pobre e querido bem-amado!

> Que dor! Eu estou com o coração e a cabeça em frangalhos! O nosso bom e galante Totó! Reze para que a minha cabeça permaneça intacta. Tanto eu rezei pela cura de Totó que, se Deus não o permitiu, é porque achou melhor assim. Esse querido tão querido vai para Deus no desabrochar da força e da beleza, cheio de glória e reforçado pelos sacramentos da nossa Santa Igreja Católica! Para ele, é o esplendor, para nós, a dura provação que suportaremos com submissão, com a ajuda de Deus! É um grande consolo pensar que ele está feliz. Mas eu não voltarei a vê-lo neste mundo! É horrível. Eu o conservarei amigo para sempre, esse querido, querido, Totó! Como eu também penso em você, meu bem-amado, e no tão querido Pedro, que sempre é tão útil! Luís e as duas noras me acompanham em minha dor, assim como todos os que nos cercam. Esta manhã, o nosso excelente pároco veio dizer a missa aqui, por Totó, e nós todos comungamos pela sua alma, inclusive Puppe e Bonbon. Luís me mostrou o belo artigo que escreveu sobre Totó no *L'Action Française* de hoje. Ah! meu Deus, meu Deus! Ontem à noite, eu cheguei a perder a pobre cabeça, mas o bom Deus a restaurou. Chorando, eu o abraço de todo o coração, querido, querido! Desta que é tão sua que espera poder minorar a sua dor![6]

Alguns meses depois dessa tragédia, D. Isabel perdeu outro filho, Luís. A moléstia contraída nas trincheiras resistiu a todas as formas de tratamento. Sua saúde foi declinando lenta e implacavelmente até a morte, em março de 1920. Além desses rudes golpes pessoais, a própria saúde de D. Isabel começou a se deteriorar, por causa de problemas cardíacos, agravados pelo excesso de peso. Cada vez com mais dificuldade para caminhar, ela foi obrigada a usar bengala. Por fim, ficou confinada numa cadeira de rodas. Em julho de 1919, pouco depois do septuagésimo aniversário da esposa, o conde d'Eu relatou que ela, "apesar de sair regularmente com sua coragem habitual, sente-se às vezes um tanto abatida, principalmente no fim do dia".[7] A imobilidade só fez piorar o seu estado. "Eu não estou mal", ela escreveu ao marido em janeiro de 1921, "mas minhas pernas e meus pés incharam muito ultimamente."[8]

Albert Latapie era o funcionário mais próximo e mais querido pela família. Começou a trabalhar com eles em 30 de setembro de 1895. Seu pai e todos os tios eram guias em Cauterets. Em seu diário, Latapie nos conta que D. Isabel saía muito e, geralmente, ele ia sempre com ela, sentado na boleia do landó. Uma vez por mês, às sete horas da manhã, ela ia a Versalhes onde ficava seu padre confessor. Tomava o café da manhã na casa paroquial e, de lá, ia ao encontro da baronesa de Muritiba para passearem por Paris até a hora do almoço, quando, muitas vezes, o cocheiro aproveitava para trocar os cavalos para o período após o meio-dia. A princesa fazia muitas visitas: hospitais, clínicas, pobres, e, frequentemente, lhe faltava dinheiro por serem tantas as esmolas que desejava dar. Nas noites de inverno, uma vez por semana, ela ia à Ópera e todas as vezes pagava uma entrada a Latapie. "Muito tempo depois, eu soube que ela assim fazia para que eu não ficasse por longas horas, à noite,

nas ruas de Paris", escreveu ele.

Em 1910, Isabel já havia feito seu testamento em Boulogne-sur-Seine, a 10 de janeiro:

> Eu, abaixo assinada, Isabel, condessa d'Eu, tenho resolvido fazer o meu testamento, faço-o pelo modo seguinte. Quero morrer na Religião Católica, Apostólica, Romana, no Amor de Deus e no dos meus e de minha Pátria.[9]

Latapie relata que, durante os invernos de 1895, 1896 e 1897, D. Isabel, por vezes, assistia às caçadas a cavalo em Chantilly. Como ela não mais montava, seguia a caçada num landó. A princesa sempre era convidada por Ambrósio Thomas – diretor do Conservatório de Paris – para assistir aos grandes concertos. Só o carro dela e o do presidente da República tinham licença de estacionar no pátio interno do conservatório.

Em casa, havia, a cada 15 dias, um jantar de família, com o duque de Némours, os príncipes de Joinville, o duque de Penthièvre, o duque de Aumale, os duques de Alençon. Não era possível reunir toda a família porque, na sala de jantar não cabiam mais de 18 pessoas. A princesa, que tinha, cada vez mais, tantas coisas a fazer, não costumava dormir mais que cinco ou seis horas por noite.

Em meados de 1896, a saúde do duque de Némours piorava a cada dia, de modo que todos esperavam por sua morte a qualquer hora. O conde d'Eu mandou recado aos oficiais que estavam junto de D. Pedro de Alcântara, pedindo que os dois filhos viessem o mais rapidamente possível para ver o avô.

Entretanto, o duque de Némours morreu[10] e os príncipes chegaram tarde demais. Assistiram ao enterro e logo voltaram a Viena.

O Castelo d'Eu, propriedade do duque de Orléans, sofrera um incêndio que destruíra o interior da ala direita, e o proprietário pensava em demoli-lo. O conde d'Eu o adquiriu e, aos poucos, o foi reformando. A parte destruída só foi restaurada após seu falecimento, por seu filho D. Pedro de Alcântara. Não tendo adquirido a floresta de Eu, o castelo se tornou propriedade difícil de manter. Depois de 1960, foi vendido a um consórcio em que a municipalidade de Eu tem a maioria das ações. Ali, Isabel passava as manhãs no escritório com a secretária, atualizando a correspondência com os parentes e amigos e planejando atividades.

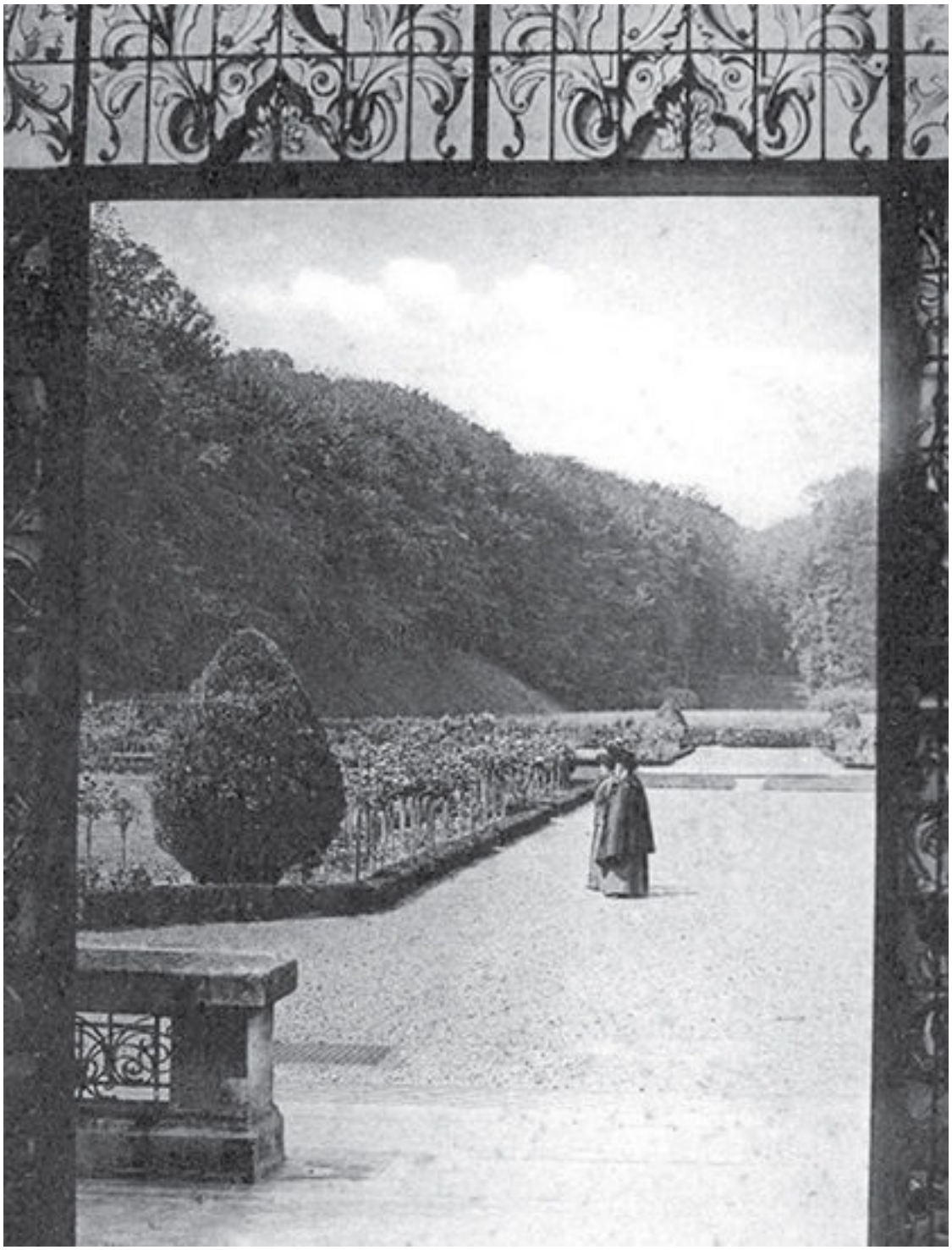
1. Morreu em 5 de julho de 2003, em Paris.
2. ORLÉANS e BRAGANÇA, Isabel de (condessa de Paris). *De todo coração*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 40.
3. O casamento morganático é aquele em que um(a) nobre, príncipe (princesa) ou rei (rainha) se casa com alguém de posição social inferior, uma pessoa de baixa nobreza ou uma pessoa que não pertence à nobreza.
4. ORLÉANS E BRAGANÇA, D. Luís. *Sob o Cruzeiro do Sul*, Centro Monarquista do Amazonas, 1913, p. 6.
5. Montreux, 6 de agosto de 1913.
6. BARMAN, 2005, p. 309.
7. BARMAN, 2005, p. 307-308.
8. BARMAN, 2005, p. 307-308. Château d'Eu, 5 de janeiro de 1921.
9. *Jornal do Commercio*, 19 de novembro de 1921.
10. Em 26 de junho de 1896.


EXPNS UNIVERSELLES
EXPOSITION UNIVERSELLE
VILLA NUMA BLANC
Numa Blanc fils
Peintre Photographe
CHARLES
Succursales
MONTE CARLO
AIX LES BAINS
PENDANT L'ÉTÉ
N°
Tous les Clichés sont conservés

[capítulo XXV]

1921

A morte no exílio



Em 1920, aos 74 anos, Isabel já vivia há 31 anos no exílio. Jamais conseguiu se desligar do Brasil. Ainda que naquele mesmo ano o governo acabasse com a proibição de a família real pisar em solo brasileiro, ela não retornaria à sua terra natal. Sentia-se velha e cansada; dizia que as pernas e as dores não a deixariam enfrentar uma viagem longa. A 4 de setembro daquele 1920, a princesa recebeu a visita do jornalista Tobias Monteiro para uma entrevista histórica, no Castelo d'Eu – a única dada a um brasileiro. Também historiador e banqueiro, Tobias se elegeu, no ano seguinte, para o cargo de senador da República pelo seu estado

natal, Rio Grande do Norte. Suas reportagens e livros históricos tiveram em sua vida um peso maior do que a política. O historiador Helio Vianna foi o responsável pela reconstituição do depoimento de Isabel, já que Tobias Monteiro deixou o trabalho inacabado e anotações em pedacinhos de papel esparsos. Segundo Vianna, o jornalista documentava-se amplamente, antes de redigir trabalhos históricos. Como antigo redator do *Jornal do Commercio*, Tobias entrevistou muitas personalidades envolvidas em acontecimentos brasileiros da fase final da monarquia e início da República, de muitos dos quais também foi contemporâneo. Reuniu seus testemunhos no livro *Pesquisas e depoimentos para a História*, publicado em 1913.

Doou à Biblioteca Nacional os papéis em que registrou numerosas notas, e mais os recortes de jornais, cartas e documentos destinados à continuação daquela obra. Depois de sua morte, recolheram-se à Seção de Manuscritos da Divisão de Obras Raras da Casa dos Livros, onde Helio Vianna copiou a interessante entrevista que tirou de suas notas avulsas. No envelope com o nome Minha visita a Suas Altezas o Conde e a Condessa d'Eu, no Castelo d'Eu – Tudo quanto deles ouvi ao lado de três cartas e quatro telegramas a ele dirigidos pelo barão de Muritiba, em agosto e setembro de 1920, aparecem em dez pequenas folhas de papel. Em cada uma delas resumiu, por temas, o que lhe disseram a princesa D. Isabel e o príncipe Gastão de Orléans, pouco antes da morte dos dois. Acrescentou-lhes, ainda, pequenas anotações explicativas. Na entrevista, Isabel falou dos momentos mais marcantes de sua vida no Brasil, aqui resumidos por assunto, tal qual o autor anotou:

[…]

LEI DO VENTRE LIVRE

A propósito da libertação dos filhos das escravas, disse D. Isabel a Tobias que, quando o Imperador partiu para a Europa, em 1871, deixando-a como Regente, não lhe revelou fazê-lo a fim de deixar-lhe a glória de assinar a Lei de 28 de setembro desse ano.

Entretanto, nos Conselhos que então lhe entregou, não deixou de mencionar, entre as "medidas indispensáveis, a declaração da liberdade do ventre desde a data da lei, considerando-se ingênuos os nascidos depois, e havendo para os senhores das mães a opção entre quantia razoável paga pelo Estado, ou serviço obrigado até certa idade dos nascidos, como

indenização dos gastos da criação deles." Exatamente como se fez, quase cinco meses depois.

BONDADE DA PRINCESA

Episódio já conhecido, mas que, na narrativa da própria D. Isabel ganha novos aspectos:

Francisco de Paula Nogueira de Saião Lobato, ministro da Justiça do Gabinete Rio Branco em 1871/72, depois Visconde de Niterói, em despacho com a Regente pleiteava com calor a execução da pena de morte comutada a um escravo, pelo crime do assassinato de seu senhor. Falou com ênfase e acabou dizendo: "A trisavó de Vossa Alteza, a Rainha D. Maria I, foi procurada por uma mãe que lhe pedia graça para um filho condenado à morte. A prece era tocante, a mãe banhada em pranto. A Rainha ouviu-a e depois respondeu: "O meu coração de mãe se enterneceu, mas a minha cabeça de Rainha ordena-me que não perdoe."

A princesa ouvia e durante todo o discurso tinha as mãos unidas pela extremidade dos dedos, como que comprimia ligeiramente uma espera. Quando o ministro acabou, disse, simplesmente:

– Mas, Sr. Saião Lobato, minha trisavó era doida.

Houve risos abafados no Conselho de Ministros. Saião Lobato embatucou.

QUESTÃO RELIGIOSA

Ao contrário da conhecida posição do imperador, francamente oposta à anistia aos bispos da impropriamente chamada Questão Religiosa, a princesa, conforme disse a Tobias, interessou-se pelo perdão aos dois. A prisão de D. Vital e D. Antônio de Macedo Costa repugnava a sua fé religiosa, ainda que admitisse terem sido eles levados a erros nas suas relações com o poder temporal.

A propósito dos sentimentos religiosos de D. Pedro II, estava D. Isabel certa de que acreditava em todos os dogmas da Igreja, e as declarações que a respeito lhe fazia, mais fortificaram sua própria fé. Pois via que, apesar de tanto ler e estudar, ele não descria. É possível que o imperador fosse cioso de seu poder e por isso tivesse aceitado a luta com os bispos, mas sem prejuízo de sua crença – afirmou a princesa.

Quanto aos hábitos do pai, disse que desde criança costumava estudar até alta noite. Seu preceptor, frei Pedro de Santa Mariana, bispo de

Crisópolis, mandava apagar a luz do quarto, mas depois D. Pedro novamente a acendia. (O mesmo aconteceria muito mais tarde com seu médico, o conde de Mota Maia, anotou Tobias.) Foi, assim, por tanto trabalhar que envelheceu tão cedo – concluiu D. Isabel.

O IMPERADOR E A PENA DE MORTE

Numa carta a D. Pedro II, sobre seus estudos acerca da raiva e seu tratamento, Pasteur mostrava-se seguro dos resultados de sua vacina, embora ainda não ousando aplicá-la ao homem. Pediu ao imperador que lhe permitisse fazer a experiência em um condenado à morte, no Brasil. Mas o monarca recusou a proposta, porque não mais consentia em execuções capitais, segundo D. Isabel.

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Inquirida por Tobias Monteiro sobre o magno acontecimento de sua terceira e última Regência, disse D. Isabel que o presidente do Conselho de Ministros, barão de Cotegipe, nunca lhe fez reparos sobre as quermesses em favor da liberdade de escravos, que patrocinava em Petrópolis. Nem sobre o jornalzinho dos príncipes, seus filhos, D. Pedro e D. Luís, o "Correio Imperial".

Não teve notícias de conspirações militares nessa época, nem por seu sobrinho, o príncipe D. Augusto Leopoldo de Saxe-Coburgo e Bragança, oficial de Marinha, nem por intermédio do chefe de esquadra João Mendes Salgado, barão de Corumbá, como contara a Tobias.

Quis que a Abolição se fizesse, porque via que ela tinha de ser feita, talvez revolucionariamente, pois as fugas de negros das fazendas faziam-na temer que tivéssemos, aqui, cenas como as da Guerra de Secessão, nos Estados Unidos. No dia 13 de maio sentiu-se feliz, vendo que com um traço de pena libertava 700.000 criaturas. Não receava com isso sacrificar o Trono, antes acreditava que o seu ato a recomendaria à estima da Nação.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

O primeiro republicano que D. Isabel disse ter conhecido foi seu professor Valdetaro. Chamava-a, e à irmã D. Leopoldina, "doninhas". Até 15 de novembro de 1889, nunca acreditou em conspirações militares. A Proclamação da República foi, para ela, uma surpresa.

Outro ponto curioso das declarações de D. Isabel a Tobias é o relativo a ter o comandante Bannen, do cruzador chileno *Almirante Cochrane*, então no Rio de Janeiro, oferecido asilo ao imperador e família, a bordo de seu navio. D. Pedro recusou, dizendo que "aquilo" era nada, que no dia seguinte tudo estaria acabado. O comandante, ao sair de sua presença, disse que ele estava enganado. Realmente, concordou a princesa, assim era. O pai não acreditava no êxito da revolta, mas, quando recusou o asilo, o fez com o ânimo firme, declarando-lhe que em caso algum se refugiaria em navio como estrangeiro. Nunca conheceu ninguém com tão grande amor a seu país – concluiu D. Isabel.

A indiferença que aparentou depois da Proclamação da República era uma manifestação de força de vontade para dominar-se e esconder a sua mágoa.

Neste ponto apoiou a princesa a baronesa de Muritiba, que disse tê-lo visto muitas vezes de lágrimas nos olhos, quando se falava no 15 de novembro. Acrescentou D. Isabel que ele sofreu muito, por ter de deixar o Brasil.

Seria, portanto, dissimulação, anotou Tobias, o dizer do imperador à rainha D. Amélia, de Portugal, que sua ida para a Europa seria o gozo de "suas férias".

Não seria apenas Tobias Monteiro a encontrar Isabel e Gastão em 1920. Também o jornalista e empresário Assis Chateaubriand, o Chatô, esteve no Castelo d'Eu. O jornalista Fernando Morais, em seu livro sobre Assis Chateaubriand, conta que, em meados de 1920, durante breve viagem a Paris, Chatô recebeu no hotel a visita do conde de Carapebus, que o procurava em nome da família real brasileira. A princesa Isabel gostaria de convidá-lo para um fim de semana no Castelo d'Eu. Era uma maneira de agradecer por seu empenho pela revogação da lei do banimento da família imperial.

Nos anos em que trabalhou no Rio de Janeiro, Chatô encabeçou uma campanha, através de artigos que publicou no *Correio da Manhã* e no *Jornal do Brasil.* O jornalista é quem relata:

Durante a disputa pela Presidência da República, meses antes, Chateaubriand arrancara de seu conterrâneo Epitácio Pessoa o compromisso de que, eleito presidente, ele revogaria o decreto. Vitorioso, Pessoa telegrafou ao amigo para anunciar que a promessa estava cumprida: "Umbuzeiro está vitorioso nessa jornada. A revogação do banimento da Família Imperial vai ser um dos meus primeiros atos como

presidente da República."

Chateaubriand acabou passando não dois, mas seis dias no Castelo d'Eu e passeando em companhia da princesa pelos campos da Normandia. Para não emocioná-la demais, ele ocultou a real situação em que se encontravam os negros no Brasil, para muitos dos quais a libertação não passara de um pedaço de papel. Frequentemente, ela voltava ao assunto:

– E então, doutor Assis, o que foi feito dos negrinhos que vendiam cocada, tapioca e beijus nas ruas de Petrópolis em 1888?

Chateaubriand desconversava, dissimulado:

– Vão bem, alteza, os seus negrinhos vão muito bem.[1]

Quando, em setembro de 1920, a lei do exílio que proibia a família imperial de pôr os pés no Brasil foi revogada,[2] os restos mortais do imperador D. Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina, embarcados no encouraçado *São Paulo*, saíram de Portugal, com destino ao Brasil. Gastão e o filho Pedro acompanharam a travessia. Isabel já não confiava tanto em sua saúde para enfrentar o desgaste físico e emocional que lhe traria aquela viagem. Preferiu ficar na França e esperar pela volta do filho e do marido com as novidades sobre seu país natal.

Foi mesmo o presidente Epitácio Pessoa quem assinou o decreto da revogação do banimento. Em suas memórias, o mordomo da família, Albert Latapie, conta que o embarque no encouraçado *São Paulo* estava marcado para às dez horas da manhã, quando houve grande desfile de tropas e de todo o clero. Todo o cortejo passou pela grande avenida do Arsenal em Lisboa.

Duas horas depois, as cinzas estavam a bordo, as tropas apresentaram as armas e tudo foi bastante impressionante. […] As cabines do conde d'Eu e de D. Pedro de Alcântara eram espaçosas; a roupa de cama, nova, e tudo que ali havia era bonito. O conde d'Eu ficou na cabine ocupada anteriormente pela rainha Elisabeth da Bélgica. A cozinha era de primeira ordem, bem como os vinhos que foram servidos. O tempo passou depressa e, em dois ou três dias, o *São Paulo* entrou em águas brasileiras. Conforme notícias que receberam a bordo, o governo estava atarefado com os preparativos para receber as cinzas dos imperadores e pediu ao navio que diminuísse a velocidade a fim de que não chegassem antes que tudo estivesse pronto.

Enfim, ao meio-dia, o *São Paulo* entrou na baía de Guanabara. Os fortes deram salvas de boas-vindas e o *São Paulo* respondeu, e foi assim durante um certo tempo, enquanto o navio ia encostar. Era 8 de janeiro de 1921,

quando o navio de guerra brasileiro entrou no porto do Rio de Janeiro com os restos mortais do imperador e da imperatriz a bordo.

Os príncipes se prepararam para receber visitantes; eu tirei algumas roupas para que o conde d'Eu as vestisse na cabine, mas não podia prever que o *São Paulo*, logo que atracado, seria invadido por uma multidão. Todo mundo subiu a bordo. Como avaliar o número daquelas pessoas? Para mim seriam de dez a vinte mil. Simplesmente, tornou-se impossível circular no convés do navio. Gente e gente por toda a parte, a tal ponto que os príncipes que deveriam se vestir de gala em suas cabines não conseguiram ir até elas. Abrindo caminho entre as pessoas pelos corredores e pedindo desculpas, cheguei antes ao convés e vi homens instalados nos mastros do navio, pronunciando discursos. Por diversas vezes, ouvi aclamarem "Viva D. Pedro III!"[3]. Finalmente, consegui que o conde d'Eu me enxergasse e me mandasse dizer por Silva Corte que desejava vir à cabine antes de deixar o navio.[4]

O conde d'Eu passou as manhãs em visitas oficiais, às casernas e outras. D. Pedro de Alcântara achava que o pai poderia evitar muitas fadigas inúteis, mas Gastão queria ver o máximo possível. Subiram a Petrópolis, onde fazia menos calor, mas o conde d'Eu continuou a se cansar. À noite, quando se retirava para dormir, estava com os nervos à flor da pele. Dias depois, os príncipes tiveram de descer ao Rio. Os clubes iam lhes oferecer almoços.

A viagem terminou bem e em 15 de outubro de 1921, D. Isabel e Gastão d'Orléans comemoraram o quinquagésimo sétimo aniversário de casamento no Château d'Eu. Três semanas depois, a princesa contraiu uma gripe forte. "Eu nunca me senti tão fraca", disse ao pároco. "Prepare-me para morrer! Eu gostaria de ficar mais algum tempo com os meus, mas não peço nada. O bom Deus sabe melhor do que nós o que nos é preciso."[5]

No dia 4 de novembro, conta o mordomo Latapie, a temperatura estava baixíssima. D. Isabel costumava sair todas as manhãs, numa charrete, acompanhada por Hipólito Piccolo, cocheiro do castelo d'Eu. Ele foi com ela até o carro e considerou que estava muito frio, mas não lhe disse nada. No dia seguinte, fazia mais frio ainda. Ele então falou à princesa que seria melhor que ela não saísse. Ela argumentou: "Mas eu estou tão bem, além do mais estou com um xale, uma garrafa de água quente aos pés, uma estola forrada de peles, a boina dobrada sobre a orelha. Como você acha que eu vou sentir frio?"

Ela só voltou ao meio-dia e disse a Latapie: "Você tinha razão. Faz frio

demais.”

Passou alguns minutos em seu quarto e, quando soou a chamada para o almoço, sentou-se à mesa. Havia ovos cozidos; ela pegou um em cada mão, mas logo depois, levantou-se deixando-os no prato, foi para o quarto de onde não mais voltaria à sala de jantar. O Dr. Douriez foi chamado e diagnosticou um forte resfriado. Todos os dias, ela somente se movia da cama à poltrona do quarto; só conseguia tomar poções e caldos de legumes. No quarto dia, domingo de manhã, Latapie foi chamado duas vezes a seu quarto para ajudá-la a levantar-se, pois todo o seu corpo estava enfraquecido:

Vi que ela estava cada vez com menos força. Porém algo mais a entristecia… Quando chegou a irmã Fidelina, eu a fiz saber como D. Isabel tinha passado a tarde anterior. Esperávamos que no dia seguinte estivesse melhor. Esperei para falar com o médico depois de ele ter examinado a princesa. Ele disse que a doença seguia seu curso normal, mas apesar de tudo, seu estado era preocupante. No dia seguinte, tudo na mesma. Quando o conde d’Eu estava no quarto, ele me pedia para erguê-la, para passar-lhe a comadre, pois ela já não tinha mais forças.

À noite, o médico mudou os medicamentos, mas não se mostrou preocupado. No dia seguinte, quando foi ver a doente, informou aos parentes que só teria uma resposta definitiva nos próximos dias. Mas, quando estava pronto para sair, mandaram lhe avisar que deveria subir para ver o príncipe Pedro. Apenas chegou ao alto da escada, D. Pedro de Alcântara saiu do quarto da mãe: “Diga para que o doutor venha depressa ver mamãe.”

O médico desceu a escada, do segundo ao primeiro andar, rapidamente. Pediu a Latapie que enviasse alguém à farmácia, buscar uma injeção. Ele mesmo saiu correndo. Aplicaram a injeção e, em seguida, D. Isabel abriu os olhos. Quando a irmã chamou o conde d’Eu, a princesa ainda vivia, mas nada falou. Uma crise de uremia a tinha levado.

Latapie, como o resto da família ficou desolado. Ele a achava bem autoritária, mas com um grande coração. Durante todo o tempo em que a serviu, fosse por que fosse, jamais havia ficado zangada com ele.

Era 14 de novembro de 1921, uma segunda-feira. No dia seguinte seriam completados os 32 anos de exílio de Isabel, princesa do Brasil. Na lembrança da neta Bebelle, desde a manhã o dobre soou na matriz da Vila d’Eu. Quando alguém ali estava agonizando, era hábito associar-se à dor da família e orar pela alma do moribundo.

Naquele mês de novembro de 1921, o dobre soava pela minha avó, a condessa d'Eu.[6]

Bebelle conta que, alguns dias antes da morte de Isabel, estavam todos reunidos em torno dela, no grande quarto do castelo, com uma belíssima peça de madeira pintada e cortinas azul-escuras. Todos ajoelhados numa miscelânea, crianças, pais, empregados, a rezar, enquanto M. Le Doyen dava os últimos sacramentos. Após algum tempo as crianças se retiraram na ponta dos pés e, em seguida, cada um em seu quarto. Todo o castelo d'Eu se pôs a esperar. Uma certa tarde, o dobre calou-se subitamente.

Vovó, nossa querida avó, tinha morrido…

Voltaram para o quarto para beijá-la e dar-lhe o último adeus espargindo água benta em seu corpo com um raminho de buxo.

No Brasil, dois dias depois, o presidente Epitácio Pessoa baixou o decreto nº 15.116, "mandando prestar honras à memória de Sua Alteza a Senhora Princesa Dona Isabel de Bragança e Orléans, condessa d'Eu, falecida na França". E para completar a sua homenagem à Redentora, a 28 de dezembro, um mês e meio depois, pelo decreto nº 4.419, autorizou a trasladação do seu corpo para o Brasil.

Depois da morte de Isabel, Gastão de Orléans seria ainda convidado para participar das festas pelo centenário da independência do Brasil. Em 1922, vieram Pia d'Orléans-Bragança, viúva do irmão do conde d'Eu, os netos Pierre-Henri e Louis Gaston, que viajaram para o Brasil pelo *Massília*, acompanhados do casal Latapie e da irmã Fidelina, que cuidava de Gastão. O filho Pedro, a mulher, condessa Dobrzensky, os filhos Pedro e Bebelle e a baronesa Elisabeth Reisky, também chamada Zelle, embarcaram no *Curvelo*. As recordações são de Bebelle, futura condessa de Paris:

Em nossa primeira escala na Bahia, fomos recebidos por uma imensa multidão entusiasta. Durante todo o dia o carro do governador nos conduziu de uma recepção a outra; à tarde, passando diante do jornal *A Tarde*, Papai deu com a notícia da morte do conde d'Eu, a bordo do *Massília*, em manchetes na primeira página desse jornal.

> Para todos os brasileiros, como para nós, foi uma horrível notícia. Milhares de pessoas em pranto nos acompanharam até nosso navio onde o comandante nos aguardava com um telegrama confirmando a morte.

O conde d'Eu morreu a caminho do Rio de Janeiro em 28 de agosto de 1922. Seu corpo foi levado de volta à França e sepultado ao lado do de sua mulher, Isabel, na cripta da família Orléans, em Dreux. Em 1953, ambos

foram trasladados ao Brasil para ser enterrados com D. Pedro II e D. Teresa Cristina na Catedral de Petrópolis. Porém, ficaram no Rio de Janeiro até 1971. Só no sesquicentenário da independência do Brasil, seus corpos foram transferidos para Petrópolis.

Atualmente, a efígie tumular de D. Isabel se encontra na capela imperial, no interior da Catedral de Petrópolis. Fica ao lado da sepultura de D. Pedro II, se bem que mais recuada, para não competir com a efígie dele. O túmulo de Gastão d'Orléans, separado do da esposa, fica à direita do de D. Teresa Cristina.

A condessa de Paris é quem conta:

> Quando voltamos a Petrópolis, em 1925, meus pais retomaram uma grande casa, o palácio do Grão-Pará, que é uma dependência do palácio imperial. Eles o haviam restaurado, então, inteiramente, e decorado com móveis brasileiros dos séculos XVII e XVIII, em madeira escura e tão dura que resistia aos cupins. Esse mobiliário austero contrastava agradavelmente com a cor das paredes pintadas de branco; e esse aspecto foi preservado e embelezado por meu irmão Pedro.

Outro grande historiador brasileiro, Vasco Mariz, em "O conde d'Eu, o príncipe injustiçado", revela que, em 1917, Max Fleiuss, secretário do Instituto Histórico, quis trazer para o Brasil os arquivos do imperador que estavam no Castelo d'Eu. Por carta de 19 de janeiro de 1918, o conde recusou-se a atendê-lo, dizendo: "Nem a princesa consentiria em separar-se dessas lembranças do seu amado pai, nem isso seria atualmente possível, pois não estão esses papéis de qualquer modo classificados." O historiador, em seu artigo "Relembrando", completa a informação:

Quando o consorte de Isabel deu-me a honra de vir à minha casa no dia 16 de janeiro de 1921, insisti no pedido no que me pareceu merecer-lhe o assunto maior consideração, dizendo que ao IHGB, do qual se orgulhava de ser o mais antigo presidente honorário, nada poderia negar.

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, o Castelo d'Eu foi ocupado pelo Exército alemão e Max Fleiuss voltou a ocupar-se do assunto, entrevistando o embaixador alemão no Rio de Janeiro. Pediu-lhe que solicitasse às autoridades alemãs todas as cautelas com os arquivos imperiais, e foi atendido. O presidente Getúlio Vargas criou o Museu Imperial em Petrópolis, onde finalmente foram reunidos todos os objetos e arquivos existentes.

Vasco Mariz tem uma história maravilhosa sobre o conde d'Eu. Se, no Brasil, ele foi injustiçado, imaginem no que ele se transformou no Paraguai. Relato pessoal do historiador:

Desde jovem, ao estudar o segundo Império e a guerra do Paraguai, sempre senti uma especial curiosidade pelo conde d'Eu. As referências eram contraditórias, mais negativas do que positivas, mas nunca cheguei a aprofundar o estudo do personagem. Em 2002, fui designado por Arno Wehling, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para representar a entidade em uma conferência interamericana de institutos históricos em Assunção do Paraguai. Lá pronunciei um discurso sobre a formação da fronteira do Mato Grosso, pesando bem as palavras para não sensibilizar os donos da casa. Creio que agradei, mas ao comparecer a um almoço na residência do presidente do Instituto Histórico Paraguaio, ocorreu um fato extraordinário que me surpreendeu muito.

De acordo com a minha prática diplomática, fui o primeiro a chegar, e ao entrar no salão principal da residência encontrei várias crianças brincando. Quase ao mesmo tempo ingressou na sala uma senhora que se dirigiu às crianças aos gritos, dizendo-lhes mais ou menos o seguinte: "Parem! Basta! Vão brincar lá fora no jardim, senão mando chamar o conde d'Eu!" Ante essa ameaça terrível as crianças fugiram imediatamente e a senhora se desculpou pela balbúrdia. Confesso que fiquei paralisado de surpresa, mas depois aproveitei para conversar com colegas paraguaios presentes ao congresso sobre a cena que havia presenciado. Todos me confirmaram: o conde d´Eu é o brasileiro mais detestado no Paraguai e é, até hoje, o bicho-papão das crianças paraguaias. Apressei-me a esclarecer-lhes que o conde era francês, neto do rei de França Luís Filipe e genro do imperador, mas ouvi frases agressivas contra o comandante em chefe das tropas da Tríplice Aliança na última etapa da guerra do Paraguai. Admirei-me de que nenhum dos meus interlocutores lembrou Caxias, Osório, Tamandaré, Barroso ou outros ilustres militares brasileiros que participaram da guerra. Aquela cena em Assunção ficou nos meus ouvidos e ao regressar ao Rio de Janeiro troquei ideias com vários historiadores, que acharam graça na minha historieta.[7]

O Castelo d'Eu, que pertenceu ao duque de Némours, coube por herança a Gastão, seu filho e marido de Isabel. Nele o casal d'Eu viveu o resto de seus anos de exílio. Em 1954 foi adquirido por Assis Chateaubriand, quando, naquele ano, o fundador da cadeia jornalística dos "Associados" teve a ideia de criar, na Europa, um centro de pesquisas históricas. Instalou em Paris a Sociedade de Estudos Brasileiros de Pedro II, para cujo fim comprou em seu nome o castelo.

Em 1960, doente e entrevado, Chateaubriand desfez-se do Castelo d'Eu

dois anos depois, transferindo-o à municipalidade de Rouen, que, por sua vez, o passou à de Eu. Na escritura de venda, todos os objetos relacionados com a história do Brasil que lá havia não fizeram parte do negócio.

Em março de 1968 o precioso acervo foi retirado do castelo, armazenado no Havre e dali embarcado para o Rio, com destino final à Galeria Brasiliana de Belo Horizonte, fundada por Chateaubriand e à qual ele o doou.

Hoje, a maioria dos documentos sobre Isabel está concentrada no Museu Imperial de Petrópolis e dividido em duas partes – o Arquivo Grão-Pará, do qual fazem parte as 3.164 cartas escritas pela princesa Isabel e outros documentos doados pela família, e o Arquivo da Casa Imperial Brasileira, com os documentos vindos do Castelo d'Eu para o Brasil, via Itamaraty.

Exatamente no dia 13 de maio de 1971, sob a efusão das cerimônias comemorativas do aniversário da assinatura da Lei Áurea, os ataúdes de ambos foram colocados nos sarcófagos construídos na catedral diocesana junto aos de D. Pedro II e D. Teresa Cristina, onde repousam sob o silêncio dos que já não são mais deste mundo.

Até 2014, 168 anos depois de sua morte, Isabel foi tema de sete biografias apenas. Alguns setores do Movimento Negro ainda lhe torciam o nariz, embora seu nome fosse um dos mais lembrados pelo povo brasileiro. Poucos conhecem a sua história. Arrisco dizer que é uma das mais interessantes figuras femininas da história do país. Na caminhada das mulheres por sua emancipação, tratadas como minoria, tiveram seus direitos ignorados tal qual os escravos que Isabel libertou. Educada como qualquer menino seria em sua época, foi uma mulher bastante inteligente – nasceu para comandar, embora apenas seus íntimos tivessem acesso ao gênio forte, à personalidade imponente. Mandona, era declaradamente uma pessoa bem resolvida e de um otimismo inabalável – por isso, muitas vezes suas atitudes pareceram ingênuas.

Enquanto esteve sob a tutela do pai, D. Pedro, por quem tinha verdadeira adoração, Isabel só o desobedeceu uma vez – exatamente quando desfez o gabinete do barão de Cotegipe, que não aprovava a libertação dos escravos. Nomeou outro e aprovou a lei. E, mesmo assim, tomou essas providências durante a viagem do pai ao exterior e quando as notícias sobre o agravamento da saúde do imperador eram as piores possíveis. Alguns setores do Movimento Negro ainda torcem o nariz para Isabel, porém, não fosse ela, ainda seria maior o tempo de cativeiro dos

afrodescendentes cativos.

Acusavam-na de carola, de obedecer cegamente à igreja e seus preceitos. Criticaram-na por ter lavado igreja e apoiado os bispos contra a maçonaria, durante a Questão Religiosa e, também, quando começou a juntar dinheiro para comprar cartas de alforria e libertar escravos. Católica fervorosa, em 11 de junho de 1877 Isabel mandou carta ao papa Leão XIII pedindo pela beatificação do padre José de Anchieta, canonizado em 2014. Agora, mais de um século depois, pedem pela sua própria canonização. O pedido de abertura do processo de beatificação da princesa Isabel aconteceu em 11 de outubro de 2011, em carta assinada pelo Prof. Hermes Rodrigues Nery e Mariângela Consoli de Oliveira, diretores da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, entregue ao então arcebispo do Rio de Janeiro, cardeal D. Orani Tempesta, em presença de D. Antonio de Orléans e Bragança.

Hermes Rodrigues Nery coordena há anos o Movimento Legislação e Vida, da diocese de Taubaté, e é membro da Comissão em Defesa da Vida do Regional Sul 1 da CNBB. Sua ideia de tentar a beatificação da princesa Isabel surgiu quando foi presidente da Câmara Municipal do pequeno município paulista de São Bento do Sapucaí, entre 2009 e 2010, e recuperou as antigas atas da Câmara, desde 1858, para colher informações, pois pretendia escrever a história do município. Descobriu que escravos alforriados lutaram na Guerra do Paraguai e que na cidade havia um quilombo. Ao contrário do que se pensava, nem todos os quilombos eram de escravos revoltosos, e aquele, de modo especial, era de alforriados católicos muito devotos.

No atual bairro do Quilombo, Hermes Nery conheceu dona Luzia, de quase 80 anos, líder local e defensora da tradição da festa do 13 de Maio. Ao conversar com Luzia sobre as origens do bairro, ela lhe contou que aquele Quilombo era abençoado e que a festa existia para homenagear uma santa. Conta Hermes:

“Mas que santa? E ela me respondeu, com muita simplicidade e profunda emoção: a princesa Isabel. Havia em sua fala, uma forte devoção e um sentimento de gratidão, havendo, sim, mais que um respeito tão grande, mas uma veneração.”[8]

E naquele momento algo chamou a atenção do professor e o fez começar uma pesquisa mais aprofundada para entender por que, ainda hoje, decorrido mais de um século, uma descendente de escravos reconhecia na princesa Isabel sinais de santidade.

Feita a pesquisa, Nery começou a achar que o sentimento da dona Luzia tinha fundamento: “A história de vida da princesa Isabel, por tudo o que ela viveu e sofreu, pelo tanto que ela amou o Brasil, especialmente a dor de seu longo exílio e tantos outros fatos, me fez crer que se tratava mesmo da história de vida de uma santa.”[9]

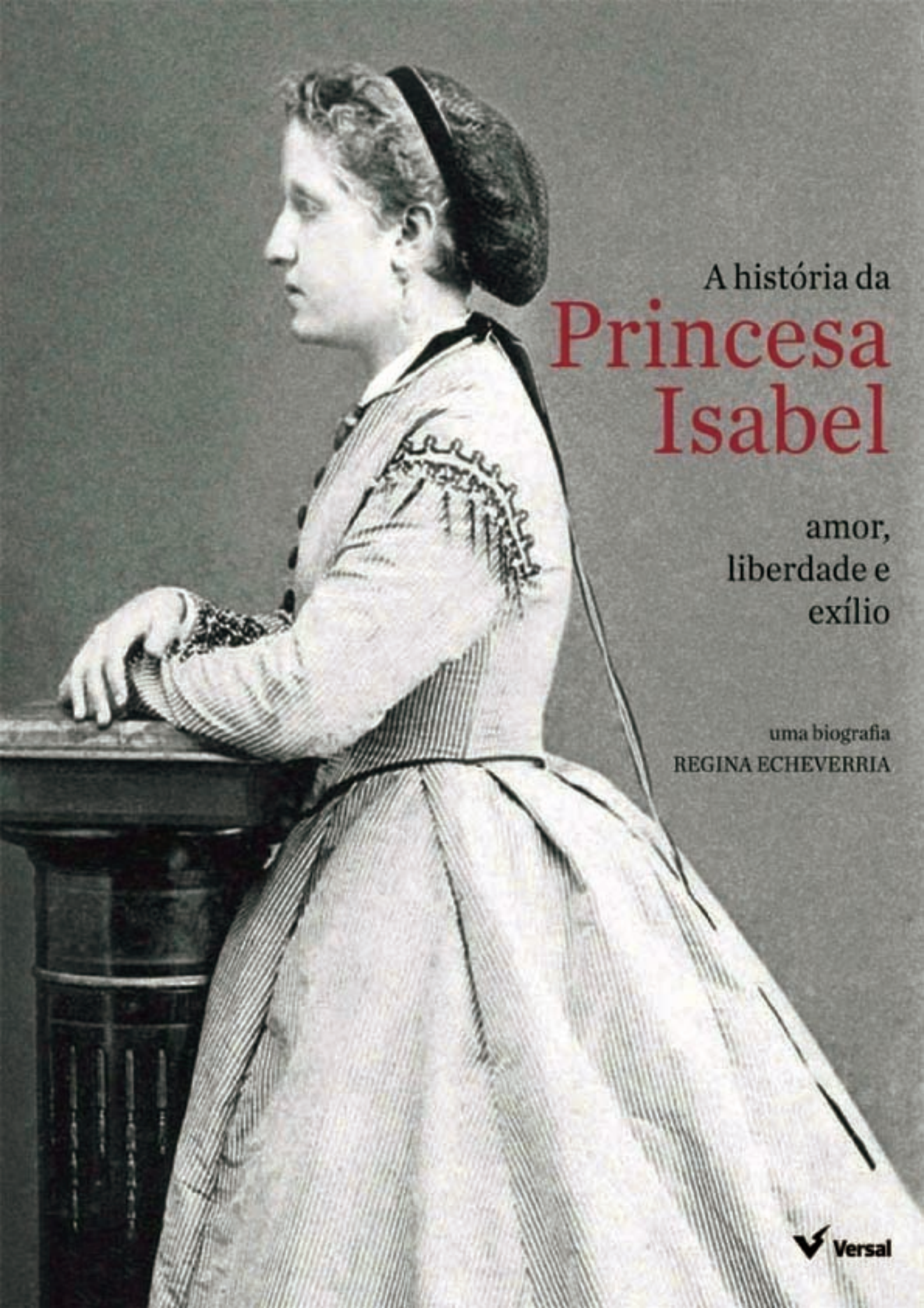
Isabel foi uma das nove mulheres, em todo o mundo, a ocupar o posto de autoridade suprema em seus países, durante o século XIX. Algumas delas foram monarcas (Maria II, de Portugal; Vitória, da Grã-Bretanha; Isabella II, da Espanha; Liliuokalani, do Havaí; Guilhermina, da Holanda). Outras foram regentes (além de Isabel, Maria Cristina de Bourbon, Nápoles; Maria Cristina, de Hamburgo; Emma, de Waldeck e Pyrmont). A princesa do Brasil nos deixa uma rara história de amor, liberdade e exílio.

---

1. MORAIS, Fernando. *Chatô, o Rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 111-112.
2. Decreto nº 4.120, de 3 de setembro de 1920.
3. D. Pedro Henrique, filho mais velho de D. Luís, herdeiro direto da princesa Isabel.
4. *Memórias (Mes Mémoires)* – Albert Latapie (lacaio da princesa Isabel, e, mais tarde, mordomo do Castelo d’Eu), original cedido por Jean Menezes do Carmo.
5. BARMAN, 2005, p. 310.
6. ORLÉANS E BRAGANÇA, 1983, p. 60.
7. Vasco Mariz (palestra proferida no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio no dia 29 de março de 2011).
8. Entrevista à autora
9. Entrevista à autora.



Regina Echeverria é jornalista profissional desde 1972. Trabalhou nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Folha de S. Paulo* e nas revistas *Veja*, *Isto É, Placar*, *Caras*, *A Revista*. Publicou os livros: *Furacão Elis* (1985), *Cazuza*, *Só as Mães São Felizes* (1997), *Cazuza, Preciso Dizer que Te Amo* (2001), *Pierre Verger, um Retrato em Preto e Branco* (2002), *Mãe Menininha do Gantois, uma biografia* (2006) – estes dois últimos em parceria com Cida Nóbrega. E, ainda, *Gonzaguinha e Gonzagão, uma História Brasileira* (2006), *Sarney, a biografia* (2011), *Deixe que digam, que pensem que falem, Jair Rodrigues* (2012).



A história da Princesa Isabel

amor, liberdade e exílio

uma biografia

REGINA ECHEVERRIA

Versal